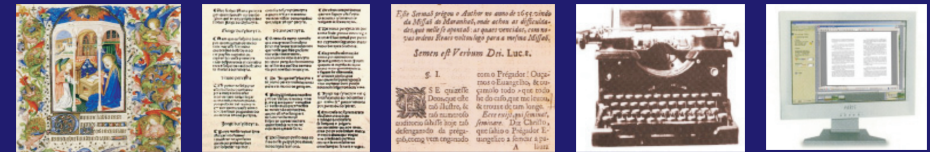


dezembro de 2014

Revista de Letras

# Revista de Letras



13

Série II  
dezembro  
de 2014

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Departamento de Letras, Artes e Comunicação  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Quinta de Prados  
5000-801 Vila Real — Portugal

13

CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO  
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS**

# *Revista de Letras*

Série II  
N.º 13

**dezembro de 2014**  
**Vila Real**

# REVISTA DE LETRAS

## DIREÇÃO

Carlos Assunção

## CONSELHO DE REDAÇÃO

Alexandre Parafita, Anabela Oliveira, Armindo Mesquita, Daniela Fonseca, Carlos Assunção, Carlos Cardoso, Elisa Torre, Fernando Moreira, Galvão Meirinhos, Gonçalo Fernandes, Henriqueta Gonçalves, Inês Aroso, Isabel Alves, José Belo, José Eduardo Reis, José Machado, Maria da Felicidade Morais, Maria Helena Santos, Maria Luísa Soares, Marlene Loureiro, Mónica Augusto, Natália Amarante, Olinda Santana, Orquídea Ribeiro, Rebeca Fernández Rodríguez, Rolf Kemmler, Rui Guimarães, Sónia Coelho, Susana Fontes, Teresa Moura

## CONSELHO CIENTÍFICO

Barbara Schäfer-Prieß, *Ludwig-Maximilians-Universität München*  
Bernard Colombat, *Université Paris Diderot - Paris 7*  
Carlos Assunção, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Carlota Rosa, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*  
Fernando Moreira, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Gonçalo Fernandes, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Henriqueta Gonçalves, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Jacqueline Leon, *Université Paris Diderot - Paris 7*  
José Cardoso Belo, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Maria da Felicidade Morais, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
María do Carmo Henríquez Salido, *Universidad de Vigo*  
Maria do Céu Fonseca, *Universidade de Évora*  
Marlene Loureiro, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Marli Quadros Leite, *Universidade de São Paulo*  
Milton Azevedo, *University of California, Berkeley*  
Neusa Bastos, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*  
Otto Zwartjes, *Universiteit van Amsterdam*  
Pierre Swiggers, *Fac. Letters, KU of Leuven*  
Ricardo Stavola Cavaliere, *Universidade Federal Fluminense*  
Rolf Kemmler, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Susana Fontes, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*

## CAPA

José Barbosa Machado

## COMPOSIÇÃO E REVISÃO

Susana Fontes

## EDITOR

DLAC / CEL

## IMPRESSÃO

Publito, Estúdio de Artes Gráficas – Braga

## REVISTA DE LETRAS

Revista de Letras / ed. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras, Artes e Comunicação; Centro de Estudos em Letras; dir. Carlos Assunção; org. Orquídea Ribeiro, Inês Aroso, Susana Fontes, Natália Amarante, Teresa Silva, João Simão, Fernanda Moreira; Comp. Susana Fontes – Série II, n.º 13 (dezembro de 2014) - Vila Real: UTAD, 2014 - Continuação de: Anais da UTAD. - Contém referências bibliográficas. – Anual.

ISSN: 0874-7962

I. Assunção, Carlos, dir. / II. Ribeiro, Orquídea, org. / III. Fontes, Susana, org. / IV. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento de Letras. Centro de Estudos em Letras, ed. 1. Linguística -- [Periódicos] / 2. Literatura Portuguesa -- estudos críticos -- [Periódicos] / 3. Didática -- [Periódicos] / 4. Cultura Portuguesa -- [Periódicos] / Comunicação -- Didática.

CDU: 81 (05) / 821.134.3.09 (05) / 37.02 (05) / 008 (469)(05) / 808.56 (05) / 37.02 (05)

# ÍNDICE

## LINGUÍSTICA

Da linguística de <i>Corpus</i> ao Ensino/Aprendizagem de Línguas: da teoria à prática <i>Sílvia Araújo &amp; Pedro Trabulo</i> .....	7-21
O Práticas ortográficas em inícios do século XIX: a ortografia portuguesa na <i>Gazeta de Lisboa</i> (1815) e na <i>Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa</i> (1822) <i>Susana Fontes, Sónia Coelho &amp; Rolf Kemmler</i> .....	23-36
Assembleia da República, espaço de discórdia <i>Maria Helena Saianda &amp; Maria Raquel Ribeiro</i> .....	37-49
Herder e a origem da linguagem: ressonâncias de sentido na história da cultura <i>Idalina Proença Maia Sidoncha</i> .....	51-56
Um breve olhar sobre a génese da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) <i>Alexandre António da Costa Luís &amp; Carla Sofia Gomes Xavier Luís</i> .....	57-80

## LITERATURA

A narrativa mítica torguiana <i>Cláudia Capela Ferreira</i> .....	83-90
Almada/Lima de Freitas; Vozes Consonantes (Alguns Tópicos de Leitura) <i>Celina Silva</i> .....	91-105

## CULTURA

<i>Ilhéu da Contenda</i> : Cabo Verde e o retrato de uma época <i>Orquídea Ribeiro &amp; Susana Pimenta</i> .....	109-120
Identidade Cultural e Multiculturalismo: Brasil, Portugal e a Marca Brasil – aproximações <i>Caroline de Franceschi Brum &amp; Orquídea Ribeiro</i> .....	121-129
Criação de espaços inteligentes para a disponibilização de informação e serviços em turismo religioso <i>Fernando Moreira, Aida Carvalho e Carlos Cunha</i> .....	131-137
O processo de revisão crítica do imaginário cultural na projeção de uma identidade coletiva <i>Urbano Mestre Sidoncha</i> .....	139-145

## COMUNICAÇÃO

As novas Relações Públicas e os Sindicatos Portugueses <i>Daniela Esperança Monteiro da Fonseca</i> .....	149-163
Comunicação não verbal e expressões faciais das emoções básicas <i>Isabel Viana</i> .....	165-181

## DIDÁTICA

A Proficiência Linguística em Formação de Adultos: Estudo de Caso <i>Anabela Matias, Maria da Graça Sardinha &amp; Paulo Osório</i> .....	185-219
Pensamento crítico e revisão entre pares em Ciências da Comunicação: um estudo de caso <i>Maria da Felicidade Morais, Rita Payan-Carreira, Caroline Dominguez, Maria M. Nascimento, Helena Santos Silva, José Lopes, Eva Morais, Ana Margarida Maia, Gonçalo Cruz, Paula Catarino, Maria J. Nascimento &amp; Magda Rocha</i> .....	221-232

LINGÜÍSTICA



# Da Linguística de *Corpus* ao Ensino/Aprendizagem de Línguas: da teoria à prática

*Sílvia Araújo*  
Universidade do Minho

*Pedro Trábulo*  
Universidade do Minho

## Resumo

Existe um interesse cada vez maior em *corpora* construídos a partir de repositórios de dados organizados. Cientes da relevância deste tipo de recurso no âmbito do ensino/aprendizagem de línguas, iremos apresentar, com base em exercícios que visam o ensino/aprendizagem de português por falantes nativos de inglês, as opções de pesquisa proporcionadas por alguns dos *corpora* que integram o português europeu. Como se pode ver abaixo, a partir de uma simples pesquisa num *corpus* paralelo bidirecional português-inglês (como o COMPARA), os alunos poderão facilmente aperceber-se da dimensão polissémica de um termo e da rede de termos que lhe está associada na sua língua materna.

**Palavras-chave:** linguística de corpus, concordância, polissemia, língua estrangeira

## Abstract

There is a growing interest in corpora built from repositories of organized data. Fully aware of the relevance of this kind of resource in language teaching and learning, we will present the search options offered by some of the corpora which include European Portuguese, based on exercises aimed at the teaching and learning of Portuguese by English native speakers. As can be seen below, with a simple query in any Portuguese-English bidirectional parallel corpus (like COMPARA), the students can easily grasp the polysemy of a given word and also find the network of associated words in their mother tongue.

**Keywords:** corpus linguistic, polysemy, foreign language, concordance

## 1. Linguística de Corpus e ensino de línguas

A lexicografia foi uma das primeiras áreas da linguística a fazer uso de corpora eletrónicos. Mas graças à disponibilização crescente de corpora em diversas línguas bem como à crescente consciência da importância de dados quantitativos na investigação linguística (McEnery & Wilson 2001: 25), as abordagens baseadas em corpus ultrapassaram esses usos pioneiros de corpus pela lexicografia e têm vindo a revelar-se particularmente importantes em áreas como a tradução automática, a linguística contrastiva, a terminologia e o ensino da língua.



É deste último aspeto – o do ensino de uma língua estrangeira baseada em corpus, alicerçada na observação da ocorrência dos termos – que trata o presente estudo. Ao permitirem que as línguas possam ser estudadas com base em exemplos reais de uso e não somente por meio de textos criados com propósitos de exemplificação, os corpora funcionam como ferramentas facilitadoras da produção de material didático específico e baseado nas dificuldades reais dos alunos, contribuindo assim para a mudança na organização e nos métodos pedagógicos (Sardinha 2004).

Nos últimos anos, vários estudos e obras sobre o uso de corpora na aprendizagem de línguas têm sido editados (Granger *et al.* 2002; Aston *et al.* 2004; Aijmer 2009; Frankenberg-Garcia *et al.* 2011, Meunier 2011, entre outros). Estas publicações mostram que os corpora estão a ser usados para melhorar a aprendizagem do vocabulário (Stevens 1991; Cobb 1999), da gramática (Conrad 2001; Frankenberg-Garcia 2003; Simões & Santos 2011; Xiao & McEnery 2013; Santos 2014) e da sintaxe (McEnery & Xiao 2005; Altenberg & Granger 2012). Mas como refere Frankenberg-Garcia (2006), se há professores que aceitam os desafios e incorporam estes recursos na sala de aula, outros há que se mostram relutantes e resistem à mudança das suas práticas educativas. Apesar de não usarem diretamente corpora dentro ou fora das suas aulas, importa salientar que muitos deles fazem dos corpora um uso indireto ao usarem livros didáticos, dicionários e gramáticas concebidos por especialistas em linguística de corpora e didática das línguas.

Para uma efetiva inclusão dos corpora nas práticas docentes é essencial estabelecer um plano de formação dos professores e dos alunos. Como veremos na seção 3, seria realmente importante que os professores tentassem adaptar concordâncias (monolíngues e bilingues), transformando-as em testes ou fichas de exercícios e que os alunos aprendessem, por sua vez, a ler essas concordâncias (Stevens 1995; Kettemann 1996; Gavioli 2001; St. John 2001; Chambers 2005, entre outros), para chegarem às regras pelas suas próprias reflexões, a partir da formulação de hipóteses. Este tipo de abordagem que Johns (1991) denomina *data-driven learning* ou DDL (e que Bernardini 2002 designa por *Corpus-aided Discovery Learning*) pode certamente ajudar a promover estratégias de intervenção que desenvolvam a autorregulação da aprendizagem, com enfoque na identificação e resolução de dificuldades, nomeadamente ao nível das atividades gramaticais.

## **2. Corpus: definição, tipologia e recursos existentes para o Português**

Os corpora são conjuntos de textos compilados com o fim de responderem a perguntas sobre a língua ou poderem servir de treino a sistemas que a processam (Santos 2002). Como se pode ver na tabela que se segue, os principais corpora que integram o português podem ser subdivididos em corpora monolíngues ou bi/multilíngues:

CORPORA – PORTUGUÊS				
MONOLINGUES				
Português europeu				
SINCRÓNICOS	CRPC Corpus de Referência do Português Contemporâneo	CETEMPúblico Corpus Natura/ Minho (corpora jornalísticos)	CINTIL Corpus Internacional do Português	
	Lácio-Web Corpus Brasileiro (corpora do português brasileiro contemporâneo)	Português do Brasil CETENFolha (corpus jornalístico)	Br-Icle Subcorpus do ICLE: International Corpus of Learner English <sup>1</sup>	
DIACRÓNICOS	Corpus do Português (séc. XIV-XX)	Corpus Informatizado do Português Medieval	VERCIAL 309 obras de 55 autores portugueses publicadas entre 1500 e 1933	
BI/MULTILINGUES				
Originais + respetivas traduções para outra(s) língua(s)			Originais em duas ou mais línguas	Textos de falantes não nativos
corpora unidirecionais	corpora bidirecionais	corpora multidirecionais	corpora comparáveis	corpora de aprendentes
PER-FIDE Corpora paralelos com Pt como língua pivô	COMPARA Corpus literário (Pt-En)	OPUS 16 subcorpora especializados (7 Pt europeu; 3 Pt Brasil)	CorTec Projeto COMET (Pt Brasil)	CoMAprend Projeto COMET (5 línguas-alvo: Es, Fr, En, De, It)

Tabela 1: Corpora que integram o português

## 2.1. Corpora monolíngues

Os corpora monolíngues oferecem a possibilidade de estudar uma língua ao nível lexical, sintático e pragmático-semântico. Como se pode ver na tabela acima, o português europeu e do Brasil conta já com uma série de corpora monolíngues (sobretudo para a língua escrita). Apenas destacaremos aqui o serviço AC/DC (*Acesso a Corpora/Disponibilização de Corpora*)<sup>2</sup> da *Linguateca* (Santos 2014) não só pelo facto deste serviço ter vindo a disponibilizar diversos corpora gratuitamente acessíveis para a língua portuguesa, mas também por ter recentemente colocado à disposição dos

<sup>1</sup> - O ICLE (<http://www.uclouvain.be/en-cecl-icle.html>) reúne textos argumentativos produzidos por alunos de inglês de nível intermédio e/ou avançado de 16 nacionalidades diferentes.

<sup>2</sup> - <http://www.linguateca.pt/ACDC/>

professores de língua um sistema de criação de exercícios gramaticais sobre os corpora AC/DC. Trata-se do *Ensinador*<sup>3</sup> (Simões & Santos 2011) que nos permite: i) gerar e filtrar uma concordância de forma a selecionarmos apenas as frases que melhor se adequam ao exercício que pretendemos criar [ver abaixo figura 1] assim como ii) visualizar o exercício e a respetiva correção [ver abaixo figura 2]:

**Ensinador**

A procurar “[lema=”desde|até”].” no corpus CETEMPúblico 1.7 v. 7.4 [8000 entradas aleatórias de um total de 365494 entradas.]

Selecione as concordâncias que deseja usar.

- par=ext252-clt-soc-93a-2*: Embora reafirmem a cada dois passos o carácter estritamente autárquico do acordo, os dirigentes da PE subscrevem um texto que vai **desde** a reforma do sistema político em geral até ao modelo de desenvolvimento para o país .
- par=ext417-pol-98a-1*: **Até** porque Fuzeta da Ponte, nas palavras de Alberto João, não era «grande espingarda» e «antipático», devendo por isso ter sido «demitido logo» .
- par=ext481-eco-92a-2*: Por outro lado, **até** ao final de 1991 o BNU tinha prestado 292 garantias a favor do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, para a liberalização prévia de incentivos concedidos por este instituto .

**Figura 1:** concordância gerada no *Ensinador* para *desde/até*

**Ensinador**

**Especificação do tempo em português**  
**Limites temporais: desde ou até?**

- par=ext406-pol-91b-4*: Estão dispostos a lutar por isso, mas vão fazer uma pausa \_\_\_\_\_ 6 de Outubro .
- par=ext4269-des-92a-1*: Mas, \_\_\_\_\_ lá, faltará, decerto, muito tempo .
- par=ext5063-pol-93b-2*: O responsável explica que a sua equipa de 11 médicos operou 1200 crianças \_\_\_\_\_ o início da agressão dos radicais sérvios, em condições idênticas às do resto do hospital .

Ver Solução  Descarregar: enunciado Adicionar título: Especificação do tempo em portugú

**Figura 2:** visualização do exercício resultante da concordância anterior

## 2.2. Corpora multilingues

Também existem *corpora* que reúnem textos de duas (bilingues), três ou mais línguas (multilingues). Estes *corpora* dividem-se em paralelos e comparáveis (Granger 2010). Como referem McEnery e Xiao (2007: 139), os corpora paralelos caracterizam-se por alinhar originais (= língua fonte, LF) e suas respetivas traduções (= língua alvo, LA). Estes corpora podem ser: i) unidirecionais (LF → LA), ii) bidirecionais (LF ↔ LA) ou iii) multidirecionais (LF → [LA<sub>1</sub>, LA<sub>2</sub>, LA<sub>3</sub>, LA<sub>4</sub>, etc]). No domínio literário, a *Linguateca*

<sup>3</sup> - <http://www.linguateca.pt/Ensinador/>

desenvolveu o COMPARA, que é um corpus literário bidirecional português-ínglês.

Para ampliar este trabalho de compilação não só a outros pares de línguas, mas também a uma maior variedade de textos, o projeto *Per-Fide*<sup>4</sup> (Araújo *et al.* 2010; Almeida 2014) tem vindo a criar, desde abril de 2010, um corpus paralelo multilíngue composto por um conjunto de subcorpora pertencentes a diversos domínios e.g. religioso, literário, jornalístico e técnico, que envolve um total de sete línguas (Português, Español, Russian, Français, Italiano, Deutsch, English). Os corpora paralelos compilados contêm textos originais nas sete línguas a par das respetivas traduções no maior número possível de línguas.

Para além de oferecer, tal como o corpus *Per-Fide*, um leque muito variado de línguas, o *Opus*<sup>5</sup> oferece-nos ainda a possibilidade de realizar pesquisas que permitem visualizar duas, três ou mais línguas numa única concordância. Este corpus multilíngue disponibiliza, de forma gratuita, 16 subcorpora especializados: textos legislativos (Parlamento Europeu); textos de economia e finanças (Banco Central Europeu); textos do domínio da saúde (Agência Europeia de Medicina); manuais técnicos de informática; corpus de legendas. O português europeu é representado em 7 desses subcorpora e o do Brasil em apenas 3.

### 2.3. Corpora de aprendentes

A maior parte dos corpora de aprendentes é de linguagem escrita e integra produções de inglês língua estrangeira. De facto, dentro dos 127 ‘learner corpora’ que aparecem elencados na página *Learner corpora around the world*<sup>6</sup> da Universidade Católica de Lovaina, 74 deles são dedicados ao inglês. Ao incluir produções redigidas por alunos brasileiros em cinco línguas alvo (alemão, espanhol, francês, inglês e italiano), o *Corpus Multilíngue de Aprendizizes* (CoMAprend)<sup>7</sup> compilado na Universidade de São Paulo destaca-se precisamente por criar um ‘corpus de aprendizizes’ multilíngue. Em Portugal, importa destacar os dois projetos que se seguem:

- o projeto de *Recolha de dados de aprendizagem de português língua estrangeira* realizado ao abrigo de um protocolo entre o Instituto Camões e o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa reúne 470 produções escritas, realizadas por 397 falantes de 28 línguas maternas diferentes.

---

<sup>4</sup> - Acessível gratuitamente em: <http://per-fide.ilch.uminho.pt/query>, o Corpus *Per-Fide* apresenta um recurso complementar à pesquisa em corpora, os PTDs – Dicionários Probabilísticos de Tradução – gerados automaticamente (Almeida *et al.* 2014). Ao gerar um PTD, o sistema de pesquisa apresenta uma família paradigmática de equivalentes com a sua respetiva percentagem de correspondência direta entre o termo de partida e os vários termos de chegada possíveis dentro do corpus selecionado pelo utilizador.

<sup>5</sup> - O corpus está disponível gratuitamente em: <http://opus.lingfil.uu.se/bin/opuscqp.pl>

<sup>6</sup> - <http://www.uclouvain.be/en-cecl-lcworld.html>

<sup>7</sup> - O corpus está disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlm/comet/comaprend.html>

- Os materiais do *Corpus de Produções Escritas de Aprendentes de PL2 (PEAPL2)* da Universidade de Coimbra foram produzidos por 391 falantes de 39 línguas maternas diferentes.

As produções escritas recolhidas no âmbito destes dois projetos podem ser descarregadas<sup>8</sup> gratuitamente. Este tipo de projetos tem como principal objetivo recolher produções de aprendentes não nativos com vista à criação de uma base de dados que possa apoiar a investigação em aquisição/aprendizagem de línguas estrangeiras (Aston 2004; Granger 2002; 2012) e, de modo particular, a formação de professores e a produção de materiais didáticos.

### 3. Como pesquisar em corpora

Importa referir que um corpus permite pesquisas mais avançadas se estiver etiquetado e lematizado (Frankenberg-Garcia, 2004; Santos 2012). Poder-se-á, neste caso, proceder a pesquisas de expressões que implicam um certo grau de variabilidade morfossintática (flexões, inserção de modificadores, etc.). Por exemplo, para procurarmos colocações do tipo "tomar + NOME" no corpus jornalístico do CETEMPúblico, é necessário introduzir a fórmula que se segue: **[word="tomar"] [pos="N"]** (i.e. uma fórmula do tipo: [atributo="valor"]<sup>9</sup>).

Para perceber a sintaxe de pesquisa acima transcrita, convém saber que:

- o atributo *word* permite a pesquisa de uma **palavra (forma)**:  
→ **[word="tomar"]** (esta fórmula procura apenas formas com a forma ortográfica *tomar*)
- o uso do atributo **lema** permite a pesquisa das palavras pela sua **forma base**:  
→ **[lema="tomar"]** (neste caso, obtemos formas que têm *tomar* como lema, i.e. todas as formas flexionadas de *tomar* tais como *tomou*, *tomaste*, *tomaram*, etc.).
- a pesquisa de uma palavra com determinada categoria morfossintática é feita através do atributo **pos** (*part-of-speech*):  
→ **[word="tomar"] [pos="N"]** devolve lexias que correspondem à palavra *tomar* seguida de nomes. Obtemos então uma família paradigmática de construções com verbo-suporte (*tomar conta (da loja/da casa/de mim)*,

<sup>8</sup> - Os dados destes projetos estão respetivamente disponíveis em: <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/314-corpora-of-ple>; <http://www.uc.pt/fluc/rcpl2/dados>.

<sup>9</sup> - Informação adicional sobre anotação está disponível para consulta em: [http://perfile.ilch.uminho.pt/docs/summerschool/how\\_to\\_query\\_corpora.pdf](http://perfile.ilch.uminho.pt/docs/summerschool/how_to_query_corpora.pdf); [http://perfile.ilch.uminho.pt/docs/summerschool/Idaete\\_Dias\\_et\\_al/exercises.pdf](http://perfile.ilch.uminho.pt/docs/summerschool/Idaete_Dias_et_al/exercises.pdf).

*conhecimento, consciência, parte (na galhofa/no motim/na expedição), partido, posse, posição, nota (dos compromissos/de tudo/), medidas, decisões, contacto, ...)* cujo semantismo é suportado pela base nominal.

Através da combinação das diferentes opções de pesquisa descritas acima

word: palavra (forma) → [word="..."]
lema: forma base da palavra → [lema="..."]
pos: (part-of-speech) categoria grammatical → [pos="..."]

é possível construir pesquisas avançadas como as que são de seguida exemplificadas:

. [lema="andar"][word="a"][pos="V.\*"]  
→ *andar a trabalhar/ando a escrever/andam a pedir/ .... (= perífrase andar a + Infinitivo).*

Também é possível recorrer a operadores de repetição ({n} exactamente n vezes; {n,} n ou mais vezes; {,n} até n vezes) ou a expressões combinadas (| alternância; () junção; ! negação) para proceder a consultas mais refinadas:

. [pos="DETard"]|[pos!="N"]{2,3}[pos="ADJ"] dá como resultado sequências com um artigo definido seguido por 2 ou 3 formas que não sejam nomes comuns, seguidas por um adjetivo → *o mais depressa possível; o mais cedo possível; o que é mais característico; o que pode parecer incongruente; o que é pior; o que é perfeitamente compreensível;*

. [pos="N|ADJ"]{3,} dá como resultado sequências que tenham pelo menos 3 adjetivos e nomes comuns consecutivos (em qualquer uma das ordens possíveis)

→ *tinta verde-clara viscosa, estilo gótico vitoriano, cabelo preto ondulado, défice comercial britânico, família tipo maria-vai-com-as-outras, articulação reumática sensível, minúsculo comprimido verde-claro, atrasado mental hilariante, grande crise económica, ...*

#### 4. Pesquisa em corpus: exercícios para ensino do PLE

Para dar conta das potencialidades pedagógicas de um corpus, iremos apresentar alguns exercícios que incidem sobre o verbo *chegar* em português e seus equivalentes em inglês para os níveis de proficiência A2/B1.

##### 4.1. Verbetes tradicionais não baseados em corpus

Importa salientar, desde já, que o léxico é frequentemente apresentado de forma totalmente descontextualizada nos dicionários não baseados em corpus:

<b>Priberam</b> <a href="http://www.priberam.pt/DLPO/chegar">http://www.priberam.pt/DLPO/chegar</a>	<b>Infopédia</b> <a href="http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/chegar">http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/chegar</a>
chegar – Conjugar (origem duvidosa) verbo intransitivo 1. Vir. 2. Dar entrada em. 3. Atingir, alcançar, durar até. 4. Ir, prolongar-se, ir ter, ir dar. 5. Tocar. 6. Aproximar-se. 7. Ascender, importar. 8. Bastar. 9. Ir até ao ponto de. 10. Subir até. 11. Acercar-se. 12. Começar. 13. Conseguir. 14. Ser bastante alto para. 15. Dar pancadas em, bater, surrar. verbo transitivo 16. Aproximar, mover para perto. 17. Ser suficiente para algo ou alguém (ex.: esta comida não chega para tantos convidados). = DAR verbo pronominal 18. Aproximar-se; vir ter a.	chegar – conjugação verbo transitivo e intransitivo 1. vir (de algum lugar) 2. colocar(-se) perto; aproximar(-se) 3. ser suficiente (para); bastar verbo intransitivo 1. dar entrada em 2. regressar 3. ter início; começar verbo transitivo 1. attingir (determinado lugar ou ponto); alcançar 2. dar (algo) a; passar 3. pôr em contacto 4. igualar-se (a); comparar-se (a) 5. sovar; bater 6. levar a fêmea à cobrição verbo pronominal 1. aproximar-se 2. resolver-se  [...]

**Tabela 2:** verbetes de *chegar* nos dicionários online *Priberam* e *Infopédia*

Os dois verbetes acima mencionados que retirámos dos dicionários *Priberam* e *Infopédia* da Língua Portuguesa são de muito pouca utilidade para alunos que estejam ainda numa fase inicial de aprendizagem do português, pois os diferentes valores semânticos de *chegar* vêm desprovidos, como vemos, de qualquer exemplo. Nesse sentido, parece-nos que o “mergulho” nos dados autênticos de um *corpus* pode complementar a pesquisa realizada a partir de outros recursos mais convencionais (tais como os dicionários ou ainda os tradutores automáticos), pois fornece as ocorrências do termo pesquisado nos seus diferentes contextos.

#### 4.2. O verbo *chegar* e seus equivalentes em inglês

É hoje praticamente consensual que a significação de uma forma linguística não existe por si mesma: define-se através dos variados modos de relação com o cotexto (também “contexte imédiat”, segundo Franckel 2006) em que se inscreve. A dinâmica interna à própria linguagem é, por conseguinte, da ordem da interação. Os exercícios que propomos abaixo têm precisamente como objetivo ajudar os estudantes de PLE a apreenderem, com base numa pesquisa

em corpus, a dimensão polissêmica de um termo (neste caso, o verbo *chegar*) e a rede de termos que lhe está associada na sua língua materna.

#### 4.2.1. *Chegar* como verbo pleno

O primeiro exercício abaixo transcrito parte deliberadamente da língua materna do aluno (neste caso, o inglês) de forma a dar conta da relação de equivalência entre *arrive*-*chegar*:

1. Clique em *Pesquisa Simples* no COMPARA. Escreva *arrive* na caixa de pesquisa de inglês para português e clique no botão Pesquisar (de inglês para português).
  - 1.1. Quantas ocorrências de *arrive* existem?
  - 1.2. Percorra os resultados para determinar qual é o verbo português que traduz mais frequentemente o verbo *arrive*?

Ou seja, com este exercício, pretende-se mostrar que a tradução de *arrive* em português não parece suscitar grandes dificuldades, dado que se trata, quase sempre, de uma tradução que mobiliza o equivalente português mais direto de *arrive*, i.e. *chegar*:

Procura: *arrive* Pedido de: **concordância em contexto** Direção da pesquisa: **De inglês para português** Resultados: **78** ocorrências . Expressão de pesquisa: "**arrive**"

Descrição do corpus usado nesta procura: 1435826 palavras portuguesas, 1542762 palavras inglesas, 97723 unidades de alinhamento.

**Concordância**

EBDL5(1):	Nightly descending through the baroque cloud That decorates these hills, riding on air, Thousands <b>arrive</b> by dream at their desire.	Descendo à noite pela nuvem branca Que ornamenta estes montes, rasgando o ar, Em sonhos <b>chegam</b> milhares ao que desejam.
EBDL5(99):	"The customers are confused, anxious, when they <b>arrive</b> here.	-- Os clientes estão confusos e ansiosos quando aqui <b>chegam</b> ,
EBDL5(1095):	'And who knows whether the shops will be open when we <b>arrive</b> ?' -- E sabe-se lá se as lojas vão estar abertas quando <b>chegarmos!</b>	
EBDL6(43):	Many conferees <b>arrive</b> at their destinations this summer more than usually fatigued, dehydrated and harassed; the dying fall of the engines' <i>Whhhheeeeeeeeeeeeeee</i> , as the power is finally switched off, is sweet music to their ears, but their chatter is undiminished, their demand for information insatiable.	Neste Verão são muitos os conferencistas que <b>chegam</b> aos seus destinos mais cansados, desidratados e molestados do que é habitual, mas o moribundo zunido dos motores, <i>UUUUUUuuuuuu</i> , quando o aparelho finalmente se imobiliza, é uma doce melodia para os seus ouvidos, ainda que a tagarelice não diminua e a sua ânsia por informações seja insaciável.
EBDL6(877):	He was expected at the Vienna conference on Narrative last week, but he did not <b>arrive</b> .	Era esperado no de Viena, sobre Narrativa, a semana passada, mas não <b>apareceu</b> .
EBDL6(1632):	«He was expected, but did not <b>arrive</b> , for some reason.	-- Estava-se à espera dele, mas, por qualquer motivo, não <b>apareceu</b> .

**Figura 3:** Concordância bilingue de *arrive* no corpus paralelo COMPARA

Este tipo de pesquisa fornece ocorrências do termo pesquisado nos seus diferentes contextos – a esta lista de ocorrência atribui-se o nome de concordância.

2. Clique novamente em Pesquisa simples. Escreva *chegar* na caixa de pesquisa de português para inglês e clique no botão Pesquisar (de português para inglês).
  - 2.1. Quantas ocorrências de *chegar* existem?
  - 2.2. Quais as diferenças entre os resultados obtidos para *arrive* e os resultados para *chegar*?

Depois de ter observado, aquando do primeiro exercício, que *arrive* ocorre 78 vezes na direção linguística de inglês para português, o aluno conclui que *chegar* surge com muito mais frequência na direção de português para inglês,



pois obtemos, neste caso, 428 ocorrências de *chegar*. A disparidade destes resultados aponta para a polissemia do verbo *chegar* (Pauly 2010) que parece ter desenvolvido usos mais abstratos a partir do seu uso mais concreto que denota um movimento espacial: *chegar a algum lugar* (Ferreira 2011). Por conseguinte, a determinação das suas diferentes significações passa necessariamente, em inglês, por verbos diferentes (*to come, reach, approach, para além de to arrive*), como tentamos mostrar a seguir com (cinco) dos contextos mais característicos de *chegar* extraídos do COMPARA.

3. Apresenta-se a seguir um excerto da concordância bilingue de *chegar* para dar conta dos principais equivalentes deste verbo em inglês.

EXEMPLO EM PORTUGUÊS	EXEMPLO EM INGLÊS	EQUIVALENTE EM INGLÊS
1. Finalmente <i>chegámos</i> .	We've finally <i>arrived</i> .	A: to arrive
2. O comboio <i>está a chegar</i> a Euston.	The train <i>is approaching</i> Euston.	B: to approach
3. Talvez tenha <i>chegado</i> naturalmente ao fim dos seus dias.	Perhaps it's <i>reached</i> the end of its natural life.	C: to reach
4. Levantou-se para lhe <i>chegar</i> a tigela com a papa de milho.	She got up to <i>take</i> him his bowl of mealie porridge.	D: to give
5. Já <i>chega</i> .	That's <i>enough</i> .	E: to be enough

Neste exercício seguinte, fornecemos aos alunos outras 10 ocorrências de *chegar* que encontrámos na concordância bilingue de *chegar-arrive* e pedimos-lhes que procurem determinar a significação de cada uma destas ocorrências de acordo com os 5 equivalentes ingleses indicados em 3:

3.1. Indique o valor semântico de *chegar* em cada um dos enunciados que se seguem, recorrendo aos cinco equivalentes ingleses (de A a E) apresentados acima:

	Exemplos retirados do corpus COMPARA	Equivalente (em inglês)
1	Escalo, <i>chego</i> ao topo e respiro ar limpo.	
2	As pessoas já estavam a começar a <i>chegar</i> para o concerto da noite.	
3	O velho <i>foi chegando</i> , vagaroso como era seu costume.	
4	Tu tens feijão em casa, que <i>chegue</i> para nós?	
5	Eu informo-o quando o médico <i>chegar</i> .	
6	Quando estávamos a <i>chegar</i> ao portão da frente calámo-nos.	
7	Já dormiu que <i>chegue!</i>	
8	Como ela estava sentada, o lençol não <i>chegava</i> até lá acima.	
9	<i>Chegue-me</i> a água, por favor.	
10	Afasta-te, não <i>te chegues</i> a mim, posso contagiar-te.	

### 4.2.2. *Chegar* como verbo auxiliar

Nesta segunda etapa, trata-se de fornecer aos alunos a fórmula que lhes permita aceder à concordância de *chegar* como verbo auxiliar na perífrase *chegar + a + INF*:

3.2. Utilize novamente a *Pesquisa Simples*. Escreva a sintaxe seguinte: [lema="chegar"][word="a"][pos="V"] na caixa de pesquisa de português para inglês e clique no botão Pesquisar (de português para inglês).

3.2.1. Esta pesquisa mostra que *chegar* pode aparecer em construções do tipo *chegar + a + INF*. Quantas ocorrências encontrou para este tipo de construção?

A pesquisa avançada por restrição de alinhamento permite fazer uma pesquisa nas duas línguas do corpus simultaneamente. Este tipo de pesquisa pode ter utilidade para saber, por exemplo, se uma palavra/estrutura na LF corresponde a outra palavra/estrutura na LA:

3.2.2. Clique na hiperligação da *Pesquisa Avançada*. Selecciona a direção de português para inglês. Escreva "even" na caixa das restrições de alinhamento do lado direito e "[lema="chegar"][word="a"][pos="V.\*"]" na caixa de pesquisa da esquerda. Clique em Procurar.

3.2.2.1. Quantas ocorrências de *even* existem no lado inglês do corpus?

Assim, ao escrevermos a fórmula [lema="chegar"][word="a"][pos="V.\*"] na caixa de pesquisa do lado esquerdo e *even* na caixa de restrição de alinhamento [ver abaixo figura 4], só serão mostrados os resultados contendo a construção *chegar a Inf.* no lado português e *even* no lado inglês da concordância [ver abaixo figura 5]:

**Pesquisa avançada**

A pesquisa avançada dá-lhe a oportunidade de efectuar consultas mais sofisticadas e usar apenas partes específicas do COMPARA nas suas pesquisas. Os resultados podem ser apresentados em forma de concordâncias paralelas e de diversas outras maneiras. Basta seguir os passos abaixo.

[Formulário expandido](#)

1. Selecciona direcção da pesquisa    2. Introduza expressão    3. Escolha partes específicas do corpus (opcional)    4. Especifique os resultados

**2.1 Pesquisa por palavra ou expressão**

Insira uma palavra ou expressão de pesquisa:

Não fazer distinção entre maiúsculas e minúsculas  
 Juntar acentos e cedilhas automaticamente

**2.2 Mais opções de pesquisa**

Especifique uma restrição de alinhamento (opcional):

Não fazer distinção entre maiúsculas e minúsculas  
 Juntar acentos e cedilhas automaticamente

Figura 4: Pesquisa Avançada (restrição de alinhamento) no COMPARA

Procura: [lema="chegar"][word="a"][pos="V.\*"] Pedido de: concordância em contexto Direção da pesquisa: De português para inglês Resultados: 39 ocorrências  
Expressão de pesquisa: [lema="chegar"][word="a"][pos="V.\*"] :COMPARA\_ING\_ANOT "even"

Descrição do corpus usado nesta procura: 1435926 palavras portuguesas, 1542762 palavras inglesas, 97723 unidades de alinhamento.

#### Concordância

EBDI_1T1 (1690):	<b>Cheguei a forçar</b> o riso em relação a certos diálogos que escrevera – algo que habitualmente não faço.	I <b>even</b> forced a laugh at some of my own lines, something I never normally do.
EBJT1(687):	Ela <b>chegara a fazê-lo</b> sentir que o dinheiro não tinha importância, que não estava a perder o controlo da sua capacidade para gerir as finanças da propriedade.	She'd <b>even</b> made him feel that the money didn't matter, that his seeming ability to manage the farm's finances was not running away with him.
EBMS1(185):	Lágrimas de felicidade de novo me escorriam nas faces e <b>cheguei a levantar</b> os olhos rasos de lágrimas para o sol bendito que tanta alegria me dava.	Soft tears again bedewed my cheeks, and I <b>even</b> raised my humid eyes with thankfulness towards the blessed sun which bestowed such joy upon me.

**Figura 5:** Resultado da concordância da pesquisa por restrição de alinhamento

Esta construção perifrástica com *chegar* parece nutrir uma relação privilegiada com *even* e com outras construções do tipo [lema="get"][word="to"][pos="V.\*"] ou ainda [lema="begin"][word="to"][pos="V.\*"]. A partir destes diferentes equivalentes ingleses, os aprendentes poderão mais facilmente emitir hipóteses quanto ao sentido de *chegar* neste contexto:

3.2.2.2. Que valor(es) semântico(s) atribui a esta construção perifrástica inglesa que aparece neste contexto?

3.2.2.3. Recorra a este tipo de pesquisa (por restrição de alinhamento) para recolher, pelo menos, mais uma das traduções possíveis desta construção perifrástica em inglês?

#### 4.2.3. *Chegar* em unidades fraseológicas (colocações, expressões idiomáticas, etc.)

Nesta terceira e última etapa que se prende com o uso de *chegar* em expressões mais ou menos fixas, o COMPARA pode funcionar, uma vez mais, como um dicionário bilingue contextualizado que permite pesquisas multipalavras. O professor poderá então propor uma série de lexias complexas construídas com o verbo *chegar* e encorajar os alunos a fazer uma pesquisa num corpus paralelo para descobrirem se estas lexias têm uma correspondência direta ou não em inglês:

4. Retroceda até à *Pesquisa Simples* para pesquisar as 4 expressões que se seguem:

- A. "chegar" "a" "uma" "conclusão"
- B. "chega" "de" "(conversa|paleio|treta|palavreado)"
- C. "não" "chegar" "aos" "calcanhares" "de"
- D. [lema="chegar"][word="a"][word="mostarda"][word="ao"][word="nariz"]

4.1. Complete a tabela abaixo indicando quantas ocorrências encontrou para cada uma delas.

4.2. Para ilustrar cada uma dessas expressões, transcreva, nessa mesma tabela, uma das ocorrências que encontrou na parte do português e sua respetiva tradução inglesa, como no exemplo.

Exemplos retirados do COMPARA			
	Oc.	PT	EN
A	5	[...] e <i>cheguei</i> a uma conclusão única.	[...] and I <i>have arrived</i> at one conclusion.
B			
C			
D.			

### 5. Considerações finais

Embora alguns autores, como Gellerstam (1996), alertem para os efeitos potencialmente nefastos de se expor os aprendentes de uma língua estrangeira às idiossincrasias típicas das traduções, procurámos mostrar, nesta comunicação, que o uso de *corpora* paralelos pode ajudar no desenvolvimento (meta)linguístico dos alunos. De facto, ao aprender a “ler” e a “analisar” concordâncias bilíngues, os alunos são necessariamente incitados a:

- . formular hipóteses e a compará-las com as dos colegas,
- . estabelecer relações e comparações intra e interlinguísticas e, a partir delas, induzir regras gramaticais que reforçam o diálogo entre a língua materna e a língua estrangeira.

Deste modo, a pesquisa em *corpus* permite que a abordagem da gramática possa ser indutiva, orientando os alunos na descoberta autónoma do funcionamento da língua. A exploração de *corpora* permite-nos dar conta, por exemplo, da polissemia dos verbos e da forte assimetria sintático-semântica que existe, na passagem de uma língua para a outra, entre verbos aparentemente equivalentes. A partir das concordâncias resultantes de uma pesquisa bidirecional efetuada no COMPARA, é possível elaborar, como vimos, exercícios que ajudam os alunos de PLE a apreender os diferentes sentidos que um determinado verbo adquire em contexto através da rede de equivalentes por eles mobilizada na sua língua materna.

### 6. Referências bibliográficas

- Almeida, José João; Araújo, Sílvia; Carvalho, Nuno; Dias, Idalete; Oliveira, Ana; Santos, André; Simões, Alberto (2014): “The Per-Fide Corpus: a new resource for corpus-based terminology, contrastive linguistics and translation studies”. In Tony Berber Sardinha & Telma São Bento Ferreira (eds.) *Working with Portuguese Corpora*. Bloomsbury Academic.177-200.
- Aijmer, Karin (2009): *Corpora and Language Teaching*. Amsterdam: John Benjamins.
- Altenberg, Bengt; Granger, Sylviane (2012): “The Grammatical and Lexical Patterning of MAKE in Native and Non-Native Student Writing”. In: Doug Biber & Randi

- Reppen, *Corpus Linguistics Volume 4: Methods and Applications*. Sage: London. 219-238.
- Araújo, Sílvia, Alberto Simões, José João Almeida, & Idalete Dias (2010): “Apresentação do projeto *Per-Fide*: Paralelizando o Português com seis outras línguas”. *Linguamática*, Vol.2, Nº 2. 71-74.
- Aston, Guy, Bernardini, Sílvia & Stewart, Dominic (eds.) (2004): *Corpora and Language Learners*. Amsterdam: John Benjamins.
- Bernardini, Sílvia (2002): “Exploring new directions for discovery learning”. In B. Kettemann & G. Marko (Eds.) *Teaching and learning by doing corpus analysis*. New York: The Edwin Mellen Press. 165-182.
- Chambers, Angela (2005): “Integrating Corpus Consultation in Language Studies”. *Language Learning & Technology*, 9(2). 111-125
- Cobb, Tom (1999): “Breadth and depth of vocabulary acquisition with hands-on concordancing”. *Computer Assisted Language Learning* 12. 345 - 360.
- Conrad, Susan (2000): “Will corpus linguistics revolutionize grammar teaching in the 21<sup>st</sup> century?”. *TESOL Quarterly* 34. 548–60.
- Ferreira, Ediene (2011): “Metáfora e gramaticalização: um estudo do verbo chegar”. *Veredas* 2/2011. 168-178.
- Franckel, Jean-Jacques (2006): “Situation, contexte et valeur référentielle”. *Pratiques* n° 129/130: 51-70.
- Frankenberg-Garcia, Ana, Flowerdew, L., Aston, G. (2011): *New Trends in Corpora and Language Learning*. London: Continuum.
- Frankenberg-Garcia, Ana (2003): “A Construção (e alguns usos) do corpus Compara”. In José João Almeida (ed.), *Corpora Paralelos, Aplicações e Algoritmos Associados (CP3A)* (Braga, 3 de Junho de 2003), Braga : Universidade do Minho, pp. 15-23.
- Frankenberg-Garcia, Ana (2004). *COMPARA - Aula Prática em Português*. 28 de Setembro de 2004. <http://www.linguateca.pt/COMPARA/docum/AulaPratica.pdf>
- Frankenberg-Garcia, Ana (2006): “Raising teachers' awareness to corpora”. In *Seventh International Conference on Teaching and Language Corpora (TALC7)* (Paris, França, 1-4 de Julho de 2006). 1-3.
- Gavioli, Laura (2001): “The learner as researcher: introducing corpus concordancing in the classroom”. In: Aston, G. (ed.) *Learning with corpora*. Houston TX: Athelstan, 108-137.
- Gellerstam, Martin (1996): “Translations as a source for cross-linguistic studies”. In Karin Aijmer, Bengt Altenberg e Mats Johansson (eds.) *Languages in contrast: papers from a symposium on text-based crosslinguistic studies*. Lund Studies in English 88. Lund University Press. 53-62.
- Granger, Sylviane (2012): “How to use foreign and second language learner corpora?”. In: Mackey, A. & Gass, S.G., *A Guide to Research Methods in Second Language Acquisition*. Basil Blackwell: Chichester. 7-29.
- Granger, Sylviane (2010): “Comparable and translation corpora in cross-linguistic research. Design, analysis and applications”. *Journal of Shanghai Jiaotong University*, Vol. 2. 14-21.
- Granger, Sylviane, Petch-Tyson, Stephanie & Hung, Joseph (eds) (2002): *Computer Learner Corpora, Second Language Acquisition and Foreign Language*

- Teaching*, éd. (*Language Learning and Language Teaching*; 6). Benjamins: Amsterdam and Philadelphia.
- Johns, Tim (1991): "Should you be persuaded": two samples of data-driven learning materials. In T. Johns and P. King (eds.) *Classroom Concordancing ELR Journal* 4. University of Birmingham.
- Kettemann, Bernhard (1996): "Concordancing in English Language Teaching". In S. Botley, J. Glass, T. McEnery and A. Wilson (eds.) *Proceedings of Teaching and Language Corpora*. 4-16. Lancaster University.
- McEnery, Tony and Richard Xiao (2007): "Parallel and comparable corpora: The state of play". In Y. Kawaguchi, T. Takagaki, N. Tomimori and Y. Tsuruga (eds.) *Corpus-Based Perspectives in Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins. 131-145.
- McEnery, Anthony; Xiao, Zhonghua (2005): "Help or help to: What do corpora have to say?". *English Studies* 86(2). 161-187.
- McEnery, Tony & Wilson, Andrew (2001): *Corpus Linguistics. An Introduction* (2<sup>nd</sup> edition). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Meunier, Fanny (2011): "Corpus linguistics and second/foreign language learning: exploring multiple paths". *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. v. 11, n. 2. 459-477.
- Pauly, Émilie (2010): *La polysémie. Réflexion théorique, méthodologique et application à la lexicographie. L'exemple des verbes aller, partir et tirer en français contemporain*. Paris: L'Harmattan.
- Santos, Diana (2014): *First steps of Gramateca: a corpus-based grammar initiative for Portuguese, driven by Linguateca*, presentation at the Corpus Linguistics Group, University of Oslo, 20 February 2014.
- Santos, Diana (2014): "Corpora at Linguateca". In Tony Berber Sardinha & Telma São Bento Ferreira (eds.) *Working with Portuguese corpora*. Bloomsbury. 219-236.
- Sardinha, Tony Berber (2004): *Linguística de Corpus*. Editora Manole: Barueri S.P.
- Simões, Alberto & Diana Santos (2011): *Ensinador: corpus-based Portuguese grammar exercises*. *Procesamiento del Lenguaje Natural* 47: 301-309.
- St. John, Elke (2001): "A case for using a parallel corpus and concordancer for beginners of a foreign language". *Language Learning & Technology*, 5(3). 185-203.
- Stevens, Vance (1995). "Concordancing with Language Learners: Why? When? What?" *CAELL journal*, 6 (2): 2-10.
- Stevens, Vance (1991): "Classroom concordancing: vocabulary materials derived from relevant, authentic text". *English for Specific Purposes* 10: 35-46.
- Xiao, Richard & McEnery, Tony (2013): "Grammar and corpora". In *The Encyclopedia of Applied Linguistics*. Malden and Oxford: Wiley-Blackwell.



# Práticas ortográficas em inícios do século XIX: a ortografia portuguesa na *Gazeta de Lisboa* (1815) e na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822)

*Susana Fontes*

Centro de Estudos em Letras  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
sfontes@utad.pt

*Sónia Coelho*

Centro de Estudos em Letras  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
scoelho@utad.pt

*Rolf Kemmler*

Centro de Estudos em Letras  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
kemmler@utad.pt

## Resumo

Desde os inícios da codificação metalinguística da língua portuguesa, a história da ortografia portuguesa ficou marcada pela oscilação permanente entre duas vertentes: a fonética e a etimológica, o que levou os autores a enveredar por caminhos divergentes, acabando, conseqüentemente, por criar alguma instabilidade ortográfica (cf. Kemmler 2001, Gonçalves 2003).

Neste artigo, recorremos ao periódico *Gazeta de Lisboa* de 1815 e à *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, publicada postumamente em 1822, para constituir um corpus de trabalho com cerca de 2000 páginas, representativo do estado da língua no início da centúria oitocentista.

Neste sentido, tendo por base as duas tipologias textuais distintas (um texto jornalístico e um texto metalinguístico, ou seja, uma gramática), pretendemos refletir sobre a ortografia neste período, uma vez que a leitura dos textos, desde logo, nos permitiu confirmar a existência de uma instabilidade ortográfica. Com efeito, propomos apresentar a análise de alguns exemplos que comprovam a natureza e o grau desta inconstância que se observa nos textos em causa.

**Palavras-Chave:** *Gazeta de Lisboa* (1815), *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822); Ortografia

## Abstract

Since the beginning of the metalinguistic codification of the Portuguese language, the history of the Portuguese orthography was characterized by the permanent oscillation between two strands: the phonetic and etymological, leading the authors to divergent paths and consequently creating orthographic instability (cf. Kemmler 2001, Gonçalves 2003).



In this paper, we used the newspaper *Gazeta de Lisboa* (1815) and the *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, published posthumously in 1822, to create a corpus of work with about 2000 pages, which is representative of the state of the language in the early nineteenth century.

Therefore, considering these two different text types (a journalistic text and a metalinguistic text, i.e., a grammar), we intend to reflect on the orthography of this period, since the reading of the texts allowed us to confirm the existence of a clear orthographic instability. Indeed, we propose to analyse some examples that demonstrate the nature and extent of this inconstancy that is observed in the texts concerned.

**Keywords:** *Gazeta de Lisboa* (1815), *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822); Orthography

## Introdução

No dealbar do século XVIII, depois de um período árido em termos de produção jornalística, é publicada a *Gazeta de Lisboa*, em 1715, com o título de *Notícias do Estado do Mundo*, sendo apenas nos números seguintes que recebe a denominação de *Gazeta de Lisboa*.

Este periódico vai sofrer alterações nos diferentes títulos que apresenta ao longo da sua história. Depois de se assumir enquanto *Gazeta de Lisboa*, adotou outras designações, como *Lisboa*, *Diário do Governo*, *Diário da Regência*, *Crónica Constitucional de Lisboa*, *Gazeta Oficial do Governo*, *Gazeta do Governo*, *Diário de Lisboa* (cf. Tengarrinha 1989: 265-266).

Esta publicação começa por ser semanal, no entanto, no século XIX, um contexto político agitado, marcado pelas invasões francesas, exigia intervalos ainda mais curtos entre as publicações, de forma a satisfazer a curiosidade crescente do público, sendo em 1809 que a *Gazeta de Lisboa* adquire a periodicidade diária. Neste sentido, em 1815, período que temos sob escopo neste artigo, a gazeta chega aos seus leitores diariamente.

Em 1822, é dada à estampa, pela Academia Real das Ciências, a gramática que representa o expoente máximo da Gramática Geral em Portugal, a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, obra póstuma da autoria de Jerónimo Soares Barbosa,<sup>1</sup> por largo tempo esquecida e incompreendida.<sup>2</sup> Ainda que a publicação tenha surgido apenas após a morte do autor, a redação da *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* terá sido, no entanto, bastante anterior, como leva a crer a informação incluída no final do texto introdutório à gramática a partir da quarta edição: “Coimbra, 24 de junho de 1803” (Barbosa 1862: XVI). Ademais, no catálogo apenso à obra *As duas Linguas* (1807), é

<sup>1</sup> Filho de Manuel Freire de S. Lázaro e de Violante Rosa Soares, Jerónimo Soares Barbosa nasceu em Ansião, em finais de janeiro de 1737, e faleceu a 5 de janeiro de 1816, em São João de Almedina, Coimbra.

<sup>2</sup> Durante um largo período de tempo, que se circunscreve entre a data da última edição, 1881, e a segunda metade do século XX, a *Grammatica Philosophica* ficou esquecida, facto que está associado ao eclodir de novas correntes linguísticas, nomeadamente da corrente histórico-comparativa, dada a conhecer em Portugal por Francisco Adolfo Coelho.

referida uma obra manuscrita (“*Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* 4. Vol. 8.<sup>o</sup>” (Barbosa 1807: [II])) que Kemmler, Assunção e Fernandes (2009: 208), tendo por base elementos de documentação arquivística encontrados, dizem corresponder “[...] à obra publicada em 1822”.

O seu autor foi um homem afinado com o seu tempo e, como profundo conhecedor das letras, representa o expoente máximo da influência das luzes na gramática em Portugal. Na Introdução à obra mencionada, traçando um percurso da gramática, desde as suas origens até ao momento em que escreve, Soares Barbosa censura as gramáticas que aplicam servilmente o modelo latino, sem atenderem às características das línguas vulgares e aplaude aqueles que rompem com as amarras da tradição.

Esta obra teve, durante o século XIX, sete edições (1822, 1830, 1862, 1866, 1871, 1875, 1881), todas elas publicadas sob a chancela da Academia das Ciências de Lisboa.

No presente trabalho, recorrendo à primeira edição da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de 1822, e à *Gazeta de Lisboa*, de 1815,<sup>3</sup> dois textos coetâneos e de tipologias distintas, é nosso intento analisar e discutir alguns aspetos ortográficos que caracterizam os textos, verificando semelhanças e dissemelhanças entre os mesmos. Nesta análise, a partir da qual nos será permitido concluir acerca de alguns aspetos que caracterizavam a ortografia no início do século XIX, socorrer-nos-emos da visão de Jerónimo Soares Barbosa, que dedica o II livro da sua gramática à ortografia, e de alguns ortógrafos da época, principalmente de João de Morais Madureira Feijó, autor da *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza* (1734),<sup>4</sup> obra que maior influência teve no ideário ortográfico deste período.

Os aspetos que nos propusemos tratar exemplificam casos de instabilidade ortográfica, para os quais não havia uma solução única e consensual, de que são exemplo o uso dos grafemas <s> e <z> com valor de [z], a utilização do <h> e o ditongo nasal [ẽw].

### 1. Grafemas <s> e <z> com valor de [z]

O grafema <s>, em posição intervocálica, adquire o valor de [z]. Ora, a representação desta sibilante levanta problemas, uma vez que na escrita pode recorrer-se aos grafemas <s> e <z> para representar este som [z] e as opções vão ser muitas vezes diferentes, originando maior instabilidade.

De acordo com Soares Barbosa, nas palavras oriundas do latim, é a etimologia que determina a grafia a adotar. Por essa razão, o gramático critica o

---

<sup>3</sup> A partir deste momento, passaremos a designar estas obras pelas suas iniciais: *GPLP* e *GL*.

<sup>4</sup> Neste artigo, usaremos a 3ª edição, de 1781, por se tratar da primeira edição póstuma, a partir da qual se registaram as principais alterações.

uso da letra <z> em vocábulos que não o contenham na sua origem, de que são exemplo as palavras oxítonas terminadas em <z>:

O escrever com Z as finais agudas do Singular, como: *Fáz, Fêz, Fiz, Capáz, Capúz, Feliz, Retróz* e outras semelhantes pela razão da maior facilidade na formação dos pluraes dos nomes, he desamparar a regra da dirivação por huma razão frívola. Nenhuma destas palavras tem no Latim Z no fim, mas ou X, ou S, ou T. O S final, ficando nos pluraes destes nomes entre vogaes, pronuncia-se como Z segundo a analogia Latina. As vogaes finais accentuadas ficão sendo signal proprio para mostrar a sua agudeza; e ha muitas palavras de semelhantes finais agudos, que nem por isso escrevemos com Z, como *Pés, Dés, Sés, Três, Vês, Más, Aliás*. Seria por tanto mais coherente o escrever *Fás, Fês, Fis, Capás, Capús, Felís, Retrós* (Barbosa 1822: 75).

A grafia destas palavras é uma questão para a qual o próprio gramático apresenta diferentes soluções na obra, gerando-se, por um lado, uma incoerência no seu discurso e evidenciando, por outro lado, o peso da tradição neste domínio, como se pode ver no parágrafo dedicado às terminações dos adjetivos, em que, reportando-se àqueles que têm uma só terminação, o gramático apresenta os adjetivos “[...] acabados em *ar, az, iz, oz*, como *Exemplar, Capaz, Feliz, Veloz* [...]” (Barbosa 1822: 187-188). Desta forma, os exemplos *capaz* e *feliz*, acima usados para ilustrar as palavras que deviam ter <s> no final e não <z> porque em latim também não o tinham (> CAPAX, FELIX),<sup>5</sup> estão neste passo a ilustrar as terminações em <az> e <ez>. Com efeito, ainda que o autor proponha a sua escrita com <s>, neste caso, o uso comum acaba por prevalecer, pois na obra é com <z> que estas formas surgem grafadas e não com <s>, como provam os exemplos que se seguem e o número das suas ocorrências: *capaz* (7) / *capás* (1), *capuz* (2) / *capús* (1), *faz* (121) / *fás* (1), *feliz* (15) / *felís* (1), *fez* (32) / *fês* (1), *fiz* (4) / *fís* (1), *luz* (9) / *lús* (1), *vez* (27) / *vês* (2).<sup>6</sup>

Este mesmo uso comum também se verifica no texto jornalístico em análise, a *GL*, onde encontramos todas estas palavras grafadas apenas com <z>.

Estes vocábulos que Soares Barbosa diz deverem-se grafar com <s> encontram-se nas listas de palavras que terminam em <z> apresentadas por Feijó (cf. 1781: 107-108). Também Lima, que dedica um suplemento à letra <z>, depois de provar a necessidade desta letra na língua portuguesa, apresenta-a como a terminação a adotar em determinados nomes oxítonos de uma ou mais

<sup>5</sup> Na verdade, estas palavras grafam-se com <z> e não com <s> porque as palavras latinas que continham <c> ou <t> passam a escrever-se no português com <z>, como nos indicam, por exemplo, os ortógrafos Carlos Augusto de Figueiredo Vieira (cf. 1844: 54) e Tristão da Cunha Portugal (cf. 1856: 49). Atualmente, a base da regra é a mesma, contudo foi aperfeiçoada pelos frutos da linguística histórico-comparativa: “2. Lat. *c* seguido de *e* ou *i* finais se tornou port. *z*, o qual se tornou final pela apócope do *e* ou *i*: *facit* > *faze* > *faz*; *uicem* > *vez*; *fēcī* > *fiz*” (Williams 1991: 102).

<sup>6</sup> Note-se que as ocorrências com <s> verificam-se quase exclusivamente nas citações acima apresentadas, estando sempre associadas à ilustração que o autor faz das suas propostas.

silabas e nas terminações de alguns verbos (cf. Lima 1736: 215-216), em que encontramos, de igual modo, os exemplos acima elencados pelo gramático.

Relativamente aos substantivos femininos acabados em <eza>, Feijó considera que estes devem ser grafados com <z>: “Dizem mais, que escreveremos com o Z os nomes appellativos femininos de similhante terminaçõ, assim no singular, como no plural: *Avareza, Belleza, Dureza, Esperteza, Fraqueza, Grandeza, etc.*” (Feijó 1781: 104).

Tendo em conta esta regra, são vários os exemplos que surgem no corpus, dos quais destacamos *alteza, pobreza, pureza, nobreza, fortaleza, pureza, princeza*.<sup>7</sup>

Assim, no que respeita ao uso das grafias <s> e <z> para representar o som [z], nos textos estudados assistimos a diferentes opções, que passamos a dividir em cinco grupos: um primeiro em que se encaixam palavras que nos dois textos se grafam apenas com <s> ou apenas com <z>; no segundo grupo temos palavras que apresentam uma só forma (<s> ou <z>) na *GL* e apresentam oscilação na *GPLP*; no terceiro grupo encontramos palavras em que existe oscilação na *GL* e apenas uma só forma (<s> ou <z>) na *GPLP*; no quarto grupo encaixam-se palavras que apresentam <z> na *GPLP* e que passam maioritariamente a grafar-se com <s> na *GL*; e, por fim, no último grupo enquadram-se as palavras em que existe variação na sua grafia dentro do mesmo texto, surgindo grafadas ora com <s> ora com <z>.

Passemos à sistematização em tabela do uso dos grafemas <s> e <z> com valor de [z] nas edições.

	<i>GL e GPLP</i>
Palavras que apresentam <s> nos dois textos	<i>acaso, analysar, apresentar, casos, casualidade, causa, collisão, composição</i>
Palavras que apresentam <z> nos dois textos	<i>alteza, armazem, azeite, azul, certeza, dizer, fazer fortaleza, nobreza, pureza, riquezas</i>
Palavras que apresentam uma só forma na <i>GL</i> e apresentam oscilação na <i>GPLP</i>	<i>Empresa - empreza/empresa Razão - rasão / razão Escusado - excusado / escusado / excuzado</i>
Palavras que apresentam oscilação na <i>GL</i> e apresentam uma só forma na <i>GPLP</i>	<i>Amizade/amizade - amizade Visinho/vizinho/vezinho - vizinho Conclusão/conclusão - concluzão</i>
Palavras que apresentam <z> na <i>GPLP</i> e que passam maioritariamente a grafar-se com <s> na <i>GL</i>	<i>Autorizar - autorisar/authorisar, Caracterizar - caracterisar, civilizado - civilisado, indemnizar - indemnisar</i>
Palavras em que existe variação dentro do mesmo texto	<i>Brazil / Brasil, couza / coisa, demasia(damente)/demazia(damente), frases / frazes, horisontaes / horizontaes, poesia / poezia, preciso / precizo, prosa / proza</i>

**Tabela 1:** Grafemas <s> e <z> com valor de [z] na *GL* e na *GPLP*

<sup>7</sup> Feijó considera que este nome constitui uma exceção à regra: “Mas *Princesa, e Duquesa* se escreverám com S, porque neste acaba *Duques, Principes* [...]” (Feijó 1781: 104).

## 2. O uso do <h><sup>8</sup>

No alfabeto do uso apresentado por Soares Barbosa, não encontramos este grafema. É só quando o gramático apresenta o abecedário vulgar ou tipográfico que ele surge, no entanto o autor aponta-o como uma letra sobeja, “[...] que, ainda sendo signal de aspiração, não deve ter lugar entre as Consoantes, mas sim entre os Accentos Prosodicos, aonde pertence” (Barbosa 1822: 59). Ora, como podemos constatar, mantém-se aqui a tradição de atribuir ao <h> uma função de aspiração.

Efetivamente, no capítulo dedicado às modificações prosódicas, o gramático, para além de indicar os acentos agudo, grave e circunflexo, acrescenta um quarto acento, que corresponde ao espírito áspero dos gregos:

Além destes tres Accentos ha outro de *Aspiração*, que os Gregos notavão ao principio com dois *ΕΗ* virados hum para outro, ou unidos deste modo *H*, e depois com a figura de huma virgula ás avessas, lançada por cima da vogal; e os Romanos com o primitivo *H* dos Gregos, posto na mesma linha antes da vogal aspirada (Barbosa 1822: 41).

Comparando a língua portuguesa com a castelhana, no caso específico da nossa língua, o autor reconhece que a aspiração é quase inexistente, verificando-se apenas nas interjeições, pois estas palavras caracterizam-se por exprimirem as paixões da alma e, como tal, são as únicas que registam esta marca própria dos gregos:

A Lingua Portugueza differença-se muito nesta parte da Lingua Castelhana, que he abundantissima de aspirações, e por isso se faz algum tanto aspera e fatigante. A nossa não usa dellas se não nas Interjeições, em que são mui proprias para exprimirem o desafogo das paixões, pronunciando com ellas, e escrevendo ás vezes *ah! oh! hui! &c.* (Barbosa 1822: 41).

Feijó, na senda desta antiga tradição, também considera o <h> como sinal de aspiração, acrescentando-lhe ainda as funções distintiva e de letra:<sup>9</sup>

139 Na lingua portugueza necessariamente havemos de dizer, que he letra; porque aquella se deve chamar letra, sem a qual as palavras não ficão significativas, nem sôão como ellas saõ. E quem duvida, que se tirarmos o

<sup>8</sup> A propósito desta “letra”, verificamos que existem propostas muito distintas para a sua utilização. Destacamos, a título exemplificativo, a de Verney, que defendia a supressão total do “h” em todos os contextos, movido por um princípio fonético, que o separa da maioria dos ortógrafos. Numa tendência conservadora, estes manifestam uma ligação à etimologia e também ao uso, o que os separa da linha radical de Verney.

<sup>9</sup> Como seria expectável, Luís António Verney, por seu turno, condena o uso do <h> tanto como sinal distintivo e igualmente como aspiração, reservando-o para os casos em que efetivamente tem um valor na pronúncia: “Mas, deixando o que fazem os outros, e pasando ao que devem fazer os Portuguezes, digo, que nam devem escrever *h* senam, quando cauza diferente pronuncia, como em *Minha, Diz-lhe, &c.*” (Verney 1746: 23).

*H* ás palavras, que escrevemos com *Lha, lhe, lhi, lho, lhu*: ou *Cha, che, chi, cho, chu*: ou *Nha, nhe, nhi, nho, nhu*, nenhuma se poderá pronunciar, nem ficará significativa; porque *Chave* sem *H* fica *Cave*. *Tenho, Teno. Linha, Lina, &c.* Mas também ha huma multidaõ de palavras portuguezas, em que usamos do *H* só como aspiraçãõ; e em muitas he preciso, para differença de outras, que sem *H* se equivocaõ, como *E* conjunçãõ, e *He* terceira pessoa do verbo *Est* no portuguez: *Ja*, adverbio; e *Hia*, linguagem do verbo *Ir*, que he *Eo, is; Ibat* elle *hia, &c.*<sup>10</sup> (Feijó 1781: 68).

Na sequência das apreciações acerca da função do <h>, Soares Barbosa tece algumas considerações sobre o uso que na nossa língua se conferia a este grafema, evidenciando as funções identificadas por Feijó e acrescentando mais uma: integrar os dígrafos portugueses <ch, lh, nh>:

Usa porêem frequentemente do *H* para outros fins; ja para figurar algumas Consonancias suas proprias, que os Romanos não tinham, quaes são as Prolações *CH, LH, NH*; ja para conservar as etymologias Gregas e Latinas, como em *Hypothese, Homem*; ja para distinguir os sons semelhantes, como *há* verbo de *á* preposição, *hi* adverbio de *i* vogal, e *hum* nome de *um* vogal nasal (Barbosa 1822: 41).

Como já dissemos, este grafema serve para marcar a aspiração, fenómeno que se verifica nas interjeições.<sup>11</sup> Ao contrário do que seria considerado regra num texto jornalístico atual, não compatível com a utilização de interjeições, que permitem exteriorizar determinados estados de espírito, na *Gazeta* encontramos estes exemplos que aqui deixamos: “*Oh bom Deos! [...] Oh loucura da sapiencia do seculo! oh delirio! oh insulto da razão! [...] Oh Providencia!*” (*GL*, nº 97, 26 de abril de 1815: [III]). Na *GPLP*, temos também alguns exemplos de interjeições, que surgem sempre grafadas com <h>, tal como acontece ainda hoje com algumas delas: *ah!, hai!, oh!, ah! ah!, hui!*.

Sendo o <h> um carater latino, Soares Barbosa considera que ele deve figurar nas palavras que em latim o continham, de modo a evidenciar a sua etimologia:

Ainda que o *H* não tenha valor algum entre nós fõra talvez das Interjeições, comtudo deve-se conservar na escriptura das palavras, dirivadas do Latim para mostrarem a sua origem e com ella sua significação primitiva. Pelo que devemos escrever com elle *Habil, Habitar*,

---

<sup>10</sup> Feijó acrescenta também que em alguns nomes de origem não portuguesa que terminam em <h> devemos ter em conta a origem da palavra, e por isso, ainda que não haja palavras portuguesas terminadas em <h>, ele apresenta alguns topónimos e antropónimos acabados desta forma, e condena aqueles que propõem a grafia <José> para o nome próprio <Joseph>: “[...] não devemos tirar aos nomes proprios indeclinaveis aquella terminaçaõ, com que passáraõ para o nosso uso, porque sem ella não ficarãõ proprios, nem se saberá, que nomes são [...]” (Feijó 1781: 71).

<sup>11</sup> “Nas Interjeições *ah! oh! hui!* ha a razão de serem estas vozes naturalmente aspiradas; para o que he muito proprio o *H*” (Barbosa 1822: 71).

*Habito, Haver, Herdar, Historia, Hombro, Honesto, Honra, Horror, Hospede, Homem, Humor, Hora, e outros semelhantes* (Barbosa 1822: 71).

Para além das palavras já registadas na citação, nos dois textos, encontramos este <h> etimológico, em contexto inicial, também nas palavras *hoje, homicidas, honestidade, horizontaes* e, em contexto medial, nas diferentes formas dos verbos *abstrahir, comprehender, contrahir, exhortar, extrahir*.

Nos textos estudados, relativamente à função distintiva, encaixam-se as palavras, que, como vimos em Feijó, assim se grafavam para se distinguirem de outras: *hum* (artigo indefinido ou numeral) de *um* (vogal nasal); *he* (verbo) de *e* (conjunção);<sup>12</sup> *hia* (verbo) de *ja* (advérbio). Segundo o gramático, estes casos são exemplos das incoerências da ortografia usual, que não tem em consideração o fenómeno da derivação (cf. Barbosa 1822: 57).<sup>13</sup>

Note-se, no entanto, que na *GL*, embora estas formas grafadas com <h> sejam ainda maioritárias, convivem também os artigos/numerais *um/uma* e a forma verbal *ia*, já sem o <h>, anunciando uma mudança que viria a concretizar-se. A corroborar estes usos, encontramos as palavras do ortógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Vieira (1844: 45): “Não deve empregar-se o *h*, onde nem a etymologia nem a pronuncia o reclamam; devemos por tanto escrever sem elle *é, um, uma, ia, ias &c*”.

No que diz respeito à função anti-hiática do <h>, encontra-se nas palavras *cahir, sahir, ahi, bahia, bahú* e serve para evidenciar que as duas vogais em contacto não formam ditongo. Como uma alternativa preferível a este procedimento, a propósito das formas verbais, Soares Barbosa indica o recurso à acentuação, que retiraria as dúvidas:

Porque, se o *h*, com que ora se escrevem, he para separar as duas vogaes em ordem a não fazerem diphthongo, e mostrar que o *i* he longo e agudo; muito melhor fazião isto nossos antigos dobrando o *i*, e escrevendo *Caiir, Saiir*; e nós ainda melhor, accentuando o mesmo *i* deste modo: *Cair, Saír*; e tirando o accento, quando faz diphthongo no presente do indicativo e do subjunctivo, como *Caio, Caia, Saio, Saia, &c.* (Barbosa 1822: 267).

Nos textos, encontra-se o <h> com a função anti-hiática em palavras como *ahi, cahe, cahem, cahir, cahirão, dahi, sahir, sahissem*, entre outras. No entanto, na *GPLP* verificamos que estas formas convivem dentro do mesmo texto com

<sup>12</sup> A propósito destas duas últimas formas, Verney refere que elas se distinguem facilmente através da acentuação: “O é quando é Verbo, muito bem se distingue do-*e* Conjunsam, pondo-lhe emcima um acento. Nem eu poso intender porque razam é Verbo, deva escrever-se com *h*, e *era, eram &c.* que sam inflexoens do-mesmo Verbo, sem ele” (Verney 1746: 23).

<sup>13</sup> Para Lima, o <h> pode ter as funções de aspiração e de letra. No caso da palavra *hum*, o ortógrafo considera que se deve grafar com <h> (sinal de aspiração) para preservar o étimo grego, que tinha espírito áspero, ainda que os latinos não o assinalassem (cf. Lima 1736: 87-88).

outras já grafadas sem <h>, de que são exemplo *cae, cair, sae, saem, sair, saindo*. Na *GL*, todas estas formas surgem ainda grafadas com <h>.

Outra função reconhecida ao <h> é como elemento constitutivo dos dígrafos portugueses <ch, lh, nh>, surgindo nos textos em palavras como *choque, China, ilha, Guilherme, Junho, tenho, achar, caprichar, chá, coelho, conselho, escolhido, façanhas, ganhar, linha*.

A propósito do dígrafo <nh>, deixamos uma advertência para os casos em que encontramos a sequência <n+h>, em interior de palavra, que não representa um grafema. Isso é visível nas palavras *inabilitação, inhabilitão, inhabeis, inherente, inhumano, inhumanamente, anhela, anhelava, anhelando*, presentes na *GL*, e *anhomologas, inhabil*, na *GPLP*, resultando da observância do princípio etimológico.

Sistematizemos, de seguida, os dados compulsados acerca dos usos do <h> nos textos.

		<i>GL e GPLP</i>
<h>	Sinal de aspiração	<i>ah!, hai!, oh!, ah! ah!, hui!</i>
	Etimológico	<i>habil, habitar, habito, haver, herdar, historia, hombro, honesto, honra, horror, homem, humor, hora, hoje, homicidas, honestidade, horizontaes</i>
	Sinal distintivo	<i>he, hum, hia</i>
	Anti-hiático	<i>ahi, cahe, cahem, cahir, cahirão, dahi, sahir, sahissem</i>
	Dígrafos <ch, lh, nh>	<i>achar, caprichar, chá, coelho, conselho, escolhido, façanhas, ganhar, linha, choque, China, ilha, Guilherme, Junho, tenho</i>

**Tabela 2:** O uso do <h> na *GL* e na *GPLP*<sup>14</sup>

### 3. Ditongo nasal [ẽw]

Relativamente à representação da nasalidade nos ditongos, Soares Barbosa descreve os usos habituais, referindo que ela se pode marcar com recurso ao til ou através da sequência de vogal mais consoante nasal, no entanto alerta para alguns inconvenientes que podem advir do uso de vogal e consoante nasal, nomeadamente o facto de se poderem confundir os ditongos nasais com as vogais nasais simples (*pão / pam*) e de o <n> ser colocado fora do lugar no plural dos nomes (*maons / mãos*).

Para representar o ditongo [ẽw], o gramático propõe as grafias <ão, hão, am, aon>. Desta forma, encontramos duas grafias em que a nasalidade é marcada pelo til, <ão, hão>, e outras duas em que é marcada pela sequência vogal e consoante nasal, <am, aon>.

A grafia <aon> serve para marcar alguns plurais das palavras terminadas em <ão>, como *maons* e *saons*, no entanto, segundo o gramático esta grafia tem o

<sup>14</sup> Note-se que não se contempla aqui o uso do <h> nos dígrafos gegos.



inconveniente de colocar a nasalidade fora do lugar, pelo que não é uma forma adotada no seu texto, o que também se verifica na *Gazeta de Lisboa*.

No tocante à representação <ão>, notamos desde logo que o gramático não contempla na *taboa* a sua variante <aõ>, que é recomendada, por exemplo, por Feijó. Por sua vez, esta representação ocorre na *GL*, em palavras como *atenção*, *contribuição*, *execução*, *resolução*. Relativamente à forma <ão>, encontramos nos dois textos em análise: *aspiração*, *atenção*, *canção*, *christão*, *sabichão*, na *GPLP*, e *cão*, *indisposição*, *ponderação*, *procissão*, *punição*, na *GL*.

Tal como em Feijó, esta representação surge, nos dois textos, também associada à formação dos plurais de alguns nomes portugueses em <ão>, que em castelhano terminam em <ano>, “[...] como *Christão Christãos*, *Cortesão Cortesãos*, *Grão Grãos*, *Irmão Irmãos*, *Mão Mãos*, *Orfão Orfãos*, *Orgão Orgãos*, e poucos mais. Os nomes *Benção*, *Cidadão*, e *Villão*, podem fazer de ambos os modos: *Benções*, ou *Benções*,<sup>15</sup> *Cidadões*, ou *Cidadãos*, *Villões*, ou *Villãos*” (Barbosa 1822: 135-136).

Relativamente à ocorrência de <ão> em formas verbais, verificamos que, na edição de 1822, é usado nos tempos do presente, do pretérito e do futuro,<sup>16</sup> o que significa que não se recorre à distinção destes tempos através da oposição <ão>, para o futuro, e <am>, para os restantes tempos. Na *GL*, verificamos que a forma do ditongo menos utilizada <aõ> corresponde sempre a um tempo futuro, sem o acento agudo ou circunflexo (*passaraõ*, *poderaõ*, *receberaõ*, *seguiraõ*). Por seu turno, na forma mais frequente <ão>, verificamos que formas verbais com e sem um acento agudo ou circunflexo representam o mesmo tempo verbal, o pretérito perfeito (*quebraráõ/quebrárão*, *procuraráõ/procurárão*), sendo apenas através da análise do seu contexto que conseguimos perceber que a forma não acentuada se trata de um exemplo de pretérito perfeito e não de futuro. Outros casos há em que a forma não acentuada corresponde de facto ao futuro (*regularão*) e a mesma forma verbal com o acento na penúltima sílaba serve para marcar o pretérito perfeito. As únicas formas inequívocas são as terminadas em <áõ>, mostrando ser esta uma palavra oxítone, cuja sílaba tónica é marcada pelo acento no <a> e a nasalidade expressa através do til no <o>, o que nos permite reconhecer estas formas como exemplos de futuro, que abundam: *alistaráõ*, *apresentaráõ*, *combatteráõ*, *conheceráõ*, *ficaráõ*, *sahiráõ*, *trataráõ*.

<sup>15</sup> José Inês Louro aponta esta palavra precisamente como uma das que passou do terceiro grupo (palavras que formam o plural em <ões>) para o primeiro grupo (palavras em <ão> desde o princípio da língua e que fazem o plural em <ãos>): “[...] *bênção* (< *benção*, pl. *benções*) passou para o primeiro (*bênção*, pl. *bênções*) por ter deslocado o acento (pois todas as formas em *-ão* átono têm esta flexão) [...]” (Louro 1952: 45).

<sup>16</sup> Na *Gazeta de Lisboa* de 1815, Fontes (2013:132) apenas detetou formas verbais em <ão>, não existindo nenhuma ocorrência em <am>, o que está em consonância com o que acontece no nosso texto de 1822.

A grafia <am> surge, no texto da *GPLP*, associada a três palavras gramaticais, nomeadamente aos advérbios de negação *nam* e de intensidade *tam* e *quam*,<sup>17</sup> o que não se verifica na *GL*.

Das grafias apresentadas por Soares Barbosa para representar o ditongo [ẽw] resta-nos apenas a grafia <hã>, que surge associada ao verbo *haver*, mais concretamente à terceira pessoa do plural do presente do indicativo (*hão*). Na verdade, era frequente associarem-se estas linguagens do verbo *haver* ao futuro na conjugação pronominal reflexa, pois colocava-se a hipótese de estas formas conterem na sua composição este verbo. Neste sentido, a grafia <hã> encontra-se, na *GPLP*, na terceira pessoa do plural do verbo *haver* e no futuro na conjugação pronominal reflexa, do qual apenas temos um exemplo, *louval-los-hão*, pois todas as outras formas surgem grafadas sem <h>, solução que o gramático também previa. Na *GL*, esta representação ocorre em formas verbais como *entregar-se-hão*, *far-se-hão*, *juntar-se-hão*, *nomenar-se-hão*, entre outras.

De seguida, concluímos com a sistematização do uso do ditongo nasal [ẽw] no corpus em análise.

		<i>GL</i>	<i>GPLP</i>
<aon>			<i>maons, saons</i>
<ão / ãõ> <sup>18</sup>	Em algumas palavras como:	<i>cão, escrivão, indisposição, ponderação, procissão, punição</i>	<i>aspiração, atenção, canção, christão, comunhão, coração, determinação, mão, sabichão</i>
	Formação do plural de algumas palavras em <ão>	<i>bençãos, cidadãos, Christãos, irmãos, mãos, orfãos, sãos</i>	<i>bençãos, cidadãos, christãos, cortesãos, grãos, irmãos, mãos, orfãos, orgãos, villãos</i>
	Formas verbais com terminação átona	<i>mandarão, intimarão, procedêrão, reclamarão, respirarão, tiverão, tirarão, votarão</i>	<i>abraçarão, amarão, acharão, andarão, chamão, conduzirão, corram, descobrirão, existirão, lêrão</i>
	Formas verbais com terminação tónica	<i>alistarão, apresentarão, combatterão, conhecerão, ficarão, regularão, sahirão, trarão, tratarão</i>	<i>amarão, amarão, disputarão, entrarão, existirão, lerão, poderão, poderão, serão, servirão, terão, trarão</i>
<am>	Advérbios		<i>nam, quam, tam</i>

<sup>17</sup> Quanto ao advérbio de negação, ele surge apenas duas vezes grafado com <am>, para mais de mil ocorrências com <ão>. O advérbio de intensidade *tam* também ocorre apenas duas vezes (uma delas numa citação de outro autor), estando *tão* presente em sessenta e nove ocorrências. Por sua vez, *quam* ocorre quatro vezes (uma delas também numa citação), não havendo nenhuma ocorrência de *quão*.

<sup>18</sup> Note-se que Soares Barbosa não contempla na sua *taboa* dos ditongos a variante <aõ>, ainda que ela ocorra no texto.

<hã>	Formas verbais	<i>hã, entregar-se-hã, far-se-hã, juntar-se-hã, nomerar-se-hã</i>	<i>hã, louval-los-hã</i>
------	----------------	---	--------------------------

**Tabela 3:** O uso do ditongo nasal [ẽw] na *GL* e na *GPLP*

### Considerações finais

Em suma, relativamente às grafias <s> e <z>, usadas para representar o som [z], oscilam constantemente, verificando-se que, nos textos, a escolha de uma ou de outra nem sempre se conforma quer com a etimologia quer com o uso comum. Na verdade, como afirma Castro (2008: 191-192):

Esta confusão de grafias perduraria na escrita do português durante muito tempo, constituindo uma preocupação para ortógrafos e professores de primeiras letras. Camilo Castelo Branco, como mostra nos seus autógrafos, ainda não tinha aprendido as distinções ortográficas pertinentes: no manuscrito do *Amor de Perdição* (1861), aparecem casos de variação como:

rasoens / razoens / rasão  
 apesar / apezar  
 prizão / prezo / prêso  
 resar / rezo  
 mêsa / meza

No que concerne ao <h>, quer na *GL*, quer na *GPLP*, ele é usado enquanto sinal de aspiração e sinal distintivo, marca etimológica, função anti-hiática e elemento constitutivo dos dígrafos portugueses <ch, lh, nh>. Note-se que o mesmo pode também integrar os dígrafos gregos <ch, ph, th, rh>, função que não contemplámos na nossa análise, embora possamos avançar que as consoantes aspiradas gregas ainda se mantêm nos dois textos.

O estudo efetuado acerca do ditongo [ẽw] permite-nos concluir que das formas elencadas por Soares Barbosa (<ã, hã, am, aon>) a grafia predominante nos dois textos é <ã>, registando-se em substantivos e nas terceiras pessoas do plural, sejam elas tónicas ou átonas.

A análise e a confrontação da grafia na *Gazeta de Lisboa* e na *Grammatica Philosophica* permitiu-nos identificar marcas ortográficas próprias da época estudada, verificando-se, contudo, uma oscilação de grafias, característica ainda bem presente nos inícios da centúria oitocentista.

### Referências Bibliográficas

- Barbosa, Jerónimo Soares (1807): *As duas Linguas ou Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, comparada com a Latina, Para Ambas se aprenderem ao mesmo tempo*. Coimbra: Na Real Impressaõ da Universidade.
- B[arbosa], J[erónimo] S[oaes] (<sup>1</sup>1822): *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Na Typographia da Academia das Sciencias.

- Barbosa, Jerónimo Soares (<sup>2</sup>1830): *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*. Segunda Edição. Lisboa: Na Typographia da Mesma Academia.
- Barbosa, Jerónimo Soares (<sup>3</sup>1862): *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*. Terceira edição. Lisboa: Typographia da Academia.
- Barbosa, Jerónimo Soares (<sup>4</sup>1866): *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*. Quarta Edição. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Barbosa, Jerónimo Soares (<sup>5</sup>1871): *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*. Quinta Edição. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Barbosa, Jerónimo Soares (<sup>6</sup>1875): *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*. Sexta Edição. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Barbosa, Jerónimo Soares (<sup>7</sup>1881): *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem* Sétima Edição. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- \_\_\_\_\_ (<sup>9</sup>2005): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*. Edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa.
- Belo, André (1999): “A *Gazeta de Lisboa* e o terramoto de 1755: a margem do não escrito” In: *Análise Social* vol. XXXIV (151-152). Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799295R1gOI5ej4La97VE7.pdf> (consultado em 31 de dezembro de 2014).
- Belo, André (2001): *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Castro, Ivo (2008): *Introdução à História do Português*. Segunda edição revista e muito ampliada. Lisboa: Edições Colibri.
- Coelho, Sónia (2013): *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa: Edição Crítica, Estudo e Notas*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / UTAD.
- Feijó, João de Moraes Madureira (<sup>1</sup>1734): *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo duque de Lafoens*. Lisboa Occidental: Na Officina de Miguel Rodrigues.
- \_\_\_\_\_ (<sup>3</sup>1781): *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo duque de Lafoens*. Lisboa: na Regia Officina Typografica.
- Fontes, Susana (2013): *Gazeta de Lisboa (1715-1716 e 1815): Estudo Informático-Linguístico*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / UTAD.
- Gazeta de Lisboa* (1815) = *Gazeta de Lisboa*, ano de 1815. Lisboa: Na Impressão Regia.
- Gonçalves, Maria Filomena (2003): *As ideias ortográficas em Portugal. De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

- Kemmler, Rolf / Assunção, Carlos / Fernandes, Gonçalo (2009): “Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)”. In: *Domínios de Linguagem* 6 (ano 3, n.º 2). 202-223. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11514/6794> (última consultado em 31 de dezembro 2014).
- Lima, Luís Caetano de (1736): *Orthographia da Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- Louro, José Inês (1952): “Origem e flexão dalguns nomes portugueses em –ão”. In: *Boletim de Filologia*. Tomo XIII. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos. 35-65.
- Portugal, Tristão da Cunha (1856): *Orthographia da Lingoa Portugueza*. Pariz: Vª J. – P. Aillaud, Monlon e Cª, Livreiros de Suas Magestades o Imperador do Brasil e el-Rei de Portugal.
- Tengarrinha, José (1989): *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª edição revista e ampliada. Lisboa: Caminho.
- [Verney, Luís António] (1746): *Verdadeiro Metodo de Estudar*. Tomo Primeiro. Valensa: Na oficina de Antonio Balle.
- Vieira, Carlos Augusto de Figueiredo (1844): *Ensaio sobre a Orthographia Portugueza*. Porto: Typographia Commercial.
- Williams, Edwin (1991): *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Tradução de Antônio Houaiss. 5.ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

# Assembleia da República, espaço de discórdia

*Maria Helena Saianda*  
Centro de Estudos em Letras  
Universidade de Évora

*Maria Raquel Ribeiro*  
Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

## Resumo

O Parlamento, local de discussão da vida política, é o cenário no qual se expressam opiniões - à partida opostas - porque oriundas de partidos que também se opõem. Os temas em debate dão lugar a discussões nas quais se torna óbvio o carácter agonista deste tipo de discurso. Trata-se, na maior parte das vezes, do desrespeito pelas normas que regulam a interação verbal e da intenção de impor uma opinião que desacredite o adversário, angelizando, em simultâneo, o locutor que detém a palavra. Para o efeito, os deputados negam, refutam, interrompem, falam utilizando o discurso alheio para lhe atribuir uma significação oposta – diabolizando o Outro - e até fazem comparações absurdas, expressas por metáforas ofensivas. São estes os meios linguísticos que analisamos porque inerentes ao discurso parlamentar.

**Palavras chave:** Parlamento - discurso - discordância.

## Abstract

Parliament is an institutional setting where its Members voice the opinions – normally antagonistic – of the political parties they represent. The agonistic feature of parliamentary discourse is thus apparent in the debates held. Indeed, more often than not, Members of Parliament do not comply with the institutional norms that regulate the parliamentary interaction and attempt to challenge and undermine the position-claiming of their opponents, while enhancing their own. To achieve this purpose, they deny, refute, interrupt, talk making use of with quoted speech so as to attribute a different meaning to it - demonizing the Other - and even make absurd comparisons by means of offensive metaphors. These are the linguistic means examined in the present study, as they are intrinsic to parliamentary discourse.

**Keywords:** Parliament - discourse - disagreement

A reflexão sobre os meios linguísticos utilizados no discurso parlamentar com o objectivo de desconstruir o discurso do adversário político, promovendo, em simultâneo, a glorificação própria e a diabolização do Outro são o objectivo que norteou a reflexão que apresentamos.

Centramos a nossa análise num *corpus* constituído pelos discursos (18 *Diários da Assembleia da República*) actualizados aquando da discussão relativa à realização do referendo à despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Cremos ser este um tema, que, pela sua natureza humana e social, é

propício a trocas verbais espontâneas fortemente condicionadas pela expressão de emoções.

Composto por facções políticas opostas, o Parlamento é um espaço de discórdia, de desentendimento, de tensão, de debate, no qual, segundo normas e critérios escrupulosamente estabelecidos, os políticos fazem uso de uma das ‘armas’ mais poderosas - a palavra. Por ela e com ela se desconstrói e anula o discurso do adversário. Por ela e com ela se vencem ou se perdem as votações no hemiciclo. Por ela e com ela se atingem ou não os objectivos visados. E os deputados sabem disso! O espaço onde se procuram consensos em nome de um bem maior, que é Portugal, é, paradoxalmente, um espaço pautado e caracterizado na quase totalidade das vezes pela ausência desses mesmos consensos.

O carácter formal e protocolar inerente às relações e interações verbais dentro da Assembleia da República é visível na fixação explícita e oficial de normas e condutas impostas durante as sessões plenárias. Para além de regulado quer pela Lei Orgânica da Assembleia da República (2003), quer pela Constituição da República, o uso da palavra é mais directamente regulamentado pelo Regimento da Assembleia da República (2007), documento que superintende a organização e funcionamento da mesma Assembleia. Em vários artigos esse Regimento obriga a um ritual discursivo que tem como intuito regular as interacções verbais no hemiciclo e deste modo impedir qualquer atropelo à intervenção dos deputados (artigo 4º - Poderes dos Deputados), estabelecer a organização dos deputados (artigo 28º - Secretários e Vice-Secretários), a duração das intervenções (artigo 2º - Verificação de Poderes, Artigo 71.º - Declarações políticas) e o modo de usar a palavra (artigo 89.º - Modo de usar a palavra)<sup>1</sup>. O mesmo acontece com o desenvolvimento processual

---

<sup>1</sup> **Artigo 4.º (Poderes dos Deputados)**

2 - Para o regular exercício do seu mandato constituem poderes dos Deputados:

- a) Tomar lugar nas salas do Plenário e das comissões parlamentares e usar da palavra nos termos do Regimento;

**Artigo 28.º (Secretários e Vice-Secretários)**

1 - Compete aos Secretários o expediente da Mesa, nomeadamente:

- a) Organizar as inscrições dos Deputados e dos membros do Governo que pretendam usar da palavra;

**Artigo 2.º (Verificação de poderes)**

5 - Para exercer o direito de defesa previsto no número anterior, o Deputado pode usar da palavra por tempo não superior a 15 minutos.

**Artigo 71.º (Declarações políticas)**

1 - Cada grupo parlamentar tem direito a produzir, semanalmente, uma declaração política com a duração máxima de seis minutos.

**Artigo 89º (Modo de usar a palavra)**

1 - No uso da palavra, os oradores dirigem-se ao Presidente e à Assembleia e devem manter-se de pé.

2 - O orador não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas interrupções as vozes de concordância, discordância, ou análogas.

exigido ao exercício das competências previstas na Constituição. Com efeito, durante as sessões plenárias, o uso da palavra é um instrumento poderoso de que nenhum deputado deveria apoderar-se sem que cumprisse a legislação criada para o efeito. No entanto, no calor da discussão, o respeito devido às normas parece-nos ser muitas vezes esquecido ou alvo de manipulações que têm como finalidade anular o discurso do Outro.

As partes em confronto cumprem aí o seu papel socialmente determinado: ataque e defesa, estabelecendo-se entre uns e outros uma interacção dialógica (governo e oposição), em que cada intervenção só faz sentido devido à existência da anterior. As intervenções nas sessões plenárias ocorrem sequencialmente, retomando-se, se preciso for, o que foi dito no próprio dia, no mês anterior ou mesmo alguns anos atrás. Produção e recepção de um texto dependem do conhecimento de outros discursos actualizados em outros momentos, constituindo-se num todo em que a relação polifónica se torna evidente.

Ao traçar, em linhas gerais, as propriedades definidoras do conceito de discurso político, Trognon e Larrue (1994) defendem que as representações políticas pelas quais os indivíduos e os grupos se reconhecem, se distinguem e se orientam resultam da intersecção de outros. Na verdade, os discursos não existem por si só, mas têm valor num quadro de relações de troca e é por eles que os vários intervenientes se identificam ou, pelo contrário, se afastam ideologicamente. Se bem que o plenário seja constituído por várias facções partidárias, cada deputado não se representa só a si próprio. Representa não só o grupo político que integra, mas também, como é óbvio, a ideologia partidária que professa. Assim, sempre que cada deputado intervém, produz materialmente um enunciado representativo da sua formação discursiva (Charaudeau e Maingueneau 2002: 269) e consubstancia o de todos os outros membros do seu partido político. Ghiglione (1989 *Apud* Marques 2000: 15) corrobora esta característica ao considerar ser o discurso político um discurso de influência, cujo objectivo é actuar sobre o Outro e persuadi-lo a agir, pensar e crer. Também Ribeiro Marques (1988: 343) advoga que qualquer deputado tem de convencer e vencer através da persuasão verbal. Os destinatários de cada intervenção constituem um macro-conjunto irregular, porque o discurso não é aceite com a mesma predisposição por todas as facções, suscitando ora simpatia e aceitação (cf. (1)), ora hostilidade, adversidade (cf. (2)) ou apenas indiferença (cf. (3)).

**(1) Correia de Jesus:** Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Nogueira Pinto, antes de mais, uma palavra de saudação já que é a primeira vez que tenho oportunidade de «interlocutar» consigo no Parlamento na sua nova «veste» de

---

3 - O orador é advertido pelo Presidente da Assembleia quando se desvie do assunto em discussão ou quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo retirar-lhe a palavra.

4 - O orador pode ser avisado pelo Presidente da Assembleia para resumir as suas considerações quando se aproxime o termo do tempo regimental.



Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, facto que assinalo com agrado, e quero ainda agradecer-lhe as questões que me colocou.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 33, de 31 de Janeiro de 1997)

- (2) **Ana Catarina Mendes:** Desculpe, Senhora Deputada, não resisto a dizer-lhe. A Senhora Deputada não percebeu, a Senhora Deputada não compreendeu, a Senhora Deputada teve um problema de português ao analisar as propostas...

(*Diário da Assembleia da República* Nº 10, de 21 de Abril de 2005)

- (3) **Nuno Abecassis:** [...] porque aliás, para mim, é indiferente que sejam dezasseis semanas, ou não, a nossa posição foi a defesa da vida [...]

(*Diário da Assembleia da República* Nº 33, de 31 de Janeiro de 1997)

Apesar de cada força política defender e professar uma ideologia partidária representativa da sua própria formação discursiva, como acima referimos, todas elas, quando se apresentam no ‘campo de batalha’, esgrimem os seus argumentos, tentando desconstruir as verdades e doutrinas dos outros, e convencer assim os adversários políticos e o eleitorado. Torna-se, pois, inquestionável que na Assembleia da República a palavra é um instrumento essencial e o meio pelo qual e com o qual cada deputado consegue ou não cumprir os seus objectivos.

O carácter agonal da comunicação conduz, com efeito, a que raramente o princípio da cooperação seja plenamente cumprido. Em prol do descrédito do adversário, os locutores interrompem, negam, contradizem, apoderam-se do discurso do Outro, modelando-o e desconstruindo-o para o re-usar contra o seu primeiro enunciador, conferindo-lhe mais ênfase e, sempre que possível, induzir veracidade mais firme e menos fiel. Tentam deste modo convencer da maior validade e maior credibilidade dos seus argumentos em detrimento das ideias anteriormente apresentadas e defendidas.

Contudo, para além de alternância, a mudança de papéis implica um conjunto de influências mútuas e recíprocas, determinante no comportamento do Outro. Daí falar-se em interacção. Do ponto de vista formal, as interacções verbais apresentam-se como uma sucessão de turnos de fala, à qual preside o princípio da alternância, que impõe um conjunto de direitos e de deveres a respeitar pelos intervenientes, assim como um princípio de coerência interna, promotor de um encadeamento sintáctico, semântico e pragmático na organização estrutural das conversações. Aliás, a cooperação remete para um direito contrabalançado com um dever, tendo o locutor o direito de usar a palavra durante algum tempo, assim como o dever de a ceder ao seu interlocutor, de o deixar falar e de o escutar, voltando a usufruir do direito de tomar a palavra quando o alocutário o permitir (Francis Jacques 1979: 159-160).

O princípio desta negociação é o princípio da influência que assenta num duplo mecanismo: a cooperação e a competição. Se, por um lado, cada deputado contribui para a discussão com a sua intervenção verbal, por outro, na sua expressão exibe um jogo de linguagem através do qual se distancia e confronta o seu adversário. Esta dinâmica assemelha-se ao que Charaudeau (1992: 803-807)

designa *dispositivo argumentativo*. Perante uma tese (*Propos*), o sujeito pode optar por um de dois caminhos (*Proposition*): ou toma uma posição e assume-a ou não se filia em nenhuma assumindo apenas uma postura de ponderação. No primeiro caso, a posição é de refutação (cf. (4) e (5)) ou aceitação (cf. (6) e (7)), da tese enunciada. Qualquer que seja a opção tomada, o *dispositivo argumentativo* culminará num momento de persuasão (*Persuasion*), no qual o sujeito fará prova da posição tomada no segundo momento deste dispositivo, recorrendo a procedimentos semânticos, discursivos e de composição.

- (4) **Marques Mendes:** Discordo, discordo completamente, mas reconheço alguma coerência ao longo dos anos.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 42, de 21 de Fevereiro de 1997).

- (5) **Correia de Jesus:** Vejamos, Sr.as e Srs. Deputados, por que não podemos aceitar a proposta da direcção ou do presidente da direcção da bancada socialista. Não podemos aceitá-la, em primeiro lugar, porque é ilógica.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 33, de 31 de Janeiro de 1997).

- (6) **António Braga:** Sr. Presidente, meu querido camarada Manuel Alegre, por quem tenho a maior consideração, carinho e respeito por tudo o que significas para o Partido Socialista e para mim, devo dizer-te que concordo com o que disseste relativamente à pena de morte.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 42, de 21 de Fevereiro de 1997)

- (7) **José Paulo Carvalho:** Nisto todos estamos de acordo. A mero título de exemplo, cito Sérgio Sousa Pinto “O aborto é um acto desesperado, uma violência que a mulher comete sobre si própria.” Outros oradores repetiram até à exaustão esta ideia, concordo totalmente com ela, partilho a preocupação.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 10, de 21 de Abril de 2005).

Embora, como já afirmámos, sujeitas a rígidos constrangimentos formais, as intervenções de discórdia e de contraposição proferidas pelos deputados defraudam o expectável princípio da cortesia. É o caso, a título de exemplo, da interrupção do discurso do locutor pelo seu alocutário (cf. (8), (9), (10)), na qual o segundo toma à força a palavra fora do seu tempo previsto, levando, muitas vezes, o primeiro a protestar contra a ‘afronta’ da interrupção (cf. (11)).

- (8) **Maria José Nogueira Pinto:** O Senhor Deputado não conhece o sofrimento humano e, por isso, vem para aqui sem legitimidade nenhuma fazer uma proposta, fazer uma proposta que é um decalque dos anos sessenta.

**Almeida Santos:** Atenção Senhores Deputados, fazem favor de fazer silêncio.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 42, de 21 de Fevereiro de 1997)

- (9) **Octávio Teixeira:** [...] <sup>2</sup> a proposta que foi entrada ontem, em primeiro lugar deve entrar a proposta do Partido Socialista, mas Senhor Presidente para terminar -/- <sup>3</sup>

**Bancada Parlamentar contrária:** [...] empenhamento em quê?

<sup>2</sup> Convenção de transcrição utilizada para indicar uma sequência incompreensível devido à gravação ou ao barulho existente na Assembleia da República que inviabilizava a audição.

<sup>3</sup> Convenção de transcrição utilizada para indicar interrupção no discurso de um deputado, por um seu adversário partidário.

**Octávio Teixeira:** É um empenhamento total e completo por parte do PS-/-  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 51, de 20 de Março de 1998)

(10) **Acácio Barreiros:** [...] qual entendemos que não havia calendário. E o que o PSD -/-

**Bancada Parlamentar contrária:** [...]

**Bancada Parlamentar do Partido Socialista:** Muito bem!

**Acácio Barreiros:** e o que, e o que o PSD -/-

**Almeida Santos:** Ó Senhores Deputados, peço que façam silêncio. O Senhor Deputado tem o direito de se fazer ouvir.

**Acácio Barreiros** A voz-/-

**Almeida Santos** Faz favor.

**Acácio Barreiros:** A voz da razão e da verdade nem sempre é ouvida com serenidade...

**Bancada Parlamentar contrária** (risos)

**Acácio Barreiros:** ...aqui nesta Assembleia. E o PSD o que disse na altura é [...]

(*Diário da Assembleia da República* Nº 42, de 20 de Fevereiro de 1998)

(11) Protestos de alguns Deputados do PSD e do CDS-PP.

**Luísa Mesquita:** Sr. Presidente, espero que a euforia e o nervosismo dos Srs. Deputados do PSD possa, de algum modo, ser descontado no seu próprio tempo e não no meu.

**Almeida Santos** : — Queira continuar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 42, de 21 de Fevereiro de 1997)

E todos os protestos acompanhados por elementos paralinguísticos, - postura corporal, gestos, expressão facial, olhar – que corroboram os enunciados verbais tornando, assim, mais evidente a expressão da discórdia (cf. (12))

(12) **Carlos Encarnação:** Vossa Excelência, no fundo, Vossa Excelência, no fundo, Senhor Deputado /<sup>4</sup> Vossa Excelência, no fundo, Senhor Deputado, pode prestar atenção aos Juniores, mas entretanto liga-se, vira-se para mim.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 31, de 23 de Janeiro de 1998)

Também a negação é recorrente como marca de desacreditação do opositor. Com efeito, os partidos não afirmam as suas verdades “porque sim”, mas aniquilam as verdades dos outros “porque não”, daí que as enunciações sejam construídas pela negativa. O objectivo principal não é que cada partido defenda as suas próprias ideias, mas sim que ataque e negue as dos outros. Não sendo o único exemplo de negação, mas o mais usado, o advérbio de negação *não* é actualizado com frequência elevada por todos os partidos (cf. (13), (14), (15), (16), (17) do mesmo modo que outras expressões de sentido negativo aqui não consideradas.

(13) **Odete Santos:** ...perseguir e que não persegue porque, de facto, a actual lei, que o PSD quer referendar, sabe qual a eficácia dela...

**Carlos Encarnação:** Não, não! Nada disso!

<sup>4</sup> Convenção de transcrição utilizada para indicar pausa do próprio locutor.

**Odete Santos:** Em 1993 houve, segundo as últimas estatísticas oficiais [...] (Diário da Assembleia da República Nº 5, de 25 de Outubro de 1996)

(14) **Maria José Nogueira Pinto:** [...] votação? Foi esta a pergunta e não a fiz como católica...

**Odete Santos:** Não, não! A Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou o que é que a Igreja aconselha!

**Odete Santos:** Sr.<sup>a</sup> Deputada, considera [...] (Diário da Assembleia da República Nº 42, de 21 de Fevereiro de 1997)

(15) **Octávio Teixeira:** Ó Sr. Deputado Carlos Encarnação, também estão disponíveis para ceder aí, não estão? É uma questão de negócio...

**Carlos Encarnação:** Não, não é! É uma questão de acordo!

**Octávio Teixeira:** Ou estão, mais uma vez, à espera que seja o PS a ceder? (Diário da Assembleia da República Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)

(16) **Octávio Teixeira:** Parece-me que há um Sr. Deputado do PS que não está muito agradado com a questão...

**Rui Namorado:** Não, não!

**Octávio Teixeira:** Está a tocar-lhe?!

**Rui Namorado:** Não há qualquer problema! Pode continuar.

**Octávio Teixeira:** Bom, então continuarei. (Diário da Assembleia da República Nº 51, de 20 de Março de 1998)

(17) **Odete Santos:** Eu gostaria *ah*, de qualquer forma, não tenho muito tempo, de dizer o seguinte. Não, não é verdade, mas não é isso que eu agora vou discutir [...]

(Diário da Assembleia da República Nº 50, de 29 de Setembro de 2005)

Com o propósito de enfatizar e ilustrar o discurso e de provocar sentimentos sugestivos e emocionais capazes de provocar desconforto ao seu rival político, os deputados recorrem muitas vezes a áreas vocabulares frequentemente usadas no dia-a-dia com uma conotação algo obscura e valor pejorativo, com a intenção de denunciar o lado menos claro e mais mesquinho dos discursos do Outro. É o caso da metáfora, um elemento fundamental da própria língua, assumida como um jogo entre o concreto do mundo sensível e o abstrato, uma forma de interação entre os conteúdos presentes em diferentes (con)textos, sendo de esperar, pela “teoria da substituição”, a substituição por outra realidade. Como explicam Charaudeau e Maingueneau (2002: 377):

La métaphore possède un fort *rendement heuristique*, en ce qu'elle permet d'expliquer analogiquement un domaine nouveau ou peu défini par un domaine connu.

Infere-se, assim, que a metáfora só é válida no discurso e a base dela pode ser tanto a semelhança como a dissemelhança entre duas realidades (Vilela 2002: 64-65).

No discurso político não confluem unicamente outros textos. A memória colectiva é obrigada a ir mais além e a discorrer realidades que não são só textuais, como sejam: pessoas, imagens, entidades, títulos de filmes, expressões

conhecidas pelo falante comum, jogos de palavras. Neste sentido, o *corpus* é testemunho da existência de uma herança discursiva e vivencial comum, à qual os intervenientes recorrentemente apelam com o intuito de ilustrar, corroborar, sustentar, fundamentar, dar credibilidade às suas ideias.

Da análise efectuada, ficamos com a ideia de que todas as imagens usadas acarretam traços de significado de valor pejorativo com a intenção de mais uma vez destruir a credibilidade do lado oponente, de denunciar não só a mesquinhez dos discursos do Outro, mas também as ‘artimanhas’ e indelicadezas produzidas pelos seus adversários, como é o caso de:

- **Jogo de espelhos** – fig. dissimulação na figura apresentada; alguém que mostra uma personalidade diferente da real (cf. (18))

(18) **Jorge Ferreira:** Podia ter sido lapso meu, mas hoje, depois de o ouvir, começo a pensar que, para além do embuste eleitoral que foram as promessas socialistas e do tal **jogo de espelhos**, de que eu falava da tribuna, em que o Partido Socialista apresenta aos eleitores portugueses a figura simpática do Engenheiro Guterres, também a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista aparentemente entra nesse jogo de espelhos e diz hoje umas coisas, amanhã outras e deve pensar — e aí é que utilizo a sua expressão — que os portugueses são todos parvos e não percebem o que se está a passar.”

(*Diário da Assembleia da República* Nº 42, de 20 de Fevereiro de 1998)

- **Cambalhota** – fig. mudança de opinião e de convicções (cf. (19), (20), (21))

(19) **Augusto Boucinha:** Mais outra **cambalhota**?!

(*Diário da Assembleia da República* Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)

(20) **Jorge Ferreira:** Portanto, é um sofisma total V. Ex.<sup>a</sup> querer justificar mais uma **cambalhota** do líder do seu partido relativamente ao que eram as suas convicções, mas agora já não são, com esse argumento. O «bem maior» — e é um «bem maior» indiscutível, com o qual todos temos de nos congratular e nem sequer permitir ao PS que lhe passe pela cabeça que pode voltar atrás, outra vez, e dar outra **cambalhota** — não exigia a vossa **cambalhota**! A vossa **cambalhota** política ocorre porque VV. Ex.as estão também interessados na negociata política para o Tribunal Constitucional!

(*Diário da Assembleia da República* Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)

(21) **Octávio Teixeira:** ...na indesculpável **cambalhota** política do PS quanto à questão da descriminalização da interrupção voluntária da gravidez.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)

- **Negociata** - fig. negócio suspeito em que geralmente há interesses menos dignos (cf. (22), (23), (24)).

(22) **Acácio Barreiros:** ...é nossa sina sermos sempre acusados por outros de que estamos a fazer **negociatas**.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)

(23) **Octávio Teixeira:** ...e o seu presidente façam a proposta de **negociata** que fizeram, não por razões filosóficas ou religiosas, mas por mesquinhos cálculos politiqueros e de pretensa afirmação partidária.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)

- (24) **Acácio Barreiros:** ...de que tínhamos feito uma **negociata** com o PCP  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)

- **Contaminação** - fig. influência de uma coisa noutra (cf. (25)).

- (25) **Jorge Ferreira:** ...se o referendo da Europa **contamina** o referendo da regionalização e o referendo da regionalização contamina o referendo europeu, VV. Ex.as passam a ser os **contaminadores!**  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)

- **Acordo de bastidores** - fig. ambiente fora do grande público, em que são tomadas resoluções (cf. (26)).

- (26) **Heloísa Apolónia:** ...depois que o Partido Socialista fez um «**acordo de bastidores**» com o PSD, ainda em 1998...  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)

- **Trapalhadas** - fig. Confusão (cf. (27), (28), (29)).

- (27) **Heloísa Apolónia:** ... não era preciso ter arranjado aquela **trapalhada** relacionada com o funcionamento da Assembleia da República...  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)
- (28) **Heloísa Apolónia:** Portanto, esta trapalhada poderia perfeitamente ter sido evitada, mas a **trapalhada** maior é manter esta lei tal como ela está.  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 45, de 16 de Setembro de 2005)
- (29) **Vitalino Canas:** Em suma, os senhores têm sido erráticos e incoerentes, metendo-se em **trapalhadas**.  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 65, de 9 de Dezembro de 2005)

- **Manobras de diversão** - fig. factos existentes com o intuito de desviar a atenção do público sobre aquilo que é realmente importante (cf. (30)).

- (30) **Luís Marques Guedes:** ...por causa dos erros de governação em que têm caído nos últimos tempos e para os quais precisam de uma **manobra de diversão**.  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 36, de 5 de Fevereiro de 1998)

- **Estratagema** - fig. atitude ardilosa para conseguir os intentos (cf. (31)).

- (31) **Carlos Encarnação:** O **estratagema** foi tão desastrado, que souo inoportuno e a falso e o Governo ficou a falar sozinho.  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 31, de 23 de Janeiro de 1998)

- **Arma de arremesso** - fig. argumento de ataque (cf. (32)).

- (32) **Maria do Céu Ramos:** ...haja a intenção de instrumentalizar politicamente a morte como uma **arma de arremesso** político, ...  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 51, de 14 de Março de 1997)

- **Luta** - fig. debate político (cf. (33), (34), (35)).

- (33) **Correia de Jesus:** A actividade política e, de modo muito particular, a **luta** política, atingiram nos nossos dias um ritmo alucinante, ...  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 33, de 31 de Janeiro de 1997)
- (34) **Correia de Jesus:** ...não sendo legítimo usá-las como instrumento da **luta** político-partidária, cuja legitimidade, ...  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 33, de 31 de Janeiro de 1997)
- (35) **Octávio Teixeira:** ...não vamos agora entrar numa **luta** e numa barganha sobre esta matéria.  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 51, de 20 de Março de 1998)

Verificamos que mesmo as metáforas sem conotação negativa acabam por adquirir-la no contexto em que são utilizadas. Ao interlocutor não são só exigidos o conhecimento e a compreensão da alusão, mas concomitantemente, num segundo momento, a sua integração no texto, sendo levado a reinterpretar o sentido primário da própria alusão. No âmbito do estudo da relação entre o título jornalístico e a notícia, Coimbra (1999: 405) abordou estes dois tipos de interação, designados, o primeiro, por “intertextualidade externa” e o segundo por “intertextualidade interna”. Ao invés desta última designação, optamos pela de *intratextualidade*, uma vez que se o foco é o conjunto de ligações estabelecidas no interior do texto, não terá tanta pertinência o que lhe for exterior. Transpondo estes conceitos para a nossa abordagem, intertextualidade externa dirá respeito ao conhecimento do referente por parte do ouvinte/leitor, ao passo que a intratextualidade se centrará na relação estabelecida com o próprio texto e com os sentidos daí decorrentes. É pelo uso de uma linguagem metafórica que os deputados conferem a palavras e a frases significados que *a priori* não lhes seriam atribuídos e que evocam outras entidades cujo conhecimento é essencial à reconstrução do sentido textual. A não ser assim, a significação global manter-se-á indecifrável ao leitor. Coloca-se ao interlocutor, na acepção de Coimbra (1999: 407), a questão da resolução de um problema, que ficará resolvido se o sentido metafórico for identificado, mas não se se mantiver ininteligível. “Resolver o problema”<sup>5</sup> surge como um desafio que o ouvinte/leitor terá de ultrapassar para entender a mensagem transmitida, tal como defende Coimbra:

A utilização de linguagem metafórica, ao trazer para o texto lexemas que, à partida, vão destabilizar a coesão textual de mesmo (...), traz ao leitor o desafio da reconstrução da continuidade textual.

Os enunciados (36)-(41) remetem para realidades com ligações implícitas ou explícitas ao campo semântico denotado no texto, as quais acabam por adquirir uma significação própria.

<sup>5</sup> Tomamos como referência a expressão “resolução de problemas” que Coimbra adaptou de Beaugrande e Dressler (*apud* Coimbra 1999: 407). Estes autores definem *problem solving* como “A problem is defined as a pair of states whose connecting pathway is subject to failure (not being traversed) because it can’t be found or identified.”

- (36) **Francisco Louçã:** ... o seguinte: «Há um tom *cro-magnon* com que a questão do aborto tem sido tratada entre nós.  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 10, de 21 de Abril de 2005)
- (37) **José Magalhães:** Em segundo lugar, a Sr.<sup>a</sup> Deputada deu um prémio ao Sr. Deputado João Amaral, um verdadeiro «**globo do embaraço**». O Sr. Deputado João Amaral terá de carregar esse «globo» escondido; aliás, será um «globo» que, seguramente, não o honrará nem lhe fará nenhum bem no mundo, mas é, digamos, um pequeno truque parlamentar.  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 42, de 20 de Fevereiro de 1998)
- (38) **Luís Fazenda:** Porém, ficámos aqui a saber que o vosso argumento «**corveta**» para o referendo é o de baralhar as pessoas.  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 10, de 21 de Abril de 2005)
- (39) **Francisco Louçã:** Mas, é claro, do «**partido corveta**» nós podemos esperar sempre as maiores surpresas.  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 10, de 21 de Abril de 2005)
- (40) **José Magalhães:** V. Ex.<sup>a</sup> ergue-se como **anjo justiceiro**, esticando agora o dedo contra nós, como se tivesse uma espécie de monopólio da coragem e da convicção...  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 42, de 20 de Fevereiro de 1998)
- (41) **Octávio Teixeira:** ...deva ser tão longo que conduza ao «**congelamento**» *ad aeternum* destes projectos de lei nas «**gavetas**» da comissão.  
(*Diário da Assembleia da República* Nº 31, de 23 de Janeiro de 1998)

Assim, se *cro-magnon* (36) refere uma fase passada do desenvolvimento humano, o termo acaba aqui por ser integrado na classe gramatical dos adjectivos e interpretado como “retrógrado”, “conservador”. Em (37), a situação implícita é a dos “Globos de Ouro”<sup>6</sup>, que, passada a “Globos do embaraço”, perde o valor de mérito e adquire sentido negativo por via do determinante “de embaraço”. Tendo por base o contexto em que esta sequência ocorre, trata-se de comentar depreciativamente o elogio que o deputado fez a outro de bancada parlamentar oposta. Nos enunciados (38) e (39), o lexema “corveta” evoca falta de clareza das posições e argumentos de um partido que defende a manutenção de uma lei sem aceitar as suas consequências. A metáfora de (40), “o anjo justiceiro”, crítica a intenção doutrinal e repreensão de uma deputada e a de (41), “o congelamento em gavetas” e o retardamento de tomada de decisões incómodas e impopulares a um partido político. Ambas evocam um outro que não consta da estrutura textual, mas que lhe está associado ou que acaba por lhe estar associado, e que lhe permite identificar o ‘alvo’ intencional do texto.

Existem, também, metáforas que exigem o conhecimento antecipado de filmes (cf. (42)), peças teatrais (cf. (43), (44)) e figuras do domínio do imaginário (cf. (45)-(50)). Em (42), que evoca o filme “007 – Licença para matar”, o locutor fez uso de tal título para dirigir dura e chocante crítica aos

<sup>6</sup> “Globos de Ouro” uma cerimónia anual de entrega de prémios às personalidades do mundo da televisão que operam nas mais diversas categorias de programas (documentários, entretenimento, informação...), promovida pela estação de televisão SIC.



defensores de uma posição sua contrária. (43) e (44) aludem à obra “As Guerras do Alecrim e Manjerona” (António José da Silva 1737), onde duas personagens representam grupos carnavalescos que personificam no texto político a leviandade e a falta de seriedade na discussão do tema. Nos restantes enunciados, são de realçar figuras diversas: o “Diácono Remédios”, personagem criada pelo humorista Herman José no programa televisivo *Herman Enciclopédia* (1997-1998) e representativa de um conservadorismo e de um moralismo não respaldados em actos (cf. (45) e (46)); a figura do Pai Natal como ser imaginário ou instância soberana com poderes decisórios (cf. (47)-(50)):

(42) **Odete Santos:** É que, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não é a mim que ofende quando diz que nós queremos «passar **licença para matar**» — não me ofende absolutamente nada.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 42, de 21 de Fevereiro de 1997)

(43) **Maria José Nogueira Pinto:**... de que o Partido Popular não tem participado nesta «**guerra do Alecrim e da Manjerona**» relativa ao referendo, sobretudo tratando-se de uma questão com a seriedade que esta reveste.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 33, de 31 de Janeiro de 1997)

(44) **Correia de Jesus:** ... as questões relacionadas com a interrupção voluntária da gravidez nunca foram, não são, nem nunca serão questões de «**Alecrim e Manjerona**».

(*Diário da Assembleia da República* Nº 33, de 31 de Janeiro de 1997)

(45) **Francisco Louçã:** E é por isso que se junta uma espécie de coro de «**Diáconos Remédios**» em torno deste aspecto fundamental:...

(*Diário da Assembleia da República* Nº 10, de 21 de Abril de 2005)

(46) **Luís Marques Guedes:** Não havia necessidade!

(*Diário da Assembleia da República* Nº 50, de 29 de Setembro de 2005)

(47) **Alberto Martins:** ...e que recorrerão para o Tribunal Constitucional, para o **Pai Natal**... Recorram para o que quiserem.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 45, de 16 de Setembro de 2005)

(48) **Nuno Melo:** Sr. recorrerão para o Tribunal Constitucional, para o **Pai Natal**... Recorram para Ex.<sup>a</sup> também tem como instância de recurso,...

(*Diário da Assembleia da República* Nº 65, de 9 de Dezembro de 2005)

(49) **Guilherme Silva:** Foram bem lembradas, pelo Sr. Deputado Nuno Melo, as referências que o Sr. Deputado Alberto Martins fez, a este propósito, sobre o **Pai Natal**...

(*Diário da Assembleia da República* Nº 65, de 9 de Dezembro de 2005)

(50) **Pedro Mota Soares:** ...para recorrermos até para o **Pai Natal**. Mas não foi preciso tanto, bastou o Tribunal Constitucional para nos dar razão.

(*Diário da Assembleia da República* Nº 14, de 20 de Outubro de 2006)

Centremo-nos especialmente em (43) e (44), por um lado e em (47), (48), (49) e (50), por outro. Em ambos os conjuntos, verificamos que os locutores de (44) e de (48), (49) e (50) re-usaram uma imagem actualizada pelos respectivos adversários políticos como meio linguístico para os criticar e desacreditar. Recorrente no discurso parlamentar, o aproveitamento da palavra do Outro para seu próprio proveito mostra-se um grande embaraço para o primeiro locutor que

a enunciou. Em (44), o locutor criticou a alusão da peça teatral “As Guerras do Alecrim e Manjerona” por remeter à leviandade e à falta de seriedade no âmbito de uma questão de tal gravidade; em (48), (49) e (50), os interlocutores fazem, em Dezembro de 2005 e Outubro de 2006, uso de uma metáfora enunciada em Setembro de 2005, para ridicularizarem a alusão do Pai Natal enquanto instância soberana comparável ao Tribunal Institucional.

Nesta batalha, na qual a palavra é o trunfo para ganhar, vence quem melhor a souber ‘manobrar’ em seu benefício e, da análise realizada, cremos que os meios linguísticos realçados – negação, refutação, interrupção, uso de metáforas – fazem parte dos recursos que os deputados utilizam para cumprir o objectivo primeiro a que aspiram: convencer o eleitorado das suas boas intenções desacreditando, em simultâneo, as do adversário político.

Não esqueçamos que ambas as discussões (*corpus* base da nossa análise) tiveram objectivo idêntico: convencer o povo português levando-o a pronunciar-se sobre a interrupção voluntária da gravidez. Dez anos decorreram entre os dois momentos de consulta. Os resultados respectivos foram diametralmente opostos. Os meios linguísticos usados foram idênticos. A discordância existente no Parlamento produziu efeitos sobre um receptor (povo português) que o decorrer do tempo e a evolução das mentalidades havia modificado.

### Referências Bibliográficas

- Charaudeau, Patrick (1992): *La Grammaire du sens et de l'expression*. Hachette Hors collection: Paris.
- Charaudeau, Patrick e Maingueneau, Dominique (2002): *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Éditions du Seuil.
- Coimbra, Rosa Lídia (1999): *Estudo Linguístico dos Títulos de Imprensa em Portugal: A Linguagem Metafórica*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro.
- Jacques, Francis (1979): *Dialogiques. Recherches logiques sur le dialogue*. PUF: Paris.
- Marques, Maria Aldina de Bessa Ferreira Rodrigues (2000): *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar. A Organização Enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo*. Barbosa & Xavier: Braga/Universidade do Minho.
- Marques, Maria Emília Ricardo (1988): *Complementação Verbal. Estudo Sociolinguístico. Sociolinguística e Comunicação*. Vol. I. Dissertação de Doutoramento. Lisboa.
- Trognon, Alain e Larrue, Janine (1991): *Pragmatique du Discours Politique*. Armand Colin Éditeur: Paris.
- Vilela, Mário (2002): “As Expressões Idiomática na Língua e no Discurso”. In: Isabel Margarida Duarte, Joaquim Barbosa, Sérgio Matos, Thomas Hüsgen (orgs). *Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Vol. 2. 159-189. Rainho e Neves, Lda: Santa Maria da Feira.



# Herder e a origem da linguagem: ressonâncias de sentido na história da cultura

*Idalina Proença Maia Sidoncha*  
Faculdade de Artes e Letras  
Departamento de Comunicação e Artes  
Instituto de Filosofia Prática – IFP

## Resumo

É comumente aceite considerar “a linguagem como um factor de identificação cultural”. Independentemente das objecções ou dificuldades que patenteiam uma tal afirmação, é imperioso questionar a origem da linguagem e de que forma pode ela mediar todo um processo evolutivo do homem. Herder, rompendo com uma perspectiva descritiva e questionando o princípio da origem divina da linguagem, levou a cabo uma tal tarefa, perspectivando a linguagem entendida como um sistema de signos que institui a possibilidade de todo um aparato ligado à comunicabilidade de sentimentos, de emoções e de objectos, que derradeiramente chamará a si um papel preponderante na história da cultura humana.

**Palavras-chave:** Homem, Linguagem, Cultura

## Abstract

It's commonly accepted the consideration of “a language as a factor of cultural identification”. Independently of the objections or difficulties that supports this statement, it's of chief importance to question both the origin of language and in what extent does it endorse an evolutive process of men. Defying a descriptive perspective and questioning the principle of the divine origin of language, Herder understood language as system of signs which institutes the possibility of a set connected with the communicability of feelings, emotions and objects that will, in the end, play a key role in the history of human culture.

**Keywords:** Men, Language, Culture

É nosso objetivo nesta comunicação dar conta das principais linhas de orientação que norteiam o ensaio *Sobre a Origem da Linguagem* de Herder, mostrando simultaneamente o contributo deste ensaio no âmbito da cultura.

Este trabalho, que surge na história da filosofia com um estilo simples e literário, pretende com a sua argumentação, não obstante algumas ambivalências que a pontuam, chamar à colação um conjunto de aspectos que concorrem para uma visão global do mundo. Deste conjunto de aspectos, há um que, sem qualquer sombra de dúvida, preocupará mais demoradamente o nosso autor: falamos, claramente, do processo de desvelamento da natureza humana. Este desvelamento, ou melhor, a procura de uma *especificidade humana*, implica pensar o homem na sua integridade, o mesmo é dizer, na sua plenitude. Se a

filosofia considera que é fundamental buscar a verdade, então é necessário pensar as estruturas que permitem ao homem aceder ao conhecimento dessa mesma verdade, conhecer, portanto, as condições que fazem de um indivíduo um homem *avant la lettre*.

Ao inaugurar uma nova orientação filosófica, o romantismo alemão, Herder procurou dar conta do que de mais específico há no homem, a linguagem, embora o tenha feito com uma argumentação que a nível conceptual não se circunscreve a um vocabulário estritamente filosófico. A linguagem, como veremos, será entendida como cerne daquilo que caracteriza o humano, e que, intimamente ligada à razão, converte o homem num ser da linguagem.

Herder considera, no entanto, que todos os animais têm linguagem; trata-se contudo de uma *linguagem da impressão*. Esta linguagem, entendida como uma lei imediata para todos os seres, exprime de uma forma não articulada o mecanismo sensível. Por ela são exteriorizados gritos de dor, de medo e até mesmo sinais de satisfação. A *linguagem da impressão* é, pois, uma *lei natural de um mecanismo sensível*. É justamente neste sentido que podemos conceber em Herder a linguagem como um sistema, como totalidade que perpassa e abrange todos os animais<sup>1</sup>. E se este tipo de linguagem resulta de um mecanismo *natural*, a origem divina desta linguagem deve ser imediata e liminarmente excluída<sup>2</sup>.

Herder, juntamente com outros iluministas, onde pontificam vultos da magnitude de Rousseau, Condillac ou Vico, efectuou uma verdadeira revolução no que ao estudo da linguagem diz respeito. A linguagem, que na história do Ocidente, sensivelmente até ao século XVIII, era vista, *grosso modo*, como uma dádiva de Deus<sup>3</sup>, é agora tida como algo de natural, e, no caso do homem, ou diríamos antes, da linguagem humana, passará a ser compreendida como uma instância desenvolvida pelo homem de acordo com aquelas que são as suas vivências históricas, sociais e culturais.

Não podemos, em todo o caso, explicar a linguagem humana a partir de gritos ou de grunhidos de qualquer espécie, dado que a *linguagem da impressão* não é certamente uma das características da natureza humana. Apesar dos nossos antecedentes a terem utilizado, tal não qualifica, *per se*, a nossa espécie como “superfície passiva”, que organiza a sua esfera vital a partir dos sentidos e da apercepção da exterioridade. Há algo de diferente no homem, uma prerrogativa

<sup>1</sup> “todos os animais têm linguagem” (Herder 1987: 25)

<sup>2</sup> Se tivesse sido um anjo ou um espírito divino a inventar a linguagem, como poderia acontecer que a arquitectura da linguagem não fosse toda ela uma imagem do modo de pensar desse espírito? Um quadro pintado por um anjo há-de conhecer-se em que senão no traço angelical, supraterrâneo? A origem divina nada explica e também não abre caminho para qualquer outra explicação; é uma espécie de sagrada Vestal, como diz Bacon num outro contexto, consagra Deus, mas estéril, piedosa, mas inútil! (Herder 1987: 74 e 75)

<sup>3</sup> Como sabemos, de acordo com a tradição cristã, Deus era o Verbo que dera ao homem a linguagem como uma graça.

que é sua, apenas, e que importa aferir, averiguando o modo como ulteriormente se desenvolve e exterioriza.

É desta forma que Herder nos dá conta da existência de um déficit de instinto por parte dos seres humanos. Note-se contudo que o autor não é, este ponto, contundente: por vezes fala-nos de uma *ausência* de instinto, noutras tantas opta pela versão menos dilacerante de *decréscimo*. Há seguramente aqui uma ambivalência. Parece-nos, no entanto, que face ao estilo assumidamente literário adoptado pelo autor, que não nega o carácter *instintivo* do homem, advogando antes a tese de que as suas capacidades ou aptidões inatas em matéria de instinto são em menor amplitude do que nos restantes animais da natureza. Assim, parece que há de facto um déficit que solicita um exercício sistemático de denúncia: “o homem está muito aquém dos animais quanto à natureza e à segurança do instinto [...]” (Herder 1987: 42). Os animais têm o instinto muito mais desenvolvido que o ser humano, o que parece ser uma mais valia em relação ao homem.

Não obstante, o género humano não parece ser constituído por lacunas ou carências. Se há uma teleologia natural, certamente que esta não falharia justamente no capítulo da espécie humana. Haverá portanto uma teleologia por *compensação*. Nós temos efectivamente uma carência de instintos, mas somos dotados de faculdades que suprimem essa deficiência. A natureza parece, pois, ter engendrado esta insuficiência para que pudéssemos ter uma vida mais ampla, de vistas mais largas; pois quanto mais agudo é o instinto mais pobre é o modo de vida<sup>4</sup>. Assim, ao colocar em acto as faculdades que já dispunha em potência, o homem cria um espaço para se ocupar e aperfeiçoar *sempre*. Ao ser privado de uma natureza, de uma natureza instintiva desenvolvida, foi compensado por uma razão, por um espírito livre, uma cultura que o elevam à categoria de um *Proteu*, ou seja, um ser em permanente *metamorfose e transfiguração*. Note-se, contudo, que esta *razão*<sup>5</sup> de que nos fala Herder é aqui entendida como um *composto de faculdades que não deve ser fragmentado*. Herder vai chamar razão ao conjunto de todas as forças espirituais (sensibilidade, entendimento, consciência, imaginação) que devem funcionar numa unidade, isto é, numa globalidade absolutamente indissociável. A racionalidade será sempre o desenvolvimento orgânico das nossas disposições, criando um campo de liberdade de acção. É certo que a par desta definição é efectuada uma crítica a Kant. Herder, como aluno que se assume como dissidente de Kant, considerou que o homem é

---

<sup>4</sup> “[...] A sensibilidade, as capacidades e as aptidões dos animais aumentam em força e intensidade na proporção inversa da amplitude e diversificação do seu círculo de actividade” (Herder 1987: 44).

<sup>5</sup> A propósito da razão diz Herder:

É o arranjo global de todas as forças humanas, é a economia da natureza sensível e cognitiva, cognitiva e volitiva do homem. Ou mais ainda: é a simples força positiva do pensamento que, ligada a uma organização definida do corpo, recebe no homem o nome de razão (...).”

composto por faculdades que não devem ser fragmentadas, mas entendidas como um todo orgânico. Para o nosso autor, a *reflexão* seria assim a assimilação interior de todas as nossas funções e forças, quer sensitivas, quer cognitivas.

Esta reflexão, este pensar, é indissociável da linguagem. Não há pensar, não há existir, não há consciência sem linguagem. Ainda que a linguagem não produza necessariamente uma manifestação exterior, ela existirá sempre como manifestação interior; o pensamento interno será sempre um *dizer* interno. Herder diz-nos mesmo que o primeiro momento da consciência foi também o nascimento interior da linguagem. “ (...) *A linguagem constitui o verdadeiro carácter distintivo exterior da nossa espécie, tal como a razão constitui o interior*” (Herder 1987: 68).

Desta feita, conclui-se que a *impressão* não dá a raiz da linguagem articulada, mas sim a *reflexão*: a linguagem é “ *inventada naturalmente e nos termos da necessidade humana, tal como no homem é natural e necessário o facto de ser homem*” (Herder 1987: 58). Importa acrescentar que esta razão, indissociável da linguagem, emerge da necessidade sentida pelo homem de suprir o défice que inicialmente o caracterizava. É ainda esta necessidade que está na base do sentido *gregário* que define a espécie humana.

Herder empenhou-se ainda em sublinhar um aspecto que considera decisivo para uma boa compreensão das suas teses: a diferença entre a espécie humana e as restantes espécies da natureza é uma *diferença qualitativa* e não uma diferença *quantitativa*. Este aspecto é de facto importante, pois permite constatar que essa diferença se faz sentir em termos de modalidade, verificando-se portanto um corte ou uma ruptura de naturezas.

A linguagem permite-nos justamente aferir da validade e solidez do que acabamos de dizer: uma linguagem articulada, reinventada a cada momento, que se desenvolve no género e se fortalece nos feitos heróicos, que ainda se transmite de povo para povo, só poderia ser propriedade de um ser *com razão*. Convém acrescentar que a linguagem a que nos referimos é uma linguagem entendida num sentido mais amplo. No entanto, e apesar de acomodar várias acepções, o sentido mais meritório desta noção é o *discursivo*, aquele que se distingue justamente por uma capacidade simbólica ímpar. A valorização deste carácter discursivo em Herder estará na base de outra posição relevante assumida pelo autor, a saber, do prestígio granjeado pelo canto e pela poesia na cultura e na história. Esse prestígio subjaz ao primado do sentido da audição; se a linguagem é, por excelência, da ordem da Palavra, não há como a separar da audição.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> A propósito do primado da audição, não deixa de ser curioso referir que no Renascimento, mormente no italiano, assistimos ao primado do órgão da visão. Veja-se por exemplo o famoso *Paragone* de Leonardo Da Vinci ou até mesmo as referências deixadas pelo português Francisco de Holanda, que apesar de considerar poesia e pintura “ciências irmãs”, não deixa de considerar a pintura superior por se sustentar no órgão da visão.

A noção de discurso é também um dos factores que concorre para a importância da diversidade das línguas. As diferentes línguas podem ser vistas como os *espíritos dos povos* (uma ideia própria do movimento romântico) que se desenvolvem no decurso da história. A singularidade histórica desses povos seria assim a *expressão efectiva* de cada uma dessas línguas. Há ainda outros elementos que contribuem para a especificidade de cada língua: para além de se desenvolver no género e se fortalecer nos feitos heróicos, temos que contar também com os instrumentos de fala nos dois sexos (que, sendo distintos, estão na base de educações diferenciadas), ou noutros factores tão diversos como condições climatéricas, os costumes, ou ainda a idade. A língua seria então para Herder o traço cultural por excelência, que justamente dá conta do sentimento de pertença de um indivíduo a uma determinada sociedade. A língua, como expressão cultural, determina o pensamento, a visão do mundo (hipótese Sapir-Whorf). A cultura, a história dão forma ao homem e à linguagem por este utilizada. O homem compreende-se antropológicamente como um ser de linguagem<sup>7</sup> e como um ser cultural, e é justamente na observância deste binómio que o homem pode determinar e ser determinado pela cultura. O relativismo e pluralismo cultural de que Herder é defensor está, pois, sustentado na perspectiva racional, histórica e cultural da linguagem e naquela outra que afirma que o homem é justamente o produto da evolução da história e da cultura, evolução essa mediada, possibilitada, consentida pela linguagem. Uma linguagem passível de ser *comunicada*, permitindo, desta feita, a formulação de enunciados. Uma linguagem que pode ser *transmitida*, possibilitando a transferência de enunciados. Uma linguagem que pode ser aprendida, ou seja e no dizer de Herder, aperfeiçoada.

Estão assim enumeradas as principais linhas reitoras que estão na base de toda a argumentação desenvolvida em o *Ensaio Sobre a Origem da Linguagem*. É com base nessas grandes linhas que Herder nos apresenta *quatro leis naturais*, onde justamente reitera posições anteriormente assumidas. É dessas quatro leis que agora nos ocupamos, procurando salientar a mensagem mais significativa de cada uma delas:

- Primeira Lei Natural- “o homem é um ser em actividade, que pensa livremente, e cujas forças actuam em progressão; por isso é uma criatura da linguagem!” (Herder 1987: 117).

- Segunda Lei Natural- “o homem é por vocação uma criatura gregária, social: o desenvolvimento progressivo de uma língua é-lhe, pois, natural, essencial, necessário.” (Herder 1987: 134).

---

<sup>7</sup> “O homem está organizado para ser uma criatura de linguagem, pois sem linguagem o homem não possui razão e sem razão não tem linguagem” (Herder 1987: 49).



- Terceira Lei Natural- “*Tal como o género humano na sua globalidade não podia continuar a ser uma só horda, também não podia permanecer com uma só língua. Assiste-se, assim, à constituição de diferentes línguas nacionais.*

*No verdadeiro sentido metafísico, não é sequer possível uma só língua no homem e na mulher, no pai e no filho, no jovem e no ancião”* (Herder 1987: 156).

- Quarta Lei Natural- “*Tal como o género humano, segundo toda a probabilidade, se foi constituindo progressivamente como um todo, de uma só origem para uma grande família, o mesmo se passou com todas as línguas e, portanto, com toda a cadeia da formação”* (Herder 1987: 156).

Como vemos, a Natureza parece ter escolhido um tipo específico de desenvolvimento para a espécie humana: “*A linguagem reproduz-se e progride em íntima ligação com o género humano”* (Herder 1987: 162). Consequentemente, e tendo em consideração tudo o que já se disse, qualquer origem divina no que se refere ao aparecimento e desenvolvimento da linguagem não parece fazer qualquer sentido para Herder.

Desta feita, e em jeito de breve conclusão, podemos dizer, com Herder, que o homem é dotado de uma racionalidade que não é extensiva a outros seres da natureza. Esta racionalidade é uma característica especificamente humana, que estabelece uma ruptura com as demais naturezas.

A capacidade simbólica será, então, a fronteira da humanidade, dado que os restantes animais não têm capacidade simbólica. A aptidão conceptual e imaginativa, assim como a existência de uma consciência, são aspectos que, no seu conjunto, definem e caracterizam uma natureza distinta, como é o caso da natureza humana. Se o *sentir* une todos os seres vivos, a capacidade simbólica, que tem no discurso a sua manifestação por excelência, afasta-nos.

A linguagem é o instrumento natural, utilitário e cultural que permite pôr cobro ao défice de instintos no ser humano. A capacidade de sobrevivência do homem é-lhe dada pelo símbolo. É a função formulativa que permite que organizemos o mundo e nos adaptemos a este.

### **Referências Bibliográficas**

Herder, J. G. (1987): *Ensaio Sobre a Origem da Linguagem*. Lisboa: Antígona.

# Um breve olhar sobre a génese da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

*Alexandre António da Costa Luís*  
Universidade da Beira Interior  
CHSC da Universidade de Coimbra  
aluis@ubi.pt

*Carla Sofia Gomes Xavier Luís*  
Universidade da Beira Interior  
LabCom.IFP da UBI  
cxavier@ubi.pt

## Resumo

O texto que se segue reproduz, no essencial, um conjunto de apontamentos dedicados à questão da génese da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que haviam sido expostos aquando da comunicação que fizemos durante o *XVIII Encontro Internacional de Reflexão e Investigação (EIRI)*, realizado na UTAD nos dias 6 e 7 de maio de 2014. Como é sabido, a CPLP foi formalmente instituída nos finais do século XX, concretamente a 17 de julho de 1996, quando, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, procederam à assinatura dos documentos constitutivos os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Trata-se incontestavelmente tanto de um ponto de chegada como de partida de um processo dinâmico, o qual obedece a uma certa lógica natural, até pela história partilhada e pelo património de valores comungados entre os povos envolvidos. Com raízes remotas e devedora de uma lista de precursores, a CPLP, voltada para o presente e o futuro, procura largamente fomentar a concertação político-diplomática, em matéria de relações internacionais, e a cooperação, especialmente nas áreas económica, social, cultural, jurídica e técnico-científica, entre países de língua portuguesa que compõem um espaço descontínuo mas identificado por um idioma comum, apesar de subsistirem determinadas especificidades. Destaca-se ainda pela materialização de projetos de promoção e divulgação da língua portuguesa. Na verdade, o aprofundamento desta Comunidade, alimentada por laços históricos, culturais e linguísticos, pode vir a conceder um cunho irreversível à afirmação da lusofonia como fenómeno associativo em termos mundiais, desde que o fenómeno “CPLP” seja sempre dominado pelo bom senso de exprimir, paralelamente, à língua comum, objetivos e princípios partilhados por todas as partes e com os quais é possível conjugar as conveniências de cada país, tudo isto num quadro afetivo de óbvio respeito mútuo e paridade.

## Introdução

A língua constitui, indiscutivelmente, o principal tesouro que Portugal legou a outras comunidades e regiões situadas em diferentes continentes e mares (Luís

e Luís 2013: 13). De resto, recuando ao século XVI, constatamos, por exemplo, que já João de Barros, historiador e autor de importantes obras doutrinárias e pedagógicas, ao perspetivar o futuro da herança transmitida pelos portugueses, adverte para o facto de que, mesmo após a extinção dos vestígios materiais da presença lusíada nos espaços ultramarinos, a língua e a cultura portuguesas continuariam gravadas no espírito das populações locais. Atentemos ao trecho retirado do célebre *Diálogo em Louvor da nossa Língua*:

As armas e padrões portugueses, póstos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçám das três pártes da terra, materiães sam, e póde-âs o tempo gastár, però nam gastará doutrina, costumes, linguágem, que os Portugueses nestas terras leixárem. (*apud* Buescu 1978: 90)

Ora, precisamente, a institucionalização da CPLP, entre outras realizações, comprova, em larga medida, a pertinência da posição veiculada por Barros. Como é sabido, os laços entre os povos que residem nos territórios que integram esta entidade internacional, de momento composta por nove Estados, em virtude do alargamento a Timor-Leste em 2002, isto após a conquista da independência desta nação, e, em 2014, à Guiné Equatorial, são bastante antigos e têm sido substancialmente esculpidos pela língua portuguesa ao longo de várias centúrias de história (naturalmente, o caso da Guiné Equatorial implica outro tipo de leitura).

Claro está que a CPLP não constitui uma formação homogénea e, à semelhança de outras organizações congéneres, torna-se ainda hoje visível o fosso entre a proclamação de vontades e o que é realmente produzido no terreno. A aproximar-nos temos, forçosamente, a língua portuguesa, que convive, note-se, em grande parte dos Estados-membros, com outras línguas nacionais. Existe ainda um passado histórico rico em experiências, vínculos e familiaridades, bem como um espólio cultural comum, sem dúvida engrandecido por uma inequívoca variedade cultural. A distinguir-nos urge, necessariamente, salientar as diferentes fases de desenvolvimento económico e social e, por consequência, de níveis de bem-estar que marcam o devir dos nove países-membros. De qualquer modo, fica evidente que a língua, a cultura e a história formam os pilares fundamentais da CPLP.

Outrora língua franca e companheira do Império, o português é, na atualidade, um património comungado por quase 300 milhões de falantes. Com efeito, independentemente da posição que ocupa nas listas das línguas com maior número de falantes variar conforme os critérios das organizações que as elaboram, verifica-se que, nos derradeiros anos, é bastante usual sublinhar-se que a língua de Camões constitui a terceira mais falada no espaço da Civilização Ocidental, a seguir ao espanhol e ao inglês, e a sexta mais falada no mundo inteiro, situando-se, por conseguinte, à frente do francês e do alemão (Fernandes 2008: 301). Como provas da sua considerável extensão geográfica e numérica, e

sem contarmos ainda com a Guiné Equatorial, entretanto admitida na CPLP, podemos, desde logo, realçar que

os 250 milhões de falantes do português representam cerca de 3,7% da população mundial e detêm aproximadamente 4% da riqueza total. Os oito países de língua oficial portuguesa ocupam uma superfície de cerca de 10,8 milhões de quilómetros quadrados, representando 7,25% da superfície continental da Terra. (Reto 2012: 58)

É também importante mencionar que o nome atribuído à organização internacional em apreço, “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, está longe de desfrutar de total consenso. Veja-se, a título exemplificativo, a proposta adiada por Luís Ferreira Lopes e Octávio dos Santos, que são da opinião de que talvez devêssemos chamá-la “Comunidade das Pessoas de Língua Portuguesa” (Lopes e Santos 2006: 147). Também Fernando dos Santos Neves explica que

a CPLP ou é a Comunidade, mais do que dos Países ou Estados, dos Povos ou Gentes de Língua Portuguesa (de Língua Portuguesa, note-se, e não de Expressão Portuguesa cultural ou literária, a qual só faz obviamente sentido para o caso restrito de Portugal e da sua literatura e cultura) ou nunca será Comunidade nenhuma que valha a pena, até porque nunca deixaria de ter uma alma demasiado pequena. (Neves 2013: 227)

Santos Neves estende os seus horizontes e ambiciona ver a CPLP transformar-se numa “«União ou Comunidade Lusófona»” (Neves 2013: 420).

Sendo bastante vulgar assistirmos à colagem da palavra “lusofonia” ao fenómeno “CPLP”<sup>1</sup>, urge clarificar que aquele conceito, dotado de várias aceções, está longe de gozar de uma aceitação cabal e absoluta, sobretudo da parte de determinados intelectuais africanos. É imprescindível ter presente que a história do passado colonial é naturalmente distinta consoante a sua análise seja feita por uns ou por outros, isto é, por ex-colonizadores ou por ex-colonizados, o que suscita, amiudadamente, o surgimento de interpretações e visões contraditórias. Por isso mesmo, alguns destes pensadores africanos, que acreditam que em Portugal ainda corre uma certa nostalgia do Império, veem na lusofonia, fundamentalmente, uma nova forma ou tentativa de hegemonia cultural portuguesa. Também são frequentes os casos em que simplesmente declaram não entender esse conceito, contribuindo para a polémica que o rodeia. Enfim, anote-se o comentário produzido pelo premiado escritor angolano

---

<sup>1</sup> Porém, como Luís da Fonseca refere,

vale a pena realçar a circunstância de no acto constitutivo da CPLP não existir qualquer referência à expressão «lusofonia». Na verdade, apesar de a expressão ser já de uso comum em 1996, ano em que CPLP foi criada, em momento algum ela é utilizada nos documentos oficiais que assinalam a sua criação. Nem a Declaração Constitutiva nem os Estatutos ou o Comunicado Final da Cimeira Constitutiva da CPLP lhe fazem a mínima referência. (Fonseca 2011: 23)

Ondjaki, que entende que “a lusofonia é algo que é criado e gerido pelos portugueses” (Fonseca 2011: 22).

Seja como for, deixando de lado quer questões de ordem onomástica ou mesmo concetual, quer um conjunto de limitações, desde logo financeiras ou de concertação política na cena internacional, posto que os países-membros da CPLP integram diversas organizações regionais que os condicionam no seu percurso (Portugal integra a União Europeia, Brasil o Mercosul, Angola e Moçambique a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, só para mencionarmos alguns exemplos), a formalização da CPLP constitui um passo em frente na defesa da língua portuguesa e surge como um instrumento com várias facetas, valências e potencialidades num mundo crescentemente globalizado, pelo que os 18 anos de existência oficial da referida Comunidade demonstram a proliferação de esforços em favor da consolidação deste ambicioso projeto multilateral e, obviamente, também com dimensão política.

### **Raízes remotas da Comunidade**

Por razões próprias do labor historiográfico, mas igualmente decorrentes de situações específicas relacionadas com o passado dos territórios que hoje compõem a CPLP, qualquer intento para explicar a génese desta instituição denota a relevância de se continuarem a produzir estudos dedicados à história dos países e comunidades de língua portuguesa, diluindo progressivamente aspetos eivados de subjetividade nos campos das questões levantadas, das interpretações executadas e das conclusões formuladas, a necessidade de se promover a transmissão do conhecimento reunido nesses trabalhos junto de uma audiência cada vez mais vasta e, como é lógico, o imperativo de se tratar da conservação do espólio documental e patrimonial que suporta essa produção.

Feitos estes reparos, diga-se que o embrião ou, se quisermos, a raiz mais remota da Comunidade em causa radica, sem surpresa, na Expansão Ultramarina Portuguesa (CPLP org. d.l. 2007: 21), processo iniciado no século XV e desenvolvido por vários atores, etapas, rumos e frentes, bem como estimulado por distintos motivos e valores (glória, honra, fama, proveito...). Sem pretendermos, de maneira nenhuma, traçar a história deste fenómeno expansionista conduzido por Portugal, que, naturalmente, muito contribuiu para a estruturação da identidade coletiva lusíada, entre outros aspetos, torna-se, todavia, imprescindível recordar algumas das marcas que ainda hoje se refletem na CPLP, a começar pela própria ancestralidade das relações que principiaram aquando da chegada dos mareantes lusos a terras até então ignotas, insólitas ou muito pouco conhecidas dos europeus (CPLP org. d.l. 2007: 21).

De entre uma vasta lista de acontecimentos protagonizados pelos portugueses de Quatrocentos e Quinhentos, anotemos, a partir de 1415, a condução de empreendimentos bélicos de apreciável envergadura no Norte de África, submetendo distintas praças, a começar por Ceuta. Registemos a (re)descoberta da Madeira e dos Açores, a persistente disputa das Canárias aos

Castelhanos, a descoberta de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, a exploração metódica da costa africana, seja do Golfo da Guiné ou da futura Angola, a título exemplificativo. Tomemos também como referência a edificação, em 1482, do Castelo de São Jorge da Mina. Reparemos na influência exercida por Bartolomeu Dias nas navegações, pois, com a dobragem do Cabo da Boa Esperança, abriu, de maneira efetiva, o caminho do cobiçado Oceano Índico. Ultrapassado o tempo do Tratado de Alcáçovas-Toledo, olhemos para o célebre Tratado de Tordesilhas, datado de 1494, que promove a divisão da Terra por via de um meridiano que passa a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Recordemos, obrigatoriamente, a viagem inaugural à Índia, com Vasco da Gama a chegar a Calecute, como é sabido, no ano de 1498. Ora, nessa expedição, entre outros aspetos relevantes, Gama avistou e tocou vários pontos da costa moçambicana, sucedendo, contudo, que, na ótica de alguns autores, terá sido o viajante Pêro da Covilhã o primeiro português a firmar contacto com este espaço. Em 1500, é a vez de Pedro Álvares Cabral se notabilizar, ao atingir a “Terra da Vera Cruz”, hoje Brasil. Território pouco valorizado na época manuelina, a colonização deste “país-continente” só adquirirá um cunho sistemático a partir do reinado de D. João III. Mas regressemos novamente ao tempo do *Rei Venturoso*, especificamente ao período de 1509 a 1515, altura em que Afonso de Albuquerque é governador da Índia e leva a cabo várias operações militares de submissão de destacadas “cabeças” do Oriente. A título de prova, no ano de 1510, o célebre *Terrível* ou *Leão dos Mares* conquista Goa, cidade que, apesar da concorrência de Cochim, acabará paulatinamente por se elevar, em larga medida graças às suas apelativas qualidades, à condição de capital do Estado da Índia. Ainda em vida de Albuquerque, temos, em 1513, Jorge Álvares a navegar até à requintada China. Algumas décadas mais tarde, em 1543, os portugueses são os primeiros europeus a desembarcar no Japão. E muito mais poderia ser dito da aventura oriental. Importa, todavia, acrescentar que Timor, à qual terão chegado os nossos em 1514, passou desde então a ser regularmente visitada por embarcações lusas, “que traziam de Malaca panos de algodão e objectos metálicos, como facas, espadas e machados, levando em troca sândalo, mel e cera” (Thomaz 1994: 594).

A Coroa portuguesa esforçava-se por mobilizar as forças nacionais em favor da execução, através de meios diversos, de uma política imperial em que, repare-se, o crescimento e o desenvolvimento do reino passavam a depender cada vez mais dos recursos exógenos/ultramarinos (ouro da Mina, especiarias africanas e asiáticas, escravos, açúcar da Madeira, pau-brasil e açúcar da Terra da Vera Cruz...). Sem ser surpreendente, a Coroa reservava-se o monopólio de determinados produtos de avultado valor e importância estratégica, mas havia, obviamente, no além-mar, margem de manobra para aventureiros, entre outras figuras mais ou menos arrojadas e com espírito de iniciativa. Sublinhe-se, no fundo, que, ao longo de Quatrocentos e Quinhentos, Portugal caminhava já para a forma de “Estado-Nação (pese embora o carácter muito pessoalizado do Poder

e da Administração)” (Santos 2007: 52; Santos 1994: 20), reunindo, por esta via, as energias, entre outras vantagens, necessárias à concretização de um projecto/ideia de império. Os portugueses, socorrendo-se de táticas militares que procuravam atenuar o problema da falta de recursos, humanos e financeiros, aperfeiçoando a arte de navegar e tentando conservar algum desnível tecnológico favorável ao seu lado, nomeadamente em domínios como o da construção naval, do emprego de artilharia nas embarcações e da montagem de fortalezas operacionais e quase invioláveis, mas não somente devido a estes fatores, originaram a emergência de uma nova entidade imperial. Dispersa por diversos quadros humanos e geográficos, formava “o exemplo mais característico de um império marcado, ao mesmo tempo, pela descontinuidade espacial, pela economia de meios e por coexistências de modelos institucionais” (Hespanha e Santos d.l. 1993: 395). Como é compreensível, “o pragmatismo, a plasticidade e a adaptabilidade animaram largamente a receita seguida para que se obtivesse a instalação portuguesa em variados e distantes terrenos” (Luís 2008: 731). Ademais, não apenas atendendo à sua dimensão espacial absoluta, mas também em virtude da funcionalidade do mar como “fuerza unificadora” do conjunto imperial (Russell-Wood 1997: 42), ajudando o elemento aquático a minorar o desafio da descontinuidade terrestre, e até pelos cálculos expressos por alguns estudiosos, embora geradores de certa reserva, que apontam que “Portugal solo acumulaba más del 50% del poder naval oceánico entre 1502 y 1544; entre 1545 y 1560 tenía entre el 40%-50%; entre 1560 y 1576 tenía menos del 40%, aunque todavía era la marina más importante” (Telo d.l. 1998: 354), fica claro que estávamos verdadeiramente perante o primeiro grande império de configuração oceânica da história: “[...] um império em que o mar já não era um limite, mas, antes, o nexó essencial de união dos pontos de apoio na terra firme, o próprio corpo do império” (Hespanha e Santos d.l. 1993: 395). No fundo, dito por outros termos,

um império [...] que não tinha muito a ver, na sua forma de se estruturar politicamente, com os impérios da tradição clássica europeia, nem com aquele desenvolvido pelos Espanhóis, bastante mais próximo das formas tradicionais de dominar e de organizar politicamente o espaço, já que estava vocacionado para o controle directo de grandes extensões continentais. (Hespanha e Santos d.l. 1993: 395)

De qualquer modo, é indiscutível que muitos dos contactos então firmados pelos portugueses nos palcos do além-mar subsistiram, com maior ou menor intensidade, até aos dias de hoje.

Acrescente-se que, no que toca à sociedade colonial lusa e ao Império, ninguém poderá ficar indiferente à posição sustentada por Charles Boxer, que chama a atenção para a circunstância de que

entre as instituições que foram características do império marítimo português e que ajudaram a manter unidas as suas diferentes colónias

contavam-se o Senado da Câmara e as irmandades de caridade e confrarias laicas, a mais importante das quais era a Santa Casa da Misericórdia. (Boxer d.l. 1992: 267)

Este consagrado historiador afirma mesmo que

a Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, apenas com um ligeiro exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa desde o Maranhão até Macau. Garantiam uma continuidade que governadores, bispos e magistrados passageiros não podiam assegurar. Os seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou comparáveis e constituíam, até certo ponto, elites coloniais. (Boxer d.l. 1992: 267)

Embora se trate de uma abordagem passível de discussão, alguns investigadores gostam de falar em três impérios portugueses (Clarence-Smith 1990; Ping 2003). Ou seja, optam por dividir a experiência imperial lusitana, que teve o seu começo nos finais do século XV, em vários períodos ou ciclos diferenciados (“do Oriente”, “brasileiro” e “africano”). Neste particular, o “Primeiro Império” constituiu-se a partir do processo dos Descobrimentos e Expansão nos mares e litorais de África (assentando muito na “Guerra”, na “Justiça” e na “Fazenda”) e no espaço mais cobiçado pela Europa, o Oriente (apoiando-se em conceitos operativos ou programáticos como a “Conquista”, a “Navegação” e o “Comércio”), mas também com os dirigentes nacionais já com as «garras» voltadas para parte do Continente Americano (Brasil, Terra Nova). Em relação ao “Segundo Império”, com o declínio da influência lusitana no mundo oriental, muito por culpa da intervenção de potências como a Holanda e a Inglaterra, responsáveis pela usurpação de importantes entrepostos anteriormente dominados pelos nossos, o Brasil conquista crescente protagonismo, vindo medrar a sua extensão territorial e o seu peso político, económico e cultural. No que concerne ao “Terceiro Império”, a sua construção, digamos assim, arranca depois da independência do Brasil (1822) e tem como principal teatro de operações o Continente Africano, onde, na sequência da exploração pelo interior e do avanço da colonização, distintos territórios corresponderam ao grosso do Império Colonial Português. Desaparece, progressivamente, quando, em 1961, a Índia absorve à força a Índia portuguesa; depois do 25 de Abril de 1974, quando, a seu tempo, as colónias lusas de África se tornam independentes e a Indonésia anexa, em 1975, Timor-Leste. No que concerne a Macau, é reintegrada, no ano de 1999, na vasta China.

Este modelo de abordagem, ou melhor, de sistema de referência e guia de interpretação não é, como já se frisou, totalmente pacífico. No entanto, deixando para outra altura um debate apurado sobre o tema, importa precisar que aquilo que se convencionou designar de “Primeiro Império Português”, sem dúvida o primeiro “Império Moderno Europeu”, constituía uma entidade que girava, principalmente, em torno do Oriente, sem deixar, todavia, de contemplar outros espaços. Muito grosseiramente, no Norte de África, os portugueses, construtores



dessa formação imperial, mantiveram um rosário de fortalezas e determinados protetorados ligados às zonas de “mouros de pazes” (por norma, ricas regiões agrícolas); nos arquipélagos atlânticos optaram por instalar o modelo das capitânias; na faixa costeira do Continente Africano investiram nas feitorias-fortalezas; no Congo avançaram com uma colonização civilizacional, transmissora dos usos e costumes da Corte lusitana e, portanto, tendencialmente transformadora da monarquia congoleza numa réplica da nossa; no Brasil, após a fase inicial orientada sobretudo para a feitorização do litoral, Lisboa decidiu criar, na década de 30 do século XVI, capitânias hereditárias, apoiar-se no regime das sesmarias e, em 1548-1549, estabelecer um governo-geral. Por fim, em relação ao Oriente, como se disse, o grande centro de gravidade desse “Primeiro Império”, as autoridades nacionais fizeram reinar as fortalezas, as feitorias, o sistema de cartazes, sem esquecermos as suas apostas na implantação da magistratura vice-real e na afirmação do monarca português como um rei de reis, submetendo, por exemplo, alguns sultões ao pagamento de *páreas* (tributo) e, segundo opção de D. Manuel, privilegiando mais a suserania do que a soberania (Thomaz 1994: 196; Subrahmanyam d.l. 1995: 110). Ademais, com o governador Afonso de Albuquerque, incentivaram-se os casamentos mistos de oficiais lusos com mulheres de Goa. Em boa verdade, em várias latitudes, as uniões entre portugueses e mulheres nativas singrou como a solução óbvia perante a falta de mulheres brancas oriundas da Europa. Não olvidemos ainda, pela marca que deixavam ou pelas portas que abriam, os estabelecimentos espontâneos onde se fixaram e medraram comunidades portuguesas.

Nos séculos XVII e XVIII, assistiremos à continentalização do Brasil, violando largamente a linha imaginária de Tordesilhas, fruto, em boa medida, da ação das “*bandeiras* [...] que partiram de São Paulo e visavam particularmente a exploração do espaço, a «caça» ao índio e a busca de metais preciosos no Centro-Oeste e no Sul do Brasil”, de “*entradas* [...] saídas de diversos pontos da costa leste e nordeste para o interior, incluindo a Amazônia” (Silva 2005: 85-86), da manipulação da cartografia e da influência exercida pela política e administração ultramarinas do consulado pombalino. Aliás, com o achamento das primeiras jazidas de ouro no Brasil (finais de Seiscentos), tornava-se, por fim, real o mito aurífero brasileiro, acabando por arrancar um novo ciclo histórico. Com redobrada tentativa, o Brasil volta-se cada vez mais para dentro e os territórios de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás conquistam crescente importância. Portanto, nas duas centúrias atrás indicadas, vivia-se, genericamente, debaixo do período do “Segundo Império”, entidade que tem o seu grande centro de gravidade no mundo brasileiro onde, note-se, por variados motivos, a par da persistência das raças puras, evoluía um forte processo de miscigenação (Silva 2005: 101-105). Em Setecentos, tratados como o de Madrid (1750) e o de Santo Ildefonso (1777) contribuíram para o processo de definição das fronteiras do Brasil.

Porém, com a independência deste “país-continente”, na década de 20 do século XIX, crescerá em Portugal a ideia de edificar em África um “novo Brasil” (Lucas 1992: 297), nomeadamente unindo o território de Angola à contracosta. Em termos concretos, o caminho para o “Terceiro Império” apresentará diversos limites e dificuldades. O espaço de atuação dos portugueses em África será restringido por múltiplos fatores. Como explica sinteticamente Armelle Enders, “na primeira metade do século, pelas pressões da Grã-Bretanha para pôr fim ao comércio negreiro e, depois de 1850, pela expansão colonial europeia” (Enders 1997: 49). Além disso, “a estes constrangimentos externos, juntam-se uma situação política interna conturbada e meios limitados para levar a bom termo uma política colonial de tipo moderno” (Enders 1997: 49).

Regressando aos séculos XV e XVI, como se sabe, o povo português singularizou-se por enfrentar os perigosos oceanos do Planeta, ultrapassando difíceis obstáculos encontrados no terreno, com destaque para a barreira milenar da distância que separava variados impérios, reinos, civilizações e culturas. O sucesso luso resultou claramente do perseverante labor realizado em diferentes e complementares domínios, tais como o adensamento da experiência conquistada no mar, incluindo naturalmente o alto-mar, e o fomento de técnicas decisivas referentes à navegação astronómica, à arquitetura naval, à cartografia, entre outras vertentes, permitindo, por exemplo, a “elevação do bravo e mecânico Oceano Atlântico à categoria de principal autoestrada do fenómeno de desencravamento relacionador à escala mundial” (Luís e Luís 2013: 15). Em abono da verdade, os Descobrimientos e a Expansão Marítima fizeram de Portugal o país pioneiro da globalização e, como é óbvio, contribuíram avultadamente para o alastramento geográfico e humano da comunidade internacional (com os seus limites a excederem significativamente o ancestral universo mediterrânico), promovendo, assim, a multiplicação das relações internacionais (Fernandes 2008: 297-303). Claro está que os dois fatores anteriormente elencados, aos quais urge ainda acrescentar o da emigração, fenómeno tradicionalmente ativo entre nós, em virtude das costumeiras dificuldades económicas existentes no país, ajudaram e alimentaram a propagação da língua e cultura portuguesas, num raio de ação que podemos já classificar, é bom frisá-lo, de pluricontinental e pluriocênico.

De facto, a língua portuguesa, expandindo-se quer por meio de canais oficiais quer por meio de vias mais informais e espontâneas, por assim dizer, prestou um valioso contributo ao incremento das crescentes e regulares relações comerciais e diplomáticas, mas possibilitou igualmente a circulação de modos de pensar, sentir, agir e criar. O português revelou-se, inclusive, um útil e fértil instrumento de evangelização e, por seu turno, também a religião se transfigurou num poderoso veículo de difusão linguística (Alonso Romo 1998: 113-126). Conforme observa Rui Manuel Loureiro, reportando-se, neste caso concreto, ao Oriente, “na prática verificou-se frequentemente uma associação estreita entre a missão cristã e o ensino da língua portuguesa, uma vez que os principais

difusores oficiais da língua eram precisamente os religiosos do *Padroado português*” (Loureiro d.l. 1992: 110).

A língua portuguesa, viajando primeiramente através das rotas marítimas e comerciais exploradas pelas armadas lusitanas, daí a sua vocação transoceânica, ou talássica, não tardou a desempenhar um papel preponderante na área do desenvolvimento dos contactos entre povos muito diversos e, por consequência, em matéria de interpenetração de culturas e civilizações diferenciadas (Luís e Luís 2013: 16). Entre as várias dimensões que cultivava, importa obrigatoriamente salientar o seu antigo estatuto de “língua companheira do império” (Asensio 1960: 399-413; Curto d.l. 1993: 357-373; Curto 1998: 414-433; Almeida 2004: 901-905; Luís 2008: 82-83, 718 e ss.), manifestando-se, pois, como um dos utensílios mais determinantes no que concerne à feitura, enraizamento e conservação do nosso edifício imperial.

Por outras palavras, o período dos Descobrimentos e da Expansão Ultramarina pode ser visto como o momento culminante do nosso país em termos de poderio político e de notoriedade internacional, correspondendo, igualmente, à sua grande idade de ouro no capítulo das letras e das artes e, do ponto de vista linguístico, à ocasião em que o português lograva atingir uma maior irradiação no Orbe. O português, língua útil e de prestígio, via o seu alastramento processar-se naturalmente no comércio, na dominação dos escravos, na difusão da fé, na diplomacia, na construção do Império. É conveniente recordar que, desde Quinhentos até ao século XVIII, tratou-se, no fundo, da língua que gozava do precioso estatuto de língua de comunicação generalizada no litoral de África, de língua franca nos portos da Índia e do sudeste asiático e que acaba por triunfar definitivamente no Brasil.

Falando do Brasil, é sabido, pois, que, durante um bom espaço de tempo, o português e o tupi, *língua geral*, conviveram a par e passo como línguas de comunicação. No entanto, na segunda metade do século XVIII, a língua geral entra indubitavelmente em declínio. Diversos fatores contribuíram para essa circunstância, de entre os quais destacamos a chegada massiva de portugueses atraídos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e o Diretório estabelecido pelo marquês de Pombal a 3 de maio de 1757, cujas determinações aplicadas primeiramente ao Pará e ao Maranhão, acabam por se alastrar, a 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. Concretamente, proibia-se a utilização da língua geral e exigia-se oficialmente o manejo da língua portuguesa. Com a expulsão dos Jesuítas, no ano de 1759 eram afastados deste território os principais protetores da língua geral (Teyssier 1997: 76).

Em relação à África lusófona, remetendo para uma outra ocasião a análise do tempo da colonização portuguesa, preferimos destacar que, após a queda do Estado Novo às mãos de um golpe militar, das nossas antigas colónias emergiram, na década de 70 do século XX, países independentes, cujas autoridades souberam tirar partido do português, uma vez que viram neste o melhor legado dos colonizadores e, conseqüentemente, decidiram que seria

vantajoso usá-lo como língua oficial e fator nuclear de unidade nacional, cobrindo, portanto, populações ligadas a múltiplas línguas e dialetos e operando significativamente como bandeira de coesão interna. Ou seja, contribuindo para a propagação da língua portuguesa, temos, entre outros motivos, a circunstância do português facilitar, em territórios dotados de cenários tão complexos e repletos de assimetrias, a união nacional. Clarifique-se assim que, em África, enquanto língua oficial, o português compõe, pelo menos até certo ponto, uma opção política que favoreceu a sua nacionalização e, desta maneira, o transformou num eficaz meio de descolonização e, por isso mesmo, de consagração da soberania dos espaços lusófonos em causa. No fundo, tomou-se consciência de que o português, língua de comunicação do colonizador, não constituía forçosamente uma língua colonizadora. De resto, como é do conhecimento de muitos, as guerrilhas, entre outras facetas, operaram como escolas de português, onde se ensinou a falar, a escrever e a ler na língua portuguesa.

Plausivelmente, um dos traços mais marcantes da colonização lusa é composto pela “interdependência” que, desde muito cedo, se firmou entre as diversas colônias/possessões, gerando, compreensivelmente, “laços especiais” entre elas, por vezes até mais intensos do que com a metrópole, posto que esta última se debatia, regularmente, com problemas de escassez de recursos humanos e financeiros para socorrer os colonos (CPLP org. d.l. 2007: 24). “Laços que perduram entre a maioria dos membros da CPLP”, como é habitualmente recordado (CPLP org. d.l. 2007: 24).

Esclareça-se, deste modo, que brotaram relações de complementaridade ou, se quisermos, de subsidiariedade, não só ecológica, entre as parcelas que geograficamente separadas perfaziam o Império Português, o qual não se confundia, portanto, com uma mera manta de retalhos. O autor incerto da obra *Arte de Furtar, / Espelho de Enganos, / Theatro de Verdades, / Mostrador de Horas Minguadas, Gazu'a Geral / dos Reynos de Portugal*<sup>2</sup>, composta no ido ano de 1652, ao recorrer ao modelo anatómico, põe sugestivamente em destaque este paradigma de entidade imperial solidária no seu conjunto. No capítulo LXIII, é dito o seguinte:

Tais serão os que no governo de um reino e no meneio das suas fábricas e empresas tirarem de uma parte para remediarem outra – e será o mesmo que acudir a tudo. Desfalece a Índia com acidentes mortais, piores que de gota coral e artética, que mal será acudir-lhe o Brasil com alguma substância que a alente, ainda que seja por modo de empréstimo. Nem correrá nisso o ditado que «não é bom descobrir um santo para cobrir outro», pois tudo respeita e serve o mesmo corpo debaixo de uma coroa. Padece o Brasil de falta de mantimentos. Não vejo razão que tolha acudir-lhe as alfândegas do reino e de outras Conquistas, suprindo-lhe os gastos e socorros até que se melhore. O mesmo digo de Angola, Mina

<sup>2</sup> A obra é hoje, preferencialmente, atribuída ao jesuíta padre Manuel da Costa (1601-1667).

de S. Jorge, Moçambique e outras praças. Bom se pararia o corpo humano se a mão esquerda não ajudasse a direita e a direita a esquerda e um pé ao outro. A República é corpo místico e as suas colónias e conquistas membros dela e assim se devem ajudar, reservando e reparando suas fortunas e conveniências. Superstição é – e não axioma político de estado – negarem-se auxílios os que vivem juntos na mesma comunidade. (Anónimo – século XVII – 1978: 263)

Mas vejamos, muito sucintamente, um caso que é, sem dúvida, bastante elucidativo da mencionada interdependência/subsidiariedade, desempenhando inclusivamente um papel de primeira ordem na construção do Mundo Atlântico. Reporta-se à relação entre o Brasil e a África. Como é sabido, a economia açucareira do Brasil (e, mais tarde, das minas de ouro e diamantes) assentava largamente nos escravos africanos, transformando-se o tráfico negreiro numa das atividades mais lucrativas do triângulo atlântico. No que diz respeito à colónia portuguesa da América do Sul, o espaço angolano constituía a grande fonte de escravaria. “Esta colónia africana tornou-se complementar do Brasil, ao fornecer-lhe a mão-de-obra de que necessitava e sem a qual dificilmente conseguiria desenvolver-se e afirmar-se”, esclarece Azevedo e Silva (Silva 2005: 119). Este premiado historiador recorda ainda a posição assumida pelo padre António Vieira, douta figura que, numa das suas cartas, por sinal datada de alguns dias antes da recuperação de Luanda aos holandeses, sublinha: “Todo o debate agora é sobre Angola, e é matéria em que não hão-de ceder, porque sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros” (Silva 2005: 119). Assim, depois dos holandeses terem ocupado Pernambuco em 1630 e de terem descortinado a dependência da região da mão de obra escrava africana, decidindo, por isso mesmo, tomar Luanda em 1641, o restabelecimento do domínio lusitano sobre os territórios de Angola e São Tomé ocorreria muito graças aos brasileiros. Com efeito, do Brasil saiu a expedição que, no ano de 1648, reconquistou Luanda e expulsou os holandeses.

### **A caminho da CPLP: figuras precursoras**

Como já foi salientado, o relacionamento levado a cabo, durante variados séculos, entre as populações que fazem uso da língua portuguesa como instrumento de comunicação, forma os rudimentos da CPLP. Do mesmo modo, se olharmos para o pensamento de determinados vultos quer de Portugal quer do Brasil já independente, é interessante verificarmos que a chama da profecia-utopia do “Quinto Império”, sugestivamente delineada pelo padre António Vieira, ao conservar-se acesa, contribuiu para a génese da CPLP. A partir da sua obra, observa-se que

Vieira eleva a história de Portugal a novo instrumento divino redentor dos vícios, defeitos e perversões da humanidade, anunciador de uma nova idade de paz, concórdia, justiça, abastança (o suficiente para todos) e amor, ou seja, o Quinto Império do mundo. (Real 2011: 181)

Como se disse, embora com as devidas diferenças e, por vezes, atualizações, foram vários os intelectuais que comungaram e alimentaram, com maior ou menor vivacidade, este sonho. Nesse sentido, ninguém poderá ficar indiferente a Fernando Pessoa, que procurou ajustar à sua época o mito do Quinto Império, designadamente através da *Mensagem*, mas também do *Livro do Desassossego*. Vejamos, por conseguinte, a passagem retirada desta última obra que urge trazer à colação: “Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa” (Pessoa 2006: 230). Conforme é vulgarmente referido, a expressão “minha pátria é a língua portuguesa”, que o semi-heterónimo pessoano Bernardo Soares profere, “iria converter-se numa espécie de divisa da Lusofonia e deste novo «império», não material mas cultural” (CPLP org. d.l. 2007: 31).

Como é possível ler no aprazível *Dicionário Temático da Lusofonia*, dirigido e coordenado por Fernando Cristóvão,

é este Quinto Império cultural, a que chamamos hoje *Lusofonia*, uma pátria de humanismo e diálogo, com as raízes mergulhadas nas ideias de Vieira, Pessoa e outros, sem pretensões de estabelecer qualquer hegemonia de dominação. (Cristóvão dir. e coord. 2005: 653)

Ou seja, conforme descreve o consagrado filósofo português Agostinho da Silva, milenarista do Espírito Santo e devoto agente de divulgação deste Quinto Império espiritual, liberto, portanto, de ambições de dominação, não haveria lugar para um qualquer “Quinto Imperador”.

Viajando até ao outro lado do Atlântico, é importante realçar que o intelectual Sílvio Romero, já no ano de 1902, havia sugerido a constituição de uma Federação Luso-Brasileira, que poderia singrar como um bloco simultaneamente linguístico, cultural e até militar, composto pelo Brasil, Portugal e suas colónias, isto na senda do que era feito no espaço inglês. É de referir que este jurista, historiador e filósofo brasileiro, no fundo, procurava, por esta via, encontrar uma forma de defesa perante as aspirações hegemónicas e imperialistas das principais potências fomentadoras da Conferência de Berlim de 1884-1885.

Continuando por terras brasileiras, entendemos que outro vulto que deixou algumas marcas no processo histórico que viria a conduzir ao surgimento da CPLP é o de Gilberto Freyre. Sociólogo de renome internacional, o seu pensamento ajudou alguns governantes, em diferentes períodos, a explicar e a sustentar a ideia de se estabelecer uma comunidade que albergasse os países que falam a língua portuguesa. Arquitecto do luso-tropicalismo, é bem conhecido o impacto que exerceu, por terras lusas, sobre diversas personalidades, algumas ligadas à oposição democrática, outras ao regime ditatorial. A influência da sua obra sobre Adriano Moreira, por exemplo, tem sido numerosas vezes sublinhada. Na verdade, até por se tratar de uma sedutora tese proveniente do exterior do

Estado Novo, e perante o repúdio internacional do fenómeno colonialista, o luso-tropicalismo acabou por ser, desde os anos 50, manobrado pelo Salazarismo como cartada e peça nuclear de uma espécie de “operação de cosmética” direcionada para o enaltecimento e difusão de uma determinada ideia/retrato de Portugal, isenta do estigma do Império ou, por outras palavras, do negativo rótulo de país possuidor de colónias (Luís e Luís 2013: 68). Na ótica do regime português, a teoria luso-tropicalista servia, portanto, de argumento científico para a sua política ultramarina. Com efeito, por seu intermédio, intentava-se justificar a originalidade da colonização portuguesa, marcada, segundo era dito, pela inclinação para a mestiçagem e mescla de culturas, da qual resultavam sociedades libertas de preconceito racial. Destacando a aptidão dos portugueses para se relacionarem com as populações dos Trópicos, permitia alimentar a noção de Estado pluricontinental, composto por províncias europeias e ultramarinas, e de sociedade lusa multirracial, onde distintas raças e vários povos conviviam de maneira pacífica.

Para o regime salazarista, o Brasil era um dos símbolos do engenho português e, como é fácil de entender, a diplomacia lusa esforçava-se por dar visibilidade às relações históricas luso-brasileiras. Contudo, independentemente do Tratado de Amizade e Consulta rubricado entre Portugal e Brasil, no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953<sup>3</sup>, não restam dúvidas de que a política ultramarina praticada por Lisboa entre 1961 e 1974, que originou, como é do conhecimento geral, uma longa Guerra Colonial, dotada de várias frentes, dificultou a harmonia das relações entre os dois países. Acrescente-se que, segundo palavras de Luís Lopes e Octávio dos Santos,

a atitude brasileira na relação com Portugal, de 1950 a 1990, nunca foi coerente e dependeu frequentemente da predisposição ou do grau de simpatia dos seus líderes máximos para com Portugal, mas a exigência do Estado brasileiro era quase sempre a mesma: Portugal teria de resolver o problema das suas províncias ultramarinas e a ideia da Comunidade deveria ser objeto de referendo democrático, o que contrariava as intenções do Estado Novo na questão colonial. (Lopes e Santos 2006: 9)

Já se chamou a atenção para o nome de Adriano Moreira. Pois bem, este ilustre académico e político, que exerceu funções de ministro do Ultramar entre 1961-1963, foi, como presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, o grande dinamizador dos dois Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa realizados, o primeiro, em Lisboa (1964) e, o segundo, em Moçambique (1967), eventos esses que “poderão ser vistos como antecedentes da CPLP” (Pinto 2005: 347; Moreira coord. 2001: 14). O I Congresso concordaria, por exemplo, com a criação de uma União das Comunidades de Cultura Portuguesa, de uma

---

<sup>3</sup> Estamos perante o “primeiro verdadeiro tratado de natureza política entre Portugal e Brasil, depois do Tratado de 1825 que reconhecia a independência”, lembra Adriano Moreira (Moreira 1999: 385).

Academia Internacional da Cultura Portuguesa e de uma Revista das Comunidades Portuguesas. No que concerne às conclusões do II Congresso, sugeriam, entre outros aspetos, a constituição de um Instituto Camões e ainda de um Instituto Nacional do Livro (Santos 2005: 73).

Note-se que, a respeito do processo em análise, merecem necessariamente o nosso destaque as propostas de Adriano Moreira acerca da criação da Universidade Internacional Luís de Camões e da composição de um Instituto Internacional de Língua Portuguesa (Santos 2005: 73). Porém, como se sabe, o rumo idealizado por Moreira não estava isento de obstáculos.

Chegamos, por fim, ao nome de José Aparecido de Oliveira, diplomata brasileiro e, sem dúvida, um homem que sentia profunda paixão pela cultura portuguesa. Como é sabido, já no começo da década de 1960, almejava uma comunidade harmoniosa de países lusófonos, alicerçada nos valores da cooperação, da democracia, da liberdade, da autodeterminação dos povos e da independência das colónias, sem olvidarmos a atitude de condenação do racismo. Achou no presidente Jânio Quadros, por exemplo, “um aliado” (CPLP org. d.l. 2007: 32). No entanto, tal constatação não invalida a circunstância de Aparecido, na caminhada para alcançar o seu sonho, se ter confrontado, de igual modo, com resistências ou desconfianças no Brasil. Seja como for, graças à sua determinação e persistência, desempenhou um papel de extremo relevo no processo que possibilitou a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sendo inclusive considerado, quase unanimemente, como “o grande construtor da CPLP” (Pinto 2005: 347).

Naturalmente, o processo que culminou na formação da CPLP dependeu muito da existência de um bom entendimento e da prática de uma eficaz concertação entre os governos de Portugal e Brasil. Ora, conforme já se apontou anteriormente, as relações luso-brasileiras tiveram os seus momentos altos e baixos, sendo ainda de salientar o problema da falta de estruturas democráticas. Efetivamente, citando Mariana da Mota,

as condições políticas e as oscilações entre as relações vividas por Portugal e pelo Brasil desde a década de 50 foram fundamentais para o atraso na institucionalização da CPLP. Assim, o fato de em Portugal se viver uma ditadura desde a década de 30, de manter a sua política colonialista até meados da década de 70, acompanhado por momentos de ditadura vividos no Brasil, e pela falta de soberania experimentada pelos países-colónias de Portugal em África, foram os fatores determinantes para que depois de ter sido assinado em 1953 o Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, esse tratado perdesse sua força e só na década de 90 o Embaixador José Aparecido de Oliveira tenha conseguido retomar essa ideia dando assim início à sua formação. Ou seja, a falta de instituições democráticas internas e externas aos membros da CPLP foi fundamental para que esta Comunidade só se institucionalizasse na década de 1990. (Mota 2009: 113)



Nas vésperas de suceder a queda do Estado Novo, designadamente numa altura em que algumas personalidades buscavam propor uma receita que solucionasse política e pacificamente a questão da prolongada Guerra Colonial, aparecem as obras *Rumo de Portugal*<sup>4</sup>, de Joaquim Barradas de Carvalho, e *Portugal e o Futuro*<sup>5</sup>, de António de Spínola, as quais congregam particular significado, entre outras razões, “pela força do seu conteúdo, no que respeita à ideia da Comunidade Lusófona” (Lopes e Santos 2006: 15), isto é, pela maneira como cada uma sustentou o princípio da associação dos povos de língua portuguesa.

Na década de 1970, tanto a Revolução do 25 de Abril como a conquista da independência por parte das antigas colónias africanas portuguesas propiciaram, logicamente, condições positivas que favoreciam uma renovada aproximação entre os povos lusófonos. Por exemplo, Adriano Moreira afirma que

desde a Revolução de 1974 que se fortaleceu em Portugal o conceito de que aquele facto punha fim a um regime e à sua política, mas não ao património histórico comum aos povos do antigo império, à participação da língua e dos valores miscigenados, à cooperação no mundo globalizado, à formação de padrões de intervenção participada na comunidade internacional. (Moreira coord. 2001: 19)

Por outro lado, seria um lapso clamoroso, diga-se de passagem, não colocarmos na lista daqueles que iluminaram o caminho, e que são, portanto, precursores da CPLP, figuras como Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Samora Machel (CPLP org. d.l. 2007: 33), celebrizadas pelo seu papel no combate pela independência dos seus países. Ora, de Agostinho Neto ficaram famosas as poesias em português. Em relação aos outros dois dirigentes africanos, Amílcar Cabral concebia a língua portuguesa como o bem mais precioso que os “tugas” lhes legaram e Samora Machel era atraído pela proposição “um só povo, uma só língua” (CPLP org. d.l. 2007: 33).

Olhando mais de perto para o passado africano, no ano de 1961, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) era fundada em Casablanca (Marrocos), juntando vários movimentos de libertação, e veio substituir a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das colónias portuguesas (FRAIN), que fora criada pelo PAIGC e MPLA em 1960. A CONCP alarga, pois, a sua ação coordenadora a todas as colónias africanas de Portugal, sem deixar de compor, repare-se, uma

---

<sup>4</sup> Entre 23 de março e 9 de abril de 1974, Barradas de Carvalho escreveu em Paris, ainda no exílio, uma série de artigos que vieram a ser publicados, já depois do dia 25 de abril, no Brasil, no *Suplemento Literário d'O Estado de S. Paulo*, e em Lisboa, em pequeno livro da Coleção Horizonte, Livros Horizonte. Ora, tanto os artigos, quanto o livro, surgiram com o título: *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*

<sup>5</sup> Esta obra foi publicada no dia 22 de fevereiro de 1974. A edição não tardou a esgotar, constituindo um caso de sucesso.

pioneira organização multinacional de língua portuguesa (CPLP org. d.l. 2007: 33). Após a conquista das tão ambicionadas e sofridas independências, os líderes dos cinco tenros Estados africanos decidiram persistir nos trilhos do diálogo, da cooperação e da solidariedade trabalhados aquando da luta comum empreendida contra o colonialismo luso. Assim, em 1979, aparece o Grupo dos Cinco, oficialmente designado por Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP. Tal conjunto participa da língua portuguesa como elemento de comunicação e diferenciação no seio de África. Por conseguinte, como já foi frisado, é notório que cedo se percebeu que a língua do colonizador não era necessariamente uma língua colonizadora, sendo que a aceitação do legado linguístico e cultural familiar ajudou, obviamente, a reatar o diálogo e a colaboração com a antiga metrópole, Portugal, sarando-se feridas e fazendo-se, pelo menos em parte, a catarse dos fantasmas originados pela guerra. O Brasil, por sua vez, constituiu um dos primeiros países a firmar conexões com o PALOP. Mas nem tudo foi um mar de rosas na dinâmica relacional entre o Grupo dos Cinco, já que registou alguns períodos de afrouxamento, fruto de certas diferenças de trajeto no seio dos seus protagonistas. Por isso mesmo, “a criação da CPLP, em 1996, foi também uma forma de relançar a cooperação entre os seus membros [...]” (CPLP org. d.l. 2007: 34).

Em Portugal, na década de 1980, uma das personalidades que coloca maior ênfase na avaliação e na projeção dos prós ligados ao propósito de reabilitação de um amplo espaço histórico-cultural multissecular comum, repartido por vários continentes e desejavelmente melhorado por via do singular concurso de todos os povos que manejam a língua portuguesa, é Jaime Gama. De facto, em consonância com a definição da política externa lusa feita pelo governo do Bloco Central (coligação PS-PSD), chefiado por Mário Soares, que passa não apenas pelo primado da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), mas também pelo exercício de fortalecimento das relações e iniciativas de entendimento e de cooperação em campos mais vastos com o Brasil e os PALOP, Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros, aquando de uma visita oficial a Cabo Verde, ocorrida em 1983, explica, inteligentemente, que

o processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América, seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado, de Governo, promover encontros anuais de ministros de Negócios Estrangeiros, efectivar consultas políticas frequentes entre directores políticos de Ministérios de Negócios Estrangeiros e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar. (In: Lopes e Santos 2006: 20)

Urge alertar que questões como o acordo ortográfico contribuirão igualmente para impulsionar a necessidade de se promover uma união lusófona.

Ainda antes do surgimento formal da CPLP, importa fazer alusão à Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Trata-se de uma ONG internacional que, como é fácil de perceber, compõe mais um dos pilares de relacionamento entre o mundo lusófono. Criada em 1986, a AULP estimula a colaboração multilateral entre as universidades dos países de língua portuguesa, amplia diligências no sentido de estreitar laços e, conseqüentemente, incentiva iniciativas conjuntas entre os seus membros, de modo a verificar-se o reconhecimento da relevância e da força desta comunidade de pessoas que utilizam a língua de Camões e, mormente, que realizam investigação e estudos superiores. Como é possível ler na página da internet desta organização não governamental,

uma das prioridades de desenvolvimento da AULP tem apontado para o reforço das relações desta Associação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) da qual é Observador Consultivo o que tem permitido intervir nalgumas áreas temáticas e assumir a função de assessoria científica sempre que a CPLP o solicita. (<http://aulp.org/a-aulp>)

A 1 de novembro de 1989, em São Luís de Maranhão, no Brasil do presidente José Sarney, foi rubricada a ata de constituição do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), reinventando-se, portanto, uma ideia de Adriano Moreira. Este acontecimento prepara, digamos assim, o parto da CPLP. Não obstante, acrescente-se, depreciando, plausivelmente por motivos de política doméstica, o carácter imprescindível deste instituto internacional, o governo luso decidiu lançar, no ido ano de 1992, um instituto de difusão da língua portuguesa, o célebre Instituto Camões.

### **O nascimento oficial da CPLP (1996)**

Percebe-se facilmente que o ambicioso projeto da CPLP registou um percurso histórico algo complicado. Na realidade, quando se fala em Comunidade Lusófona, importa notar, como muito bem observam Luís Lopes e Octávio dos Santos, que

o sonho desta comunidade – inicialmente, apenas luso-brasileira e, mais tarde, alargada aos novos países africanos e a Timor-Leste – deve ser enquadrado na evolução do sistema internacional em vigor desde a Segunda Grande Guerra, porque só assim será possível compreender a sua evolução à luz de fenómenos como a eclosão das independências e a pressão dos países do «Terceiro Mundo», a descolonização, os interesses permanentes das grandes potências políticas e económicas em determinadas regiões (como, por exemplo, a África Austral), a constituição de blocos económicos regionais ou ainda a redução das barreiras comerciais promovida pela Organização Mundial do Comércio. (Lopes e Santos 2006: 8)

No início dos anos 90 do século passado, com o fim da Guerra Fria, geraram-se, sem dúvida, novos cenários nas relações internacionais, os quais, genericamente, propiciavam o florescimento dos fatores e canais de viabilização de vastos espaços, ou melhor, de agrupamentos assentes em afinidades geopolíticas, geoeconómicas, históricas, culturais e linguísticas. Em Portugal, tirando partido do prestígio obtido pelo país com a sua entrada na CEE, em 1986, quer o primeiro-ministro social-democrata Aníbal Cavaco Silva quer o seu sucessor socialista António Guterres demonstraram, com afinco, que o mundo lusófono ocupava um lugar de eleição entre as grandes preocupações da diplomacia lusitana. Em relação aos territórios da antiga África lusíada, importa sublinhar as alterações de regime, as movimentações concernentes à construção de instituições democráticas e os acordos de paz, que procuravam colocar um fim ao flagelo da guerra fratricida, criando, desta forma, melhores condições ao desenvolvimento. Afinal, embora com um longo caminho por percorrer, a paz, o progresso, a democracia e até os direitos humanos tendiam a conquistar crescente primazia entre várias nações do Terceiro Mundo.

Por tudo isto, o processo que conduziu à institucionalização oficial da CPLP ganhou um impulso decisivo, merecendo ainda especial realce o empenho sobejamente conhecido de José Aparecido de Oliveira, embaixador do Brasil em Portugal durante a presidência de Itamar Franco. Realmente, o sonho continuou e não se pode compreender sem nos reportarmos, uma vez mais, à dedicação e à personalidade firme desta notável figura. Após ter sido acordada a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa e de os PALOP encetarem programas de reformas políticas e económicas, Aparecido concentrou, em março de 1993, esforços em propor a constituição da CPLP, isto junto do então presidente Itamar Franco. De igual forma, dedicou-se nos tempos vindouros a viajar pelos vários países africanos de língua portuguesa, a fim de reunir uma inequívoca adesão a este superior objetivo, apresentando, “com carta branca do Presidente Itamar Franco, as ideias que eram suas, mas bebiam inspiração em Agostinho da Silva e outros sonhadores da lusofonia, como Adriano Moreira, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Joaquim Barradas de Carvalho” (Pinto 2005: 347).

Para que se discutissem a fundo os pormenores relativos à fundação da CPLP, multiplicaram-se, compreensivelmente, os encontros entre representantes dos sete países lusófonos, escutando-se ainda académicos, escritores, artistas, entre outros vultos, ou seja, uma massa crítica capaz de facultar valiosas sugestões. Para além disso, com vista a agilizar os trabalhos finais, foi estabelecido um grupo de Concertação Permanente que ficou incumbido de produzir os documentos constitutivos da futura comunidade.

Apesar de existir já “informalmente”, sobretudo graças às relações que corriam entre os sete países que comunicam em português (Pinto 2005: 346), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nasceu, do ponto de vista oficial, em Lisboa, em concreto no Centro Cultural de Belém, a 17 de julho de 1996,

quando rubricaram os documentos constitutivos os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, aguardando-se a adesão de um Timor independente e assegurando-se, desde logo, o respeito da igualdade soberana dos Estados. Apraz-nos constatar que este momento espelhava o amadurecimento das relações entre os povos lusófonos, assim como o triunfo do pragmatismo na abordagem dos desafios que evoluíam no Mundo.

Na Declaração Constitutiva da CPLP são mencionados os “valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social” (Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, <http://www.cplp.org/id-48.aspx>). Concomitantemente, é indicado que a Comunidade brotou, entre outros fins, para “consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação” e para “encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum” (Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, <http://www.cplp.org/id-48.aspx>). Como é lógico, no documento em apreço, a língua portuguesa acolhe particular destaque, sendo, por exemplo, encarada como “um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada” e “um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista” (Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, <http://www.cplp.org/id-48.aspx>).

Acerca dos Estatutos da CPLP, importa referir que são pautados por generosos propósitos e objetivos comuns aos países fundadores. Veja-se, desde logo, que a Comunidade é apresentada como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus Membros”, mormente nos campos “económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico” (Estatutos. In: *CPLP*. Lisboa: MNE/Direcção-Geral de Política Externa). Merece também particular ênfase o alvo geral da “materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa”. Devemos ainda explicitar que a Comunidade em análise “goza de personalidade jurídica” e está “dotada de autonomia administrativa e financeira” (Estatutos. In: *CPLP*. Lisboa: MNE/Direcção-Geral de Política Externa).

Indo um pouco mais longe na descrição em curso, o citado programa estatutário, em consonância com o espírito da Declaração Constitutiva, é norteado pelos seguintes princípios:

- a) Igualdade soberana dos Estados membros;
- b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- c) Respeito pela sua identidade

nacional; d) Reciprocidade de tratamento; e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social; f) Respeito pela sua integridade territorial; g) Promoção do Desenvolvimento; h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa. (Estatutos. In: *CPLP*. Lisboa: MNE/Direcção-Geral de Política Externa)

E terminamos, dando muito brevemente conta da estrutura organizacional, ou seja, dos órgãos da CPLP que são enunciados no ato da sua criação, a saber: “a Conferência de Chefes de Estado e de Governo; o Conselho de Ministros; o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo” (Estatutos. In: *CPLP*. Lisboa: MNE/Direcção-Geral de Política Externa).

### **Em jeito de conclusão**

A consistência da CPLP é alimentada, entre outros elementos, por laços históricos, culturais e linguísticos. Podendo recuar as suas raízes remotas ao tempo dos Descobrimentos e da Expansão Ultramarina, fenómenos que possibilitaram a difusão do português como língua companheira do Império e língua franca, bem como o estabelecimento de relações complexas entre distintos espaços humanos, alguns dos quais ainda hoje integram o denominado “mundo lusófono”, contando igualmente no seu passado com o empenho de vários precursores e mentores e a favorável evolução da cena internacional depois do fim da Guerra Fria, a CPLP só poderá, no futuro, prosperar plenamente se, para além de usufruir dos esforços dos políticos de cada país, conseguir, de maneira especial, angariar ou desfrutar em força do apoio, que se quer genuíno, decisivo e constante, da sociedade civil, fazendo com que esta Comunidade seja uma realidade sentida e vivida por quase 300 milhões de indivíduos que falam português. Por esta via, será, sem dúvida, não só muito mais fácil aumentar a já evidente influência plurifacetada da CPLP, mas também consolidar esta entidade como uma autêntica comunidade plural, ricamente aperfeiçoada pela sua variedade e potenciadora de múltiplas valências e conteúdos, económicos, políticos, culturais, etc., logo, por consequência, fomentadora do espírito de grupo, dos sentimentos de pertença e de complementaridade ou, na prática, de esquemas, formas e canais de solidariedade de diversa ordem.

Procurando vingar fraternalmente como plataforma de diálogo, de cooperação e de protecção dos interesses convergentes e dos valores comuns que aproximam os seus variados membros, e apesar de algumas vozes dissonantes e de certas críticas que a acusam, por exemplo, de estar demasiado focada em dois países, Portugal e Brasil, ou de ostentar tentações de neocolonialismo, a CPLP, recentemente dilatada com a entrada da Guiné Equatorial, intenta dar resposta aos múltiplos e complexos desafios provenientes de uma era caracterizada pela globalização, isto num contexto histórico em que, obviamente sem prejuízo de

outros espaços, o Atlântico Sul, nas suas duas margens, figura como palco estratégico cada vez mais marcante e decisivo para a afirmação da língua portuguesa e não só, jogando-se nele muito do seu futuro (Luís e Luís 2013: 26).

Sem dúvida, a CPLP tem vindo a abrir-se cada vez mais ao exterior e a exercer uma crescente atração junto de outras nações e entidades. O alargamento do seu impacto e das suas aspirações na cena internacional são hoje uma perfeita evidência. Aliás, e a título exemplificativo, como mencionou recentemente António Martins da Cruz, “quando a CPLP foi criada havia três objetivos: as consultas político-diplomáticas, a cooperação e a língua portuguesa, que é no fundo a base”. Todavia, o “denominador comum vai-se diluir com os observadores que querem entrar”. Ademais, “foi-se criando uma prática que poderá ser o quarto objectivo da CPLP, a cooperação económica e empresarial” que, na opinião do mencionado embaixador, tem relevância “sobretudo na área da energia”, posto que, como refere, “daqui a 20 anos os países da CPLP podem representar 20% do gás e do petróleo, o equivalente à produção no Médio Oriente. E isto tem uma importância não só geopolítica mas também ao se constituir uma malha de interesses em que reforce os seus mecanismos” (‘A CPLP tem espaço para crescer’ – Entrevista a António Martins da Cruz, <http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7B819692C9-39D2-4743-8739-93146E554AB5%7D>).

Enfim, a título de balanço, cumpre-nos afirmar que, apesar de alguns constrangimentos e problemas importantes, como a questão recorrente do financiamento, é lícito concluir-se que a CPLP veio para ficar, pelo que, até pelo crescente número de países que revelam interesse em se ligar a esta Comunidade, arriscamo-nos a prever um futuro promissor.

### Referências Bibliográficas

- Almeida, Justino Mendes de (2004): “A Língua, Companheira do Império”. In: *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa: 901-905.
- Alonso Romo, Eduardo Javier (1998): “La Lengua Portuguesa como Instrumento de Evangelización: un Análisis a partir de los Textos de San Francisco Javier”. In: *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXVII, homenagem a Maria de Lourdes Belchior. Lisboa, Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian: 113-126.
- Anónimo (século XVII) (1978): *Arte de Furtar*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Estampa.
- Asensio, Eugenio (1960): “La Lengua Compañera del Imperio”. In: *Revista de Filología Española*. XLIII: 399-413.
- Associação das Universidades de Língua Portuguesa, <http://aulp.org/a-aulp> [acedido a 15-08-2014].
- Boxer, C. R. (d.l. 1992): *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70.

- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1978): *Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Clarence-Smith, Gervase (1990): *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema.
- CPLP (org.) (d.l. 2007): *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa. 10 ANOS DA CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. [Lisboa].
- ‘A CPLP tem espaço para crescer’ – Entrevista a António Martins da Cruz, <http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7B819692C9-39D2-4743-8739-93146E554AB5%7D> [acedido a 26-08-2014].
- Cristóvão, Fernando (dir. e coord.) (2005): *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.
- Curto, Diogo Ramada (d.l. 1993): “Língua e Memória”. In: *História de Portugal*, direção de José Mattoso, vol. III, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, coordenação de Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa: 357-373.
- \_\_\_\_\_ (1998): “A Língua e o Império”. In: *História da Expansão Portuguesa*, direção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. I, *A Formação do Império (1415-1570)*. Lisboa: Temas e Debates: 414-433.
- Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, <http://www.cplp.org/id-48.aspx> [acedido a 31-03-2014].
- Enders, Armelle (1997): *História da África Lusófona*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Estatutos. In: *CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: MNE/Direcção-Geral de Política Externa.
- Fernandes, António José (2008): *As Relações Internacionais e Portugal. Da Europa do Mundo ao Mundo da Europa*. Lisboa: Prefácio.
- Fonseca, Luís de Matos Monteiro da (novembro 2011): “A CPLP e a Lusofonia”. In: *Geopolítica*, n.º 4. Aveiro: ISCIA: 21-32.
- Hespanha, António Manuel e Santos, Maria Catarina (d.l. 1993): “Os Poderes num Império Oceânico”. In: *História de Portugal*, direção de José Mattoso, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, coordenação de António Manuel Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa: 395-413.
- Lopes, Luís Ferreira e Santos, Octávio dos (2006): *Os Novos Descobrimentos. Do Império à CPLP: Ensaio sobre História, Política, Economia e Cultura Lusófonas*. Coimbra: Almedina.
- Loureiro, Rui Manuel (d.l. 1992): “A Língua Portuguesa no Oriente (Séculos XVI-XVII)”. In: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, coordenação de António Luís Ferronha. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: 105-118.
- Lucas, Maria Manuela (1992): “A Ideia Colonial em Portugal (1875-1914)”. In: *Revista de História das Ideias*, n.º 14. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 297-324.
- Luís, Alexandre António da Costa (2008): *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*. Tese de doutoramento na área de História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Luís, Alexandre António da Costa e Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2013): *Algumas Páginas sobre Língua, Cultura e História Portuguesas*. Fundão: Grafisete - Artes Gráficas, com o apoio da Universidade da Beira Interior e da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.



- Moreira, Adriano (1999): “Comunidade Luso-Brasileira”. In: *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 suplemento, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa e Porto: Livraria Figueirinhas: 385-386.
- \_\_\_\_\_ (coord.) (2001): *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Mota, Mariana Villares Pires Cerqueira da (2009): *Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis Estratégias Internacionais no Século XXI*. Dissertação de mestrado como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política.
- Neves, Fernando dos Santos (2013): *A Política Não é Tudo, Mas Tudo é Político. Estudos e Ensaios 1965-2012*. Lisboa: Âncora Editora.
- Pessoa, Fernando (2006): *Livro do Desassossego*. Composto por Bernardo Soares, Ajudante de Guarda-Livros na cidade de Lisboa. Edição de Richard Zenith. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Ping, Jin Guo (2003-3.º): “Lusofonia: História e Realidade”. In: *Administração*, n.º 61, vol. XVI: 1057-1075.
- Pinto, José Filipe (2005): *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, Série D, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal.
- Real, Miguel (2011): *Introdução à Cultura Portuguesa (Séculos XIII a XIX)*. Lisboa: Planeta Manuscrito.
- Reto, Luís (coord.) (2012): *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- Russell-Wood, A. J. R. (1997): *Portugal y el Mar: el Mundo Entrelazado*. Lisboa: Pabellón de Portugal-Expo’98, Assírio & Alvim.
- Santos, João Marinho dos (novembro-dezembro 1994): “Tordesilhas e o Modelo do Império Português”. In: *Vértice*, n.º 63. Lisboa: 19-24.
- \_\_\_\_\_ (2007): “Portugal e Marrocos – Da Confrontação à Cooperação”. In: *Santa Cruz do Cabo de Gue D’Agoa de Narba. Estudo e Crónica*, João Marinho dos Santos, José Manuel Azevedo e Silva e Mohammed Nadir (autores). Viseu: Palimage Editores e Centro de História da Sociedade e da Cultura: 9-93.
- Santos, Victor Marques dos (julho de 2005): “Portugal, a CPLP e a Lusofonia. Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa”. In: *Negócios Estrangeiros*, n.º 8: 71-91.
- Silva, José Manuel Azevedo e (2005): *O Brasil Colonial*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Subrahmanyam, Sanjay (d.l. 1995): *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*. Linda-a-Velha: Difel.
- Telo, António José (d.l. 1998): “Los Poderes Ibéricos y el Primer Sistema Mundial (Siglos XV-XVI)”. In: *España y Portugal (Siglos IX-XX). Vivencias Históricas*, editor Hipólito de la Torre Gómez. Madrid: Editorial Síntesis: 341-366.
- Teyssier, Paul (1997): *História da Língua Portuguesa*. 7.ª edição portuguesa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. (1994): *De Ceuta a Timor*. Linda-a-Velha: DIFEL.

# LITERATURA



## A narrativa mítica torguiana

Cláudia Capela Ferreira

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Centro de Estudos em Letras

### Resumo

A criação literária torguiana evidencia feições claramente míticas. Na sua escrita, o poeta, condição sob a qual se identifica, determina, a par do mito, a urgência da liberdade absoluta e do desprendimento do tempo e do espaço. Nesta linha de pensamento, a atemporalidade, a unidade e a universalidade são aceções-chave para a leitura dos textos torguianos. A atitude mítico-poética não será mais do que um estado mental ou espiritual que ao artista permite usar a sua imaginação no sentido de alcançar uma metamorfose de condição libertadora de todas as forças controladoras e de viver num tempo reversível. Mais ainda, a sua poética pretende alcançar o derradeiro caráter mítico: a crença numa narrativa sagrada, de revelação do inefável e do puro, cuja leitura, uma partilha ritual, permite a ascensão do sujeito leitor, dado o retorno à linguagem primitiva e primordial, e consequente transcendência da condição humana.

**Palavras-chave:** mito, sagrado, criação, tempo, espaço

### Abstract

Miguel Torga's literary creation lead us to a mythical reading possibility. The poet, condition upon which Miguel Torga introduces himself as an artist, evokes the imperativeness of freedom and abnegation of time and space. In this paper it will be shown that there is a mythical attitude towards his literature that allows the poet to free himself from profane time and space. On the other hand, his work aims to achieve a sacred narrative of revelation. From this point of view, writer and reader establish a ritual sharing of primordial language which allows transcending human condition.

**Keywords:** myth, sacred, creation, time, space

Enquanto categoria de conhecimento, o mito tem sido explicado segundo diversas definições, consolidadas através de múltiplos enquadramentos. Desprovido de valor religioso e metafísico por Xenófanés<sup>1</sup>, e relegado para o plano da ilusão pela tradição judaico-cristã recupera relevância no século XX, como refere Victor Jabouille no prefácio de *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, de Pierre Grimal.

Mircea Eliade esclarece, ao longo de toda a sua obra, o cariz sagrado do mito e da narrativa mítica. Interessa-nos, nesta fase inicial do nosso trabalho,

---

<sup>1</sup> Leia-se Mircea Eliade e a obra *Aspetos do Mito*.

distinguir a narrativa mítica da narrativa ficcional, literária. Max Bilén baseia a sua distinção essencialmente no facto de a primeira implicar franca aceitação relativamente à verdade que postula, e de a segunda, pela sua ficcionalidade, propor ao sujeito uma história cuja função é, para M. M. Münch, sócio-histórica e, sublinhe-se, de feição profana<sup>2</sup>. Das narrativas míticas, deste modo, anseia-se que desvendem uma condição que se situa para lá da existência finita à qual o homem se encontra sujeito. Aliás, Bilén descreve:

Death, the confines of space and time, and the division and fragmentation of the world are everyday trials that prevent human beings from fulfilling the urge for independence that all have within them. The fundamental human sense of dissatisfaction has less to do with an actual lack of something than with a feeling of nostalgia for a state now unknown to mankind, but of which it has a strange intimation (*apud* Brunel 1992: 862).

Trata-se da urgência da liberdade absoluta, do desprendimento face ao tempo e ao espaço, cujo peso tem sido, ao longo da história, subjugado pela narração dos mitos, tal como pela criação artística, como esclarece Bilén ainda no mesmo trabalho. A atemporalidade, a unidade e a universalidade são aceções-chave nesta leitura, pelo que a atitude mítico-poética não será mais do que um estado mental ou espiritual desencadeador de uma metamorfose de condição que permite ao artista, ou ao poeta, neste caso concreto, a libertação de todas as forças controladoras e, conseqüentemente, a inserção num tempo reversível.

Nestes termos, Miguel Torga evoca o seu papel de criador na perspetiva de libertação de um tempo e de um espaço funestos, profanos. Mais ainda, parecidos, a sua poética pretende o derradeiro carácter ontológico, chamemos-lhe, do mito: a crença numa narrativa verdadeira, sagrada, de revelação do inefável e do puro, cuja leitura, uma partilha ritual, permite, tal como permitiu no momento da sua feitura ao poeta, a ascensão do sujeito leitor, dado o retorno à linguagem primária, primordial, e conseqüente transcendência da condição humana. De acordo com Max Bilén, que nos propõe igualmente esta perspetiva da arte e da atitude poética – na realidade mítico-poética –, trata-se pois, de um espaço de comunicação interpessoal.

Como no *mythos*, o texto torguiano lida igualmente com ritos de passagem e motivos de cariz mítico. Bilén cita Rimbaud e o poema *Aube* para explicitar a entronização do sol, do batismo, do absoluto, a nostalgia do paraíso ou das origens e a degradação. De uma forma assaz sintética poderíamos traçar igualmente uma conclusão no que concerne tal noção de perda e conseqüente degradação do homem. Falamos de *Paraíso*, uma farsa dada a lume no ano de 1949, cujo prólogo abre com a singular citação: “E o senhor Deus o lançou fora do Paraíso de delícias” (Torga 2001: 251). De facto, na perspetiva de Eliade, a

---

<sup>2</sup> Pode ler-se em *Companion to Literary Myths, Heroes and Archetypes*, obra editada por Pierre Brunel.

mitologia das sociedades arcaicas é a que melhor se convencionou para o início do estudo do mito, postulando, assim, uma primeira definição – nas suas palavras a “menos imperfeita” –, dada a multiplicidade de interpretações:

o mito conta uma história sagrada, relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos começos. Noutros termos, o mito conta como, graças aos feitos dos seres sobrenaturais, uma realidade passou a existir, quer seja a realidade total, o cosmos, quer apenas um fragmento [...] É sempre, portanto, a narração de uma criação (Eliade 2000: 13).

De carácter formativo, graças à revelação de modelos, o mito, quando recordado, recapitula os primórdios, a atividade criadora inicial, os seres perfeitos e a sacralidade das suas obras. Na verdade, quando, por exemplo, são entoados os cânticos genealógicos polinésios, a história da tribo reatualiza-se, permitindo, através da repetição/recitação solene, o recomeço, ou o regresso à origem. Sublinhe-se, pois, esta importância granjeada pela reflexão e recordação dos antepassados, pois eles viviam no tempo forte, mítico. De facto, a ideia de renovação universal, esclarece-nos Mircea Eliade, assenta na “reatualização cerimonial de um mito cosmogónico” (Eliade 2000: 36), comprovada junto de várias sociedades tradicionais.

A noção de necessidade de renovação prende-se com a consciência da perfeição dos primórdios e conseqüente degradação do cenário inicialmente paradisíaco. Será, portanto, uma experiência religiosa profunda, dada a projeção de um Paraíso Perdido imaginário, recorrentemente reatualizado por via de uma atitude mítico-ritual.

Portanto, a farsa *Paraíso* evoca bem clara e sucintamente esta restauração literária do Paraíso Perdido e da expulsão de Adão e Eva. De facto, também *A Criação do Mundo*, obra desenvolvida ao longo de cinquenta anos, evidencia pertinentemente a degradação do Homem. A propósito de tal evolução disfórica, Clara Rocha discorre, já em 1977, na obra *A Criação do Mundo, O espaço autobiográfico em Miguel Torga*, sobre a presença do mito das quatro idades na poética torguiana. Clara Rocha sintetiza com transparência a passagem do protagonista da ignorância à maturidade, isto é, da primeira idade, a do ouro, à última, a do ferro, antevendo-se, desse modo, a degradação disfórica prevalecente neste mito. Mais ainda, formalmente, acrescenta a transformação de um discurso de focalização interna num discurso articulado segundo a focalização onisciente, destacando a descoberta individual e a verosimilhança do discurso limitado à personagem no primeiro caso e, seguidamente, a manifestação da superioridade cognitiva da maturidade do sujeito.

A perda da inocência configura, assim, um pertinaz paradigma de leitura da obra torguiana. Mircea Eliade refere, acerca do homem religioso, a necessidade basilar de reconciliação com o tempo primevo, sagrado e edénico, por meio das recitações cosmogónicas e outros ritos diversificados. Freud, por sua vez,

esclarece que o homem moderno, afastado que se encontra da mitologia das origens, associa os primórdios e a respetiva perfeição e inocência à primeira infância, pois desconhece e nega o tempo cíclico. Portanto, o paraíso arcaico enforma-se na primeira infância. A anamnese, a recordação, que evoca o “começo do tempo e comunga do não-tempo, o eterno presente que precedeu a permanência temporal baseada na primeira existência humana” (Eliade 2000: 42), assenta numa função soteriológica da memória. É ela quem, por acesso ao *illud tempus* – seja ao mito, para o homem arcaico elidiano, seja ao mundo das ideias platónico, ou ainda à infância através da psicanálise freudiana –, alcança para o homem, a salvação, dada a angústia da queda do paraíso. Aliás, Mircea Eliade reflete sobre a memória como o “conhecimento por excelência” (Eliade 2000: 78), referenciando o *Dighanikaya*, escritura budista que afirma que os deuses cuja memória lhes falta caem do céu, por contraste àqueles que nunca se olvidam e são “imutáveis, eternos” (Eliade 2000: 101).

Desta forma, cremos poder afirmar a relevância profundíssima da *infância* na poética torguiana: lugar e tempo de descoberta do mundo, constitui o primeiro patamar do homem e do sujeito literário, associando-se, desse modo, ao Paraíso Perdido. Concomitantemente, o Douro, enquanto espaço ficcionado, surge levado, cristalizado, evocando, igualmente, carácter mítico. Mais do que um mero apego ou telurismo, a paisagem duriense na narrativa torguiana contextualiza uma determinada vivência pueril e inocente, pelo que é da ordem do inefável e do espiritual. Sagrada e simultaneamente humana, a paisagem infantil torguiana é redentora e estabelece-se como verdadeiro jardim paradisiaco. A par do verso, a recordação da infância augura ascese prometedor e instauração do tempo sagrado, por rutura do tempo profano.

Mítica, também, a alteronímia<sup>3</sup> torguiana. Com efeito, o batismo de Adolfo Rocha como Miguel Torga, após regresso do Brasil e consequente busca de si num local que lhe era impercetivelmente estranho, consigna, igualmente, um ato de carácter mítico. Criador de novos mundos, Torga *outra-se*, revelando, contudo, a sua verdadeira face de poeta. Neste sentido, ao dar início a *A Criação do Mundo*, faz atuar a literatura como um rito, recriando o seu mundo à sua medida e recriando-se, igualmente, enquanto produto da sua criação. Adão ou Caim, melancólico ou revoltado, as suas cercaduras refletem-se nos momentos ora de desespero, ora de rebeldia e esperança. Assim, muito sumariamente, o romance autobiográfico, em especial os primeiros dias, estabelece-se como paradigma matricial da sua obra poética, pois nela se encontra a preconização dos limites, dos símbolos e das temáticas. Trata-se do respeito venerando pelas figuras materna e paterna, pela família, a questão da finitude e da execrabilidade do tempo, associada ao episódio da morte do avô, o telurismo e a aceitação da ordem natural, cujo ensinamento salda o renascimento e, consequentemente, a possibilidade de transcender a morte, o tempo e a figura divina. A sacralidade de

---

<sup>3</sup> Veja-se o trabalho de Maria da Assunção Monteiro.

atos naturais, o amor, a relação entre homem e mulher são, igualmente, uma constante decalcada dessa paisagem mitificada.

Desta forma, os dois primeiros dias de *A Criação do Mundo* narram a cosmogonia torguiana, recitando-a, pelo que o sujeito-criador/ sujeito-criação parece suspender a linha temporal profana e execrável, deleitando-se com as memórias da sua idade paradisíaca. Trata-se de uma recitação de teor religioso, sagrado, visando a regeneração e, eventualmente, a salvação final. Não se trata de reviver o passado; antes repeti-lo, recitá-lo como as tribos arcaicas os seus mitos cosmogónicos, perspetivando o regresso à origem pura e perene. É a instauração de um tempo circular, e de um cenário beatífico e salvífico, pois que o desenrolar do tempo sacrifica progressivamente a pureza dos primórdios. Assim, recuperável, a perfeição alcança-se por meio da evocação desse tempo e desse espaço pueril, símile do paraíso.

Nesta medida, em cada página ou em cada poema reside um rito de suspensão do tempo, e a instauração do sagrado. A acompanhar esta noção ritual da escrita, também o regresso a casa assenta primordialmente num rito de imersão num tempo mítico, tal como os mitos cosmogónicos, lembrados como suspensão do diacrónico. Trata-se do desejo de retorno ao cosmos puro, pelo que a narrativa assume contornos mitificados. Na verdade, a narrativa torguiana sugere um Douro mitificado em função de uma imagem cristalizada da infância que Miguel Torga mantém enquanto poeta. Tal mitificação preserva uma verdade modelar semelhante à das narrações cosmogónicas, cuja revolta contra o tempo concreto e histórico é uma evidência.

O texto memorialístico serve, deste modo, um propósito real, não somente de narração ficcionada, mas especialmente de contemplação narcisista e consequente explicação do sujeito autobiografado. A recordação, a memória e a imaginação, palavras-chave no conceito da autobiografia, mesclam-se na narrativa torguiana em questão, prefigurando um todo alegórico. À atitude mítico-poética face ao tempo, soma-se a mesma atitude face ao espaço. É a infância e o seu jardim que destacamos do primeiro dia, tido como romance de formação no entender de Isabel Maria Fidalgo Mateus<sup>4</sup>.

Os jardins paradisíacos descritos na literatura ostentam normalmente um ideal de beleza exultante e simbólica. O *Génesis* bíblico congrega o jardim edénico, onde Deus coloca o homem que havia criado, bem como “toda a espécie de árvores, de aspeto agradável, e de frutos bons para comer; e a árvore da vida no meio do jardim e a árvore da ciência do bem e do mal. Um rio saía do Éden para regar o jardim” (Gen 2:8-10). O Aggañña-sutra, texto do budismo pali, esclarece que no passado “nós éramos seres criados de espírito, oriundos do espírito, alimentávamo-nos de êxtase, planávamos, luminosos, nos ares, no meio

---

<sup>4</sup> Cf. Mateus, Isabel Fidalgo (2007): *A Viagem de Miguel Torga*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, onde a autora defende o poeta como escritor de viagens português do século XX.



de uma imperecível beleza” (*apud* Centeno 1991: 15). N'A *Epopéia de Gilgamesh*, descreve-se igualmente o jardim, um terço de toda a cidade, onde se pode encontrar uma planta mágica, crescendo sob a água, com espinhos como a rosa, e “capaz de devolver a um homem a juventude perdida”. O próprio Gilgamesh a nomeia “Os velhos voltam a ser novos” (*apud* Centeno 1991: 17).

Na mitologia torguiana, acedemos a um espaço primordial aninhado no cimo do território nacional, “como os ninhos ficam no cimo das árvores para que a distância os torne mais impossíveis e apetecidos” (Torga 2001: 29). Sublinhamos o carácter ascendente desta imagem, caiada de uma forte simbólica transcendental: “E quem namora ninhos cá de baixo, se realmente é capaz e não tem medo das alturas, depois de trepar e atingir a crista do sonho, contempla a própria bem-aventurança” (Torga 2011: 29). Por outro lado, as descrições no seu *Diário* alentam a leitura edénica desse local, cuja matriz se encontra no livro cosmogónico, por assim dizer, *A Criação*, pois revelam sempre um território geográfico povoado de memórias e de um halo espiritual: “S. Martinho de Anta, 17 de Abril de 1938 — Este Trás-os-Montes da minha alma! Atravessa-se o Marão, e entra-se logo no paraíso!” (Torga 2010: 44).

O espaço geográfico da nascença intitula-se puro e virgem: “E o menino respondia então na sua língua que a referida pessoa exprimia ao norte de Trás-os-Montes o que o vinho generoso exprime ao sul: a força, o sabor, a pureza e a virgindade do chão transmontano” (Torga 2010: 173). Mas, além das variadíssimas expressões do seu afamado telurismo, destacamos a noção de jardim torguiano, cuja presença prevalece gradualmente, à medida que do fim o poeta se aproxima: “S. Martinho de Anta, 20 de Março de 1948 — Tudo florido. Aqui, na verdade, as coisas renascem. Se não fosse o coração de minha Mãe, a teimar que não, dir-se-ia que a vida não tem fim nestas alturas” (Torga 2010: 320). Certamente da ordem do material, a afirmação comporta igualmente desígnios do domínio do inefável, ao validar a floração como evidência paradisiaca, eterna e, portanto, mítica.

Ideal concêntrico, a aldeia infantil reporta a noção de centro e de circularidade, como num outro qualquer paraíso literário: “a Atlântida é redonda porque o círculo é símbolo da perfeição divina” (Centeno 1991: 18). Também a ilha e a montanha definem o espaço espiritual onde se processa a ascensão ao espaço ilimitado de Deus ou do Paraíso. Mircea Eliade esclarece a noção de *axis mundi*, o *omphalos* sagrado, tão reverberante em Torga na imagem da montanha ou do Negrilho, símbolo da árvore da vida:

S. Martinho de Anta, 23 de Dezembro de 1950 — Cá estou de novo plantado no centro da minha paisagem, como uma macieira no centro da sua leira. Dum lado a escadaria que leva ao Doiro, e do outro o icebergue do Marão. O ar fresco da neve corta-me o rosto, e pelas raízes entra-me a seiva duma terra que é fecunda desde o dia da criação. E, contudo, não tenho nada de novo que dizer, não me ocorre uma frase que seja um fruto desta levedação.

A paisagem, da mesma maneira que a quadra que passa, é ritual. E tudo o que é ritual só é formulável uma vez (Torga 2010: 91).

Sublinhe-se a menção à fecundidade associada à pureza do primeiro dia, anunciando uma leitura cosmogónica dessa paisagem, bem como a noção modelar do mito, dada a sua formulação inicial e consequentes recriações. A beatitude das origens permanece inalterada, permitindo uma “repetição consciente de gestos paradigmáticos” (Eliade 1984: 19). A busca da palavra perdida, verdadeiramente associada à naturalidade e pureza da paisagem determina essa necessidade religiosa de evocação dos primórdios. Mais do que uma questão de precisão, a palavra carrega a possibilidade criativa. Ao digladiar-se com o poema, Torga possibilita a instauração de uma ilha paradisíaca, de um tempo que não discerne passado ou futuro, mas que os mescla num presente satisfatório e completo.

A ideia de claridade implica a iluminação metamórfica, a passagem do imperfeito para o perfeito, transformação unicamente viabilizada através da palavra: “É então que chega a vez da poesia, pois apenas ela é capaz de ir aos confins da compreensão e da expressão” (2011: 158), ou, ainda: “O Homem que as religiões salvaram para o céu nas catacumbas e no martírio, e que a Poesia deve salvar para a terra, à clara e alegre luz da beleza” (Torga 2010: 112) e, finalmente: “O poema — essa prestidigitação que desata o nó cego de todos os mistérios” (Torga 2011: 158). Tal noção de claridade é inteiramente permeável à descrição da realidade natal:

Mas esse instantâneo trágico da face esquerda do Marão, como que batido à luz dum relâmpago que se prolongasse, apenas coroou de singularidade o que dentro de mim é constante deslumbramento agradecido. Fascinação de artista rendido à beleza viril de uma paisagem onde sempre me apetece parir ou morrer, e gratidão somática por ter nascido nela [...] Por isso, depois de cada visita que faço ao duro berço que me viu nascer, parece que tenho vendas nos olhos e só vejo por dentro. A vida fica baça à minha volta, e todo eu me concentro na demorada contemplação da íntima claridade (Torga 2010: 271).

A palavra revela, então, a mais profunda realidade, pois faz ressoar o carácter fundacional cósmico. A noção de palavra perdida, sempre buscada nos versos torguianos, e constantemente limada na sua poética, elucida-nos relativamente à condição mítica dos mesmos, pois trata-se da instauração da ordem sobre o caos, da saída do silêncio e do vazio disforme e da consequente criação do jardim edénico. Neste sentido, Miguel Torga assume-se poeta e deus criador, pois que a palavra, poeta consubstanciado, também cria, ordenando a suspensão do tempo:

Nem tudo é lei da vida ou lei da morte.  
Há limbos onde o homem desconhece  
Esse dilema hostil.  
É quando ama, ou sonha, ou faz poemas,

E a própria natureza o não domina.  
Então, livre e perfeito,  
Paira no tempo como o pó suspenso.  
Nem do céu, nem da terra, nem sujeito  
Ao pesadelo de nenhum consenso (Torga 2010: 261).

### Referências Bibliográficas

- Brunel, Pierre (1992): *Companion to Literary Myths, Heroes and Archetypes*. London: Routledge.
- Centeno, Yvette (1991): *A arte de jardinar (do símbolo no texto literário)*. Lisboa: Editorial Presença.
- Eliade, Mircea (1984): *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70.
- \_\_\_\_\_ (2000): *Aspetos do Mito*. Lisboa: Edições 70.
- Rocha, Clara (1977): *O espaço autobiográfico em Miguel Torga*. Coimbra: Almedina.
- Torga, Miguel (2010): *Diário – Vols – I a IV*. (Edição Digital). Lisboa: Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_ (2010): *Diário – Vols V a VIII*. (Edição Digital). Lisboa: Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_ (2011): *Diário – Vols IX a XII*. (Edição Digital). Lisboa: Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_ (2011): *Diário – Vols XIII a XVI*. (Edição Digital). Lisboa: Dom Quixote.

## **Almada/ Lima de Freitas; Vozes Consonantes<sup>1</sup> (Alguns Tópicos de Leitura)**

*Celina Silva*  
Faculdade de Letras da  
Universidade do Porto

*Aquele que não deve lealdade a escolas  
que não frequentou tem também que  
encontrar-se e nele-mesmo o teórico da sua  
obra, do seu pensamento e da sua acção.*

(Almada Negreiros)

Almada Negreiros e Lima de Freitas, figuras díspares em temperamento, postura e geração, constituem exemplos relevantes de produtores artísticos transdisciplinares (conforme a definição de Piaget e Caillois), visto as respectivas obras, ao dissolverem as fronteiras estabelecidas na área do conhecimento institucionalizado, instaurarem um campo unificado de reflexão com intuito de aceder a um entendimento amplo, não redutor do homem. A transdisciplinaridade resulta em grande parte, porém não exclusivamente, do constatar da manifesta insuficiência e reducionismo vigentes no paradigma científico dominante ao longo de quase todo o século XX, gerador, entre muitas outras coisas, de: “um saber cada vez mais cumulativo em detrimento do

---

<sup>1</sup> O presente texto insere-se num projecto de trabalho subordinado ao tema “Leituras de Almada por Lima de Freitas” do qual fazem parte as comunicações “Readings on Almada’s geometric and esoteric works by Lima de Freitas”, XVI Humanitas Congress, Budapeste (2000), “Lima de Freitas Leitor de Almada: de Mestre para Mestre” e os textos “Lima de Freitas: do ‘Ver’ ao 515” in ‘Nel mezzo del cammin’: Atas da Jornada de Estudos Italianos em Honra de Giuseppe Mea, Porto, sombra pela cintura, 2009, (pp. 115-126) e “Lima de Freitas Leitor de Almada: Sequências Mínimas sobre Um Diálogo “inter pares”, entregue para figurar nas actas do Colóquio Internacional Lima de Freitas a Emergência do Imaginal, Sintra, Fundação CulturSintra (2008), todavia, inéditas. Assim sendo, procura-se referenciar, de modo sucinto, algumas questões fundamentais, desenvolvidas rigorosa e amplamente, por Lima de Freitas em variadíssimas obras, nomeadamente nas que constam da bibliografia no final do artigo.

empobrecimento interior” e “uma tecnologia triunfante que só obedece à lógica assustadora da eficácia pela eficácia”<sup>2</sup>.

Personagem marcante do século XX português, atento a múltiplas e complexas realidades, interveniente e crítico, Almada converte-se em presença única; comunicador por excelência, actua enquanto performer, poeta, pintor, desenhador, ilustrador, bailarino, conferencista. A par das referidas actividades, desenvolve ainda uma via “investigativo-especulativa” em áreas ligadas à “Geometria” e ao “Número” (na sua formulação), divulgando-rememorando uma vertente da cultura portuguesa oculta ou esquecida, da qual se faz arauto, facto que lhe confere o estatuto de precursor no âmbito de pesquisas amplas e dialogantes hoje em pleno desenvolvimento e perene articulação. (Cons)ciente dos requisitos do Conhecimento, na universalidade das sempre diversas e históricas manifestações do mesmo, Almada cita as palavras proverbiais de Salomão nos cadernos de *Ver*: “Toda a novidade não é senão esquecimento”. Lima, por sua vez, é pintor, desenhador, ilustrador, professor, conferencista, investigador capital do legado de Almada num primeiro momento e, posteriormente, de um vasto número de disciplinas que incluem geometria sagrada, pitagorismo, filosofia hermética, alquimia, antropologia do imaginário, simbologia e semiótica dos códigos visuais.

No primeiro, as mencionadas características resultam de uma predisposição inata de âmbito totalizante, combinatória de curiosidade e espírito de aventura, transformada em opção de vida - actuação artística permanente, marcada pelo Futurismo, movimento que, em plena juventude, lhe fornece uma cosmovisão e um quadro estético de abertura experimentalizante, potenciando uma quase “feroz” ânsia de descoberta a levar a cabo pela via do autodidactismo. O “sem Mestre” desde bem cedo intui que “[a]s regras do pensamento universal só as pode encontrar cada um individualmente” (Almada Negreiros 2006: 143). No último, aquelas emergem ao longo de um percurso artístico, também ele plural, constituindo o ponto culminante de uma evolução contínua, consignada através da adopção de um novo paradigma de conhecimento no qual desempenha um papel relevante: a referida transdisciplinaridade. Esta óptica cognoscitiva, pautada por “rigor, abertura e tolerância” (Lima de Freitas, Morin e Nicolescu 2006: 347), busca aceder a “uma visão global” do homem (Lima de Freitas, Morin e Nicolescu 2006: 345). alicerçando-se, entre muitos outros postulados a abordar posteriormente no

---

<sup>2</sup> Lima de Freitas, Edgar Morin, Basarab Nicolescu, “Carta da Transdisciplinaridade” in *Porto do Graal, A riqueza ocultada da tradição mítico-espiritual portuguesa*, Lisboa, Esquilo, 2006, p. 345. O referido texto redigido pelos autores supracitados é constituído por um preâmbulo de sete considerandos, catorze artigos e um artigo final, tendo sido apresentado no Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, Convento da Arrábida, Portugal, 2-6 de Novembro 1994 e assinado por todos os intervenientes do mesmo. Contudo, o artigo final prevê a possível assinatura da mesma por “qualquer ser humano interessado pelas medidas progressivas de ordem nacional, internacional e transnacional pela aplicação destes artigos na vida.”

decurso do texto, sobre “[o] reconhecimento da existência de diferentes níveis da realidade, regidos por diferentes lógicas” (Lima de Freitas, Morin e Nicolescu 2006: 346). A tal propósito, Lima afirma

O fim do nosso século XX, nas pertinentes e penetrantes palavras de Gilbert Durand, desenha de novo um ‘saber global’ - muito próximo das figurações holísticas do Hermetismo, da Renascença ou das Naturphilosophie românticas- que podemos sem abuso designar de novo por ‘gnose’, isto é, um saber integral, integrando num plano de igualdade heurística, o ‘saber racional’ e o ‘saber imaginário’ (Lima de Freitas 2006<sup>4</sup>: 52).

Fernando Pessoa, numa das referências a *Orpheu*, entidade polissémica abarcando um tempo, um modo, um “grupo” (singular conjunto de individualidades), uma publicação (produção e recepção) define-o como “ponte através da qual a nossa Alma passa para o futuro”; futuro esse que, na interpretação de Almada, implica a projecção de todos os tempos no presente vivido até ao limite. Nesta linha de pensamento, o poeta-pintor, evocando *Orpheu*, relembra o significado etimológico do seu nome: “ponte” em árabe. Ambos pontificam na arte do século XX porque a novidade das suas obras reside na apreensão do recôndito abissal do antigo, consciência actual de um conhecimento “arcaico”, segundo Almada: “quem não tiver sido antigo ainda não pode ser novo hoje” (1965: 12). A aludida “ponte” é continuada, fortalecida e explicitada, em grande parte, pela obra ímpar no contexto nacional de Lima de Freitas que a desenvolve e, sobretudo, a actualiza instaurando o que Gibson qualifica uma “sincronia polifónica” (Lima de Freitas in Silva 1982: 9).

Almada, que teve comércio intenso com a obra de Ghyka, pressente um anel dessa cadeia oculta na sabedoria contida nos painéis atribuídos a Nuno Gonçalves e inflama-o a ideia (a que não será estranha a influência de Fernando Pessoa) de que poderá, ele próprio, ser um novo elo, transmitindo ao futuro pelo menos parte do segredo prodigioso da “novidade do que há de mais antigo” (Lima de Freitas 1982: 10).

O celeberrimo pacto firmado entre os pintores membros de *Orpheu* (Amadeo, Santa-Rita e Almada) face ao *Ecce Homo*, em 1916, bem como as reflexões e declarações do último a propósito dos painéis atribuídos a Nuno Gonçalves, acompanham Almada de modo constante ao longo da vida, levando-o a intensas pesquisas que demonstram, a mútua implicação entre modernidade e tradição, ou antes, a perenidade da última, realçando o papel desempenhado pela cultura portuguesa no contexto ocidental:

A arte moderna foi renovar-se numa antiguidade que a arte académica já não tinha olhos para alcançar.

Esta chama antigo ao velho, ao passo que aquela sabia que o novo está perpetuamente no antigo. Como disse o pintor Delacroix: “o novo existe e é tudo quanto há de mais antigo.”<sup>3</sup>

A dimensão gnómico-especulativa, fundamental na obra de Almada, adquire progressivamente uma importância cada vez maior na sua produção, tornando-se, a partir dos anos quarenta, o “centro” de intensa actividade a qual permanece, todavia, por sistematizar na sua totalidade. Disperso, disseminado através de vários conjuntos de reflexões, por vezes de textos quase acabados, traçados geométricos, desenhos, notas e correcções, esse corpus comprova a existência de um exigente percurso inquisitivo pessoal, solitário que desemboca na redescoberta de fórmulas, cifras e traçados primitivos, e respectiva relação evolutiva. Tais elementos indiciam a existência de uma cultura visual marcante, quer na cultura erudita quer na popular, nomeadamente, na arte medieval e renascentista portuguesas. Durante este mesmo período, o Mestre procura determinar o “Ponto de Bauhütte”, que julga ter encontrado e cujo traçado apresenta pela primeira vez num quadro de 1957 com esse mesmo título. Com efeito, este último problema constitui uma das questões fulcrais da sua investigação, a par das citadas reflexões em torno dos Painéis sobre os quais se havia pronunciado em 1926<sup>4</sup>, a elas retornando a partir dos anos 40 quer em entrevistas<sup>5</sup>, conferências e publicações, nomeadamente, em *Orpheu 1915-1965*:

O primeiro sinal de número que me fez chamamento, vi-o na *Figura superflua ex errore*. Depois vi o painel *Ecce Homo* e os quinze painéis que neste se pedia. E depois de concluído o deste quinze painéis, li finalmente toda a amplitude que estava na simples estrela de dezasseis pontas que Leonardo da Vinci legendou *Figura superflua ex errore*. Eram o mesmo conhecimento cujo sinal de número está inicial em todos os estilos e barrocos dos cinco continentes universalmente desde a remota antiguidade, constantemente.<sup>6</sup>

No catálogo da exposição *Almada por Contar*<sup>7</sup> figuram um caderno “autógrafo assinado com colagens” intitulado “Quinze Panneaux de D. João I: Retable Batalha I” (Ferreira et al 2013: 95) sem data precisa, mas produzido

<sup>3</sup> *Assim Fala Geometria*, Entrevistas a António Valdemar, *Diário de Notícias*, 16 de Junho 1960.

<sup>4</sup> “Os Painéis de Nuno Gonçalves”, *Diário de Notícias*, 20/3/1926.

<sup>5</sup> “Os Painéis chamados da Escola de Nuno Gonçalves destinavam-se ao Mosteiro da Batalha”, *Diário de Lisboa*, 1958; “Os Portugueses tiveram uma cultura essencialmente visual que hoje não existe”, *Diário de Lisboa*, 1960; publicação de uma série de nove entrevistas sobre a reconstituição do políptico do *Diário de Notícias*; “Alma até Almada”, *Diário de Lisboa*, 1969; “Almada Nome de Guerra”, *Diário de Lisboa*, 1969.

<sup>6</sup> Cf. *Orpheu*, 1915-1965 (Almada Negreiros 1965: 19).

<sup>7</sup> *Almada por Contar*. Coordenação de Sara Afonso Ferreira, Sílvia Laureano Costa, Simão Palmeirim Costa, catalogação de Sara Afonso Ferreira, Sílvia Laureano Costa, Simão Palmeirim Costa, coordenação técnica de Fátima Lopes, colaboração de Ana Maria Freitas et al.. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Babel (2013).

durante a década de 60, onde se demonstra a articulação do *Ecce Homo* com a citada relação 9/10. Muito provavelmente, o referido caderno é um esboço ou uma versão primeira da tese de doutoramento, a apresentar na Sorbonne, sobre o Número a que faz referência em 1969 e a fotomontagem<sup>8</sup> da “proposta de disposição para os quinze painéis” existentes no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa divulgada no final dos anos 50. Almada questiona de modo sistemático estas áreas-foco de conhecimento, esquecido ou pura e simplesmente ignorado, sobre as quais dá entrevistas, profere conferências<sup>9</sup>, publica *Mito-Alegoria-Símbolo* e *A Chave diz...*, anunciando ainda *Ver e Cinematografias Geométricas da Relação 9/10, sem Texto, sem Enigma, sem Opinião*. Lima de Freitas a este respeito constata:

Consciente ou inconscientemente Almada sabia que só a geometria é directamente iniciática, e à geometria – mas uma geometria incompreensível para os matemáticos e só directamente iniciática para os acusmáticos – dedicou cerca de meio século da sua vida e a sua última grande obra, “Começar.” (Lima de Freitas 1982: 29).

Para além destes vestígios materiais (divulgados ou não) de tal percurso especulativo, há testemunhos das tentativas empreendidas pelo Mestre no sentido de partilhar as re-descobertas a que havia chegado com um público restrito, composto por intelectuais, eruditos e artistas que Almada pensa estarem à altura da mensagem cuja divulgação reputa imperativa. Em vão, a complexidade da matéria, a articulação de vários saberes transmitidos no seu discurso sibilino, aforístico, poético onde a demonstração nem sempre se manifesta e no qual os meandros da reflexão e do raciocínio são substituídos por afirmações intuitivas apelando para uma dada e-vidência, não encontram a necessária receptividade.

Não o entenderam os seus contemporâneos: mas não é esse o destino e o título de nobreza de todos os inovadores, de todos os autênticos pioneiros, daqueles que vêm restabelecer o eternamente novo e a quem ele próprio chamou “os primitivos” da idade que vai chegar? (Lima de Freitas 1982: 20).

---

<sup>8</sup> “Fotomontagem de reproduções dos painéis de Nuno Gonçalves colocadas na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha segundo a proposta de reconstituição de Almada Negreiros. Este trabalho, provavelmente realizado nos estúdios do «Fotógrafo Mário Novais», terá sido a mais fiel representação da proposta de disposição para os quinze painéis que Almada Negreiros trabalhou durante décadas.” in *Almada por Contar, op. cit.*, p. 97.

<sup>9</sup> “Descobri a Personalidade de Homero” (1944). In: *Obra Literária de José de Almada Negreiro/5, Manifestos e Conferências*. Eds. Fernando Cabral Martins, Luís Manuel Gaspar, Mariana Pinto dos Santos e Sara Afonso Ferreira (2006), Lisboa: Assírio & Alvim, , 314-318; “Téleon I” e “Teleon e a Arte Abstracta II” (1950) in *Almada por Contar, op. cit.*, 167-172; “O que Eu não era Capaz de Dizer”, 1959; “De Português a Português” (1966) in *Obra Literária de José de Almada Negreiro/5, Manifestos e Conferências, op. cit.*, 293-296, e “Arte, a Dianteira” in *op. cit.*, 320-323.



Com efeito, o tipo e o grau de saber por Almada atingidos requerem um conjunto de competências que, numa cultura maioritariamente de especialização, dificilmente se encontram reunidas numa só pessoa ou num grupo específico. Para além desta forte condicionante, a discursividade “polifónica” no sentido bakhtiniano do termo, onde ecoam as vozes dos mestres imemoriais<sup>10</sup>, empregue na sua formulação exige ou pressupõe, dos ouvintes, para além de uma dada base de conhecimentos específicos, uma capacidade incomum: a de escutar atentamente, participativa e integralmente, com uma real abertura de espírito para o desconhecido, incomensurável, paradoxal ou surpreendente. Convívio e diálogo implicam empatia, partilha de possíveis bases comuns de entendimento, disponibilidade face ao outro, mas, sobretudo, receptividade activa que em interpelação se volve, questionando, quando necessário, retendo na memória, reelaborando, em suma, interpretando. A mensagem-revelação a transmitir, ou os indícios dela, apesar do proverbial brilhantismo da “verbe” de Almada, cujo ideal “era dizer em poucas e peregrinas palavras o que havia a dizer e nada mais” (Lima de Freitas 1982: 18), quase nunca se concretizam perante outrem. Lima relembra

É ele próprio que nos conta, falando dos seus apaixonantes trabalhos sobre o ‘Número’: ‘Sempre que confidenciei estas já antigas considerações aos renomes da sapiência instituída por unanimidade, *foram sempre recebidas com desdém, escorraçadamente, com repulsa, e no melhor dos casos, aproveitadas sem designação de origem*’ (Lima de Freitas in Silva 1998: 5).

O comunicador nato, voz sonante em busca de auditores-interlocutores, raras vezes os encontra à altura; poucos dialogaram<sup>11</sup> de facto com Almada, apesar das inúmeras polémicas<sup>12</sup>, da intervenção constante, assumida vontade de interagir com os compatriotas. Lima de Freitas, contextualizando as inquirições-

<sup>10</sup> Cf. “Almada – Auto-Retrato” (1948) onde surgem Homero, Delacroix, Braque, Picasso, Arquitas de Tarento, Aristóteles, Platão, Vitruvius, Luca Pacioli e Francisco de Holanda.

<sup>11</sup> Cf. Os Companheiros de *Orpheu*. In: Almada Negreiros (1965): *Orpheu 1915-1965*. Lisboa: Arcádia; Dário Martins (1935): *Sudoeste: SW: Cadernos de Almada Negreiros*. Lisboa: Edições SW; Almada Negreiros (1935): «Um Aniversário *Orpheu*», *Diário de Lisboa*, 8/3/1935; Fernando Amado, A. Szenes e Vieira da Silva, Cesariny, Ernesto de Sousa, Vítor Silva Tavares, António Valdemar, entre outros.

Cf. Ferreira, S. A. (2014): “Encontro de Artistas: Almada Negreiros, Vieira da Silva e Arpad Szenes”. In: *Colóquio Letras*, nº 185, Lisboa, FCG: 42-57; e Silva, M. Parreira (2014): “Lugares (in)comuns: a propósito de uma carta inédita de Raul Leal para José de Almada Negreiros”. In: *Colóquio Letras*, nº 185, Lisboa, FCG: 32-41. No artigo referido em primeiro lugar constam manuscritos de Almada seguidos da respectiva transcrição, relativos ao convívio com Arpad Szenes e Vieira da Silva, onde a questão do “Número de Ouro” e suas implicações na arte contemporânea é apontada. O segundo demonstra o entusiasmo e apoio de Raul Leal no tocante às propostas de Almada consignadas em *A Chave diz.....*

<sup>12</sup> Cf. Júlio Dantas, Rui Coelho, José de Bragança, Dutra Faria, A. de Gusmão.

intuições de Almada, frisa as limitações dos receptores dos seus discursos, quer privados quer públicos, explicáveis pela conjuntura histórica nacional, limitadora a vários níveis, bem como pelo estágio de conhecimento da época e modelos epistemológicos então dominantes:

Não esqueçamos, por outro lado, que a noção de uma semiologia dos códigos visuais, implicando a aceção de um inconsciente simbolizador e de uma actividade mitogenética, estava então desabrochando lentamente no espírito de pensadores e investigadores cujo trabalho se desenvolvia nos terrenos da psicologia profunda, da antropologia, da história comparada das religiões, da linguística, da filosofia; e, também, que a desocultação dos documentos do esoterismo só mais tarde viria a conhecer a aceleração vertiginosa a que temos assistido (Lima de Freitas 1982: 19-20).

O entendimento desta pesquisa solitária, contudo povoada por mestres incontestáveis que Almada convoca ora citando, ora comentando, exige uma visão transdisciplinar, óptica científica posteriormente definida de modo sistemático, a qual permanece ainda não consensual na ordem-ordenação do conhecimento vigente na nossa época, mas cuja importância se tem revelado inequívoca. Uma tal atitude cognoscitiva, “surge actualmente como um novo conceito - mas não uma nova disciplina” (Lima de Freitas 2006<sup>a</sup>: 43), visando uma actuação,

complementar da aproximação disciplinar; (...) faz[endo] emergir da confrontação das disciplinas novos dados que as articulam entre si e que nos dão uma nova visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não procura a dominação de várias disciplinas mas a abertura de todas as disciplinas ao que as atravessa e as ultrapassa” (Lima de Freitas, Morin e Nicolescu 2006: 346).

Por este meio procura instaurar uma

visão (...) deliberadamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exactas pelo seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência interior.<sup>13</sup>(...) não exclui a existência de um horizonte transhistórico<sup>14</sup>, (...) conduz a uma atitude aberta em relação aos mitos e às religiões, por aqueles que os respeitam num espírito transdisciplinar.<sup>15</sup> (...) é transcultural (...) recusa[ndo] toda a atitude que rejeita o diálogo e a discussão - de ordem ideológica, científica, religiosa, económica, política, filosófica.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> (Lima de Freitas 2006<sup>a</sup>: 43)

<sup>14</sup> (Lima de Freitas 2006<sup>a</sup>: 43)

<sup>15</sup> (Lima de Freitas 2006<sup>a</sup>: 347)

<sup>16</sup> (Lima de Freitas 2006<sup>a</sup>: 347)

No escasso rol dos “happy few” em quem a mensagem povoada de insólito e infinito, ou parte dela, encontrou receptividade, ninguém a viveu tão profundamente nem em tão exíguo tempo de contacto pessoal como Lima de Freitas. Com efeito, nos finais dos anos sessenta duas conversas apenas, longas e densíssimas, acompanhadas de desenhos e traçados, contudo exíguas face à dimensão da mensagem, desencadeiam uma íntima e perene relação de companheirismo na senda do Conhecimento. Uma figura consagrada na fase final de uma vida plena de realizações, constante despertar para a complexidade do real fala a uma outra, bem mais jovem, recentemente regressada a Portugal depois de ter desenvolvido uma intensa actividade pictural, gráfica e didáctica em vários países da Europa que, atónita, a escuta sem entender, porém, predispondo-se a aceitá-la de modo quase intuitivo. Almada encontra o alocutário exigido por tal insólito saber e pelo enigmático modo de o transmitir em Lima de Freitas, que, nas citadas conversas o escuta até ao limite do compreensível, aceitando como possível, quiçá plausível, o que para Almada se afigurava óbvio, mas, para outros, obscuro de modo superlativo.

Pelo amor de Deus – afirmava em 1923 –, não me obriguem a explicar nada do que eu diga! Almada gostava de surpreender, de intrigar, inclusive de chocar se tanto fosse necessário; amava as sínteses, os aforismos, as sentenças, seduziam-no as palavras-chave, as fórmulas inesperadas que, à maneira do “Abre-te Sésamo!”, de súbito revelam tesouros até aí ocultos; cultivava o poema, a difícil simplicidade da língua do povo e da escrita dos antigos, o recorte franco, imaginoso, genuíno, comum ao camponês, ao pastor, ao pescador, ao conto tradicional, ao auto vicentino, à inscrição lapidar ou aos assentos e registos dos nossos bisavós (Lima de Freitas 1982: 18).

O encontro, fugaz e fulgurante, de ambos, que como Mestres se perfilam pela acção e práticas artísticas empreendidas transcende abissalmente o momento-instante de convívio “directo”, porque a comunicação a partir daí desenvolvida desencadeia uma genuína interacção dialógica, singular e universal, breve e perpétua; partilha generosa de conhecimento que, sob a forma de “centelha”, propicia a transmissão de indícios, marcas, vestígios de uma imensidão ignota. Em conformidade a toda a autêntica relação de conhecimento, ritual iniciático, um Mestre transmite a outro, que se ignora como tal, um dado número de sinais, siglas e cifras, ora claras, ora incompreensíveis, por vezes ambíguas, frequentemente paradoxais, súmula enigmática cuja funcionalidade se revela, nela se cumprindo, enquanto via conducente à Iluminação. Assim, um Mestre fala a outro Mestre que com ele e dele falará por sua vez, continuando-lhe os caminhos de pesquisa em singular compromisso incondicionalmente aceite. “Pacto” silencioso, tácito entre dois pintores-pensadores, legado regido pelo mistério cuja resultante é avassaladora: restabelecer o elo com a Tradição, tão rica e longa quanto em grande parte esquecida, ou apenas não presente,

inactuante como força motriz no colectivo actual, ligada ao Número, ao Cânone, “regra única da cultura universal”<sup>17</sup>.

Dela brota um autêntico diálogo “inter pares”, emergente das e nas respectivas obras, nelas perdurando entre ressonâncias, reverberações, reconfigurações amplificantes e expansivas. O que, em vida de ambos, neles “incabia”, na fórmula de Almada, transborda-extravasa em duas produções autenticamente inaugurais no contexto cultural português, em tudo e de todo distintas; “A arte não pode generalizar soluções, ou seja, não pode uniformizar uma. Única solução não há em arte. A não ser quando única seja a individual” (Almada Negreiros 1965: 24).

Não há provas materiais inequívocas, até à data, de que Almada tenha atingido a Iluminação, no sentido pleno do termo, todavia, se não foi um iniciado institucionalmente, funciona como iniciador e pioneiro, atributos por excelência da qualidade de Mestre. Ambos o foram de modo máximo e singular, em harmonioso e denso registo dialógico. Lima, a par da sua produção específica, converte-se em estudioso atento e divulgador da obra de Almada concernente às questões mencionadas através de escritos de ordem vária, inúmeras palestras, intervenções, conferências, bem como de cursos ao longo de mais de vinte e cinco anos<sup>18</sup>. O teor da matéria a pesquisar, semi-oculta, parcialmente divulgada, corroborada pela leitura dos cadernos manuscritos de *Ver*, inéditos até 1982, por sua iniciativa publicados, originam em Lima de Freitas um autêntico processo de iniciação que em muito e depressa o faz ultrapassar o campo fulcral de interesses de Almada (Número, Cânone e Ponto de Bauhütte) gerando, *ipso facto*, uma mutação significativa na sua produção.

A morte de Almada em 1970 e uma vivência-comunicação onírica, por Lima de Freitas qualificada como exemplo de sincronicidade, convertem o

---

<sup>17</sup> Almada Negreiros, *A Chave diz: Faltam duas Tábuas e meia de Pintura no todo da Obra de Nuno Gonçalves «o pintor português que pintou o altar de S. Vicente na Sé de Lisboa»*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Lucas, 1950.

<sup>18</sup> *Almada e o Número*, ed. Arcádia, Lisboa, 1977, (esgotado); 2ª ed., ed. Soctip, Lisboa, 1990; “Il punto della Bauhütte e la Vesica Piscis”, in *Conoscenza religiosa*, nº1/2 de 1979, Florença; “Do Orpheu ao Quinto Império” in *Cultura Portuguesa*, ed. Secretaria de Estado da cultura, nº 1, 1981; *Ver*, textos de Almada Negreiros reunidos em volume, revista *Cultura Portuguesa*, nº 1, 1981; *Prefácio de “Ver”*, ed. Arcádia, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1981; “O ‘Ver’ de Almada Negreiros”, *Nova Renascença*, vol. III, Porto, 1983; “Almada Negreiros y el Teatro”, *Catálogo da Exposição A. Negreiros*, Fundación Juan March, Madrid, 1983; “Almada Negreiros, um neo-pitagórico” volume *Almada*, ed. Fundação C. Gulbenkian, 1985/*Arc Voltaic*, nº17, Barcelona, 1990; *Pintar o Sete – Ensaios sobre Almada Negreiros, o Pitagorismo e a Geometria Sagrada*, ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1990; “O que me interessa é *Ver*”, entrevista de Manuel Varela, *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, nº de 6 de Abril de 1993; “As Transmutações de Almada: da Ingenuidade da Palavra à ‘Antigrafia’ sem Opinião”. Comunicação ao Colóquio sobre Almada Negreiros realizado pela Fundação Serralves, Porto, em 18/19 de Dezembro de 1993; “Almada, Pitagorismo e a Crítica Portuguesa”. In: *Almada Negreiros. A Descoberta como Necessidade. Actas do Colóquio Internacional (Porto, 12-14 de Dezembro, 1996)*. Celina Silva (coord.) (1998) Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

estudo e divulgação desse caudal de conhecimento, do qual existem vestígios vários e vastos, em imperativo na actuação artística de Lima de Freitas. Assim, este estuda, copia, transcreve os fragmentos manuscritos de *Ver*, preparando a sua edição, que apenas surge em 1982, tendo entretanto proferido várias conferências sobre o pitagorismo de Almada e publicado *Almada e o Número* em 1977, obra inaugural, índice e sinal de um filão precioso. Lima afirma a este respeito

Há neste conjunto de notas, de esboços ensaísticos, de trajectórias desenhadas na vasta cartografia da “ingenuidade de ver” ou breves constelações de referências para futuras incursões, matéria suficiente e suficientemente elaborada – ainda que sujeita a eventuais revisões – para o seu Autor poder ter pensado a sério na sua publicação (Lima de Freitas 1982: 14).

No referido livro, reconstitui-se o caminho reflexivo-geométrico, ininterrupto e processual, por Almada empreendido, sistematizando-o e comentando-o no pleno sentido da palavra: reestabelecendo elos perdidos, ou não encontrados na cadeia do pensamento do Mestre, contextualizando-se os passos menos claros, isto é, dotando o referido *corpus* (textos, notas, esboços, desenhos) de uma componente científica, argumentativa, erudita e crítica da qual o discurso de Almada, por diversas razões, prescindia, ao não a explicitar, ou ultrapassando-a, pura e simplesmente.

Uma claridade toda helénica ilumina-lhe o olhar e eleva-o à potência cúbica da ingenuidade reconquistada do ver que é poder da visão, na acepção já não meramente óptica ou mental, mas visionária; a prová-lo, a “cegueira de Homero”, essa pedra de toque do “Ver” de Almada Negreiros. Mas a matéria, como já disse, é de tomo e o melhor de tais descobertas é incomunicável (Lima de Freitas 1982: 10-11).

Para além do imenso labor imprescindível a um correcta divulgação desse saber, Lima de Freitas, nos elucidativos prefácios às duas edições do citado livro, onde se verificam correcções e acrescentos palpáveis, bem como ao longo do texto expositivo, suas inúmeras notas e ilustrações, fornece-nos, em simultâneo, ainda que de modo implícito por vezes, um relato do seu percurso iniciático e das suas próprias descobertas: a efectiva re-determinação do Ponto da Bauhütte e as posteriores articulações do mesmo com a *Vesica Piscis*, a Mandorla ou “Amêndoa Mística”, elemento arquitectónico e decorativo recorrente nas catedrais góticas. *Almada e o Número*, considerado pelo seu autor, num primeiro momento, “uma introdução a uma introdução” remete de modo directo para *Ver* e *Começar* (1968/9), registos gnómico-especulativo e gráficos maiores do saber neopitagórico almadiano, cujo equivalente poético *strictu sensu* reside em “Presença” e de “1 a 65”. Acerca de *Ver*, Lima de Freitas escreve:

Com efeito, conviria desde já tornar claro que o conjunto de textos que formam este volume constitui, a nossos olhos, não apenas uma das páginas mais inteligentes e cativantes da moderna literatura portuguesa – inteligentemente bela e cativantemente inteligente – como também um documento, praticamente único no seu género, de um pensamento de raiz artística que parte à procura da significação do universo e do homem através da inteligência e decifração das formas e dos sinais, o qual, pela vivíssima originalidade, pela visão criadora que o percorre e pela coerência interna da sua reflexão, ocupa um lugar de privilégio na cultura ocidental (Lima de Freitas 1982: 21).

Com efeito, o prefácio de *Ver* é não apenas uma longa e rigorosa introdução aos textos em si mesmos, mas também o relato de todo o processo de investigação que o encontro-confronto com o legado de Almada nele desencadeou. Assim, para além de uma rigorosa contextualização dos referidos cadernos, de um trabalho hermenêutico e heurístico, Lima demonstra a relação do percurso especulativo de Almada com um pensamento milenar. O Mestre

discorre sobre o Número, o Mito e o Símbolo; e deixa, finalmente, como testamento espiritual e derradeira mensagem, um mural *gravado na pedra* onde desenvolve uma ciência dos traçados reguladores e das proporções que culmina na tentativa de determinação do “Ponto da Bauhütte”, um dos arcanos mais importantes de uma confraria iniciática de construtores do Santo Império (Lima de Freitas 1982: 35).

Porém, esta pesquisa não se limita, longe disso, a inserir a citada obra na Tradição, ligando-a ao Passado, mas continua-a, complementa-a, revivifica-a ao prosseguir-la ampliando-a e enriquecendo-a, mediante a respectiva articulação, com descobertas recentes e práticas artísticas e reflexivas actuais, nomeadamente, a antropologia do imaginário, por um lado, e a óptica transdisciplinar, por outro. O confronto, autenticamente revelador, com a obra de Almada despoleta em Lima de Freitas, conforme se apontou, uma via especulativa que o impele a avançar de modo ininterrupto face ao desconhecido, ao difícil, até mesmo ao aparentemente incognoscível.

O primeiro desses obstáculos foi a própria dificuldade da empresa que Almada Negreiros a si próprio apontou: para lá de uma lúcida meditação da linguagem do desenho e da gramática, muito próxima dos grandes temas de reflexão dos melhores representantes da arte moderna, trata-se, nada mais, nada menos, de abrir as fundações de um conhecimento pelos sinais visíveis, a um tempo semiótica do visual, uma simbólica das formas geométricas mais simples (as mais difíceis), ou, como Almada prefere dizer, a *antegrafia* de formas de pensamento menosprezadas ou olvidadas pela maioria (Lima de Freitas 1982: 9).

Porém, os livros de Lima sobre Almada não se restringem, como se tal não bastasse, às obras mencionadas, existindo ainda *Pintar o Sete*, editado em 1990, onde se reúne o *corpus* maior de estudos relacionados com esta matéria. Lima leu, de facto, Almada: transcrevendo, compilando, interpretando, analisando,

comentando, exercendo as múltiplas funções, nos seus diversos níveis que o “acto de leitura”, processo altamente complexo, requer conforme Iser demonstra; feito de avanços e recuos, operação onde imaginação e racionalidade cooperam indissociavelmente, cumprindo um papel criativo, transcendental.

Em Lima de Freitas, os discursos fulgurantes do Almada géometra e alguns dos seus manuscritos inéditos até então, encontram receptor à altura do legado profundo neles contido, originando no primeiro forte empatia, consonância jubilosa, geradoras de uma real “filia”. Tal combinatória envolve-se instância propulsora de um percurso aturado de investigação tão intensiva quão intensa, verdadeira descoberta-abertura de horizontes, gérmen de vivências de profundidade e de transmutações. Por consequência surge, com carácter de imperativa urgência, a necessidade da divulgação rigorosa, empenhada, desse um caudal de conhecimento especulativo, curiosamente, “experimental”, onde emerge uma sabedoria de cunho holístico a que Lima chama gnose, segundo se aludiu.

Assim, o que Almada Negreiros pretende comunicar mostra-se, em grande medida, de natureza a-lógica e consiste fundamentalmente numa gnose de acento visual, de exponente visionário, como que um fulgurante saber dos olhos, da visão, da luz, que nenhum discurso, a menos de ser de Poeta, poderá jamais completamente *diacronizar* (Lima de Freitas 1982: 11).

Desse encontro de plenitude, não isento de perplexidade e incógnitas, propiciador de “comunhão sinérgica”, emerge a “revelação”, que, à semelhança de qualquer forma de comunicação, só ocorre quando se verificam condições para tal. Os muitos estudos de Lima de Freitas sobre a produção aludida, ou por ela motivadas, patenteiam de maneira óbvia a necessária “predisposição” e respectiva componente activa inerentes ao processo de comunicação, apenas vigente quando há recepção, isto é, transmissão de uma mensagem. Como se sabe, cada acto comunicativo proporciona, exigindo-o em simultâneo, quando não o cria, o tipo de recepção para o qual o alocutário empírico está preparado de facto ou potencialmente. Nas palavras de Lima,

O que existe, de facto, é a procura do nosso ser próprio, individual, da nossa vocação no contexto das outras vozes que compõem a sociedade e a humanidade – e quem diz voz, diz comunicação com o outro, intercomunicação. O artista comunica profundamente consigo próprio através da arte, descobrindo os outros de que é feito – como pessoa, companheiro de *Orpheu*, genialmente o fez; comunica pela arte com os seus semelhantes contemporâneos, que são os outros, exteriores, que o perfazem; e pela arte abre-se para o futuro insondável dos outros por vir; a máxima densidade desse comunicar é comunhão, a sua máxima proeza comunicar o incomunicável (Lima de Freitas in Silva 1998: 15).

A (inter)comunicação requer receptividade dialógica, a qual, à semelhança do presente caso exemplar e exemplificativo, desencadeia, quando materializada através da(s) (re)leitura(s), não apenas “entusiasmo” e “furor” mas,

sobremaneira, a premência de “obstinado rigor” na(s) conseqüente(s) (re)escrita(s). Pois “[a] excelência sagrada do cânone permite a cada um ser o seu próprio autor entre os outros” (Almada Negreiros 1960: 15). (Re)leitura(s), (re)escrita(s) de múltiplice e limítrofe alcance (autores, obras, tradições, disciplinas, culturas, tempos e “epistemes”), emergem da profundidade do legado almadiano cujas especulações, cálculos e intuições, foram, compreendidas, interiorizadas, expostas, divulgadas nacional e internacionalmente por Lima, mas sobretudo, continuadas, e “concluídas” na sua permanente inconclusão.

a modernidade consiste não tanto em dar nova vazão a todos os saberes, como o de *pôr vários saberes em cada coerência pessoal*. O relativo de como os vários saberes se alinham em cada coerência individual, na sua irrepetível permutação matemática, é incomparavelmente melhor dádiva geral do que todos os saberes juntos (Almeida Negreiros *apud* Lima de Freitas in Silva 1998: 18).

Dialéctica instância, o acto de conhecimento nunca se acaba, porque nunca se cumpre de modo total, embora a tanto almeje, gerando sucessivamente novas questões impulsionadoras de outras dimensões a explorar, combinatórias de abordagem inéditas, vivências tão incógnitas quão fascinantes a experienciar. Assim se confina um trabalho em devir, cujo (im)possível culminar, ainda que pontual, se plasma na Iluminação daquele que o ousa-aceita empreender; o Mestre, portador da potencial revelação, só se manifesta quando, e se, o neófito adventício se encontra, real ou potencialmente, preparado porque “[o] cânone permite criadores e as regras discípulos” (Almada Negreiros 1960: 15). O Conhecimento, dádiva-comunhão, apenas ocorre entre “iguais” ou semelhantes, os quais, para de facto o serem, apenas enquanto distintos, singulares e em singularidade, se podem manifestar. Segu(i)ndo o sopro oracular de Almada em verbo plasmado: “O cânone é imutável, isto é, de interpretação infinita” (Almada Negreiros 1960: 15).

## Referências Bibliográficas

### I

- AAVV (2013): *Almada por Contar*, coordenação de Sara Afonso Ferreira, Sílvia Laureano Costa e Simão Palmeirim Costa. Lisboa: Babel/Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa: Biblioteca Nacional Babel.
- Coelho, João Furtado (2009): *Almada Dixit*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Freitas, Lima de, Morin, Edgar & Nicolescu, Basarab (2006): “Carta da Transdisciplinaridade.” In: *Porto do Graal, A riqueza ocultada da tradição mítico-espiritual portuguesa*. Lisboa: Ésquilo.
- Lima de Freitas (1977): *Almada e o Número*. Lisboa: Arcádia.



- \_\_\_\_\_ (2006<sup>a</sup>): “Newton Físico-Alquimista, Precursor da Transdisciplinaridade”. In: *Newton Herético*. Coord. Joaquim Fernandes. Lisboa: Ésquilo.
- \_\_\_\_\_ (1990): *Pintar o Sete. Ensaios sobre Almada Negreiros, o Pitagorismo e a Geometria Sagrada*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (2006<sup>b</sup>): *Porto do Graal, A riqueza ocultada da tradição mítico-espíritual portuguesa*. Lisboa: Ésquilo.
- \_\_\_\_\_ (1982): “Prefácio”. In: *Ver*. Lisboa: Arcádia.
- Negreiros, Almada (1960): *Assim Fala Geometria*. Entrevista de António Valdemar (23 de Junho de 1960).
- \_\_\_\_\_ (2001): *Obra Literária de José de Almada Negreiros/1, Poemas*, edição de Fernando Cabral Martins, Luís Manuel Gaspar e Mariana Pinto dos Santos. Lisboa: Assírio & Alvim.
- \_\_\_\_\_ (2001): *Obra Literária de José de Almada Negreiros/2, Nome de Guerra*, edição de Fernando Cabral Martins, Luís Manuel Gaspar e Mariana Pinto dos Santos. Lisboa: Assírio & Alvim.
- \_\_\_\_\_ (2002): *Obra Literária de José de Almada Negreiros/3, Ficções*, edição de Fernando Cabral Martins, Luís Manuel Gaspar e Mariana Pinto dos Santos. Lisboa: Assírio & Alvim.
- \_\_\_\_\_ (2004): *Obra Literária de José de Almada Negreiros/2, Nome de Guerra*, edição de Fernando Cabral Martins, Luís Manuel Gaspar e Mariana Pinto dos Santos. Lisboa: Assírio & Alvim, 2<sup>a</sup> edição.
- \_\_\_\_\_ (2005): *Obra Literária de José de Almada Negreiros/1, Poemas*, edição de Fernando Cabral Martins, Luís Manuel Gaspar e Mariana Pinto dos Santos. Lisboa: Assírio & Alvim, 2<sup>a</sup> edição.
- \_\_\_\_\_ (2006): *Obra Literária de Almada Negreiros/5, Manifestos e Conferências*, edição de Fernando Cabral Martins, Sara Afonso Ferreira, Luís Manuel Gaspar e Mariana Pinto dos Santos. Lisboa: Assírio & Alvim.
- \_\_\_\_\_ (1965): *Orpheu 1915-1965*. Lisboa: Ática.
- Silva, C. (1998): *Almada Negreiros. A Descoberta como Necessidade ou a (Re)Invenção da Utopia*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

## II

- Ferreira, S.A. (2014): “Encontro de Artistas: Almada Negreiros, Vieira da Silva e Arpad Szenes”. In: *Colóquio Letras*, nº 185. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, Sara Afonso et al. (coord.) (2013); *Almada por Contar* Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Babel,.
- Pereiro, C.P.M. (2014): “De pormenores e de pigmentos letrados”. In: *Colóquio Letras*, nº 185. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Silva, C. (1987): “A ficção da pátria em Almada Negreiros (Do distanciamento crítico construtivo à sibilina e distanciada efabulação)”. In: *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II série, vol. IV. Porto.
- \_\_\_\_\_ (1993): “Almada: Do crepúsculo apoteótico à plenitude auroral – Sequência no fragmentário”. In: *O Escritor*, n.º 1. Lisboa.
- \_\_\_\_\_ (1994): “Almada Negreiros – itinéraire poétique”. In: *Archives du Centre Culturel Portugais – Fondation Calouste Gulbenkian*, Vol. XXXIII. Paris.
- \_\_\_\_\_ (1997): “Almada: “Coração” e “Luz” em simbiose dialética (Notas de memória sobre um processo de escrita)”. In: *Anto*, n.º 1. Porto.
- \_\_\_\_\_ (1998): “Almada: A intermitente emergência da obra (1)”. In: *O Escritor*, n.º 11/12. Lisboa.
- \_\_\_\_\_ (2009): "Lima de Freitas: Do 'Ver' ao 515 (Referências pontuais acerca de questões abissais)". In: *'Nel mezzo del cammin': Atas da Jornada de Estudos Italianos em Honra de Giuseppe Mea*, Porto: sombra pela cintura.
- \_\_\_\_\_ (2014): “Presença / ausência (1): Configurações da Pátria em Almada Negreiros - Excurso breve acerca da identidade Nacional”, *Identidade Nacional e Diálogo Transfronteiriço*. München: Martin Meidenbauer.
- Silva, M. Parreira (2014): “Lugares (in)comuns: a propósito de uma carta inédita de Raul Leal para José de Almada Negreiros”. In: *Colóquio Letras*, n.º 185. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



CULTURA



## ***Ilhéu da Contenda: Cabo Verde e o retrato de uma época***

*Orquídea Ribeiro*

Centro de Estudos em Letras  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

*Susana Pimenta*

Centro de Estudos em Letras  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O macaco mora na rocha, o negro mora no funco, o mulato mora na loja e o branco mora no sobrado. Há-de chegar o dia em que o macaco correrá com o negro do funco, o negro correrá com o mulato da loja e o mulato com o branco do sobrado e o branco então irá tombar na rocha (Sousa 1978: 132).

### **0. Introdução**

*Ilhéu de Contenda* (1978) é o primeiro romance de Henrique Teixeira de Sousa (1919-2006), que embora concluído em 1974, só foi publicado em 1978. Nesta obra, Teixeira de Sousa aborda as transformações socioculturais que ocorreram nas Ilhas de Cabo Verde, especialmente na Ilha do Fogo, durante o século XX. A seca, a falta de recursos da Ilha do Fogo, a vida árdua do povo que leva à emigração, especialmente para os Estados Unidos da América e ao recrutamento de mão-de-obra contratada para São Tomé e Príncipe, as injustiças e diferenças sociais nas ilhas, a ineficácia do poder público/político instituído para dar resposta eficiente às questões funcionais e práticas das ilhas são questões que se encontram em *Ilhéu da Contenda*.

O enredo ocorre na ilha do Fogo, terra natal do autor, numa fase de transição em que a antiga classe senhorial, as “boas” famílias da ilha e dos sobrados estão em decadência, enquanto que os mulatos e mestiços aumentam o seu poder socioeconómico e estatuto social, alterando a paisagem social, económica e cultural da ilha. São os anos cinquenta – 1953, para ser uma data mais exata, já que o vulcão entrou em erupção 2 anos antes, a 12 de Junho de 1951. A reflexão crítica ao longo da obra é fundamental para a construção e interpretação do retrato de uma época, época em que ocorria a construção de uma sociedade cabo-verdiana mestiça baseada no “contínuo aumento da

mestiçagem, a ascensão económica, a aristocratização intelectual, o prestígio social” (Mariano *apud* AAVV 1959: 40). As profundas transformações económicas e sociais ocorreram no sistema de propriedade, com o fim do morgadio, o desinteresse pelas terras por parte dos herdeiros e o abandono das ilhas por parte destes, na evolução e natureza do comércio, na estratificação social e com a emigração. O “alastramento (...) de expressões de cultura mestiça” generalizava-se, com a “renovação cultural (...) [a ser] lançada antes no funcho do que no sobrado” (Mariano in AAVV 1959: 40).

*Ilhéu de Contenda* narra a história da família Medina da Veiga, antigos proprietários da ilha desde o tempo da escravatura, ou seja, do auge até aos anos 50, o presente do enredo, que se identificam com a “queda” ou perda de poder económico, e consequentemente social, da família devido à divisão do património provocado pela divisão das propriedades pelos herdeiros após o fim do morgadio. Foi o que aconteceu à família Medina da Veiga que após a morte da mãe, Nha Caela, procede à partilha das propriedades agrícolas e dos sobrados pelos quatro filhos.

Em setenta e seis capítulos, o narrador transporta o leitor pela história social e cultural da ilha do Fogo, na companhia do protagonista, Eusébio, filho mais novo dos Medina da Veiga. Eusébio é filho de Pedro Simplício da Veiga, grande proprietário da Ilha, e de Nha Caela, que morre no início da obra. A morte de Nha Caela, cujo corpo já apresenta sinais de decomposição na igreja é a imagem da sociedade de proprietários de origem portuguesa – decomposição e apodrecimento, decomposição das propriedades e apodrecimento de valores, falta de ética pessoal, falta de integridade e de respeito pelo ser humano, corrupção, vício do jogo e ociosidade.

Eusébio Medina da Veiga afasta-se um pouco dessa imagem. A morte da mãe representa a divisão dos bens da família pelos filhos e é o momento que o faz despertar para passar a valorizar a herança da família, de que o casarão Ilhéu da Contenda é o símbolo. Decide abandonar o negócio na cidade e regressar ao espaço rural para se dedicar à agricultura, especialmente à cultura do café. Eusébio é uma personagem tolerante e humana que com a morte da mãe tenta inverter o destino das grandes famílias que vão vendo os seus bens cada vez mais divididos e vendidos, como o sobrado da sua família em S. Filipe, optando por voltar ao sobrado Ilhéu da Contenda e às atividades agrícolas, o que pode ser visto como uma tentativa de regresso ao passado, e uma não aceitação da situação presente, ou só aceitação parcial.

## 1. Velhas famílias e novas tradições

A degradação da economia das ilhas e a emergência de novos estratos sociais “funciona[m] como um pano de fundo que permite compreender os movimentos impulsionadores das transformações económicas e sociais” (Estêvão 1989: 235) que ocorrem durante o decorrer do romance.

A personagem principal é o fio que guia a narrativa, recheada de descrições pormenorizadas de lugares, figuras e acontecimentos, referência à cor das personagens, para uma criação de um retrato da época. Enquanto Eusébio era a consciência crítica na obra, o seu primo Felisberto é o resultado da decadência económica e moral da classe branca endinheirada. Nha Noca e Felisberto são representantes do grupo minoritário que se recusa a aceitar as mudanças que estão a transformar a Ilha assim como a nova ordem sociocultural e económica, continuando a alimentarem-se da nostalgia do passado. O seu comportamento e atitudes evidenciam preconceitos raciais e atitudes discriminatórias que estão em vias de extinção na ilha. Felisberto tem falta de integridade, é oportunista, irresponsável, ingrato e ridicularizado devido ao seu comportamento, que é condenado por Eusébio e pelo narrador: “Esse Felisberto era na verdade um degenerado que não honrava nada as boas famílias do Fogo. (...) E assim se ia finando a aristocracia da terra, morrendo, falindo, fugindo, dando delatores como Felisberto, putas como Esmeralda” (Sousa 1978: 253).

A reação de Felisberto face a um possível relacionamento entre a filha e o Dr. Vicente é de revolta e incredulidade pela “audácia” do “doutorinho” de S. Vicente:

Imagina que esse fedelho teve a ousadia de fazer serenata à Ondina, a noite passada. É o que eu digo, o mundo está virado. Um mulato de cabelo cuscuz a cortejar a minha filha. (...) Aquelas ventas de negro! Confiado, atrevido. (...) Ele, se torna a aparecer de noite debaixo da janela da Ondina, despejo-lhe o bacio de urina para cima daquela carapinha (Sousa 1978: 46).

Felisberto recusa-se a aceitar e a agradecer que o Dr. Vicente tenha salvo a vida da filha ao opera-la a um caso de apendicite grave (Sousa 1978: 101-2). Apesar das atitudes racistas de Felisberto em relação ao Dr. Vicente, comete adultério com a empregada africana da prima, que acaba por engravidar, situação recorrente na ilha. Os filhos “naturais” não assumidos, fruto de relações ocasionais, e todas as suas implicações são recorrentes na obra e na sociedade cabo-verdiana, como Chico e o suposto filho de Frank. Chico, filho de Eusébio, apesar de não ser oficialmente reconhecido pelo pai, foi criado pela avó e vive no sobrado do pai e a cidade toda se refere a ele como filho de Eusébio.

Como o próprio Teixeira de Sousa afirma, o Dr. Vicente Spencer da obra “tem muito de autobiográfico” (Sousa *apud* Laban 1992: 201), baseando-se na sua experiência de vida para a construção desta personagem. Através do médico e das suas atividades, é traçado um retrato das atividades clínicas, do ambiente hospitalar, dos sintomas clínicos caraterísticos de determinadas doenças como a lepra que afetou Belinha, a amante de Eusébio. As conversas e os momentos de diálogo entre o Dr. Rafael, o antigo médico, conhecido e respeitado por todos como uma autoridade em questões de saúde, e o Dr.



Vicente, o médico mulato em funções na ilha, permitem elaborar um quadro sociocultural e político da época, com vestígios de crítica social. O Dr. Vicente apresenta um comportamento digno e íntegro; como era próprio da época, o médico é um cidadão respeitado com um papel relevante na realidade da ilha, associado a uma certa autoridade, apresentando iniciativas para valorizar a comunidade, o que leva a que seja perseguido pela PIDE, após denúncia de Felisberto, e transferido para outra cidade e ilha.

A degradação entre os descendentes da antiga classe de proprietários é moral, mas também física devido à consanguinidade, algum alcoolismo e vício do jogo:

Há também que admitir certo grau de degenerência entre os descendentes dos povoadores brancos. A cepa degradou. E degradou na vida fácil, no ócio, no jogo, nos casamentos consanguíneos e. É curioso, menos no álcool. (...) A taradice desta gente deve-se aos cruzamentos consanguíneos que fizeram eclodir as taras longínquas, e que lá estavam como genes recessivos (Sousa 1978: 266, 268).

## 2. Sexualidade e Crioulização

Também pertinente para uma representação sociocultural de Cabo Verde é a miscigenação rática, especialmente o envolvimento sexual entre homens europeus e mulheres cabo-verdianas. As obras de Teixeira de Sousa descrevem estes relacionamentos como fazendo parte do dia-a-dia da vida nas ilhas e sendo responsáveis pelos filhos naturais, quase sempre não assumidos que existem nas ilhas. Referindo às mulheres africanas, James H. Sweet, explica que a atividade sexual na idade adulta era celebrada e encorajada com poucos ou nenhuns estigmas sociais e sem qualquer associação a promiscuidade.<sup>1</sup>

Isabel Feo Rodrigues aborda a questão da sexualidade como sendo fundamental para o processo da “creolização” em Cabo Verde no artigo “Islands of Sexuality: Theories and Histories of Creolization in Cape Verde” (2003). Neste artigo, Rodrigues afirma que “in the Cape Verdean case, sexuality became the neutral mechanism through which racial mixture was concocted into a Creole outcome” (Rodrigues 2003: 84). Esta autora associa a sexualidade à criação de uma identidade crioula a partir de uma intersecção real ou imaginada entre colonizadores e colonizados, considerando que “sexuality continues to be a powerful trope in present narratives about Capeverdean creolization and about the genesis of a unique Capeverdean identity in the postcolonial context” (Rodrigues 2003: 84).

Para Isabel Feo Rodrigues e vários estudiosos do colonialismo, “sexuality

---

<sup>1</sup> De acordo com Sweet, “Upon reaching adulthood, sexual activity was celebrated and encouraged, with little social stigma attached to what Westerners would call ‘promiscuity’. Even in ‘marriage’ sexual monogamy was not always practiced” (Sweet 2003: 35).

played a fundamental role in the conceptualization of race and race relations in colonial cultures (...) [and] became the unstated mechanism in the formation of racial mixture and in the crafting of Creole identities in Cape Verde” (Rodrigues 2003: 84, 90).

Rodrigues encara a criouliização como um processo dinâmico e criativo:

Creolization in the anthropological tradition refers to a process of culture change that should not be equated with racial mixture or miscegenation. It is a dynamic and creative process that involves adapting, changing, contesting, and through this process forming a new symbolic frame of reference (Rodrigues 2003: 90-91).

O processo de criouliização implica trocas e reciprocidade entre colonizador e colonizado, mas a existência de população crioula era muitas vezes encarada com ambivalência, por vezes a roçar a suspeita política. Rodrigues explica as razões para esta ambivalência:

the mixed racial categories were also a concern to the metropole. From the ruler’s perspective, the presence of Creole populations shook the colonial structure of dominations, which was based on restricted notions of identity and citizenship bounded by race, ethnicity, descente, conceptions of indigenous versus civilized status, and possession of Portuguese cultural and linguistic fluency (Rodrigues 2003: 93).

O processo de miscigenação cultural inicia-se cedo nas Ilhas de Cabo Verde: havia poucas mulheres europeias e os homens portugueses casaram e constituíram família com mulheres africanas dando início ao cruzamento de raças que foi a base da criouliização. A mulher é a base da sociedade cabo-verdiana, que se apresenta essencialmente como matrilinear por questões históricas e socioculturais. Para Marzia Grassi a matrilinearidade “assume em Cabo Verde um valor cultural e simbólico que surge nas múltiplas implicações identitárias veiculadas pelo processo de criouliização cultural que caracteriza o arquipélago desde o seu povoamento” (Grassi 2007: 53). Isabel Rodrigues reforça esta opinião, elegendo as mulheres como as agentes de transmissão linguística e cultural:

The main agents of transmission of Creole language and culture were and are still women. Women transformed, contested, and molded the Portuguese language into a new creation that over time became the main language of intimacy of colonial and postcolonial Cape Verde (Rodrigues 2003: 98).

A miscigenação moldou a identidade cabo-verdiana, tornando-a específica das ilhas; a ordem colonial imposta não foi diretamente desafiada, mas a criouliização criou formas próprias de estratificação nas Ilhas – funcho, loja, sobrado – que permitiram que a mudança sociocultural se fosse instalando sem

grandes perturbações.

### 3. Emigração e alteração da paisagem humana

A história de Cabo Verde “é uma história de abandonos e repovoamentos, de secas recorrentes” e talvez seja esta uma das razões para a emigração, para o “movimento para fora do arquipélago, que foi sempre uma característica que os cabo-verdianos referem como uma necessidade” (Grassi 2007: 24). Como observa Marzia Grassi, “a escassez de recursos naturais e as secas periódicas e frequentes levaram sempre a população (...) a emigrar”, aparecendo a emigração “como um dado estrutural da sociedade cabo-verdiano” (Grassi 2007: 27).

Teixeira de Sousa refere a “emigração forçada” como estratégia conveniente à política colonial, já “depois” de finda a ditadura: “Logo a solução tinha mesmo de ser essa. Enviar para S. Tomé quantos se apresentassem voluntariamente a alistar-se, antes que se declarasse a fome.” Os trabalhadores cabo-verdianos estão próximos dos escravos de outrora, sendo aliciados com boas condições a participar no recrutamento de mão-de-obra para São Tomé e Príncipe levado a cabo pela Sociedade de Emigração de São Tomé e Príncipe – SOEMI. Estes contratados partem à procura de trabalho com a promessa de uma vida melhor e a possibilidade de um regresso a Cabo Verde com algum dinheiro no bolso:

Em S. Tomé nunca falta a chuva nem sopra o vento leste. Do mar à serra é tudo verdura, bananeira, fruta-pão, cacoeiro, cafezal, coqueiro, palmeira, há toda a casta de plantas que se pode imaginar. A comida lá não tem preço. É só alongar o braço e apanhar. E, para mais, a roça dá casa, médico, remédio, hospital, tudo de graça. Mas a coisa não fica por aqui. (...) No fim dos três anos podem regressar com alguns contos de réis nos bolsos (Sousa 1978: 280).

Numa entrevista a Michel Laban, Teixeira de Sousa afirma que “convém dizer (...) que o governo colonial tentou impedir essa emigração [para os EUA] para poder canalizar toda a mão-de-obra disponível para as roças de S. Tomé” (Sousa in Laban 1992: 181). Esta ida de cabo-verdianos para S. Tomé não é, nas palavras do Dr. Vicente, médico mestiço e personagem de *Ilhéu da Contenda*, a maravilha que os angariadores apregoam. Há ainda que ter em conta, segundo o médico, “a exploração a que se submetem, salário miserável, as doenças que contraem, o tempo e a saúde que perdem em benefício exclusivo dos donos das roças” (Sousa 1978: 264). Autores cabo-verdianos contemporâneos como Adriano Pires apresentam uma opinião mais radical em relação a este assunto; a situação dramática de fome e morte não é só consequência da falta de chuva, “mas [antes] corolários do abandono, incapacidade e ineficiência da administração colonial opressora” (Pires 2010:

55), intercalada com “visitas de governadores recém-nomeados” (Estêvão 1989: 236) e de técnicos inúteis sem conhecimento real das causas. A ida de cabo-verdianos para as roças de São Tomé não foi a opção correta para a situação dramática que assolava a ilha, porque a situação não mostrou sinais de melhoria; pelo contrário “a situação dramática de pobreza extrema e de descaso político” replicou-se em São Tomé (Pires 2010: 55).

Esta “emigração” para S. Tomé contrasta com a emigração para os EUA. A emigração espontânea de cabo-verdianos tinha destinos como os EUA, América latina (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai), África (Guiné Bissau, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Gâmbia) e Portugal, continental e ilhas, com os emigrantes das diferentes ilhas de cabo Verde a escolherem destinos diferentes: os habitantes da Brava e do Fogo optaram por emigrar para os EUA; os de Santiago para Portugal. A emigração cabo-verdiana demonstra que as redes de apoio são baseadas sobretudo no conceito de família alargada. Os laços de sangue mas também o local de origem compõem a comunidade que funcionam com base na solidariedade e entreajuda.

Os cabo-verdianos “embarcam” para conseguir uma vida melhor. Os EUA são um destino recorrente, onde os emigrantes cabo-verdianos trabalham muito, mas este trabalho árduo permite o regresso a casa, a Cabo Verde, com respeito e prestígio e a ocupação dum lugar na sociedade, proporcionado pelos dólares americanos. O novo poder económico permite-lhes o acesso à terra e a propriedades e a uma vida sem preocupações financeiras. Frank Teixeira é um exemplo dum emigrante retornado bem sucedido que compra o sobrado dos Medina da Veiga na cidade com o dinheiro que trouxe dos EUA. Teixeira de Sousa refere a problemática da emigração para S. Tomé “denuncia[ndo] o modo como foi realizado o recrutamento, quase forçado, do qual alguns tiraram proveito, recebendo uma percentagem em dinheiro por cada emigrante” (Turano 2000: 228). Manuel Lopes traça o retrato da emigração:

As gentes das ilhas estão espalhadas por todos os continentes (...) Vão em busca de uma solução económica, vão fugindo ao impasse de uma existência difícil e duvidosa, mas também são levados pela tentação, pelo gosto da aventura. Na América do Norte formam um quantitativo racional só ultrapassado pelos açorianos. (Lopes *in* AAVV 1959: 10).

Os emigrantes que regressam com poder económico e os mulatos em ascensão vão mudando o cenário do comércio e do poder local, mas também adquirindo propriedades urbanas e rurais, alterando a realidade económica e sociocultural. A falta de prestígio do mestiço ou do mulato na sociedade cabo-verdiana, associado ao domínio das famílias da “aristocracia” branca da ilha, desaparece, já que a decadência da classe dominante permite que mestiços e mulatos em ascensão económica ocupem também o espaço do branco na estrutura social, passando da loja (atividade mercantil) ao sobrado (posição social mais alta). As alterações socioculturais provocam uma maior

miscigenação cultural com alguns padrões de cultura a ser introduzidos na ilha pelos emigrantes vindos dos EUA, mas significam também a diminuição de preconceitos relacionados com a cor e as diferenças de classe. O comportamento dos emigrantes endinheirados que regressam dos EUA é descrito em Ilhéu da Contenda:

A camioneta parou no largo e Frank desceu aos abraços e apertos de mão a toda a gente, a corrente do relógio balançando no peito, a pasta de couro bem segura na mão esquerda. A mão direita estava livre para os amigos e conhecidos. Vinha, como sempre, bem disposto, roncando prosperidade, exuberante como de costume, na fala, nos gestos, no vestuário, nos cumprimentos. (...) [Frank] olhou para o sobrado de Pedro Simplício da Veiga, equilibrou-se firme sobre as pernas escarranchadas, o polegar direito enfiado no cós das calças, e ficou-se na contemplação do edifício. O maior e mais belo sobrado de S.Filipe ia pertencer-lhe” (Sousa 1978: 285-6).

Os emigrantes são caracterizados pela ostentação de riqueza, pela vaidade, pela linguagem e postura exuberante.

#### 4. Identidade Cultural e Caboverdianidade

Jorge Dias afirma no Prefácio a *Colóquios Cabo-Verdianos* (1959) que

o mestiço teve um papel fundamental na formação da cultura cabo-verdiana. O encontro e a fusão de dois grupos humanos portadores de culturas diferentes deu uma tonalidade específica à cultura do elemento dominador, ou seja à cultura portuguesa (Dias in AAVV 1959: XI).

As matrizes africanas e europeias tiveram um papel fundamental na formação da identidade cultural e nacional cabo-verdiana. Referindo-se à questão da identidade cultural, Luís Peixeira afirma que:

A identidade cultural definida como caboverdianidade tem raízes que se perdem em costumes ancestrais - a africana e a europeia!! (...) Da formação e declínio dessa sociedade emergiria a identidade crioula, fruto de uma miscigenação. (...) Da mistura de caracteres psicológicos, para além dos biológicos, da contaminação de costumes, de crenças, resultariam, então, aspectos sociais novos (Peixeira 2003: 233).

Tal como a identidade cultural, também a literatura cabo-verdiana tem “um estilo próprio, (...) uma sensibilidade inconfundível” (Lopes in AAVV 1959: 4). Manuel Lopes, escritor cabo-verdiano, “pretende [através da literatura cabo-verdiana] evocar a coligação de forças culturais” mantendo um diálogo com “a paisagem viva de Cabo Verde – o homem com os seus hábitos, seus costumes, suas crenças, seus dramas – e a terra com as suas vicissitudes e contingências pluviais e seus problemas específicos” (Lopes in AAVV 1959:

4).

Refletindo sobre a literatura cabo-verdiana, Teixeira de Sousa destacou numa entrevista a Michel Laban a importância de variar os temas e não se restringir àqueles que normalmente são associados às ilhas:

Não podemos, nós, escritores, continuar a ferir sempre as mesmas teclas, o mar, as secas, as fomes, a solidão atlântica. Podemos e devemos saltar os muros desta prisão sem grades. (...). Há inensos temas, não especificamente cabo-verdianos, que um escritor nacional pode abordar, sem perder a sua identidade individual ou cultural. (...) Temos de ultrapassar a fase folclórica ou regionalista para não continuarmos espartilhados dentro dum círculo restrito de temas mais que esgotados (Sousa *in* Laban 1992: 206-7).

Em *Ilhéu da Contenda*, assim como noutras obras, Teixeira de Sousa abre o leque dos assuntos e debruça-se sobre a terra inóspita, as práticas sociais e a condição social das mulheres, a consanguinidade entre a classe branca, a emigração e os regressos, a interculturalidade (através da descrição das práticas culinárias), os usos locais, todas as vivências dum quotidiano culturalmente diversificado.

Nesta obra, Teixeira de Sousa explora as “oportunidades conferidas ao negro e ao mulato de cooperar na formação de sociedade crioula” (Mariano *in* AAVV 1959: 36). Mariano refere que em Cabo Verde houve “o triunfo absoluto de expressões novas de raízes mestiças (...) [de] expressões híbridas de cultura (...) [com] a integração numa paisagem comum de coloração mestiça de elementos heterogéneos trazidos dos povoadores brancos e negros” (Mariano *in* AAVV 1959: 36). Os preconceitos raciais começam a diminuir com a ascensão económica e social dos mulatos e mestiços que traz implícita a decadência da “aristocracia” branca dos sobrados.

Questionado sobre a forma como produz as suas obras, Teixeira de Sousa responde dizendo que

O fio melódico é a personagem principal, enquadrada numa orquestração complexa, constituída pelo meio e pelas restantes personagens. Falando em personagens, estas são na sua totalidade enumeradas, nomeadas, caracterizadas física e psicologicamente. As personagens são geralmente criadas a partir de pessoas conhecidas, às vezes duas, três pessoas, fundidas numa única personalidade (Sousa *in* Laban 1992: 215).

Apesar da língua crioula estar bem representada na obra, com referências à cultura crioula e a “particularidades da influência crioula”, Teixeira de Sousa acredita que “a língua-veículo duma literatura cabo-verdiana, também virada para preocupações universais, terá de ser a língua portuguesa, jamais o dialecto crioulo” (Sousa *in* Laban 1992: 207), uma língua “afeiçoada e condimentada ao (...) gosto [cabo-verdiano] nas produções literárias” (Sousa *apud* Laban 1992: 209).

As reflexões críticas, sociais e políticas tecidas ao longo da narrativa apontam para mudanças irrevogáveis na sociedade cabo-verdiana – a desagregação e queda do grupo dominante de origem europeia e a emergência de uma classe de mulatos enriquecidos. A trilogia de Teixeira de Sousa composta por *Na Ribeira de Deus*, *Ilhéu da Contenda* e *Xaguete* proporcionam uma imagem global da sociedade cabo-verdiana no século XX. As trocas culturais nas Ilhas de Cabo verde pressupõem um processo de interpenetração de matrizes europeias e africanas – a língua (crioulo), a literatura (mar e insularidade), a música (mornas), costumes (valores e crenças marcados pela insularidade), e a culinária (local e portuguesa).

Michael Chapman refere que há boas razões para que um texto literário possa ser considerado um documento social. Para este autor,

African literature, at least in the colonial language, is the direct result of a political act: that of colonisation. The literature is itself, in consequence, often a political act. It is expected that the African writer address the big sociopolitical issues of the day. The writer that does not may end up being considered irrelevant (Chapman 2003: 1).

É importante que escritor africano foque as questões sociopolíticas da época que aborda na sua obra, e Chapman salienta que a literatura produzida antes da independência é um ato político; e a literatura africana é o resultado do ato político que foi a colonização.

No artigo “Do funcho ao sobrado ou o ‘mundo’ que o mulato criou”, Gabriel Mariano debruça-se sobre “as oportunidades conferidas ao negro e ao mulato de cooperar na formação da sociedade crioula” (1959: 36). O mulato teve um papel importante na “estruturação d[a] sociedade cabo-verdiana”, já que em Cabo Verde foi ao mulato, ao mestiço, que foi atribuída “a capacidade de assimilação do exótico e de recriação de formas novas de cultura”, fazendo do “funcho, e não o sobrado, o laboratório exato onde se processou a síntese de culturas e a apropriação pelo negro.

A revista literária *Claridade* (início em 1936) marca “o início da consciencialização literária e cultural em Cabo Verde” (Venâncio 2005: 29) com os escritores cabo-verdianos a preocuparem-se “com a identidade da sua literatura” que evoluiria para “uma rutura mais acentuada, de carácter nacional, em relação aos padrões literários metropolitanos”. Concentraram-se “no chão crioulo, próprio da mesclagem étnica e cultural (...) [n]um todo onde pedaços de culturas interagem entre si.” (Abdala Jr. 2011: 81). Também Adriano Pires apoia a ideia de que “a cultura de Cabo Verde [se] caracteriza por uma miscigenação de elementos europeus e africanos. Não se trata[ndo] de um somatório de duas culturas, convivendo lado a lado” mas o resultado de “um intercâmbio que começou há 500 anos” (Pires 2010: 38).

O sincretismo da cultura cabo-verdiana [é] gerada pelo confronto de valores culturais marcados pela diversidade e às vezes por fortes contradições.

Leão Lopes, artista plástico

### Referências Bibliográficas

- AAVV (1959): *Colóquios Cabo-Verdianos. Revista da Junta de Investigação do Ultramar 22*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- AAVV (2003): *Cape Verde. Language, Literature and Music*. Dartmouth: University of Massachusetts Dartmouth and Center for Portuguese Studies and Culture.
- Abdala Jr. Benjamin (2011): “Utopia e dualidade no contato de culturas: o nascimento da literatura cabo-verdiana”. In Margarida Calafate Ribeiro, Sílvio Renato Jorge (orgs.). *Literaturas Insulares. Leituras e Escritas. Cabo Verde e S. Tome e Príncipe*. Porto: Edições Afrontamento: 81-97.
- Carvalho, Alberto (2008): “Sobre a narrativa (conto) caboverdiana.” *Navegações* Volume 1, Nº 1, Março: 7- 14.
- Chapman, Michael (2003): “African Literature, African Literatures: Cultural Practice or Art Practice?” In: *Research in African Literatures*. Vol. 34, Nº 1 Spring: 1-10.
- De Brito, Glória (s/d): “A evolução física e social da Ilha do Fogo em *Ilhéu da Contenda*. Limites da ficção e universo real evocado.” *IV Congresso Internacional da APLC*.
- Estêvão, João António (1989): “Literatura caboverdiana e investigação em economia política: o exemplo de Ilhéu da Contenda de Teixeira de Sousa.” In: AAVV. *Les Litteratures Africaines de Langue Portugaise. A La Recherche de L’Identite Individuelle et Nationale*. Actes du Colloque International, Paris, 28-30 Novembre, 1 Decembre 1984. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian & Centre Culturel Portugais.
- Grassi, Marzia e Iolanda Évora (orgs.) (2007): *Género e Migrações Cabo-Verdianas*. Lisboa: ICS.
- Halter, Marilyn (1993): *Between Race and Ethnicity. Cape Verdean American Immigrants 1860-1965*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- Laban, Michel (1992): *Cabo Verde – encontro com escritores*. Vol. 1. Porto: Fundação Eng.



- António de Almeida.  
Neto, Sérgio (2009): *Colónia Mártir, Colónia Modelo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Peixeira, Luís Manuel de Sousa (2003): *Da mestiçagem à Caboverdianidade. Registos de uma Sociocultura*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pires, Adriano Gonçalves Pires (2010): *A Seca e outros inimigos de Cabo Verde*. S/L: Gráfica Jovem, Lda.
- Ribeiro, Margarida Calafate e Sílvio Renato Jorge (org.) (2011): *Literaturas Insulares. Leituras e Escritas. Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe*. Lisboa Edições Afrontamento.
- Rodrigues, Isabel Feo (2003): “Islands of Sexuality: Theories and Histories of Creolization in Cape Verde”. In: *The International Journal of African Historical Studies. Special Issue: Encounters between Africa and Portugal*. Vol 36, No. 1.: 83-103.
- Roscilli, Antonella Rita (2007): “Manuel Lopes, a defesa da Terra e do Homem Caboverdiano”. In: *Latitudes* nº 30.
- Sweet, James H. (2003): *Recreating Africa. Culture, Kingship and Religion in the African-Portuguese World 1441-1770*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press.
- Turano, Maria R. (2000): “Memória e identidade nos contos de Teixeira de Sousa (para uma antropologia da literatura).” In: *Via Atlântica*, nº 4, Outubro: 224-236.
- Venâncio, José Carlos (2005): *A Dominação Colonial. Protagonismos e Heranças*. Lisboa: Editorial Estampa.

# Identidade Cultural e Multiculturalismo: Brasil, Portugal e a Marca Brasil - aproximações

Caroline De Franceschi Brum  
Centro Universitário Franciscano

Orquídea Ribeiro  
Centro de Estudos em Letras  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

## Resumo

Para que se possa embasar futura análise da imagem já formada do Brasil como destino turístico no mercado externo, fez-se necessária uma primeira aproximação baseada nos conceitos de cultura, identidade cultural e multiculturalismo. Tais conceitos e possíveis ligações com a realidade encontrada na comunicação do Brasil através da Marca Brasil, no mercado externo, são colocadas e pensadas de forma inicial no presente artigo. As influências da identidade na cultura pós-moderna e no entendimento da relação eu-outro também são apresentadas sob a perspectiva do discurso da Marca Brasil a partir da campanha publicitária O Brasil chama por si, veiculada em Portugal no ano de 2012.

**Palavras-chave:** Brasil, Identidade Cultural, Marca Brasil, Multiculturalismo

Os conceitos a serem abordados e discutidos neste artigo são de suma importância para o entendimento da relação entre os dois países em questão, o Brasil como país emissor da mensagem, na campanha publicitária *O Brasil chama por Si*,<sup>1</sup> e Portugal como país receptor. A relação entre os dois países e seus povos vem mudando, pode-se afirmar evoluindo, no sentido de conhecer o outro e respeitar a sua forma de ser, já que uma cultura deriva da outra e há influência mútua. Esta relação eu-outro pode ser exemplificada pelo trecho a seguir, de autoria de Fernando Pessoa, trazido por André: “Viver é ser outro. Nem sentir é possível, se hoje se sente como ontem se sentiu: sentir hoje o mesmo que ontem é não sentir – é lembrar hoje o que se sentiu ontem, ser hoje o cadáver vivo do que ontem foi a vida perdida” (2012: 52).

---

<sup>1</sup> Campanha publicitária voltada ao mercado externo apresentada em 2012, assinada pela Marca Brasil a partir do Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), autarquia federal responsável pelo planejamento e gestão da imagem do Brasil enquanto destino turístico no mercado externo. O plano para o reposicionamento do Brasil enquanto destino turístico no mercado externo chama-se Plano Aquarela 2020 e, com base nos preceitos do referido plano, toda a comunicação do Brasil no exterior deve ser assinada pela identidade visual que representa o país, a Marca Brasil, criada e utilizada pela primeira vez no ano de 2005.

Alguns autores, como Hall, defendem a ideia de que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (2011<sup>a</sup>: 7). O sujeito unificado, centrado e completo em termos de identidade e cultura, acredita-se nunca ter sido a imagem do brasileiro, pois desde os primórdios da sua história como país, há pouco mais de 500 anos, conta com a mestiçagem de identidades culturais que foram obrigadas a conviver no mesmo espaço. Tendo-se como “identidades culturais – aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (Hall 2011<sup>a</sup>: 8), acredita-se que a cultura portuguesa também possa ser vista como uma manta de retalhos, pois a configuração atual em termos de território se deu após muitos enfrentamentos entre povos que habitavam as regiões, em seus reinos, com suas especificidades culturais; a que se acresce o contato com as ex-colônias africanas, pois “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (Mercer *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 9). Aparentemente, acredita-se que se tenha a identidade una e inabalada, tanto a identidade individual quanto a identidade cultural do povo ao qual se sente pertencer, mas, na verdade, “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall 2011<sup>a</sup>: 13).

Destaca-se que “as identidades formam-se e transformam-se com o tempo” (André 2012: 52). E, para que exista uma identidade cultural, é necessário o diálogo intercultural, diálogo que é a chave para a manutenção da cultura nacional numa sociedade composta por culturas tão diversas e, de certa forma, complementares. De norte a sul, de forma ampla, no Brasil, convivem culturas com muitos específicos culturais antagônicos, significando a existência de culturas regionais, algumas mais próximas, outras nem tanto, mas todas consideradas parte da cultura nacional, a cultura brasileira – a que se pode adicionar as culturas das minorias populacionais que são imigrantes e mantém a sua cultura o mais fechada possível, com o mínimo de interferência da brasileira, com a manutenção do idioma, escolas, comércio e religião do país de origem – como acontece com a comunidade de jordanianos, por exemplo. Assim, para Hall (2011<sup>a</sup>) “um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades (...) fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. Um deslocamento do eu, ou alteração desta percepção pessoal tem causado certo transtorno, tanto em termos de identidade quanto em termos de pertencimento e identificação cultural, e “esta perda de um ‘sentido em si’ estável é chamada, algumas vezes, de

deslocamento ou descentração do sujeito”. Para perceber um evento modificador, há que se perceber que “esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’” (Hall 2011<sup>a</sup>: 9). Atualmente, “é no quadro de uma pluralidade de culturas em contínua intersecção que se desenham hoje as interpretações do mundo” (André 2012: 75).

Pode-se ter por base que a identidade “é formada na ‘interação’ entre eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall 2011<sup>a</sup>: 11-12). Considerando que as identidades culturais dos dois países provêm da ligação entre culturas diferentes, e hoje em dia tem-se como resultado uma sociedade mutante, “esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente”. Desta forma, “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (Hall 2011<sup>a</sup>: 13), e “o sujeito do Iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrando, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (Hall 2011<sup>a</sup>: 46). Todo o processo histórico da formação dos dois países deve ser considerado e pode-se afirmar que a cultura portuguesa é mãe da brasileira sob muitos aspectos: a organização do Estado e do exército que se tem até hoje está dentro do modelo trazido pela corte, as formas de comércio, os empregados domésticos, os cômodos das casas e as construções amplas, os festejos religiosos, alguns hábitos alimentares resistem ao “processo de mudança conhecido como ‘globalização e seu impacto sobre a identidade cultural’” (Hall 2011<sup>a</sup>: 14), e isto considerando que “as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades ‘tradicionalistas’ e as ‘modernas’” (Hall 2011<sup>a</sup>: 15).

As duas culturas estão em momento de forte alteração; o Brasil está no ápice de um crescimento econômico importante e sem precedentes, e cresceu também o orgulho de ser brasileiro e parece que a população está começando a acreditar que a sua força pode começar a mudar posturas dos governantes e até das classes dominantes, pois se perde muito com a falta de condições, e um cidadão que não se vê como tal, não produz riqueza como poderia, já que o seu potencial dificilmente é totalmente aproveitado. Agora, parece que os dois países trocaram de lugar, pois o sentimento que os portugueses estão vivenciando já é conhecido dos brasileiros. Para Marx e Engels,

[a modernidade] é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento

eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar... (Marx e Engels *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 14)

Já em 1873, os autores previam o que acontece hoje a partir das dinâmicas sociais, pois “as sociedades da modernidade tardia<sup>2</sup>, (...) são caracterizadas pela ‘diferença’; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeitos’ – isto é, identidades – para os indivíduos”, colocando as “suas ênfases na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento contêm uma linha em comum. Devemos ter isso em mente quando discutirmos o impacto da mudança contemporânea conhecida como globalização” (Hall 2011<sup>a</sup>: 17-18). A cultura pode atualmente ser vista como “um ambiente envolvente, determinante e determinado, das interações realizadas nas três dimensões da comunicação (comunicação interpessoal, mediada e mediatizada)” (Ferin 2002: 47), pois “os homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas” (Marx *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 34). Essa noção da relação entre realidade, condições históricas e condições atuais faz com que a identidade cultural de hoje já não seja verdadeira amanhã, a velocidade das mudanças ou, no caso do Brasil, do fortalecimento das identidades culturais regionais é muito alta e, mesmo assim, parece imperceptível para a maioria da população. Acredita-se, “assim, [que] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade”. Tem-se, portanto, que a identidade “permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’” (Hall 2011<sup>a</sup>: 38-39).

Cada cultura regional ou mesmo a considerada cultura nacional têm os seus símbolos e significados que podem ser interpretados pelos receptores que tem o domínio do código referente aos símbolos. Para Hall,

o significado de um símbolo cultural é atribuído em parte pelo campo social ao qual está incorporado, pelas práticas às quais se articula e é chamado a ressoar. O que importa *não* são os objetos culturais intrínseca ou historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais: cruamente falando e de uma forma bem simplificada, o que conta é a luta de classes, a cultura e em torno dela. (Hall 2011<sup>b</sup>: 241)

No Brasil, existem culturas ou traços culturais facilmente identificáveis e relacionáveis com as classes dominantes, o que pode ser considerado “alta cultura”<sup>3</sup>, aquela que veio com a Corte no início do século XIX, óperas,

---

<sup>2</sup> Segundo o autor, depois da década de 1960.

<sup>3</sup> O termo alta cultura é a designação dada por Hall ao que se considera cultura como a ópera, teatro, música clássica, por exemplo.

concertos, teatro, música clássica, literatura e aqueles que são ligados aos costumes do dia-a-dia das classes dominadas, que são as que têm referência na cultura africana trazida pelos escravos, como os cultos religiosos e seus orixás, a capoeira, as músicas mais populares como o pagode e o funk, o churrasco na laje e a frase “sou pobre mais sou feliz”, que traduz a aura de felicidade e alegria do povo que ainda acredita no providencialismo divino. Segundo Derrida (1981), “o significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (Derrida *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 42). Não se tem domínio em todos os momentos ou em todas as emissões, “existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos estáveis” (Derrida *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 42). Provavelmente pode ser o motivo pelo qual se tenha a imagem do Brasil ligado ao turismo sexual no exterior, pois as emissões de mensagens realizadas pelo governo militar com foco no exterior mostravam belas mulheres brasileiras em pequenos trajes de banho, ao sol de praias com largas faixas de areias brancas, água azul e horizonte de céu também azul – geralmente mulheres sorridentes com olhar convidativo. Outra ligação verificável atualmente é fruto das campanhas vitoriosas em Copas do Mundo de futebol, mas também da aura que se formou com a ajuda das propagandas governamentais da década de 80, que tinham Pelé como emissor da mensagem, tornando a ligação brasileiro-futebol mais forte, pois muitos meninos brasileiros vão para o exterior ainda jovens ou adolescentes tentar a vida como jogadores em clubes de futebol. Entretanto, “no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural”, pois “essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte da nossa natureza essencial” (Hall 2011<sup>a</sup>: 47-48). Em resumo,

na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser inglês devido ao modo como a inglesidade veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura inglesa. (...) A nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu ‘poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade’. (Schwarz *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 49)

As culturais nacionais são, a cada dia mais, um lugar imaginário no qual “a lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional” (Hall 2011<sup>a</sup>: 49). A sensação de se ter uma única identidade cultural que possa

efetivamente ser nacional é incoerente na sociedade pós-moderna, em que “as identidades nacionais foram uma vez centradas, coerentes e inteiras, mas que estão sendo (...) deslocadas pelos processos de globalização” (Hall 2011<sup>a</sup>: 50). Em termos da imagem projetada do Brasil, nos anos 60/70/80, pode-se até afirmar que a identidade nacional parecia centrada, coerente e inteira, mas era uma ilusão projetada pelo governo militar, que fazia o povo acreditar no que divulgavam a partir do controle dos media, da censura, da privação de liberdade de expressão e na veiculação de imagem de paraíso tropical no exterior.

Dos anos 90 em diante, com a abertura política, as eleições diretas, a retomada das liberdades de práticas culturais regionais, surge o fortalecimento e o deslocamento proposto pela globalização. Chega-se à ideia de que as culturas nacionais “são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Hall 2011<sup>a</sup>: 51). Esta afirmação relaciona-se diretamente com as dimensões da marca que são trabalhadas por Semprini (2010), pois o discurso da cultura nacional brasileira é o discurso da Marca Brasil, com dimensões que vão além da simples emissão e decodificação da mensagem, uma vez que entremeiam o processo geral de comunicação e estabelecem os contratos de leitura e as promessas básicas feitas aos turistas a partir das peças apresentadas pela campanha publicitária. Dessa forma, “a identidade nacional é uma ‘comunidade imaginada’” (Anderson *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 51), e “as diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas”, pois “a vida das nações, da mesma forma que a dos homens, é vivida, em grande parte, na imaginação” (Powell *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 51). Assim:

Em primeiro lugar há a *narrativa da nação*, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal ‘comunidade imaginada’, nos vemos, no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa. Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte. (Hall 2011<sup>a</sup>: 52)

Esta narrativa da nação pode existir de várias formas ou a partir de algumas fórmulas. Como se pode observar na descrição acima, a narrativa da nação é construída a partir de muitos pontos de contato, e a Carta de Caminha, que relata o “descobrimento” do Brasil num diário de bordo descritivo, é considerada como sendo a primeira narrativa da nação, da qual pontos como a descrição das nativas e a relação dos homens com a caça e o valor de riqueza, completamente diferentes, ainda são observáveis na cultura brasileira como um todo, e de forma

mais explícita em pequenas comunidades do interior. Há um sem número de descrições de viajantes sobre o país, além de gravuras de artistas como Debret e tantos outros que, em incursões pelos rios, território adentro, puderam mostrar ao “velho mundo” as belezas naturais do “novo mundo”. É, portanto, uma narrativa com mais de 500 anos, que se constitui de períodos consecutivos, mas diferentes, lineares por vezes, que dão forma à história oficial e extraoficial que cada uma, à sua maneira, traz à narrativa viva até os dias de hoje, para apreciação da sociedade pós-moderna e seus cidadãos em crise de identidade.

Duas formas de narrativa da nação que são verificáveis na história do Brasil são apresentadas por Hall (2011<sup>a</sup>) e colocadas aqui para reflexão. A primeira chama-se “*invenção da tradição* [e acontece quando] ‘tradições que parecem ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas (...) a tradição inventada significa um conjunto de práticas (...), de natureza ritual ou simbólica’, que objetivam “inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado” (Hobsbawn e Ranger *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 54). As ligações entre Brasil e praias paradisíacas, Brasil e belas mulheres em fatos de banho, Brasil e futebol, Brasil e bananas, Brasil e samba, Brasil e carnaval estão e ficarão vivas por muito tempo nas mentes de públicos do mundo todo, pela simples repetição dos padrões por mais de 30 anos, talvez em dez anos a ligação Brasil e violência cresça devido à cobertura dos medias.

A segunda narrativa da cultura nacional verificável na cultura brasileira é “a do *mito fundacional*: uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’” (Hall 2011<sup>a</sup>: 55). Assim existem vários mitos, começando pela Carta de Caminha, pela proclamação da independência por D. Pedro II, pela frase que Carlota Joaquina teria dito ao ir embora – desta terra não quero mais nem o pó, batendo os tamancos. Os “mitos de origem também ajudam povos desprivilegiados a conceberem e expressarem seu ressentimento e sua satisfação em termos inteligíveis” (Hobsbawn e Ranger *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 55). Provavelmente existem muitos outros mitos de fundação em lendas indígenas que a população em geral não conhece, mas as pequenas comunidades brasileiras, ao longo do território nacional, propagam estes mitos regionais e se identificam com eles, pois “eles fornecem uma narrativa através da qual uma história alternativa ou uma contra-narrativa, que precede às rupturas da colonização, pode ser construída” (Hall 2011<sup>a</sup>: 55), fazendo parte da sua tradição cultural.

A diversidade cultural é também apresentada como uma característica na formação das nações que estão crescendo ou evoluindo na pós-modernidade, e a principal característica é a de que “uma única nação, um único povo, as muitas culturas e sociedades tribais diferentes” (Hall 2011<sup>a</sup>: 56), são e fazem parte da organização dos estados pós-modernos. A contextualização dada pelo autor é das nações africanas, mas isto é igualmente visível no Brasil, mas, nos tempos de



hoje, quando existe uma parcela de universais culturais comuns no país – efeito da globalização – os traços culturais e especificidades de cada estado mantêm-se fortes e cada pequena parte deste extenso território tem e reconhece como legítima a sua cultura própria, como se cada um fosse um país. A partir disto, se deduz que os públicos de países que não tinham o português como língua corrente compreendessem as mensagens:

o discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele ‘tempo perdido’, quando a nação era ‘grande’; são tentadas a restaurar as identidades passadas (Hall 2011<sup>a</sup>: 56-57).

Pode-se observar que faz sentido voltar às já comentadas peças publicitárias apresentadas na década de 80, quando o garoto propaganda do Brasil foi Pelé, grande ídolo do futebol, mundialmente reconhecido por ter feito parte da seleção vencedora da Copa de 1958, símbolo do futebol arte, com seus dribles considerados sensacionais para a época. O país vivia uma crise financeira com inflação alta, trocas de moeda constantes, alterações de nomes, perda do valor do dinheiro, o dólar americano passou a ser moeda corrente para compra de imóveis e carros, e a abertura política foi efetivada somente na década de 90; portanto, o melhor que se podia fazer era voltar para um território seguro, com significados de sucesso, mesmo que passado, projetado como presente. As peças passaram a ter seus textos traduzidos para o inglês, pois não fazia mais sentido o governo acreditar que a língua portuguesa era sinônimo de soberania nacional, inclusive nas peças publicitárias das campanhas oficiais dirigidas ao exterior:

os nacionalismos do mundo moderno são a expressão ambígua [de um desejo] por(...) assimilação no universal(...) e, simultaneamente, por (...) adesão ao particular, à reinvenção das diferenças. Na verdade, trata-se de um universalismo através do particularismo e de um particularismo através do universalismo. (Wallerstein *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 58).

Para as conexões seguintes, “devemos ter em mente esses três conceitos ressonantes daquilo que constitui uma cultura nacional como uma ‘comunidade imaginada’: as *memórias* do passado; o *desejo* por viver em conjunto; a perpetuação da *herança*” (Hall 2011<sup>a</sup>: 58). A palavra “nação” se refere “tanto ao moderno estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso – a *natio* – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento” (Brennan *apud* Hall 2011<sup>a</sup>: 59). Este pertencimento é que pode manter o povo unido sob o mesmo sistema de representação mesmo que esteja disperso no mundo, e é o mesmo pertencimento que alguns turistas buscam através das lembranças materiais e imateriais da sua viagem. O pertencimento que é sinalizado nas peças

publicitárias de cada destino, nas peças da campanha *O Brasil chama por Si* que mostram a diversidade e aumentam as chances dos receptores se identificarem com pelo menos uma das opções oferecidas, pois a identificação pode ser tomada como primeiro passo para o processo interno de sentimento de pertença. Assim, “uma cultura nacional atua como uma fonte de significados culturais, um foco de identificação e um sistema de representação” (Hall 2011<sup>a</sup>: 58), nas peças estudadas e analisadas; não há nenhuma referência à cultura nacional brasileira de forma específica ou genérica, lança-se um convite para a celebração da vida no país, mas a cultura ou traços culturais ficam subentendidos a partir das referências prévias subjetivas do receptor e podem ser descobertas a partir do contato real com o país e não através de promessas vazias ou unilaterais – que são postas à prova, aceites ou recusadas.

### Referências Bibliográficas

- André, João Maria (2012): *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Coimbra: Palimage.
- Ferin, Isabel (2002): *Comunicação e culturas do Quotidiano*. Lisboa: Quimera.
- Hall, Stuart (2011<sup>a</sup>): *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11<sup>a</sup> edição. 1<sup>a</sup> reimpressão. Rio de Janeiro: DP&A.
- \_\_\_\_\_ (2011<sup>b</sup>): *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 1<sup>a</sup> ed. Revisada. 1<sup>a</sup> reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Semprini, Andrea (2010): *A marca pós-moderna: poder e fragilidade da marca na sociedade contemporânea*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.



# Criação de espaços inteligentes para a disponibilização de informação e serviços em turismo religioso

*Fernando Moreira*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Centro de Estudos em Letras

*Aida Carvalho*

Instituto Politécnico de Bragança  
Centro de Estudos em Letras

*Carlos Cunha*

Instituto Politécnico de Bragança  
Centro de Investigação e Tecnologias  
Agroambientais e Biológicas, grupo de Biosystems Engineering

## Resumo

O Turismo Cultural e Religioso aglutina o património material e imaterial da Igreja, convertendo-o num produto turístico de cunho cultural e religioso. Atendendo às suas características e singularidades é um recurso com grandes potencialidades de crescimento que, nos últimos 50 anos, granjeou interesse, pelos fluxos que gera e pelo contributo positivo que pode dar para a projeção de uma região/país. Carece de uma oferta estruturada que encime e dirija a informação turístico-cultural através de um conjunto de meios e técnicas mais eficientes de divulgação e interpretação, respeitando o valor de contemporaneidade; enquanto que, o restante património cultural tem beneficiado da inovação tecnológica, capaz de suportar a missão de informar o público/visitante, o património religioso, pela singularidade da sua expressão cultural e do impacto visual da implementação de mecanismos tecnológicos, tem resistido à inclusão de tecnologia.

Neste artigo é apresentado um contributo para responder ao desafio enunciado, apresentando-se uma arquitetura tecnológica capaz de materializar o conceito de *smart space* no património religioso, criando plataformas de entendimento com os visitantes, equacionando, desta forma, o valor simbólico e o valor formal com a fruição turística.

**Palavras-chave:** Interpretação, Património, Turismo Religioso, Smart Space, Ubiquidade.

## Abstract

The Cultural and Religious Tourism brings together the tangible and intangible heritage of the Church, turning it into a tourist product of cultural and religious nature. Given its characteristics and peculiarities it is a resource with great potential for the growth which earned interest in the last 50 years for the flows it generates and the positive contribution they can make to the projection of a region / country. It lacks of a structured offering that raises and directs the tourist and cultural information through a set of techniques and more efficient means of dissemination and interpretation, respecting the value of contemporaneousness; while the remaining cultural heritage has

benefited from technological innovation, capable of supporting the mission of informing the public / visitors, the religious heritage has resisted the inclusion of technology by the uniqueness of its cultic expression and the visual impact of the implementation of the technological mechanisms. This article presents a contribution to the responding of the challenge set out, presenting a technological architecture capable of materializing the concept of intelligent space in religious heritage, creating understanding platforms with visitors and thus equating the symbolic and formal values with the tourist fruition.

**Keywords:** Interpretation, Heritage, Religious tourism, Smart Space, Ubiquity.

## **Introdução**

A partir do século XVI desenrolaram-se, por toda a Europa, uma série de acontecimentos únicos que desembocaram, cada qual a seu tempo, nos horizontes nossos contemporâneos na relação da Igreja com a sociedade. Entre os vários acontecimentos destaca-se a política de encomendas, construção e/ou reconstrução dos monumentos mensagem (Igrejas, Mosteiros, Conventos, Capelas e Santuários), fomentados pelo Concílio de Trento (1545- 1563), dando origem a obras de incontornável interesse para deslocações religiosas e/ou de carácter cultural (Guimont 1997; Vukonić 1996). Adquiridas ou criadas pela Igreja tiveram, ao longo dos séculos, uma finalidade cultural, pois é “sacro por natureza, pela origem e pela finalidade” (Azevedo 1999: 5).

A percepção do turismo como uma nova atividade humana geradora de múltiplos efeitos, foi-se formando lentamente, desde o século XIX, surgindo sobretudo no século XX as primeiras tentativas da sua definição. Segundo Cunha (1997), Batista (1990), Figuerola (1985) ou Vareiro (2007), o turismo é a atividade económica que melhor aproveita os recursos locais, valorizando-os e gerando múltiplos efeitos positivos ao desenvolver os territórios adjacentes. Entre os vários recursos, Portugal tem, pela sua história e tradição, um potencial incomensurável na criação de novos produtos turísticos de cariz cultural e religioso. A sua monumentalidade e dispositivo discursivo tornaram-no num forte atrativo para o Turismo Religioso, sendo já um mercado muito relevante, daí que o Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 o considerou como um produto turístico prioritário. As deslocações fazem parte das premissas, por isso, é determinante a criação de material informativo com relevância devocional, cultural e artística, estimulando a fruição e descoberta de experiências contextualizadas dos bens religiosos. Nessa senda, foi lançado um manual de boas práticas de interpretação do património religioso, no dia 06 de junho de 2014, no âmbito do seminário subordinado ao tema “os Mestres do Rei”, promovido pelo Secretariado dos Bens Culturais da Igreja, realizado no Convento e Mafra com o objetivo de esclarecer os profissionais do turismo e os gestores do património religioso acerca dos vários procedimentos a tomar. Este, e outros manuais, desvelam os investimentos da Igreja no levantamento e classificação do seu património, atribuindo-lhe o respetivo valor intrínseco, patrimonial e artístico, mas debate-se com o grande desafio de encontrar

mecanismos ubíquos de disponibilização de informação aos visitantes, às agências de viagens, aos fornecedores e a todos os intervenientes na cadeia de distribuição turística sobre os locais sagrados. Tratando-se de um produto singular, os processos de elaboração, recolha, processamento, aplicação e comunicação de informação carecem de alguma sofisticação, já que é fundamental aliar a vertente cultural ao espiritual, sem descurar o valor intrínseco do bem religioso.

É fundamental a atualização dos sistemas de disponibilização de informação, incluindo novas funcionalidades tecnológicas capazes de incorporar um conjunto vasto de informações sobre os locais, capacitando os visitantes de conhecimentos detalhados. As abordagens ubíquas assentes em dispositivos móveis, demonstram um enorme potencial que augura um manancial de oportunidades para interagir com o público. Estará na capacidade de desenhar soluções não intrusivas do espaço sacro, mas que se coadunem com o sentimento cultural dos fiéis, o fator crítico de sucesso da aplicação de tecnologia no património religioso e consequente aceitação/massificação do seu uso, capacitando, assim, os visitantes de conhecimentos, bem como regulando e disciplinando os fluxos de visita, trazendo ainda vantagens para a conservação e manutenção dos monumentos-mensagem.

### **1. Turismo Religioso: a ambiguidade do conceito**

O léxico - turismo religioso- surgiu por volta dos anos sessenta, do século XX, mas não tem alcançado um consenso generalizado, tendo-se multiplicado as definições. Segundo o dicionário “turismo religioso” é a:

Atividade turística que consiste em realizar viagens (peregrinações) ou estadas em lugares religiosos (retiros espirituais, atividades culturais e liturgias religiosas, etc.), que, para os praticantes de uma religião determinada, supõe um fervor religioso por serem lugares sagrados de veneração ou preceituais segundo sua crença (Montaner, Antiach e Arcarons 1998: 380).

Para Turner subsistem semelhanças entre peregrinos e turistas pois, como afirma, «um turista é meio peregrino, e um peregrino é meio turista» (Turner 1978: 20). Steiil (1998) alega que se pode falar em turismo religioso quando o sagrado migra como estrutura de perceção para o quotidiano, para as atividades festivas, para o consumo e para o lazer. Os visitantes participam nos eventos/festividades do calendário religioso independentemente de estarem ou não vinculados ao sistema religioso; querem participar numa experiência inusitada, autêntica, independentemente da versão consumista. Santos (2004) aponta a motivação religiosa como elemento fundamental para a distinção do turismo religioso das outras formas de turismo, pelo que considera turismo religioso qualquer deslocação a um local de culto, ainda que o principal motivo

não seja o religioso.

O termo é assim ambíguo, não permitindo leituras fáceis nem uma clara compreensão do conceito. Contudo, as diferentes abordagens compreendem três tipos de concepções: **espiritual** – aproximação a Deus e prática religiosa; **sociológica** – identificação do grupo a que pertence; **cultural** – a visita a lugares de culto.

### 1.1. Uma abordagem numérica

O património religioso português representa cerca de 75% de todo o património cultural inventariado. A sua sumptuosidade tornou-o num forte atrativo para o Turismo Religioso, tendo atraído no ano de 2013, perto de sete milhões de turistas, gerando receitas superiores a 700 milhões de euros/anuais, ou seja, cerca de 10% do total nacional, segundo a Confederação do Turismo Português. A título de exemplo, o Santuário de Nossa Senhora de Fátima recebe anualmente cerca de quatro milhões de visitantes (Mendes 2012), corroborando as tendências das estatísticas oficiais da Organização Mundial de Turismo que indicam que cerca de 300 a 330 milhões de peregrinos visitam anualmente os locais religiosos mais importantes do mundo. Para além do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, que é o destino mais procurado em Portugal, os santuários de Bom Jesus de Braga e de Nossa Senhora do Sameiro, em Braga, o de São Bento da Porta Aberta, no Gerês, o Convento de Cristo, em Tomar e o Convento de Mafra, atraem anualmente cerca de um milhão de visitantes. Segundo Silveira (2007), 23 milhões de pessoas visitam anualmente os três santuários católicos: Lourdes, Fátima e Guadalupe. Uma cifra importante que gera um fluxo económico de cerca de 11,5 bilhões de reais. A procura tem vindo a crescer, daí que um dos maiores centros hoteleiros de França está localizado nas imediações do santuário de Lourdes. Face a esta nova realidade, a Igreja Portuguesa tem vindo a promover os seus santuários, daí que, várias entidades, desde janeiro de 2013, estão a preparar a apresentação de uma candidatura do santuário do Bom Jesus de Braga à UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - com o objetivo de dar uma dimensão internacional e desenvolver o turismo religioso e a cultural local.

Atualmente, aponta-se para cerca de 80 santuários em território nacional com potencial elevado para serem dinamizados, tendo uns mais visibilidade e afluência de públicos que outros. Santos (2006) categoriza-os como: santuários principais e/ou santuários secundários ou menores; os santuários principais abrangem os santuários internacionais e/ou nacionais, sendo “atraídos anualmente pelo menos por 100.000 visitantes” (Santos 2006: 439), como, por exemplo, os santuários de Nossa Senhora de Fátima e o de Nossa Senhora dos Remédios, entre outros; os santuários secundários incluem os santuários regionais e/ou inter-regionais, que atraem anualmente menos de 100.000 visitantes. Estes números revestem-se de grande significado, revelando a

tendência para a dinamização do património religioso, constituindo uma sólida reflexão para os vários agentes do turismo.

## 2. Principais constrangimentos versus informação

Com um mercado cada vez mais ávido de conhecimento e de fruição cultural colocam-se vários desafios aos agentes responsáveis pela gestão dos Templos. A questão mais urgente é encontrar mecanismos e meios que convertam os itinerários turísticos em “experiências únicas e contextualizadas, espiritualmente mais profundas, muito além da simples dimensão formal da obra de arte, como mero instrumento de apreciação estética”, explica a diretora do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja (SNBCI), Sandra Costa Saldanha. Na verdade, as visitas aos locais sagrados, individual e/ou em grupo, carecem de suportes de informação atualizada acerca da história, da arte e do monumento; de elementos interpretativos diversos e atualizados para que, quem o visite, saiba ler o espaço e deixar-se interpelar pela beleza da arte cristã, descobrindo a mensagem em cada espaço e/ou em cada obra.

Freeman Tilden (1957) sistematizou um conjunto de princípios clássicos acerca da interpretação do património. Esses fundamentos foram melhorados por um conjunto de seguidores, destacando-se a:

- a) interpretação ao vivo (existência de um guia ou um *expert* que conte, narre, explicando os temas ao visitante);
- b) material impresso através de textos e publicações (mapas, roteiros, *flyers*);
- c) meios estáticos e/ou animados de exibição de informação (visitas autoguiadas, painéis, placas, som, imagem e movimento);
- d) modelos de reconstrução (*living history*, encenações teatrais, fóruns/discussões).

Estes meios, apesar de diversos, não são usados nos monumentos-mensagem dada a especificidade destes lugares; subsistem razões que regulam a atuação/comportamento quer por parte dos visitantes, quer mesmo por parte dos guias (quando existem) que limitam a intrusão de muitas das técnicas tradicionais da interpretação. Além disso, há um conjunto de constrangimentos, mais ou menos formais, que condicionam o acesso ao interior dos Templos, tais como, os horários de encerramento e os horários das celebrações que impõem uma conduta ajustada e/ou favor do silêncio. Neste contexto, é urgente romper com a tradicional oferta descritiva, muitas vezes parca, incompleta e desatualizada, incorporando mecanismos com tecnologia *smart space*, indo ao encontro das recomendações da OMT que, desde o ano de 2001, vem apelando para a necessidade da Internet e do Turismo serem parceiros.



Na verdade, o cidadão está familiarizado com as tecnologias, pois com a difusão dos computadores pessoais, desde meados da década de 80 do século XX, as tecnologias de informação tornaram-se uma realidade inerente ao cotidiano; das multinacionais às pequenas empresas, das instituições públicas/privadas, os conceitos de informática, tecnologias da informação e comunicação (TIC), internet e multimídia, entre outros, estão presentes nas ações rotineiras e nas tarefas diárias dos cidadãos, tornando-se fundamentais para o trabalho e lazer. Muitas reservas de viagens são feitas através do *e-business*. A disseminação dos dispositivos móveis (e.g. *smartphones* e Tablet PC) tem crescido de uma forma galopante (nas diversas faixas etárias) com a vantagem da facilidade de publicação permanente veiculando, em tempo útil, e com a maior celeridade as informações corretas sobre o local a visitar e dispersar de soluções tecnológicas nos repositórios de aplicações móveis (e.g. *App Store* e *Play Store*), ultrapassando a dificuldade “clássica” da escassez de informação fidedigna, organizada e disponível sobre os locais sem desvirtualizar o conceito originário do lugar, melhorando a qualidade de visita.

Satisfazer as expectativas dos visitantes, cada vez mais exigente a novos canais de informação, e conciliar a percepção dos fiéis e a natureza singular do espaço sacro é uma premissa particularmente complexa.

## Conclusão

Com o crescente interesse dos espaços concebidos para a celebração da fé, de evangelização, há a necessidade de se introduzir soluções mais atualizadas de disponibilizarem a informação a quem os procura/visita. Este paradigma afigurar-se, porventura, como um grande desafio para a Igreja, enquanto gestora do Templo. A evolução das tecnologias é capaz de suportar o conceito de *smart space*, deixando vislumbrar um enorme potencial para tornar a informação e serviços numa presença embebida nos espaços culturais, facilitando a interação entre o público, colmatando as várias lacunas diagnosticadas da escassez de informação fidedigna, organizada e disponível sobre os locais sagrados. Estes mecanismos têm interação facilitada – dispositivos que fazem parte da rotina das pessoas – são soluções de baixo custo, com distribuição fácil e atualização permanente, podendo mesmo recrutar o público mais jovem e mais exigente e sedento de novas formas de interagir, através de soluções que vão de encontro às suas rotinas tecnológicas. Nomeadamente, no que concerne à utilização das redes sociais como montra de partilha das experiências vivenciadas na fruição cultural do património, divulgando os seus testemunhos sobre os locais de visita e aprofundando os saberes específicos da História da Arte Religiosa.

### Referências Bibliográficas

- Azevedo, M. (1999): “O lugar da simbologia cristã no Inventário Cultural”. In: *Inventário que Futuro?* Edição: Câmara Municipal de Foz Côa.
- Buhalis, D., Deimezi, O. (2004): “E-tourism developments in Greece: Information communication technologies adoption for the strategic management of the Greek tourism industry”. In: *Tourism and Hospitality Research*. Vol. 5. N.º 2. Reino Unido: 103-130:
- Dicionário de Símbolos*. (1994) Lisboa: Teorema.
- Guimont, D. (1997): *Quand les Lieux de Pelerinage Sívrent au Tourism*. Teoros. Vol. 12 (2).
- Mendes, A. (2009): *Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma Etnografia do Caminho Português*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa.
- Montaner, J.; Antiach, J.; Arcarons, R. (1998): *Diccionario de Turismo*. Madrid: Síntesis.
- Organização Mundial do Turismo, 2008.
- Plano Estratégico Nacional do Turismo, 2007.
- Silva, João Luís Figueiredo da (2012): “O Turismo Religioso no Noroeste de Portugal: as atividades económicas dos principais santuários na sua relação com o território envolvente”. In: *Revista Turismo & Desenvolvimento* Vol III.
- Steill, A. (1998): “Peregrinação e turismo: o Natal Luz em Gramado e Canela”. In *Reunião Daabpocs*, 22. Caxambu.
- \_\_\_\_\_ (2003): “Peregrinação, romaria e turismo religioso: raízes etimológicas e interpretações antropológicas”. In: *Abumanssur*, Edin Sued. (Org.). Turismo religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo. Campinas, SP: Papyrus: 29-52.b
- Turner, V. e E. Turner. (1978): *Image and Pilgrimage in Christian Culture: Anthropological Perspectives*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Vukonić, B. (1996): *Tourism and Religion*. Oxford: Pergamon.

### Webgrafia

[http://www.snpcultura.org/roteiros\\_caminhos\\_marianos\\_e\\_caminhos\\_de\\_santiago\\_unem\\_Portugal\\_a\\_cultura\\_e\\_espiritualidade\\_cristas.html](http://www.snpcultura.org/roteiros_caminhos_marianos_e_caminhos_de_santiago_unem_Portugal_a_cultura_e_espiritualidade_cristas.html) (consultado no dia 05/06/2014)



# O processo de revisão crítica do imaginário cultural na projeção de uma identidade coletiva

*Urbano Mestre Sidoncha*  
Universidade da Beira Interior  
Instituto de Filosofia Prática

“Nós somos aquilo que sonhamos, os mitos que construímos.”  
Eduardo Lourenço

## Resumo

A nossa identidade coletiva, expressão do espírito de um povo, sempre se jogou no horizonte de um irrealismo identitário, permanentemente dilacerado pelo conflito entre o modo como efetivamente somos e o modo como em esboços sucessivamente indeterminados, nos imaginamos ou projetamos. Tal explica, de sua vez, que esse horizonte ziguezagueante em que navegamos se faça, por um lado, de uma “hiperidentidade” que se explica imediatamente como *déficit* ou ausência de identidade real, e, por outro, nos antípodas da anterior, de uma hiperidentidade outra, urdida de estruturas criadoras de sentido que se limitam a obviar a nossa frustração de antigo povo glorioso, como é paradigmaticamente o mito de um Império da Cultura, baseado na universalidade da língua portuguesa.

**Palavras-chave:** Identidade coletiva, Mito, Cultura.

## Abstract

Our collective identity, expression of a people spirit, was always played in the horizon of a unreal sense of self, permanently divided by the conflict between the way we effectively are and the manner we, in successive and indeterminate sketches, project or imagine ourselves. That explains, thus, that that horizon in which we navigate in a zigzagging mode is made, in one hand, by a hyper-identity that can be immediately explained as *deficit* of real identity, and, in other hand, by another hyper-identity, now made by sense creating structures which reduces our frustration of ancient glorious people, as is paradigmatically the case of the myth of a Culture Empire, based on the universality of Portuguese language.

**Keywords:** Collective identity, Myth, Culture.

Uma primeira palavra se impõe para o nosso leitor, e é simultaneamente uma palavra de remição, consubstanciada num pedido de absolvição, e uma palavra de justificação. A segunda será primeira na ordem genética das razões, pelo que a abordo sem mais delongas. Não nos cabe resolver, no curto espaço deste trabalho, o tema assumidamente contemporâneo – no sentido em que

assinala uma presença que nunca se esgota, e que, nesse seu reaparecimento constante, vai nutrindo a atividade do pensamento – das identidades coletivas. Só um exercício que sobranceiramente esquece que uma tal identidade – seja ela tomada imediatamente numa perspectiva em que substantivamente se deixa interpretar como *Volksgeist*, “espírito do povo”, à maneira hegeliana, seja ainda num cenário interpretativo outro, diríamos, menos estabilizado, ou mais dinâmico e relacional, em que “identidade coletiva” se define num estar “entre”, *in fieri* – dizia, portanto, que só um exercício que sobranceiramente esquece que uma tal identidade é sempre a expressão de uma tarefa inacabada, que sucessiva e regressivamente convoca a sua inextirpável dimensão plurissignificativa em busca de um escrutínio permanente das suas múltiplas matizes e possibilidades semânticas, pode, em coerência, chamar a si a prossecução dessa malograda tentativa e apodá-la de “projeto”. Não é, pois, essa a minha intenção, o que justifica agora a palavra de absolvição que dirijo ao leitor que possa ter intuído no título deste ensaio esse injustificável arrojo. Por maioria da razão, a mesma justificação deve colher quando à dificuldade antes exposta aditamos agora a intenção, que o título igualmente denuncia, de determinar objetivamente a nossa identidade coletiva, largamente disseminada na utilização da palavra, de resto já usual, de “portugalidade”, a partir de um processo de revisão do imaginário cultural. A razão que explica esta segunda vaga de dificuldades é a mesma que já expusemos antes para o esforço de circunscrição das identidades coletivas: trata-se, mais uma vez, de um processo, sublinho, *processo*, que solicita um esforço contínuo mas certamente inacabado de sedimentação de sentido que nenhuma síntese mirífica alguma vez foi capaz de resolver. Na presença de uma empreitada desta magnitude em que todas as dificuldades se agigantam, é urgente encontrar um fio condutor que reponha este tema no solo originário das realizações humanas, aqui convocado em sentido próprio, isto é, o de um horizonte de sentido que, atuando como ideia reguladora, e pese embora o elevado grau de indeterminação que caracteriza a relação dialógica que aqui elevámos à categoria de tema, nos permita chegar a um sentido de compromisso entre o *ato* do que pode ser dito e decidido e a *potência* do muito que ficará por dizer. Esse fio condutor, na sua expressão mais perentória e eloquente, encontramos-lo precisamente no tema do mito, simultaneamente na sua utilização como instrumento heurístico para a delimitação da nossa identidade coletiva magistralmente interpretada por autores como Eduardo Lourenço.

É, aliás, bem conhecida a tese gizada por uma certa tradição de comentário que considera Eduardo Lourenço precisamente como “mitólogo”. Não importa tratar aqui a questão de saber se essa consideração é ou não excessivamente redutora, no sentido em que ela oblitera facetas outras do seu pensamento que são irreduzíveis, se não mesmo inconciliáveis. Mais uma vez, não é disso que cuidamos aqui. Importa, isso sim, isolar as determinações objetivas de sentido que o fazem merecedor desse estatuto: em alternativa ao que comumente se advoga quando se convoca a moldura semântica adstrita à ideia de *mito* – com as

consabidas ressonâncias de sentido ainda fortemente marcadas por conotações irracionais –, “mito” deve antes ser lido como ideia prospetiva, que convoca a capacidade de um povo de tomar regressivamente consciência de si, quer dizer, uma estrutura que é, ela própria, geradora de sentido e sem a qual própria história careceria derradeiramente de um inteligibilidade última. Essa ampla estrutura de sentido, que foi pensada como uma espécie de repositório das referências de conteúdo cultural e de outro tipo figurações que todos partilhamos, cedo se apresentou, porém, sob o signo do excesso: excesso de passado, desde logo, excesso de imaginário mítico, justamente, mas fundamentalmente excesso de imagens irrealistas, com profunda e decisiva influência não apenas na forma de pensar a questão da nossa identidade, mas, outrossim, na transversal e profunda compreensão que, a partir dela, temos de nós próprios.

Analisemos por um instante esse sentimento de desmesura. Nós alimentamo-nos excessivamente do passado! Essa sentença adquire a sua expressão de máxima radicalidade na afirmação eduardina de que *somos um povo pequeno de mais para a memória imensa que ao longo dos séculos refluíu para o nosso coração e nos sufoca*.

Na verdade, em Eduardo Lourenço esse diagnóstico materializa-se ou modaliza-se de diversas formas, mas nenhum provavelmente tão sugestivo como aquele que está exarado em *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. O texto reza assim: “nenhuma barca europeia está mais carregada de passado do que a nossa. Talvez por ter sido a primeira a largar do cais europeu e a última a regressar” (Lourenço 1999). Esse vínculo permanente e ininterrupto que se tece numa abordagem histórica de carácter messiânico assoma, desde logo e em primeiro lugar, como elemento que cauciona uma identidade nacional. Com efeito, se há decididamente um problema que parece distante da nossa consciência e vivência coletivas, esse é, precisamente, o problema da identidade. É quase um truísmo falar da antiga estabilidade das nossas fronteiras ou da sempre propalada solidez sobreveniente na nossa unidade linguística. Nos manuais de Ciência Política, e em ordem dessas mesmas razões agora apressadamente elencadas, Portugal aparece repetidamente como referência paradigmática de um Estado-Nação.

Justamente, a Nação, dirá Pessoa, *é a coleção de palavras separadas ou ligadas de que se forma o seu léxico ou a sua gramática*. De resto, um exemplo recente dessa unidade linguística, diríamos, quase “orgânica”, é o mal-estar gerado por ocasião do último acordo ortográfico, considerado em si mesmo como fator de perda ou diluição de identidade nacional, circunstância que só se poderá explicar derradeiramente pela ampla disseminação do sentimento que considera a língua como património intocável, inegociável e insuscetível das ziguezagueantes conveniências diplomáticas: a língua portuguesa, parafraseando Eduardo Lourenço, *é menos a língua que os Portugueses falam do que a voz que fala os Portugueses*. Uma língua, estatuirá o autor noutra ocasião, “não é de

ninguém, mas nós não somos ninguém sem uma língua que fazemos nossa” (Lourenço 1999). É neste sentido, e unicamente neste sentido – longe, portanto, das identificações narcisistas dos nacionalismos culturais que de resto serão severamente criticados por autores como António Sérgio, em nome e em defesa de uma universalidade da cultura.

Seja, pois, dito, agora sem hesitações de qualquer espécie, que a nossa personalidade coletiva de povo nunca soçobrou ante uma putativa questão de identidade, e que, por contra, se alguma questão relativa ao tema da identidade permanece ainda por decidir, essa é definitivamente uma questão que se consubstancia numa projeção excessiva dessa identidade, o mesmo é dizer, um excesso identitário ou uma hiperidentidade que nos vem acompanhando, pelo menos, desde o século XVI. Mas se isso assoma imediatamente como vantagem, na medida em que se trata de um desvio que opera não por *defeito* mas por *excesso*, esse *plus* identitário não deixará de ser, no entanto, um terreno fértil para uma vivência ou *polarização esquizofrénica* (como também lhe chamou Eduardo Lourenço (2001) em *Labirinto da Saudade*) da questão da identidade, dividida entre a assunção plena do modo como somos e a representação imagética, irreal de Portugal. Quer isto dizer que a definição da nossa identidade, que ainda há pouco se dava aparentemente por garantida, se fará antes, e em permanência, num jogo de proximidade e distância entre o ser efetivo de Portugal, e, o que naturalmente não é o mesmo, a sua representação *irreal*. Trata-se, pois, no entendimento de Lourenço (que aqui fazemos nosso), de um hiperidentidade que tem como condição e correlato um distanciamento em relação à nossa identidade *real*. Impunha-se, pois, em razão da crueza deste diagnóstico, um ato de contrição, diríamos, uma qualquer sorte de psicanálise desse imaginário mítico que, como facilmente se percebe, nos condiciona o presente e nos tolhe e hipoteca o futuro. É isso, aliás, que concorre para aproximar o esforço de Eduardo Lourenço ao projeto levado a efeito nas célebres *Conferências do Casino* pela imortalizada Geração de 70. Aí será assumida a intenção crítica de devolver o país à sua realidade efetiva, rompendo, sem transição, com o imaginário secular que dissimulou o nosso “aberrante e dramático processo de decadência”. A inevitável revisão crítica da imagem ficcionada que tínhamos de nós mesmos e a conseqüente fiscalização da identidade que nela sobrevém mergulhar-nos-á num complexo de inferioridade anímico sem paralelo, revogando, em *definitivo* – o radicalismo desta autocrítica nunca mais seria ultrapassado, dirá Eduardo Lourenço em *Portugal como Destino* – isso a que podemos apodar de *mito da portugalidade*, isto é, esse amplo património comum tecido de conteúdos imaginários e simbólicos, enquanto se descobrem estar privados do mais elementar fundamento de determinação. Sem piedade, o primeiro discurso autocrítico que sistematicamente eleva Portugal e a portugalidade à inaudita categoria de questão (pela primeira vez, sentencia Lourenço, em séculos de unanimismo religioso, cultural, político, ético, Portugal *discute-se*), ao *reenquadrar, repensar*

e *remitificar* o nosso imaginário cultural, irmanará a casa lusitana a um grotesco e mísero “Reino da Estupidez”. Assim se separa, definitivamente e de um só golpe (pelo menos no momento da rutura), o Portugal *velho* do novo Portugal, que não era no entanto um Portugal *novo*, já que tinha a idade dos sucessivos erros e desvios de uma realidade vivida e concebida como *irreal* que elevaram a própria decadência do País (e de toda a Península, para que, diz ironicamente Lourenço, tivéssemos companhia mesmo numa perspetiva tão extremada) à condição de traço identitário coletivo.

A superação desta perspetiva autista de configuração esquizofrénica, feita por via da experiência traumática do diagnóstico – agora consubstanciado no doloroso regresso à pequena casa lusitana e no não menos penoso confronto com a nossa pequenez vivida doravante, e em permanência, como *deceção* –, vem mostrar que a verdadeira face da portugalidade é aparentemente, e afinal, isso a que chamaríamos provisória e depreciativamente de *portuguesismo*, justamente essa putativa faceta da nossa identidade que o então Embaixador Britânico em Lisboa, Alexander Ellis, detalhava com espanto numa entrevista ao *Expresso*, dizendo tratar-se daquele particular modo de ser português que nos leva a estar no estrangeiro e a manter os hábitos da terra natal, como comer croquetes de qualidade duvidosa, quando tantas outras possibilidades gastronómicas se lhes oferecem nos locais de acolhimento. Seguir-se-ão, como é sabido, outros traumatismos políticos, culturais mas fundamentalmente de ordem simbólica mais profundos e certamente menos risíveis, de que o célebre e exprobado *Ultimatum* é, porventura, o exemplo mais revelador.

Reduzidos, pois, à crueza da nossa expressão subalterna pelo imperialismo europeu, a saída exemplar que se vislumbrou foi uma *fuga simbólica para o imaginário imperial, um império de sonho* que se constituirá irrealisticamente como a nossa própria realidade. Esta sorte de misticismo nacionalista mesclado de intenso saudosismo será comentada por Eduardo Lourenço nas páginas do *Labirinto da Saudade* nos termos seguintes: “Portugal dos fins do século XIX, princípios do século XX, medíocre, mendigo político da Europa, assistirá estupefacto e incrédulo a uma operação de magia poética incomparável destinada a subtrair-lo para sempre àquele complexo de inferioridade anímico que a Geração de 70 ilustrara com tão negra e fulgurante verve. O verbo de Pascoaes rasura ou dissolve a nossa pequenez objetiva, onde se enraízam todos os temores pelo nosso futuro e identidade, instalando Portugal, literalmente falando, fora do mundo e fazendo desse estar fora do mundo a essência mesma da Realidade.” (Lourenço 2001)

É coisa bem conhecida que este “adoçamento” relativamente a tão traumático diagnóstico produzido pelo esforço de autognose nacional assumiu a forma de um manifesto, levado à estampa no nº1 da Revista *Águia*, onde se definiu uma estratégia cujo desiderato último era *criar um novo Portugal*. Entretanto, não deixa de ser revelador que a questão em torno da nossa estrutura identitária, insisto, tão traumaticamente saída de uma remodelação do



subconsciente nacional operada pela Geração de 70, se tenha subitamente deslocado do terreno da autocrítica profunda – que é, em concomitância, como dissemos, o terreno de um inaudito despertar para o mito da portugalidade – para uma sorte de contraimagem em que a própria portugalidade se eleva dialeticamente à categoria de mito, finalmente assumido como a estrutura criadora de sentido que referíamos na abertura deste trabalho.

Seja dito, em todo o caso, que não obstante o genuíno interesse que certamente invade todos aqueles que se detêm na consideração deste tema de um Império Espiritual, dele não nos ocupamos aqui. Mais relevante será sublinhar, nesta fase, a ambição de resgatar um País decaído para o instalar num tempo novo, *mítico*, ensejo que só seria ultimamente superado com a Revolução dos Cravos do 25 de Abril de 1974, o dia que nos permitiu “emergir da noite e do silêncio”, nas imortalizadas palavras de Sophia de Mello Breyner. A correlação entre a necessidade de discutir Portugal e a dissolução do Império que a cultura pós-25 de Abril magistralmente assinala é, pois, inelidível. Para um País que se via, e que assim era visto pelos outros, como País que tinha um Império, e que tinha justamente nesse estatuto o seu identificador supremo, fácil será antecipar o trauma profundo que a subtração da componente imperial da nossa imagem produzirá no subconsciente nacional, que aqui se convoca na ausência de qualquer interpretação de teor psicologizante. Pura ilusão, dirá Eduardo Lourenço em 1978, dado que esse acontecimento, contra todas as expectativas, teimou em não deixar marcas profundas na nossa imagem coletiva. Essa nova “inflexão” relativamente ao que seria comportável para um padrão, necessariamente sempre exíguo e redutor, de “normalidade” só pode ser cabalmente compreendida como constância de um irrealismo identitário, sempre dilacerado pelo conflito permanente entre o modo como somos e o como projetamos o nosso *dever ser*.

O esforço de reajustamento realista ao que somos e ao que nos cabe ser continuará, pois, e em última instância, por concretizar. De uma maneira ou de outra, o precedente está criado. Pensemos, ao abrigo dele, a portugalidade uma vez mais. Mas esse deve ser o caminho da *heterodoxia*, que simbolicamente assinala também o início do percurso ensaísta de Eduardo Lourenço. Esse é o caminho da procura de vias alternativas às institucionalizadas, que se consubstancia na compreensão plena e efetiva de que os horizontes de sentido da identidade e da cultura, afinal, da própria portugalidade, não se esgotam na redutora polaridade do sim e do não. É chegado o tempo de ultrapassarmos esta sucessão de propostas e contrapropostas que não chegam verdadeiramente a dialogar entre si e que recusam compreender-se. É, numa palavra, tempo de nos reinventarmos. Mas não é essa, afinal, a marca d’água da portugalidade? Num Portugal que finalmente se descobre como destino, não é esse o destino de Portugal?

### **Referências Bibliográficas**

- Lourenço, Eduardo (1999): *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*.  
Lisboa: Gradiva.
- \_\_\_\_\_ (2001): *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*.  
Lisboa: Gradiva.



# COMUNICAÇÃO



# As novas Relações Públicas e os Sindicatos Portugueses

*Daniela Esperança Monteiro da Fonseca*  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
dfonseca@utad.pt

## Resumo

Com o propósito de analisar a evolução das novas Relações Públicas (RP) e da sua ligação ao mundo sindical, propomos uma provocação: “podem as mesmas Relações Públicas, que antes estiveram ao serviço do capital, oferecer préstimos de modernização ao trabalho?”. — Esterilizando a questão por outros também prevista (Murade 2007), podem, as Relações Públicas, ser instrumentos de modernização dos sindicatos, quando já se deu como provadas: a) a queda global das taxas de sindicalização; b) a falta de *link* geracional; c) a incapacidade de mobilização dos sindicatos, por via da ausência de renovação de discurso, do uso deficitário de técnicas de comunicação ou por causa das alterações provenientes da globalização económica e da proletarização global do mercado do trabalho?

O objetivo deste artigo é compreender, em primeiro lugar, o conceito de novas RP, também denominadas de ‘Relações Públicas Comunitárias/Populares’ (RPC/P) (Kunsch 2007; Kunsch 2007, 2001; Peruzzo 2007, 2004); ou seja, todas cuja razão de ser é contribuir para o bem-estar da comunidade. Queremos também descobrir, e em segundo lugar, que espaço há de abertura para a introdução das novas RP na modernização comunicativa dos sindicatos portugueses.

Em Portugal, a produção científica, no âmbito das RP, é menos expressiva do que em outras áreas das Ciências da Comunicação, como o Jornalismo ou a Publicidade; quando se fala de RPC/P, a produção nacional diminui ainda mais, a não ser que se desloque o tema para a área da Gestão e do *Marketing*, onde surge, com frequência, o conceito de Responsabilidade Social das Empresas (RSE). Apesar disso, é ainda em português do Brasil que grande parte dos trabalhos académicos, nessa vertente de estudos, tem sido produzida.

Esperamos trazer, com o presente artigo, alguns contributos para o conhecimento da relação que existe entre as RP e os sindicatos portugueses, entendendo simultaneamente as novas RPC/P como paradigma de uma nova sociedade.

**Palavras-chave:** Novas Relações Públicas, Sindicatos Portugueses, Novos Movimentos Sociais

## 1. Novas Relações Públicas

Iniciámos com o universo das RP, acreditando que a sua evolução potencia, na atualidade, um novo paradigma associado à sua vertente social. Da mesma maneira que o seu nascimento se fez à conta das primeiras lutas pelo trabalho, também hoje, em função do trabalho e dos seus inúmeros dilemas, continuam a ser trilhados novos caminhos para a área.

Se nos fins do século XIX e inícios do século XX (Pinho 2008) as ações executadas em matéria de RP visavam guarnecer patrões e sindicatos de argumentos credíveis para ganhar a opinião pública no espaço americano<sup>1</sup>, na atualidade, e com a imposição da *flexibilidade* como modelo orientador dos sistemas de trabalho, é de novo uma mudança que se impõe na forma de fazer RP.

No caso português, o surgimento institucionalizado da área dá-se com algumas décadas de atraso, estando o seu começo umbilicalmente ligado ao aparecimento das primeiras multinacionais, a *Shell* e a *Mobil*, e à ação de um Estado totalitário que faz deslocar para o Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa os primeiros profissionais de RP. Assumir isso não invalida, contudo, a ausência de precedências históricas, como sustentam Abílio da Fonseca e Esteves Rei. O primeiro terá indicado os *Descobrimientos* e D. Manuel I como precursores dos primeiros atos protocolares relevantes, materializados no *Regimento da Casa das Índias e Mina* (apud Cabrero & Cabrero 2001). O segundo terá lembrado a *Companhia de Jesus*<sup>2</sup> (Rei 1998: 146-147) nas condutas institucionais realizadas no século XIX em matéria de comunicação.

Não descurando a relevância dos exemplos propostos, é apenas a partir da década de 60 que se pode falar de um fazer institucionalizado da profissão, ao que se terá juntado, em 70, o ensino médio da área, e, nos anos 90, o ensino superior deste trabalho (Cabrero & Cabrero 2001).

Além de tardia, a entrada das RP em Portugal ostentou, desde sempre, um problema clássico, comum a outros países, e que se associa ao seu *deficit* de imagem (Gonçalves 2007b; Tilley 2005; Soeiro 2003; Falconi 2006; Fawkes 2004). Esse problema não poderá ser, todavia, desvinculado da sua definição-base. Bastará recordar as 472 denominações encontradas por Rex Harlow

---

<sup>1</sup> Longe do velho continente, e por influência do espírito de livre iniciativa, a luta sindical propor-se-ia não pelo conflito mas pela comunicação, determinando-se que os grandes confrontos entre sindicatos e patrões se orientassem, desta feita, para o espaço público (Neto 2007). É nesse contexto que emergem as primeiras tentativas de exercício da *assessoria de imprensa* e de alguns procedimentos associados à *gestão de crises*, com a limpeza de imagem dos magnatas da indústria americana (Fawkes 2004). É nessa altura que sobressaem também os pioneiros de uma nova disciplina e atividade profissional: Ivy Lee e Edward Bernays (Peruzzo 1986; Garcia 1999). Com a transição política propiciada pelo *rooseveltismo* e o *new deal*, ter-se-á criado um clima de maior abertura ao exercício do *sindicalismo* e à progressão das RP naquele país, registando-se um *boom* na criação de cursos superiores na área, só superado pela segunda guerra mundial. Na velha Europa, palco de conflitos bélicos de longo alcance, a institucionalização das RP terá seguido as linhas de ética e dos códigos de conduta, primeiro em 1964, com a criação do *Código de Atenas*, depois em 1978, com a adoção do *Código Europeu Deontológico do Profissional de RP*, mais conhecido por *Código de Lisboa* (Gonçalves 2007b; Garcia 1999).

<sup>2</sup> O autor lembra, nesse sentido, o trabalho executado pela *Companhia de Jesus* na forma como deviam ser geridos os seus processos de *escrita institucional*, que, de acordo com Esteves Rei, em muito se aproximariam às regras de protocolo social e empresarial que hoje regem qualquer multinacional dos nossos dias (Rei 1998a: 146-147).

(Garcia 1999; Fawkes 2004), ou as diferentes especialidades a que tem dado origem.

Não indo, todavia, tão longe no texto, é possível encontrar várias denominações que associam o exercício das RP a formas de comunicação capazes de fazer interagir as empresas e as organizações com os seus públicos internos e externos, com base numa compreensão e entendimento mútuos (Garcia 1999; Peruzzo 1986; Ferrari 2003; Falconi 2006).

Na atualidade, contudo, mercê da *globalização* e das alterações laborais, novas preocupações emergem, atendendo à rápida implementação das tecnologias da informação, e dos seus efeitos virais, no seio das empresas e das organizações, justificando-se uma maior abertura às práticas da RSE e à eleição de novos modelos de RP. Equivale isto dizer que a desatualização dos velhos esquemas comunicativos tem de ser compensada com novas formas simétricas de relacionamento. Recordámos, por isso, Grunig e Hunt (1984), frisando a relevância do modelo de *two-way symmetric* para a base de uma democratização comunicativa das empresas.

Se dificuldades há na eleição de um conceito de RP, estas não são menores se lhe adicionarmos uma descrição do ofício. Ou seja, continua a ser difícil elencar um conjunto de trabalhos como pertencentes apenas ao ramo das RP, estando a sua prática associada a diversos outros procedimentos, como a criação de eventos, de publicações, de relacionamentos presenciais com públicos interno e externo, de planeamento estratégico e científico de comunicação, entre tantas outras.

Não negligenciando a importância das suas diferentes especialidades, interessa-nos focalizar a que se dedica às RPC/P, também conhecida como RP Sociais, na aceção portuguesa, atendendo-se a uma mudança iminente nas organizações e no seu *modus operandi*. Essa transição ter-se-á operado em razão das recomendações da *Organização Internacional do Trabalho*<sup>3</sup>, sobre as práticas sociais e económicas das empresas, mas também, no caso português, em função da União Europeia e dos sucessivos Livros Verdes e Brancos sobre a *responsabilidade social* ou questões próximas da preservação ambiental<sup>4</sup>.

Na verdade, não julgamos ser possível admitir a presença de um novo paradigma para as RP, sem que se considere o conceito clássico de RSE, embora seja um conceito da Gestão e da Economia, que opõe, ainda hoje, as abordagens

---

<sup>3</sup> Vide também a propósito, a *Declaração sobre a Justiça Social para uma globalização Justa*, de 10 de junho de 2008, concebida por aquela organização, na Conferência Internacional do Trabalho, na 97.ª Sessão, em Genebra, disponível em <http://www.ilo.org> (22/6/2012).

<sup>4</sup> Livro Verde, de 2002, sobre a *Responsabilidade social das empresas para o desenvolvimento sustentável*; e Livro Branco, de 2000, *Sobre Responsabilidade Ambiental*, cujas referências completas podem ser encontradas na bibliografia geral.



clássica<sup>5</sup> e contemporânea<sup>6</sup> sobre o assunto (Stoner & Freeman 1992; Somerville 2004; Theaker 2004; Heath 2004).

Aqui chegados, perguntamo-nos, então, de que tratam, afinal, as novas RPC/P? Para responder à questão, socorrendo-nos de vários trabalhos que têm sido apresentados por autores brasileiros (Kunsch 2001; Ferrari 2003; Kunsch 2007; Cesar 1999; Murade 2007; Peruzzo 1993).

E, com Waldemar Kunsch (2001: 70), vislumbramos as novas RP com *Relações Públicas de contramão*, ou seja, como uma atividade que, em vez do “*homem-coisa, [luta] pelo homem-pessoa*” (2001: 70).

Para que estas RP existam é necessário entender a ocorrência paralela de várias condições: o exercício da cidadania; um amadurecimento da sociedade civil e uma nova consciência empresarial.

Os princípios norteadores apresentados pelo autor terão sido antecipados, alguns anos antes, por Cicilia Peruzzo (1993), acreditando que as novas RP teriam sido sustentadas por: a) uma fé inabalável no ser humano; b) um combate às desigualdades e às assimetrias; c) uma compreensão da sociedade civil como motor de mudança; d) pela eleição da interdisciplinaridade como procedimento prático; e) pela concretização contínua do interesse público; e f) por uma ação coletiva e responsável (cit. por Murade 2007: 163).

Falar de novas RP é compreender, por isso, novas práticas em prol da comunidade e da sociedade civil. E compreendê-las num mundo em mudança, avançando simultaneamente com a ideia de um novo profissional integrado na comunidade em que se localiza (Kunsch 2007; Cesar 1999).

## **2. Os sindicatos num contexto de *globalização* e de emergência de novos atores sociais.**

Depois de abordarmos alguns aspetos relacionados com o universo das RP, propomos agora um novo trilhar para analisar os contextos dos sindicatos e das suas fragilidades contemporâneas. Perspetivamos, desde logo, a *globalização* como um fenómeno que se baseia em trocas globais e que pode ser observado na fluência de diversas contradições ou dualidades, sejam as que se referem às diferenças entre uma *globalização hegemónica* ou *contra-hegemónica* (Santos 2001a; 1996), ou as que impõe um universo de incluídos e de excluídos (Baganha 2001). Focalizamos, por isso, nessa observação, os discursos pró e antiglobalização, confrontando sociólogos e economistas.

---

<sup>5</sup> Com Friedman, defensor do ponto de vista clássico, questiona-se se a missão das empresas e organizações não será produzir todas as condições económicas de sustentabilidade financeira, tendo em conta o princípio utilitarista da maior felicidade para o maior número.

<sup>6</sup> Com Keith Davis, representante da visão contemporânea da área, afirmar-se-á, de forma perentória, e em acerto com o ponto de vista kantiano, que aqueles que não forem capazes de usar os seus benefícios para o bem-estar generalizado das populações têm tendência a perder o poder.

No primeiro caso, destacam-se, no contexto português, os trabalhos de Santos (2009; 2006; 2005; 2001a; 1998; 1996), Reis (2001; 1995), Baganha (2001), Ferreira (2001), Hespanha & Carapineiro (2001), Costa (1998b) e Estanque (2006). No segundo caso, salientam-se os economistas que preferem encontrar na *globalização* uma fonte de progresso que contribui para a riqueza geral e para a subida dos níveis de vida (Centeno & Novo 2008; Farto & Morais 2008).

Num mundo que vive os efeitos de uma espécie de *turbocapitalismo* (Beynon 2003: 49), ou de um *capitalismo desorganizado*, como lhe chama Ferreira (2001), poucas dúvidas haverá sobre o poder de influência das transições económicas sobre os sistemas políticos e sociais.

As multinacionalização da Economia, na aceção de Reis (2001: 112), aliada à adoção da especialização flexível dos modelos de trabalho trouxeram novos riscos sociais (Estanque 2006), acelerando os fenómenos do desemprego, da precarização laboral, do trabalho infantil (Ferreira 2001: 258), aumentando globalmente as diferenças entre os mais ricos e os mais pobres do sistema mundo (Wieviorka 2003). E mesmo concebendo a melhoria das condições de vida em algumas zonas do globo, com uma clara ascensão do Sul (PNUD 2013), outros riscos se têm vindo a colocar, com maior veemência, no hemisfério Norte, com um aumento da precariedade laboral e uma diminuição generalizada dos padrões de vida, com o esmagamento intensivo das classes média e média baixa e o abaixamento dos níveis de consumo proveniente do endividamento generalizado das famílias.

Todos estes fatores, ocasionados pelas transformações económicas e políticas à escala global, potenciam modificações na forma como o trabalho é organizado, sendo hoje real a metáfora de George Ritzer sobre a *McDonaldização* da sociedade; e, todavia, à *globalização do consumo* não veio a corresponder uma *globalização* dos direitos dos trabalhadores (Costa 1998b). Ao contrário, o aumento do subemprego e das atividades mais ou menos marginais (Hespanha *et al.* 2001: 32) constituem-se, hoje, como formas de atuação, quando o mercado de trabalho privilegia estratégias de baixos salários, de desregulamentação contratual e de eliminação da efetividade do emprego.

Aos fatores aludidos não serão também alheias as alterações do papel do Estado, cuja relevância tem sido posta em causa face a novas figuras transnacionais, lideradas, todavia, pelos Estados mais fortes (Santos 2001a: 33).

Vislumbramos então, nesse aparente contrassenso, o combate de um Estado-Nação, que se apresenta como principal ator na regulamentação económica e social dos povos (Reis 1995), e um Estado-fraco, que perde diariamente o seu poder de influência sobre as novas geografias económicas globais, onde florescem entidades paragovernamentais e supranacionais, na interpretação de Santos (2001a: 44-45). Tratar-se-á aqui da presença de um Estado *desnacionalizado, desestatizado e internacionalizado*.

Quijano (2009) acrescentar-lhe-ia ainda a ideia de desdemocratização das relações políticas na sociedade, emergindo, desta feita, a figura de um Estado-guardião dos interesses capitalistas.

Se ao débil processo de negociação global adicionarmos ainda a *ascensão de novos atores*, robustecemos a hipótese de que a *modernização sindical*, e consequente utilização das RP nessa tarefa, pode ser catapultada pela pressão oferecida pelo surgimento de *novos movimentos sociais*<sup>7</sup>.

No *policentrismo* que cerca, hoje, os contextos de decisão política e de negociação pública (Guerra 2006: 19), compreende-se que o relacionamento entre os vários *movimentos sociais*<sup>8</sup> façam emergir uma ameaça real para os sindicatos. Se com Estanque (1999: 86) perguntamos se a emancipação dos *novos modelos sociais* se terá propiciado, precisamente, com o esgotamento dos *velhos movimentos sociais* (os sindicatos, por exemplo), com Carvalho da Silva (2003: 42) perspetivamos já não a lógica da oposição mas do complemento.

Do exposto, compreendemos, por isso, não só a dificuldade que cerceia a categorização do que se considera ser um *movimento social*, mas também da sua própria definição, bastando, para isso, recordar as diferenças que existem entre *novos* e *velhos* movimentos sociais, na compreensão de Santos (2001b; 178-179)<sup>9</sup>, ou a diversidade que estes impõem na realidade, falando-se de situações tão díspares como o *movimento ecologista* (Soromenho-Marques 1999; Vasconcelos & Baptista 1999; Larsen 1999; Yargas 1999; Swyngedouw 2010), dos *movimentos antiglobalização* (Cabo 2008; Santos 2008b; Melucci 1996), do *Fórum Social Mundial* (Santos 2008b; 2005; Quijano 2009), das *Ongs* (Ratnam

---

<sup>7</sup> A panóplia que existe hoje, em termos teóricos, para a definição do tema dos movimentos sociais é ampla e a categorização que existe para analisar os diferentes movimentos que têm emergido ao longo do tempo é ainda mais complexa. Na compreensão oferecida por Isabel Guerra (2006) é possível falar de: *novos movimentos sociais como movimentos conflituais*; de movimentos de solidariedade; de movimentos de autoajuda; e de movimentos heterogêneos de instituições (2006: 22). Noutras conceções, estes movimentos sociais incluem também *modelos de socialização*; grupos económicos; grupos políticos e grupos culturais (Castro Alves cit. por Peruzzo 1993).

<sup>8</sup> Recorde-se a importância das várias teorias que estudaram o tema dos *movimentos sociais*, ao longo do tempo, desde as perspetivas clássicas de Ortega y Gasset, Gustave Le Bon, Durkheim, Max Weber, e Karl Marx, até aos paradigmas habitualmente citados para este ramo teórico: a tradição marxista; a tradição americana (Teoria da Mobilização dos Recursos); a Teoria do Processo Político; e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais; e a Teorias da participação e democracia participativa (Guerra 2006), evidenciando a procura de novas formas de divisão e de ação coletiva encontradas nas alterações do Estado e na emergência reivindicativa dos atores.

<sup>9</sup> A separar estes dois grupos considerou-se existir: a) uma dimensão cronológica, associando aos primeiros (os velhos) o século XIX e aos *novos* o século XX e o início do novo milénio; b) uma mudança de temáticas, definidas numa *nova agenda* que tende a privilegiar os conteúdos individuais e existencialistas; c) uma alteração na titularidade do sujeito social, que faz associar aos *novos movimentos sociais* o rosto da multidão e o vazio da vanguarda; d) uma transição na abordagem comunicativa, estando esta associada à criatividade agregada aos *novos movimentos sociais*, contrariando o atavismo clássico que se atribui aos sindicatos.

& Verma 2004) e dos *novos movimentos sociais em rede* (Machado 2007; Castells 2012).

### 3. A crise dos sindicatos

Depois de abordados os universos das RP e dos contornos circunstanciais do mundo sindical, procedemos, agora, à análise da crise sindical, de modo a compreender em que medida as RP lhe seriam providenciais.

Partimos de uma reflexão geral sobre a centralidade do *trabalho* na vida dos cidadãos e da sua recente alienação, entendendo o ser humano como uma mercadoria cuja finalidade é suportar o sistema capitalista (Antunes 2008: 14; Mendes 2008: 19).

Várias transições operadas estarão na base de um novo *modelo laboral*, como as que se relacionam com uma diminuição dos *blue collar workers*, ou a substituição das mais tradicionais formas de fabrico pelo uso de modelos mais desregulamentados também conhecidos por *flexibilidade*.

O acesso massivo das mulheres aos locais de trabalho, os fluxos migratórios globais, o aumento da terceirização, dos subcontratados, dos empregos temporários e de *part-time* (Hyman 2004b) são apenas alguns dos indicadores da ebulição laboral contemporânea, ao que se adiciona a exclusão do emprego jovem, o aumento dos contratos a termo e a diminuição de empregos de longa duração (Centeno 2013).

Vista dos dois lados, a *flexibilidade* consubstancia-se numa espécie de *liberdade de imprensa para desempregar trabalhadores*, como lhe terá chamado Antunes (2008), ou num modelo capaz de impulsionar a competitividade internacional, como sugere Kovács (2008), apontando o ponto de vista neoliberal.

A verdade é que as sociedades atuais são individualistas e o mundo do trabalho ficou também individualizado, com a aplicação de fórmulas meritocráticas no seio das empresas, com o previsível recuo das vozes coletivas dos trabalhadores (Ferreira 2001). A este estado de coisas não terão ficado imunes a própria percepção do *espaço tradicional da empresa* e a perda de afetividades laborais. Quer isto dizer que o relacionamento da empresa com o próprio trabalhador deixou de ter um ponto em comum, falando-se de uma desterritorialização do trabalhador face à entidade empregadora. Como terá reforçado Hyman (2004b), também esse facto estará na base do rompimento de relações entre os trabalhadores e os sindicatos.

Como corolário dos motivos apresentados, ter-se-á vislumbrado uma quebra generalizada da filiação sindical (Estanque 1999; Hyman 1996), embora possa esse argumento ser também falacioso, como o suscitou António Boito Jr., argumentando que o sindicalismo vive, na verdade, um momento de ascensão na zona mais populosa do mundo (Ásia), e assumir o contrário, em seu entender, só pode resultado de uma visão etnocêntrica, ou fruto de uma comparação de curto

prazo, sendo que uma análise mais aprofundada confirmaria um aumento da adesão dos indivíduos aos sindicatos.

O problema dos sindicatos não deve ser, todavia, justificado apenas com o recuo das taxas de filiação, mas tendo em conta a perda de poder simbólico que estas organizações têm hoje na opinião pública e na perda de poder comunicativo que exibem face a outros movimentos sociais. Os argumentos descritos serão, não raro, insuficientes se não se considerar também a presença de novas sociedades individualistas. À privatização da vida pública (Touraine 2002), é preciso acrescentar o conceito de *sociedade de risco* (Beck 1992; Giddens 2000; Carapinheiro 2001) e a pressão causada pela *globalização* económica no mundo do trabalho (Reis 2009; Silva 2007). A sustentar todos estes argumentos há depois as próprias questões históricas como a queda do muro de Berlim, o colapso do comunismo, o embargo americano a Cuba, entre outros fatores, que aceleram, ainda mais, a perda de prestígio sindical (Santos 2008b), grandemente associado à esquerda.

Já no que se refere ao conjunto de *fatores de carácter interno* é preciso acrescentar: a incapacidade de mobilização geral e de mobilização jovem (Santos 2008; Gomez *et al.* 2004); a ausência de técnicas comunicativas, ou a sua utilização deficitária (Estanque 2008; Gianotti 2004; Beynon 2003; Castro 1999; Waterman 2004; Vieira 2000); a tipificação do discurso sindical (Gianotti 2004), como uma linguagem incompreensível para o cidadão comum; o espantilhamento ideológico que substituiu o “*discurso da classe dominante (...)* por outro discurso igualmente dominador” (Vieira 2000: 5).

Se aos argumentos propostos adicionarmos as motivações de ordem pessoal e partidária, verificamos que nos sindicatos ocorre o mesmo tipo de problema que se propõe para os relacionamentos político-partidários de âmbito mais alargado. Ou seja, trata-se de saber se a necessidade de pugnar pela democracia, a nível externo, é acompanhada por uma democratização interna nos sindicatos (Wood 2004). Nesse sentido, é natural que também a comunicação perspetivada atenda aos propósitos iniciais de quem chefia, mesmo que os seus objetivos sejam particularizados, unidirecionais ou autocentrados. Se é expectável que os sindicatos, como agentes da sociedade civil, tenham de promover a democracia, no caso de regimes autoritários, mais relevante é ainda que essa democracia funcione também no seio dessas estruturas.

Colocamos um último problema no âmbito das fragilidades sindicais que se reporta concretamente à inovação criativa, ou à sua ausência, em face de *novos movimentos sociais*. Achamos particularmente adequado, neste sentido, o comentário de Peter Waterman em relação às manifestações de Seattle: “*enquanto os ecologistas apareceram vestidos de tartarugas, os sindicalistas apareceram vestidos de ... sindicalistas*” (2004: 233). Esta última observação preencheu todos os nossos anseios sobre a importância da comunicação no cosmos sindical, tantas vezes entendido como um mundo de “*instituições conservadoras*” (Hyman 2004a: 19).

Apontar os problemas sindicais da atualidade obrigará também a que se compreenda aquilo que pode ser feito em termos de futuro. Equacionamos, nesse sentido, vários caminhos paralelos: o aumento de sindicalização jovem (Gomez *et al.* 2004); a definição de novas agendas (Dlamini 1999); a compreensão do internacionalismo sindical (Beynon 2003; Waterman 2004; Costa 2008; Waterman 2004; Estanque 2008; e Ramalho e Santana 2003); a criação de sinergias com outros *movimentos sociais* e estruturas sindicais mais alargadas; a adoção de técnicas de *Marketing* e de comunicação para os sindicatos.

Relativamente ao primeiro caso, recordamos um estudo em que se provou que os indivíduos desenvolvem um maior interesse pelo sindicalismo se possuírem boas referências dessa prática: os filhos de pais sindicalizados terão, por isso, uma maior probabilidade de ser também sindicalizados (Machin & Bladen cit. por Gomez *et al.* 2004). Atendendo a esse facto, avaliamos, desde logo, o *passa-palavra* como uma das formas de promoção sindical mais eficiente no contexto de uma filiação jovem.

A questão do *internacionalismo*, bastante trabalhada por Hermes Costa (2008; 2005; 2004; 2002; 2000; 1998; 1997) e Peter Waterman (2004) coloca-se no contexto de uma globalização pujante, compreendendo, Waterman, que é necessário recorrer, e cada vez mais, a um sindicalismo menos hierárquico e mais igualitário, menos unidirecional e mais solidário, menos atávico e mais criativo, menos ideológico e mais universal, menos centralizado e mais abrangente (2004: 223-224).

No que se refere às sinergias com outros movimentos sociais, ou à adoção de uma nova roupagem como *sindicalismo de tipo movimento*, o tema permanece complexo, na medida em que se movimentam, nos bastidores, as já mencionadas afinidades político-ideológicas. Por outro lado, como refere Carvalho da Silva (cit. por Pureza & Ferreira 2004: 276), cometer-se-ia um erro grave se se deixasse que “*as questões sindicais fossem tratadas como questões de outra Ong*” (276).

Compreendeu-se, finalmente, neste caminho, as discussões que se relacionam com a adoção de novas estratégias comunicativas e de *Marketing*, concebendo os sindicatos como empresas que vendem serviços (Gomez *et al.* 2004). A avaliar pela história do movimento sindical português, cuja ligação à esquerda é inegável, não cremos que a padronização, ou a produção em série de conteúdos, fosse a melhor via para as *performances* comunicativas desses sindicatos; apesar disso, frisamos também, nenhum sindicato pode sobreviver se não encontrar o seu público-alvo ou se não proceder a uma renovação geracional, e, como sabemos, hoje, os trabalhadores têm novos problemas, e, pese embora o aumento do seu grau de instrução e de exigência, a dependência que estes possuem face à entidade empregadora é também ela maior.

### Referências Bibliográficas

- Baganha, Maria Ioannis (2001): “A cada sul o seu norte: Dinâmicas migratórias em Portugal”. In: Santos, Boaventura de Sousa, *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- Barquero Cabrero, José e Barquero Cabrero, Mário (2001): *O livro de ouro das Relações Públicas*. Porto: Porto Editora.
- Beynon, Huw (2003): “O sindicalismo tem futuro no século XXI?”. In: Santana, Marco Aurélio e Ramalho, José Ricardo (org.), *Além da Fábrica, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*, Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Boito, Armando Jr. (2003): “A crise do sindicalismo?”. In: Santana, Marco Aurélio e Ramalho, José Ricardo (org.), *Além da Fábrica, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*, Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Cabo, Ana Isabel (2008): *Os novos movimentos sociais e os media. Os movimentos antiglobalização nas páginas do Público*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carapinheiro, Graça (2001): “A globalização do risco social”. In: Santos, Boaventura Sousa de (org.), *Globalização, fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento.
- Castells, Manuel: “Até onde vão os indignados”, (Janeiro de 2012). Internet. Disponível em <http://www.outraspalavras.net/2012/01/31/ate-onde-irao-os-indignados/> (consultado em 31 de janeiro de 2012).
- Castro, Cosette (1999): “O final do século e as novas possibilidades da Comunicação Sindical”. Internet. Disponível em <http://www.eca.usp.br/alaic/Congreso1999/15gt/Cosette%20Castro.rtf> (consultado em 24 de agosto de 2009).
- Centeno, Mário e Novo, Álvaro (2008): “Flexibilidade e mercado de trabalho em Portugal”. In: *Janus2008, O que está a mudar no trabalho humano. Socioeconomia do trabalho*, n.º 11, Janeiro-Dezembro: 146-147.
- César, Regina Escudero (2007): “Movimentos sociais, comunidade e cidadania”. In: Kunsch, Margarida M. Krohling e Kunsch, Waldemar Luiz (orgs.), *Relações Públicas Comunitárias, A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial.
- \_\_\_\_\_ (1999): “*As Relações Públicas frente ao desenvolvimento comunitário*”. Internet. Disponível em [http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/comunicacao\\_corporativa/artigo9.php](http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/comunicacao_corporativa/artigo9.php) (consultado em 22 de agosto de 2009).
- \_\_\_\_\_ (1991): *As Relações Públicas Comunitárias: uma exigência da sociedade civil brasileira*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. São Paulo: Instituto Metodista de Ensino Superior.
- Chossudovsky, Michel (2009): “Globalización de la Pobreza y nuevo orden mundial”, *Biblioteca de Documentos*. Internet. Disponível em <http://www.globalizacion.org/biblioteca/ChossudovskyGlobalizacionPobreza.htm> (consultado em 7 de abril de 2009).
- Comissão para o Livro Branco das Relações Laborais. (2007): *Livro Branco das Relações Laborais*. Lisboa: Edição do MTSS.

- Comissão Europeia. (2002): “Comunicação da Comissão relativa à Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável”. Internet. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0347:FIN:PT:PDF> (consultado em 22 de agosto de 2010).
- Comissão Europeia. (2002): “Livro Verde para a Responsabilidade social das empresas para o desenvolvimento sustentável”, Bruxelas, 2.7.2002. Internet. Disponível em [http://europa.eu.int/eurlex/pt/com/cnc/2002/com2002\\_0347pt01.pdf](http://europa.eu.int/eurlex/pt/com/cnc/2002/com2002_0347pt01.pdf) (consultado em 22 de Dezembro de 2012).
- Comissão Europeia. (2001): “Livro Verde para Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas”, Bruxelas, 18.7.2001. Internet. Disponível em [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001\\_0366pt01.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001_0366pt01.pdf) (consultado em 22 de Dezembro de 2012).
- Comissão Europeia. (2000): “Livro Branco Sobre Responsabilidade Ambiental”, Bruxelas, 9.2.2000. Internet. Disponível em [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2000/com2000\\_0066pt01.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2000/com2000_0066pt01.pdf) (consultado em 22 de dezembro de 2012).
- Costa, Hermes (2008): “A internacionalização dos sindicatos: os actores e as práticas”. In: *Janus2008, O que está a mudar no trabalho humano. As Relações de trabalho na empresa e o sindicalismo*, n.º 11, janeiro-dezembro: 188-189.
- \_\_\_\_\_ (2008): *Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada? Discursos e Práticas Transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (1998a): “A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual”. In: *Revista Centro de Estudos Sociais*, Coimbra.
- \_\_\_\_\_ (1998b): “Cenários de transformação laboral em final de século”. In: *Oficina do CES, Centro de Estudos Sociais*, 106, abril. Coimbra.
- \_\_\_\_\_ (1997): *Os desafios da globalização ao sindicalismo: contributos para uma perspectiva portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- \_\_\_\_\_ (1996): “O movimento sindical português numa Europa integrada”. In: *Oficina do CES, Centro de Estudos Sociais*, n.º 71, Março. Coimbra.
- Estanque, Elísio (2006): “A questão social e a democracia no início do século XXI — participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo”. In: *Revista Finis terra*, vol. 55-56-57. Lisboa.
- \_\_\_\_\_ (2005): “Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 71, Junho: 113-140.
- \_\_\_\_\_ (1999): “Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 55, Novembro.
- Falconi, Toni Muzi (2006): “How big is Public Relations (and why does it matter)? The economic impact of our profession”, *Institute for PR*. Internet. Disponível em <http://www.instituteforpr.org> (consultado em agosto de 2009).
- Fawkes, Johanna (2004): “What is a public relations?”. In: Theaker, Alison (org.), *The Public Relations Handbook*. London-NewYork: Routledge, Taylor & Francis Group, Second Edition.



- Ferrari, Maria Aparecida (2003): “Relações Públicas e a sua função estratégica”, XXVI Congresso Anual em Ciências da Comunicação, Belo Horizonte/MG, de 02 a 06 de Fevereiro. Internet. Disponível em <http://www.sinpropr.org.br/clipping/2004/NP5FERRARI.pdf> (consultado em 24 de Agosto de 2009).
- Ferreira, António Casimiro (2001): “Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos”: (Re)pensar o direito das relações laborais”. In: Santos, Boaventura Sousa de (org.), *Globalização, fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento.
- Garcia, Manuel (1999): *As Relações Públicas*. Editorial Estampa.
- Gianotti, Vito (2004): “Comunicação Sindical e a disputa pela hegemonia”, Núcleo Piratininga de comunicação, Maio de 2004. Internet. Disponível em <http://www.enecos.org.br/xivcobrecos/textos%20site/comunica%C3%A7%C3%A3o/com%2012%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Sindical%20e%20a%20disputa%20pela%20hegemonia.doc> (consultado em 24 de agosto de 2009).
- Giddens, Anthony (2000): *O Mundo na era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gonçalves, Gisela (2007a): “As Relações Públicas em Portugal. Uma visão da profissão através do currículo do ensino superior”. In: Martins, Moisés e Pinto, Manuel (Orgs.) (2008), *Comunicação e Cidadania — Actas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, 6-8 de setembro de 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- \_\_\_\_\_ (2007b): “Ética das relações públicas. A falta de responsabilidade social nos Códigos Éticos de Relações Públicas”, artigo apresentado no *IX Congresso da International Association for Media and Communication Research (IAMCR)*, no Grupo de trabalho “Ethics of society. Ethics of Communication” em Paris, a 24 de Julho de 2007. Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/goncalves-gisela-etica-das-relacoes-publicas.pdf> (consultado em maio de 2011).
- Guerra, Isabel Carvalho (2006): *Participação e Acção Colectiva. Interesses, Conflitos e Consensos*. Estoril: Principia Editora.
- Heath, Robert (Edit) (2005): *Encyclopedia of Public Relations*. London-New Delhi: Sage Publications.
- Hespanha, Pedro *et al.* (2001): “Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala global”. In: Hespanha, Pedro e Carapinheiro, Graça (Org.), *Risco social e incerteza: Pode o Estado social recuar mais?*. Porto: Edições Afrontamento.
- Hyman, Richard (2004a): “The Future of Trade Unions”. In: Verma, Anil e Kochan, Thomas A. (Editors), *Unions in the 21st Century. An International Perspective*. New York: Palgrave Macmillan.
- \_\_\_\_\_ (2004b): “An Emerging Agenda for Trade Unions?”. In: Munck, Ronaldo (Editor), *Labour and Globalisation. Results and Prospects*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Kovács, Ilona (2008): “Flexibilidade e precariedade do emprego”. In: *Janus2008, O que está a mudar no trabalho humano. Socioeconomia do trabalho*, n.º 11, Janeiro-Dezembro: 148-149.
- Kunsch, Margarida M. Krohling (2007): “Sociedade civil, multicitadania e comunicação social”. In: Kunsch, Margarida M. Krohling e Kunsch, Waldemar Luiz (org.), *Relações Públicas Comunitárias, A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial.

- Kunsch, Waldemar Luiz (2007): “As relações públicas em uma perspectiva dialógica e transformadora”. In: Kunsch, Margarida M. Krohling e Kunsch, Waldemar Luiz (org.), *Relações Públicas Comunitárias, A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial.
- \_\_\_\_\_ (2001): “Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil”. Internet. Disponível em <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/comunidadecerceirosetor/0304.pdf> (consultado em 24 de agosto de 2009).
- Machado, Jorge Alberto S. (2007): “Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais”, in *Sociologias*, n. 18, Porto Alegre, July/Dec. 2007. Internet. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5657/3256> (consultado em 24 de agosto de 2011).
- Murade, José Felício Goussain (2007): “Relações públicas na construção da cidadania dos grupos populares”. In: Kunsch, Margarida M. Krohling e Kunsch, Waldemar Luiz (org.), *Relações Públicas Comunitárias, A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial.
- Neto, J. A. (2009): “A importância do trabalho de Relações Pública para o público interno como fundamento das políticas de responsabilidade social das organizações”. Universidade Federal da Paraíba. Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-neto-importancia.pdf> (consultado em 20 de novembro de 2012).
- \_\_\_\_\_ (2007): “Cidadania, política e sindicalismo no contexto histórico do nascimento das Relações Públicas”. Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pinho-julio-cidadania-politica-sindicalismo-relacoes-publicas-pdf> (consultado em 23 de agosto de 2010).
- Peruzzo, Cicilia Maria Krohling (2007a): “Comunicação comunitária e gestão participativa. In: Kunsch, Margarida M. Krohling e Kunsch, Waldemar Luiz (org.), *Relações Públicas Comunitárias, A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial.
- \_\_\_\_\_ (2007b): “Cidadania, comunicação e desenvolvimento social”. In: Kunsch, Margarida M. Krohling e Kunsch, Waldemar Luiz (org.), *Relações Públicas Comunitárias, A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial.
- \_\_\_\_\_ (org.) (2004): *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara.
- \_\_\_\_\_ (1999): “Relações Públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI”. In: *Comunicação & Sociedade*, Póscom-Umesp, n.º 32: 45-68.
- \_\_\_\_\_ (org.) (1998): *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1995a): “Comunicação popular em seus aspectos teóricos”. In: Peruzzo, Cicilia M. Krohling (org.) *Comunicação e culturas populares*. São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1995b): “Pistas para o estudo e a prática da comunicação comunitária participativa”. In: Peruzzo, Cicilia M. Krohling (org.) *Comunicação e culturas populares*. São Paulo.
- Peruzzo, C. M. (1993): “*Relações públicas, movimentos populares e transformação social*”. Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-relacoes-publicas.html> (consultado em 24 de agosto de 2009).
- \_\_\_\_\_ (1989): “Relações Públicas nos movimentos populares”. In: *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, n.º 60: 107-116.

- \_\_\_\_\_ (1985): *Comunicação e culturas populares*. São Paulo: Intercom.
- \_\_\_\_\_ (1982): *Relações Públicas no modo de produção capitalista*. São Paulo: Summus.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2013a): “Síntese”, in *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 – Ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado* (14 de Março de 2013). Internet. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2013/download/pt/> (consultado em 6 de abril de 2013).
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2013b): “Capítulo 1: A situação do desenvolvimento humano”, in *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A Ascensão do Sul O Progresso Humano num Mundo Diversificado* (14 de Março de 2013). Internet. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2013/download/pt/> (consultado em 6 de abril de 2013).
- Quijano, Aníbal (2009): “El Nuevo Imaginario anticapitalista”, *Biblioteca de Documentos*, Internet. Disponível em <http://www.globalizacion.org/biblioteca/QuijanoImaginarioAnticapital.htm> (consultado em 7 de abril de 2009).
- Ramalho, José Ricardo e Santana, Marco Aurélio (2003): “Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social”. In: Santana, Marco Aurélio e Ramalho, José Ricardo (org.), *Além da Fábrica, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Ratnam, Venkata C.S. e Verma, Anil (2004): “Non-governmental Organisations and Trade-Unions — The Case of India”. In: Verma, Anil e Kochan, Thomas A. (eds.), *Unions in the 21st Century. An International Perspective*. New York: Palgrave Macmillan.
- Rei, José Esteves (1998): *Retórica e Sociedade*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Reis, José (2009): “Os caminhos estreitos da economia portuguesa: trabalho, produção, empresas e mercados”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 85, Junho: 5-21.
- Reis, José (2001): “A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geoeconómicos e o “simples” funcionamento dos sistemas complexos”. In: Santos, Boaventura Sousa de (org.), *Globalização, fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2009): “If God were a Human Rights Activist. Human Rights and the Challenge of Political Theologies”. In: *Law, Social Justice & Global Development (An Electronic Law Journal)*, 11 March 2009. Internet. Disponível em [http://go.warwick.ac.uk/elj/lgd/2009\\_1/santos](http://go.warwick.ac.uk/elj/lgd/2009_1/santos) (consultado em 24 de Agosto de 2009).
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2008a): *As vozes do mundo, Coleção Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos/6*. Porto: Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (2008b): “El foro social mundial y la izquierda global”, in *Informe, el Viejo*. Internet. Disponível em [www.ces.uc.pt/.../48\\_EI%20FSM%20y%20la%20Izquierda%20Global\\_EI%20Viejo%20Topo\\_Jan08.pdf](http://www.ces.uc.pt/.../48_EI%20FSM%20y%20la%20Izquierda%20Global_EI%20Viejo%20Topo_Jan08.pdf) (consultado em 24 de agosto de 2009).
- \_\_\_\_\_ (2006): “Globalizations”, in *Theory, Culture & Society*, n. 23 (2-3). Internet. Disponível em <http://tcs.sapub.com/cgi/content/abstract/23/2-3/393> (consultado em 3 de setembro de 2008).

- Santos, Boaventura de Sousa (2005): “A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, Outubro: 7-44.
- Santos, Boaventura de Sousa e Nunes, João Arriscado (2004): “Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal”, in *South European Society and Politics*, 9:2, 1 — 15. Internet. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/1360874042000253465> (consultado em 24 de agosto de 2011).
- \_\_\_\_\_ (org.) (2001): *Globalização, fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (2001a): “Os processos de globalização”. In: *Globalização, fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (2001b): “Los nuevos movimientos sociales”. In: *OSAL*, Septiembre: 177-184.
- \_\_\_\_\_ (1995): “Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo”. In: *Vértice*, 68: 132-139.
- Somerville, Ian (2004): “Business ethics, public relations and corporate social responsibility”. In: Theaker, Alison (org.), *The Public Relations Handbook*. London-NewYork: Routledge, Taylor & Francis Group, Second Edition.
- Soromenho-Marques, Viriato (1999): “The Portuguese environmental movement”. In: Vasconcelos, Lia e Baptista, Idalina (eds.), *Environmental activism in society*, Proceedings of a Workshop on the role of environmental activism in society: environmentalism in 2020. Lisbon: Textype- Artes Gráficas.
- Swyngedouw, Erik (2010): “Apocalypse Forever? Post-political Populism and the Spectre of Climate Change”. In: *Theory, Culture & Society*, (Sage, Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore), vol. 27 (2-3): 213-232.
- Theaker, Alison (2004) (org.): *The Public Relations Handbook*. London-NewYork: Routledge, Taylor & Francis Group, Second Edition.
- Tilley, E. (2005): “Commentary. What’s in a name? Everything. The appropriateness of ‘public relations’ needs further debate”, in *Prism* 3. Internet. Disponível em [www.praxis.massey.ac.nz](http://www.praxis.massey.ac.nz) (consultado em 24 de agosto de 2009).
- Torquato, Gaudêncio: “Comunicação Interna: os desafios da integração”. Internet. Disponível em <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/funcoesetecnicas/0128.htm> (consultado em 22 de dezembro de 2012).
- Touraine, Alain (2002): “De la economia global a la guerra regional”. Comunicação apresentada no *Foro Complutense. Fundación General UCM*, em 16 de dezembro de 2002. Internet. Disponível em <http://www.fundacionucm.es> (consultado em 24 de agosto de 2011).
- Vieira, Toni André Scharlau (2000): “O descompasso entre o discurso sindical e o trabalho de base também é uma questão de comunicação”. Internet. Disponível em [www.eca.usp.br/associa/alaic/chile2000/ToniAndreScharlau.doc](http://www.eca.usp.br/associa/alaic/chile2000/ToniAndreScharlau.doc) (consultado em 24 de agosto de 2009).
- Waterman, Peter (2004): “O internacionalismo sindical na era de Seattle”. In Estanque, Elísio et al., (Orgs.), *Relações Laborais e sindicalismo em mudança. Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Wieviorka, Michel (2003): “Os movimentos anti-mundialização”. In: Rebelo, José, (ed. lit.) *Novas formas de Mobilização Popular*. Porto: Campo das Letras.



# Comunicação não verbal e expressões faciais das emoções básicas

*Isabel Viana*

Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião  
belaninho@gmail.com

## Resumo

A comunicação é muito mais do que a simples troca de mensagens entre indivíduos. É um processo e uma ação de combinação e permuta em cuja inter-relação e contexto se produz sentido e compreensão. A comunicação interpessoal é fundamentalmente o processo de criação de relações sociais entre os agentes que participam num processo de interação.

Esta ideia de que os silêncios, os gestos, as distâncias entre os interlocutores conversacionais e outros comportamentos não verbais podem comunicar com os outros, utilizados intencionalmente ou não, levou à criação de novas áreas de estudo, desde a psicologia, sociologia, antropologia, pragmática, comunicação, etc. “A comunicação corporal é particularmente importante na comunicação de massa audiovisual, daí o cuidado ou treino que os comunicadores, profissionais ou não, colocam na maneira de estar perante uma câmara.” (Cascais 2001: 53)

Entre as modalidades complementares, contam-se os aspetos suprasegmentais da fala ou paralinguagem, que compreendem o timbre ou a qualidade individual da voz, o ritmo, a prosódia (entoação e pausas) e a intensidade; os aspetos cinésicos, como os movimentos e posturas corporais, incluindo o olhar, o contacto corporal e as micro-expressões; e os aspetos proxémicos, que tem a ver com a conceção, estruturação e uso do espaço (proximidade do interlocutor) (Ramos 2007: 107).

Neste artigo iremos analisar a importância da linguagem e da comunicação não verbal e, particularmente, das microexpressões faciais, apresentando algumas das mais importantes teorizações, como, por exemplo, Ray Birdwhistell (1918-1994), Alan Lomax, Albert Mehrabian (1939-), Barbara e Allan Pease, Peggy Anne Thoits, Doyle McCarthy, Robert Thamm (1933-2009) e António Damásio, e, particularmente, no referente à pesquisa experimental das micro-expressões, Paul Ekman e Freitas-Magalhães, cujas teorias de inatismos foram contestadas por investigadores do Centre for Cognitive Neuroimaging do Departamento de Psicologia da Universidade de Glasgow, liderados por Rachel Jack e de Phillipe Shyns.

Propomo-nos ainda elaborar uma síntese com algumas das características não verbais, entre as culturas ocidentais, das seis emoções básicas ou primárias apresentadas por Ekman: raiva ou ira, medo, tristeza, alegria ou felicidade, surpresa e aversão ou repulsa.

**Palavras-chave:** Linguagem não-verbal; Microexpressões faciais; Paul Ekman; Rachael Jack; Inatismo

## 1. Introdução

A comunicação não verbal é contínua e ininterrupta e revela, indiscutivelmente, o que se passa no íntimo das pessoas: colocação das mãos,

orientação dos braços, postura física, silêncios, vestuário, acessórios, etc. A expressão facial é, talvez, o meio de comunicação mais importante nas relações interpessoais. As nossas expressões faciais são a forma mais comum de exteriorização de emoções e de expressão dos estados de espírito. No entanto, não é fácil definir o termo emoção. Os especialistas divergem entre si e há quase tantas definições de “emoção” quantos os autores que se debruçam sobre esta temática.

A problemática das emoções tem sido estudada em várias áreas científicas, desde a Filosofia, a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, entre outras. A importância do tema é tão pertinente que, nos últimos anos, em especial a partir da década de 1970, alguns sociólogos têm-se especializado na sociologia das emoções, alguns antropólogos falam da antropologia das emoções e a psicologia tem demonstrado que o conhecimento e a emoção estão profundamente interligados.

Um dos autores que vamos destacar, nos estudos das microexpressões faciais, é o psicólogo americano Paul Ekman, que estudou os movimentos faciais que resultam dos sentimentos/emoções básicos ou primários do ser humano mostrando, com a sua pesquisa experimental, a existência de sinais inatos das expressões faciais ou microexpressões de emoção. Apresentaremos uma lista de 15 emoções, elaborada por Ekman, que as agrupa em seis famílias de emoções (ira/raiva, aversão/repulsa, medo, alegria, tristeza e surpresa) e que, combinadas entre si, dão lugar a emoções complexas. Referir-nos-emos ainda aos estudos de Rachael Jack que, em artigo recente, estudou o inatismo e a universalidade das expressões, quer de Charles Darwin quer de Paul Ekman.

Por último, sistematizaremos as características mais salientes das seis famílias de emoções básicas entre os ocidentais, segundo a classificação de Paul Ekman.

## **2. A comunicação não-verbal**

Em 1970, o antropólogo Ray Birdwhistell (1918-1994), criou a Cinésia como o estudo do movimento humano culturalmente padronizado de comunicação visual. Birdwhistell considerou que a comunicação cinética (ou comunicação não-verbal, como gestos, atitudes, postura, olhar, expressão facial, toques, vestuário, etc.) transmite entre 65% a 70% da informação numa interação conversacional, o que significa que a comunicação verbal apenas transmite até 35% da informação (Birdwhistell 1999 [1970]: 86-87).

No respeitante à performance musical, Alan Lomax avaliou, já em 1976, as implicações do trabalho de Birdwhistell para a sua compreensão. Com efeito, para Lomax, Birdwhistell estima que este quadro de “manutenção de sistemas” ocupa cerca de 90% do fluxo de conversação. Na música, por exemplo, com a sua estrutura formal e repetitiva, a percentagem do “como” (estilo) ultrapassa o “que” (movimento melódico, etc). Esta repetitividade aponta para a tendência estilística compartilhada pelos artistas e o público, e é por isso que a

performance de uma canção é o lugar ideal para procurar as ligações entre a cultura e a comunicação. Estas podem ser encontrados em modelos com um desempenho aceitável e em torno do qual os artistas coordenam a sua atividade. No final, começa a perceber-se que os modelos de coordenação e cooperação em cantar ao espelho, por exemplo, apoiam os padrões-chave da ação diária, para que, desta forma, a arte e a vida social estejam intimamente ligados (Lomax 1976: 14).

Lomax ainda acrescenta que

this view of music as a public statement with a social function shocks those who see it as principally an outlet for individual feeling, perhaps best performed and enjoyed in solitude. Yet most music does occur as public ritual, or as a rehearsal or a recollection of it. When the individual muses in private over tunes or rhythms, such musings are always phrased in the style of his own culture, and thus prepare him for public bouts. As no one is often out of earshot in small communities, these musical soliloquies link the singer to his group. Nowadays, music compensates for the increasingly isolation of modern life by bringing the sound of some larger social entity... even when performed in private, music is public in nature. (Lomax 1976: 15)

Por seu turno, Albert Mehrabian (1971) mostrou que os aspetos não verbais eram uma parte ainda mais importante da comunicação humana e sintetizou as suas conclusões com a fórmula 7-38-55, o que significa que apenas 7% pertencem à componente verbal (mensagem efetivamente transmitida), 38% aos aspetos vocais, (tom de voz, entoação e timbre) e 55% à componente visual (postura, gestos, quantidade de contactos através do olhar e aspeto em geral).

Nos últimos anos, muitos outros estudos têm surgido e, apenas a título de exemplo, Barbara e Allan Pease referem que

a linguagem corporal representa entre 60 e 80% do impacto produzido à volta de uma mesa de negociação e que as pessoas formam 60 a 80% da sua opinião inicial acerca de uma nova pessoa em menos de quatro minutos (Pease e Pease 2005: 30).

Em síntese, a comunicação não-verbal processa-se através dos gestos, das posturas, das expressões faciais (comunicação cinésica), das utilizações da voz e do silêncio (comunicação paralinguística), do vestuário, dos objetos de que nos fazemos cercar, da relação que estabelecemos, quer com esses objetos, quer entre nós (comunicação proxémica). Todas estas formas de comunicação exprimem e comunicam ideias, sentimentos e emoções, acompanham, reforçam e chegam a substituir a linguagem verbal, delineando significações e conferindo uma vivência mais profunda e autêntica à comunicação.

Ao contrário da comunicação verbal, a comunicação não-verbal é contínua e ininterrupta e revela, indiscutivelmente, o que se passa no íntimo das pessoas. Os gestos são um dos elementos com maior importância nas mensagens



não-verbais pois reforçam o discurso. As mãos e os braços estão estritamente associados às emoções, como, por exemplo, quando uma pessoa pretende dar intensidade às suas palavras, os movimentos das suas mãos são amplos e deliberados. As mãos possuem uma poderosa capacidade expressiva. Segundo a sua posição e a velocidade com que são movimentadas podem comunicar coisas diferentes. Por exemplo, quando uma pessoa mostra as palmas para cima, com os dedos estendidos demonstra uma certa dose de vulnerabilidade, quando vira as palmas para si próprio indica que pode e quer receber o interlocutor, tem uma intenção positiva. A postura física das pessoas quando se sentam, levantam, se mantêm de pé ou inclinam a cabeça pode ter vários significados ligados ao caráter e à atitude.

Os silêncios são também parte integrante da comunicação e são bastante frequentes nas relações interpessoais. É por meio desta linguagem do corpo que dizemos muitas coisas aos outros e eles têm muitas coisas para nos dizer, sendo também o nosso corpo um centro de informações em si mesmo. É o silêncio que permite, por exemplo, a organização dos pensamentos e pode ser visto como um marcador de alternância de vez, encorajando, por exemplo, a outra pessoa a expandir suas ideias, reações ou sentimentos.

O vestuário é igualmente um poderoso veículo de informação, não só acerca do grupo social mas também estilo de vida. A forma como alguém se veste também é um indutor psicológico, pois as cores, o conforto e uma boa apresentação interferem com o estado de espírito. O vestuário transmite mensagens aos outros, não só através das cores (alegres, garridas ou escuras), mas também dos tecidos e do corte utilizado. Os objetos que uma pessoa usa ou que a rodeiam dizem muito sobre ela. A escolha da roupa e dos acessórios informa muito sobre as preferências, o modo de ser, as atividades e o status social.

### **3. A expressão facial e as emoções**

É, contudo, a expressão facial, talvez, o meio de comunicação mais importante nas relações interpessoais. As nossas expressões faciais são a forma mais comum de exteriorização de emoções e de expressão dos estados de espírito.

No entanto, não é fácil definir o termo emoção. Os especialistas divergem entre si e há quase tantas definições do termo “emoção” quantos os autores que se debruçam sobre esta temática. De facto, ainda hoje “permanece uma enorme interrogação sobre o próprio conceito de emoção, de afecto, de sentimento e de outras designações que frequentemente se utilizam associadas ao comportamento emocional” (Sardo 2011: 69). Esta problemática tem sido estudada em várias áreas científicas, desde a Filosofia, a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, entre outras. A complexidade e, concomitantemente, a importância do tema é tanto mais visível que, nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1970, alguns sociólogos têm-se especializado na sociologia

das emoções, alguns antropólogos falam da antropologia das emoções e a psicologia tem demonstrado que o conhecimento e a emoção estão profundamente interligados (Sardo 2011: 70).

Peggy Anne Thoits, por exemplo, em 1989, referia que as emoções envolvem 4 componentes: um estímulo situacional ou contextual; mudanças fisiológicas ou corporais; exibição (livre ou inibida) de gestos expressivos; e um rótulo cultural aplicado a constelações específicas de um ou mais dos três primeiros componentes (Thoits 1989: 318). Contudo, para esta autora nem todas estes 4 componentes precisam de estar presentes em simultâneo para que uma emoção seja experienciada ou reconhecida como tal pelos outros.

Esta professora da Universidade de Indiana, nos EUA, distinguia as emoções de sensações (*feelings*), afetos (*affects*), disposições (*moods*) e sentimentos (*sentiments*). As sensações e os afetos seriam termos menos específicos e as disposições e os sentimentos mais específicos. Por isso,

emotions can be viewed as culturally delineated types of feelings or affects. Compared to emotions, moods are more chronic, usually less intense, and less tightly tied to an eliciting situation. (Moods rarely are examined by sociologists.) Sentiments are socially constructed patterns of sensations, expressive gestures, and cultural meanings organized around a relationship to a social object, usually another person or group such as a family. (Thoits 1989: 319)

Por seu turno, Doyle McCarthy defendia que as emoções são construções sociais, são fabricados pelos seres humanos no seu conjunto. Como parte da experiência humana, elas são processadas significativamente. “Emotions are both experiences *and* thought; emotions are feelings *and* reflections about feelings, which are analytically distinguishable but functionally indistinguishable.” (McCarthy 1989: 67)

Mais recentemente, Robert Thamm (1933-2009) referia que, numa perspetiva estritamente sociológica, a emoção, em geral, diz respeito à forma como o corpo responde às condições ambientais. Emoções são reações a situações geralmente com uma origem social (Thamm 2006: 16).

António Damásio, por seu lado, numa perspetiva psicológica, conclui que

a emoção é a combinação de um processo avaliatório mental, simples ou complexo, com respostas disposicionais a esse processo, na sua maioria dirigidas ao corpo propriamente dito, resultando num estado emocional do corpo, mas também dirigidas ao próprio cérebro (núcleos neurotransmissores no tronco cerebral), resultando em alterações mentais adicionais. A experiência de uma emoção é essencialmente a história que o cérebro fabrica para explicar as reações vividas através do corpo, o que explica que a mesma resposta autonómica pode estar associada a diferentes emoções. (Damásio 1994: 168)

Nos últimos anos, com a ajuda de equipamentos informáticos específicos, demonstrou-se que o rosto humano é capaz de expressar cerca de 10 000 formas

diferentes de emoções, com a utilização de apenas 43 a 46 músculos faciais, e podem ocorrer num quarto de segundo (Freitas-Magalhães 2009a: 99). Outros investigadores do Centre for Cognitive Neuroimaging, liderados por Phillippe Shyns, demonstraram que o cérebro humano demora apenas até 200 milissegundos a reunir toda a informação que necessita de uma expressão facial para determinar o estado emocional de uma pessoa e que o cérebro começa por observar os olhos da pessoa, depois processa o rosto inteiro antes de examinar determinadas características que lhe sirvam de diagnóstico, como por exemplo, os olhos abertos numa situação de medo ou uma boca sorridente:

Between 140 to 200 ms following stimulus onset, independently in the left and right hemispheres, an information processing mechanism starts locally with encoding the eye, irrespective of expression, followed by a zooming out to processing the entire face, followed by a zooming back in to diagnostic features (e.g. the opened eyes in “fear”, the mouth in “happy”). (Shyns *et al.* 2009: 1)

No entanto, nem todas as nossas expressões são suscetíveis de serem entendidas pelos outros, mas os movimentos também ajudam na sua interpretação. As nossas emoções funcionam como uma confirmação de expectativas ou ideias, mesmo apesar de alguns serem provocados por aspetos culturais. Com efeito, “as emoções contêm um conjunto de códigos que permitem que os membros de uma mesma cultura reconheçam, inclusivamente, níveis e intensidade de expressão e de sentimentos associados a uma mesma emoção.” (Sardo 2011: 73)

### 3.1 Paul Ekman e as microexpressões faciais

Um dos autores que tem merecido maior destaque nos estudos das microexpressões faciais é o psicólogo americano Paul Ekman, que estudou os movimentos faciais que resultam dos sentimentos/emoções básicos ou primários do ser humano. A pesquisa experimental de Ekman, realizada em todo o mundo, mostrou, como Charles Darwin (1809–1882) havia sugerido no livro *The Expression of the Emotions in Man and Animals* (1872), a existência de sinais inatos (os mesmos em todas as culturas) das expressões faciais ou microexpressões de emoção, ainda que tenha admitido que a comunicação corporal tenha sido culturalmente adquirida. Para Ekman, as emoções são tão observáveis no ser humano como nos restantes primatas, embora

each emotion is not a single affective state but a family of related states. Each member of an emotion family shares the characteristics I have described. These shared characteristics within a family differ between emotion families, distinguishing one family from another. Put in other terms, each emotion family can be considered to constitute a theme and variations. The theme is composed of the characteristics unique to that family, the variations on that theme are the product of individual differences, and differences in the specific occasion in which an emotion

occurs. The themes are the product of evolution, while the variations reflect learning. (Ekman 1999: 55)

Deste modo, Ekman apresenta uma lista de 15 emoções, como alegria, raiva, desprezo, contentamento, repugnância, excitação, medo, culpa, orgulho, alívio, tristeza, angústia, satisfação, prazer e vergonha, pertencentes ou agrupadas em seis famílias de emoções (ira/raiva, aversão/repulsa, medo, alegria, tristeza e surpresa), que podem vir combinadas entre si, dando lugar, no entanto, a emoções complexas. Com efeito, para Ekman, quando nos lembramos que cada uma destas palavras denota uma família de emoções relacionadas entre si, esta lista de 15 emoções é bastante ampliada (Ekman 1999: 55).

### 3.2 Rachael Jack e a teoria dos universais

No entanto, Rachael Jack, do Centre for Cognitive Neuroimaging do Departamento de Psicologia da Universidade de Glasgow, demonstrou, em artigo publicado muito recentemente, em 2012, que as expressões faciais da emoção não são culturalmente universais e, portanto, quer Charles Darwin quer Paul Ekman estavam errados. Para Rachael Jack, as seis expressões básicas (alegria, surpresa, medo, aversão, raiva e tristeza) não são inatas, mas culturalmente adquiridas:

Specifically, cluster analysis showed that Western Caucasians represent the six basic emotions each with a distinct set of facial muscles. In contrast, the East Asian models showed less distinction, characterized by considerable overlap between emotion categories, particularly for surprise, fear, disgust, and anger. Cross-cultural analysis of the temporal dynamics of the models showed cultural specificity where (in the face) and when facial expressions convey emotional intensity. Together, our results show that facial expressions of emotion are culture specific, refuting the notion that human emotion is universally represented by the same set of six distinct facial expression signals. (Jack 2012: 2)

Interessante é também o facto de a sua tese mostrar que, por exemplo, os sinais dos asiáticos que transmitem o medo, repugnância e raiva se situam ao nível dos músculos dos olhos, em contrapartida os caucasianos mostram esses sentimentos com os músculos em redor da boca. Jack (2012: 2) refere, inclusivamente, que a especificidade cultural nos modelos de expressão facial reflete as diferenças nos sinais transmitidos pela expressão facial e observados no seu ambiente social. Por exemplo, as diferenças culturais na comunicação de intensidades emocionais podem refletir regras específicas de uma cultura específica através da transmissão de expressões faciais em cada contexto cultural. Com efeito, para Jack, por exemplo,

East Asian models of fear, disgust, and anger show characteristic early signs of emotional intensity with the eyes, which are under less voluntary control than the mouth (...), reflecting restrained facial behaviors as

predicted by the literature (...). Similarly, culture-specific dialects (...) or accents (...) would diversify basic facial expression signals across cultures, giving rise to cultural hallmarks of facial behavior. For example, consider the “happy” models (...) — East Asian models show an early increased activation of the orbicularis oculi muscle, *pars lateralis* (...) which typifies “genuine” smiles. (Jack 2012: 2)

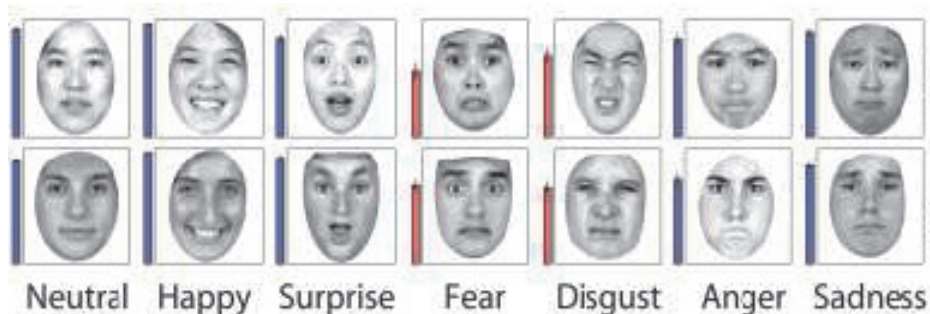
Perante estes dados observados, os autores deste estudo, liderado por Rachael Jack, perguntam-se se, de facto, as seis emoções básicas ou primárias de Eckman são universais e se os modelos ocidentais são extensíveis para as sociedades orientais e, por isso, a sua conclusão negativa parece evidente. Os dados refletem, efetivamente, que as seis emoções básicas (alegria, surpresa, medo, aversão, raiva e tristeza) são inadequadas para representar com precisão o espaço conceitual de emoções na cultura asiática e descuram as emoções fundamentais, como vergonha, orgulho ou culpa. Em resumo, para Jack,

our data directly show that across cultures, emotions are expressed using culture-specific facial signals. Although some basic facial expressions such as fear and disgust (...) originally served as an adaptive function when humans “existed in a much lower and animal-like condition” (...), facial expression signals have since evolved and diversified to serve the primary role of emotion communication during social interaction. As a result, these once biologically hardwired and universal signals have been molded by the diverse social ideologies and practices of the cultural groups who use them for social communication. (Jack 2012: 2)

Assim, as emoções básicas dos ocidentais ou caucasianos são marcadamente assinaladas predominantemente pelos músculos da área inferior<sup>1</sup> (em redor da boca), enquanto que as dos asiáticos são operadas pelos músculos da área superior (olhos), como se pode ver pela figura seguinte:

---

<sup>1</sup> Para José Araújo (2012: 147), as ações do rosto operam-se em três zonas distintas, a superior (a testa e as sobrancelhas), a média (olhos, pálpebras, zigomas e base do nariz) e a inferior (boca, lábios e queixo), mas, para Freitas-Magalhães (2009a: 21), o rosto humano divide-se em apenas duas áreas, a superior (testa, sobrolhos e olhos) e a inferior (faces, nariz, boca e queixo). Optaremos por esta última, por ser mais simples e o resultado da aplicação do programa *Facial Affect Coding System* (FACS), utilizado a nível mundial para medir a atividade muscular das diversas expressões faciais.



**Fig. 1** “Mean Categorization Accuracies for Each Condition of the Experiment”  
(Jack 2010: 51)

Esta experiência vem confirmar o que os sociólogos da emoção já vinham a referir há bastante tempo. Lembremos, apenas a título de exemplo, as palavras de Peggy Anne Thoits (1989: 319):

Along with most sociologists, I assume that emotions are not simply innate, biophysiological phenomena (...). Historical and cultural variability suggests that, to an important degree, subjective experiences and emotional beliefs are both socially acquired and socially structured.

Há, no entanto, muitos outros estudos acerca das emoções, com outras taxonomias, mas que, por limitações de tempo, não vamos desenvolver. Freitas-Magalhães (2009: 92) apresenta um quadro onde sintetiza 24 emoções (ira, aversão, desânimo, desejo, desespero, medo, ódio, esperança, amor, tristeza, desgosto, alegria, surpresa, interesse, felicidade, curiosidade, violência, ansiedade, calma, vergonha, luto, ternura, prazer e dor) e os autores que as referem:

	IRA	AVERSÃO	DESAÑIMO	DESEJO	DESEPERO	MEDO	ÓDIO	ESPERANÇA	AMOR	TRISTEZA	DESCOSTO	ALEGRIA	SURPRESA	INTERESSE	FELICIDADE	CURIOSIDADE	VIOLÊNCIA	ANSIEDADE	CALMA	VERGONHA	LUTO	TERNURA	PARZER	DOR
Arnold	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•														
Ekman	•	•				•				•		•	•											
Frijda	•			•									•		•									
Gray						•					•					•	•							
Izard	•					•					•	•							•		•			
James						•		•									•				•			
McDougall	•					•									•							•		
Mowrer																						•	•	•
Oatley	•														•		•			•				
Panksepp	•					•														•				
Plutghiz	•					•					•	•	•							•				
Tomkins	•									•	•		•											
Watson						•		•								•								
Weiner								•			•													

Fig. 2 “A taxonomia das emoções” (Freitas-Magalhães 2009: 92)

#### 4. Algumas características não verbais das seis emoções básicas dos ocidentais

Na verdade, sem nos determos excessivamente nos pormenores do estudo de Rachel Jack e de Phillipe Shyns e tendo consciência de que “as emoções não são efectivamente universais, no sentido em que não são verbalizadas ou experienciadas da mesma forma por pessoas e culturas diferentes” (Sardo 2011: 70) e que “a mesma emoção pode significar coisas distintas para diferentes pessoas” (Sardo 2011: 69), procuraremos elaborar uma síntese com algumas das características não verbais, entre as culturas ocidentais, das seis emoções básicas ou primárias apresentadas por Ekman: raiva ou ira, medo, tristeza, alegria ou felicidade, surpresa e aversão ou repulsa.

##### 4.1 A raiva ou ira

A raiva ou ira impele movimentos violentos de ataque ou de defesa, aumentando a força corporal, gera força e energia para superar obstáculos, todas as vezes que houver ameaça à vida, ou condição de vida, por exemplo, como

antídoto do medo. A raiva pode ter várias facetas, como um estado agressivo, crítico, irado, histérico, invejoso, rabugento, decepcionado, chocado, exasperado, frustrado, arrogante, ciumento, agoniado, hostil, vingativo, colérico, sentido, indignado, chateado, revoltado.

A intensidade da ira pode variar de uma pequena irritação até à raiva ou fúria. Verifica-se um aumento substancial da pressão do sangue, que aflui à face, tornando-a vermelha. As veias da testa e do pescoço ficam mais visíveis. A respiração altera-se, o corpo fica mais erecto, com os músculos tensos. As alterações ao nível da face são bastante distintas do medo, e, compreensivelmente, enviam sinais opostos: as sobrancelhas são puxadas para baixo e aproximam-se, não havendo formação de rugas na testa – se existirem, são as rugas permanentes da face. As pálpebras estão contraídas e os olhos parecem dirigir-se para fora. A pálpebra inferior está tensa e pode estar mais ou menos subida, consoante a intensidade e o tipo de ira. Em todos os casos, a pálpebra superior desce. (Araújo 2012: 148)



**Fig. 3** Raiva / Ira

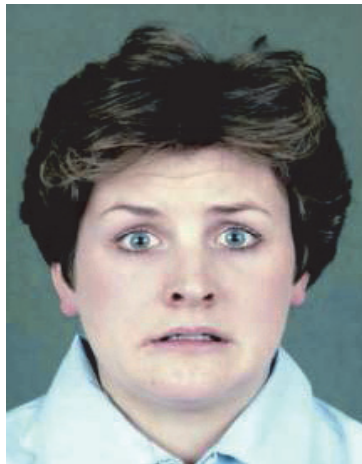
#### **4.2 O medo**

O medo é um impulso, geralmente desqualificado pelos seres humanos, principalmente quando se torna patológico. É muito comum nos referirmos ao medo como um impulso negativo, ou até mesmo como uma falha grave ou defeito nas pessoas. No entanto, o medo ensina o respeito pelos limites do ser humano e pode transparecer das seguintes facetas: tímido, apavorado, medroso, horrorizado, desconfiado, incrédulo, envergonhado, embaraçado, afeito, surpreso, culpado, ansioso, prudente, indeciso, constrangido, modesto.

O medo, que pode variar em grau, desde um pequeno receio até ao terror, é uma emoção particularmente intensa, pois está relacionada com a sobrevivência individual. Embora em certas civilizações a sua expressão se confunda com a da surpresa (...), a sua causa pode ser um perigo real ou imaginário, e pode coincidir no tempo com experiências de dor. Há, no



entanto, três grandes diferenças entre a surpresa e o medo. A surpresa pode ser agradável ou desagradável, o que não sucede com o medo. Este, quando de intensidade elevada, ou terror, é uma experiência terrível e traumática, sendo provavelmente a mais tóxica de todas as emoções, e é acompanhado, mesmo nas formas menos intensas, de grandes alterações corporais, a nível de cor da pele, sudação, tremor, aumento do ritmo respiratório e cardíaco, entre outras. Pode ter-se medo de algo que nos é familiar, e que já sabemos que irá acontecer. A surpresa é de duração breve, o medo não (...). O medo provoca uma configuração distintiva: as sobrancelhas levantam-se e aproximam-se, os olhos estão abertos; os lábios estão puxados para trás, e o lábio inferior está tenso. (Araújo 2012: 147-148)



**Fig. 4** Medo (Jack 2010: 15)

### 4.3 A tristeza

A tristeza é a negação da alegria. Nas modificações corporais, a emoção da tristeza leva, muitas vezes, a uma cessação dos movimentos. O medo e a tristeza acentuam a baixa estima, as reações provocadas pela tristeza são menos evidentes do que as das restantes emoções e podem advir de um estado de alma triste, desesperado, desgostoso, depressivo, entediado, solitário, ferido, desolado, meditativo, estafado, retraído, apiedado, concentrado, deprimido, melancólico, nostálgico.

A tristeza é uma emoção que traduz um sentimento passivo de sofrimento. De certo modo, a sua aparência é a inversa da felicidade. Na zona superior da face, a nível dos olhos, os cantos internos das sobrancelhas estão levantados e podem aproximar-se. Este movimento difere do que se verifica ao mesmo nível no medo, em que se verifica a aproximação e elevação de toda a sobrancelha, enquanto na tristeza apenas os cantos interiores se aproximam. Os cantos internos das pálpebras superiores estão levantados e as pálpebras inferiores podem parecer ligeiramente subidas. A nível da boca, os lábios parecem tremer, e os cantos estão puxados para baixo. (Araújo 2012: 149-150)



Fig. 5 Tristeza

#### 4.4 A alegria ou felicidade

Por seu lado, a alegria ou felicidade expande o ego, contagia os outros e eleva a autoestima. Os efeitos da alegria são impulsos fortalecedores da energia geral e existe quando se mostra alegre, contente, confiante, feliz, satisfeito, animado, interessado, deslumbrado, otimista, aliviado, eufórico, embriagado, espirituoso.

No caso da expressão de felicidade, interessa apenas analisar a aparência facial quando não acompanhada de riso, porque este é um indicador seguro que dispensa os outros sinais. A parte superior da face não apresenta sinais especiais, já que a testa e as sobrancelhas não estão envolvidas nesta expressão. As pálpebras, no entanto, apresentam uma expressão distintiva, tal como a parte inferior da face. Os cantos dos lábios estão ligeiramente puxados para trás e para cima, podendo estar juntos num sorriso, ou separados, apenas com os dentes e o maxilar juntos. O sorriso pode ser mais amplo, apresentando-se nesse caso a boca mais aberta e os dentes afastados. O grau de visibilidade dos dentes é variável. O movimento resultante do puxar os cantos dos lábios para trás e para cima provoca, muitas vezes, linhas de enrugamento desde o nariz até à área situada abaixo dos cantos da boca. Estas «dobras naso-labiais» são um sinal característico da expressão de felicidade. As maçãs do rosto elevam-se quando há um sorriso pronunciado, tornando as dobras naso-labiais mais intensas. (Araújo 2012: 149)

No entanto, o sorriso não é, por si só, sinal de felicidade ou alegria. Segundo Freitas-Magalhães (2009b: 27), “o sorriso é a manifestação exterior de determinada emoção” e não apenas da alegria, e há, por exemplo, diferenças significativas de género no modo de sorrir. Para Freitas-Magalhães, “as mulheres sorriem mesmo quando não gostam de sorrir” (Freitas-Magalhães 2009b: 121), e exteriorizam “mais os seus sentimentos de aproximação e de intimidade” (Freitas-Magalhães 2009b: 122), ao contrário do homens que

utilizam “o sorriso como instrumento de exibição e de afirmação dos seus desejos.” (Freitas-Magalhães 2009b: 122)



**Fig. 6 Alegria**

#### **4.5 A surpresa**

A surpresa é uma emoção provocada por uma situação inesperada, podendo ter um cariz positivo ou negativo, dependendo da forma e do conteúdo que lhe deu origem e das expectativas ou situações concretas em que o indivíduo se encontra.

A surpresa é a emoção de génese e duração mais breve. A sua aparência é definida pela elevação da curvatura das sobrancelhas, com a consequente exposição de maior superfície da pele situada abaixo. Algumas pessoas podem apresentar rugas horizontais ao longo da testa. Os olhos abrem-se, havendo elevação das pálpebras superiores e relaxamento das inferiores. (Araújo 2012: 147)



**Fig. 7 Surpresa**

#### **4.6 A aversão ou repulsa**

A aversão ou repulsa é uma emoção tipicamente associada a coisas percebidas como sujas, revoltantes, incomedíveis ou infecciosas.

O caso da repulsa, ou repugnância, é talvez o que apresenta uma maior relação funcional entre os movimentos que provocam a sua aparência facial e a função biológica subjacente. O seu objectivo é libertar-se de um

objecto, um odor, um sabor, ou uma sensação táctil, ou evitar a sua aproximação. Há uma relação directa com o vômito e a náusea, mas ambas as situações podem ocorrer independentemente, isto é, pode haver náusea ou vômito sem repulsa, e esta ocorre geralmente sem aquelas reacções fisiológicas. A repulsa não é causada apenas pela exposição a um objecto; muitas vezes, a sua origem é uma acção, um conceito, um princípio ético ou moral. A aparência de certas pessoas pode provocar repulsa, ou a visão de certas situações traumáticas. O grau de repulsa é variável, e vai de um pequeno incómodo a uma repugnância total. (Araújo 2012: 150)



**Fig. 8** Aversão (Jack 2010: 15)

## 5. Conclusão

Em síntese, a comunicação não-verbal processa-se através dos gestos, das posturas, das expressões faciais (comunicação cinésica), das utilizações da voz e do silêncio (comunicação paralinguística), do vestuário, dos objetos de que nos fazemos cercar, da relação que estabelecemos, quer com esses objetos, quer entre nós (comunicação proxémica). Todas estas formas de comunicação exprimem e comunicam ideias, sentimentos e emoções, acompanham, reforçam, chegam a substituir e a contradizer a linguagem verbal, delineando significações e conferindo uma vivência mais profunda e autêntica à comunicação.

As emoções contêm um conjunto de códigos que permitem que os membros de uma mesma cultura reconheçam, inclusivamente, níveis e intensidade de expressão e de sentimentos associados a uma mesma emoção.

Os estudos de Rachael Jack demonstram que as expressões faciais da emoção não são culturalmente universais e que, quer Charles Darwin quer Paul Ekman estavam errados. Para Rachael Jack, as seis expressões básicas não são inatas, mas culturalmente adquiridas. Esta investigadora confirmou, através de hardware e software informáticos que as emoções básicas dos ocidentais ou caucasianos são assinaladas predominantemente pelos músculos da área inferior (em redor da boca), enquanto que as dos asiáticos são operadas pelos músculos da área superior (olhos).

Assim, ainda que as emoções não sejam universais, que não sejam “verbalizadas” da mesma forma por pessoas e culturas diferentes e que a mesma emoção possa significar coisas distintas para diferentes pessoas, procurámos apresentar neste artigo algumas das características não verbais mais comuns, entre a cultura ocidental, das seis famílias de emoções básicas ou primárias sintetizadas por Ekman: ira/raiva, aversão/repulsa, medo, alegria, tristeza e surpresa.

### Referências Bibliográficas

- Araújo, José Manuel da Silva (2012): *Canto e Emoção - indicadores emocionais não verbais na execução do discurso musical cantado*. Tese de Doutoramento. Aveiro. Universidade de Aveiro.
- Birdwhistell, Ray L. (1999 [1970]): *Kinesics and Context: Essays on Body Motion Communication*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Cascais, Fernando (2001): *Dicionário de Jornalismo: As palavras dos media*. Lisboa / S. Paulo: Editorial Verbo.
- Damásio, António R. (1994): *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Darwin, Charles (1872): *The expression of the emotions in man and animals*. New York: Philosophical Library.
- Ekman, Paul (1993): “Facial expression of emotion”. In: *American Psychologist*. 48: 384-392.
- Ekman, Paul (1999): “Basic Emotions”. In: Dalglish, T. & Power M. (Eds): *Handbook of Cognition and Emotion*. Sussex, U.K.: John Wiley & Sons: 45-60.
- Freitas-Magalhães, Armindo (2009a): *A Psicologia das Emoções: o fascínio do rosto humano*. 2.ª edição. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Freitas-Magalhães, Armindo (2009b): *A Psicologia do Sorriso Humano*. 2.ª edição. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Jack, Rachael E. (2010): *Cultural differences in the decoding and representation of facial expression signals*. Tese de Doutoramento. University of Glasgow. School of Psychology
- Jack, Rachael *et al.* (2012): “Facial expressions of emotion are not culturally universal”. In: *Proceedings of the National Academy of Sciences USA (PNAS)*. April 16 online. Edição online: 10.1073/pnas.1200155109 (consultado em 30 de abril de 2012): 1-4.
- Lomax, Alan (1976): *Cantometrics: An Approach to the Anthropology of Music*. Berkeley: University of California.
- McCarthy, E. Doyle (1989): “Emotions are Social Things: An Essay in the Sociology of Emotions”. In: Franks, David D. & McCarthy, E. Doyle (eds): *The Sociology of Emotions: original essays and research papers*. Greenwich, CT, & London: JAI Press: 51-72.
- McCarthy, E. Doyle (2009): “Emotional Performances as Dramas of Authenticity”. In: Vannini, Phillip & Williams, Patrick (eds.): *Authenticity in Culture, Self, and Society*. London: Ashgate Publishing: 241-255.

- Mehrabian, Albert (1971): *Silent Messages: Implicit Communication of Emotions and Attitudes*. Belmont: Wadsworth.
- Mehrabian, Albert (1972): *Nonverbal communication*. Aldine-Atherton, Illinois: Chicago.
- Ortony, Andrew e Terence J. Turner (1990): “What's Basic About Basic Emotions?”. In: *Psychological Review*, 97 (3): 315-331.
- Pease, Allan e Barbara (2005): *Desvendando os segredos da Linguagem Corporal*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Ramos, Fernando (2007): *Estratégias e Protocolo para a Comunicação Corporativa*. Porto: Media XXI.
- Rego, Arménio (2007): *Comunicação Pessoal e Organizacional*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Viana, Isabel (2012): *A Personagem Feminina em Óperas do Romantismo Italiano: estados emocionais em dez árias para soprano*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.



DIDÁTICA





# A Proficiência Linguística em Formação de Adultos: Estudo de Caso

*Anabela Matias*

Universidade da Beira Interior  
anabelamatias@iol.pt

*Maria da Graça Sardinha*

Universidade da Beira Interior  
mggds@ubi.pt

*Paulo Osório*

Universidade da Beira Interior  
pjtrso@ubi.pt

## **Resumo**

Esta investigação assenta em dois polos distintos: por um lado, pretende-se fazer uma reflexão acerca da importância do processo de RVCC e dos seus contributos na vida pessoal e profissional dos indivíduos e, por outro, reflete-se acerca dos hábitos de leitura e de escrita, desses mesmos adultos, antes e após o processo.

**Palavras-Chave:** Processo de RVCC; Proficiência Linguística; Literacia.

## **Abstract**

It is a research that is based on two different poles: on one side, it is intended to reflect on the importance of the SAVC process and its contributions on the individuals' personal and professional life and, on the other side, to reflect on the reading and writing habits of those adults, before and after the process.

**Keywords:** SAVC process; Linguistic Proficiency; Literacy.

## **1. Introdução**

Sustentamos as hipóteses de que a frequência do processo de RVCC, enquanto modalidade de educação e formação de adultos, fomenta uma maior predisposição para a participação ativa dos indivíduos no mercado de trabalho, na vida laboral, em ações de formação que promovam a aquisição e melhoria das competências pessoais e profissionais. Estas posições, na nossa perspetiva, ancoram no impacto que este processo tem na vida das pessoas e nas competências e aptidões desenvolvidas, ao nível linguístico. Abordado numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida (*lifelong*), e em todos os domínios da vida (*lifewide*), os indivíduos tornam-se seres ativos, participativos e responsáveis da sua formação e auto-aprendizagem.

Com esta investigação, pretendemos, em termos gerais, averiguar e confirmar as potenciais implicações que o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) tem na vida das pessoas e, de sobremaneira, corroborar a proficiência linguística dos adultos implicados neste tipo de educação e formação de adultos.

A população que frequentou o processo de RVCC foi maioritariamente adulta. A amostra desta investigação é composta por 60 indivíduos. As idades encontram-se compreendidas entre os 18 e os 65 anos, sendo que a média de idades se situa nos 50 anos, predominando a faixa etária dos 46 aos 55 anos, com 45%. É, ainda, de referir que a maior incidência etária desta amostra se situa na população adulta, portadora de um grande número de competências, mas que, por diversas razões, viram os seus percursos escolares interrompidos. É também nesta faixa etária que se regista a maior incidência de adultos afetados pelo desemprego.

Os indivíduos certificados encontram-se sobretudo na situação de inativos, face ao emprego, encontrando-se desempregados há mais de um ano e representando 48,3% da amostra. São, por isso, desempregados de longa duração.

Entre a maioria dos adultos inquiridos, 50% residia no concelho do Sabugal, seguindo-se os concelhos da Guarda e de Figueira de Castelo Rodrigo, com 16,7%, correspondendo a 10 adultos cada. Por último, afigura-se o concelho de Celorico da Beira, com 15%. A distância que separa os concelhos limítrofes do concelho da Guarda, capital de distrito, ainda é considerável. No entanto, estes grupos funcionavam em regime de itinerância, sendo por isso extensões do CNO.

Os adultos que fizeram parte da amostra viram a sua escolaridade aumentada, após frequência do processo, relativamente à escolaridade obtida na primeira oportunidade escolar. Partindo desta perspetiva, podemos afirmar que o processo de RVCC trouxe significativos ganhos aos adultos a vários níveis: reconhecimento por parte da comunidade em que se encontram inseridos, quer a nível pessoal e social quer profissional, bem como maior interação entre pais e filhos. Nestas circunstâncias, os adultos apoderam-se de determinadas competências, sendo capazes de acompanhar os filhos nas tarefas e dinâmicas escolares, contribuir na aquisição de modelos de escrita e de leitura, levando-os a valorizar e a praticar as atividades de literacia, fazendo mais leituras, escrevendo mais documentos e produzindo novos materiais e documentos que até então não eram capazes.

Ao iniciar o processo de reconhecimento, todo o adulto almeja pela certificação total de equivalência ao 9º ano, em que uns atingem o nível proposto, outros não. Consideramos, todavia, que, apesar da escolaridade obtida, toda a postura que implica um aumento de escolaridade implica, também, uma vitória e uma mudança de atitude face a determinadas motivações, anseios e projetos pessoais e profissionais. Constatámos que o perfil dos adultos, no início

do processo, se alterou à medida que iam avançando no reconhecimento das suas experiências, indo, concomitantemente, também, tomando consciência da necessidade de alterarem a escolaridade e verem reconhecidos os adquiridos.

A grande maioria dos adultos que constituem esta amostra teve, por várias razões, que abandonar a escola precocemente, tendo de adiar, também, muitos dos sonhos relativamente a projetos profissionais, agarrando as oportunidades que lhes apareciam, sem nunca se preocuparem em regressar à escola para aumentarem a escolaridade. Carneiro (2009) comprova esta nossa premissa. O autor considera uma panóplia de fatores externos, tais como “o mercado de trabalho, a família, a comunidade étnico-cultural e a escola (...) como fatores explicativos do abandono escolar precoce” (Carneiro 2009: 4). De facto, as escolhas escolares dos pais poderão vir a influenciar as futuras escolhas dos filhos, uma vez que “Os filhos têm um trajeto escolar fortemente influenciado pela experiência educativa dos pais. Portugal é dos países da OCDE em que esta transmissão inter-geracional é particularmente marcada” (Alves, Centero & Novo 2010: 10).

## 2. Conceito de Literacia

A moderna sociedade do conhecimento e da globalização impõe barreiras e compromissos desafiantes à população, pelo que questões relacionadas com a qualificação e competências assumem, cada vez mais, uma importância sem precedentes. Esta mesma sociedade exige aos cidadãos novas competências que respondam aos constantes desafios, tanto sociais como profissionais, ao nível de documentos escritos, área tecnológica e nas mais diversas áreas, que solicitem a articulação da escrita e da leitura. É neste contexto que emerge um novo conceito nas ciências sociais - a literacia, palavra que deriva do latim *littera* ‘letra’, como um vocábulo proveniente do étimo latino *littera* que significa “capacidade de ler e escrever [...] condição ou estado de pessoa instruída” (Casteleiro 2001: 2283), designando, num sentido primeiro, a capacidade de ler e de escrever. Foram, contudo, os países anglo-saxónicos que, primeiramente, se preocuparam com os níveis de literacia da população (Delgado-Martins, Costa & Ramalho 2000: 13). De facto, a preocupação com a literacia, enquanto objeto de estudo, passou a ocupar os anos 70 do século anterior, como forma de responder às necessidades sociais, relativas à leitura e à escrita e, por isso, os anos 80 e 90 foram muito profícuos em estudos<sup>1</sup>, relacionados com a literacia.

---

<sup>1</sup> Estes estudos tiveram origem em 1971, nos Estados Unidos da América, destinando-se a medir as capacidades básicas de leitura dos adultos americanos. Em 1975, novo teste, aplicado na Universidade do Texas, em Austin, desenvolveu a mesma intenção, a de medir as competências dos adultos – o *Adult Performance Level (APL)*. Em 1986, também nos E.U.A., pelo *National Assesment of Educational Progress (NAEP)*, em 1987, um novo teste, desta vez desenvolvido por um jornal canadiano, o *Southam News Inc.*, pretendendo-se aferir a percentagem de analfabetos e de analfabetos funcionais. Em 1989, o Departamento de Estatística do Canadá (*Statistics of Canadá*) organizou e conduziu um grande estudo aplicado a um universo de 9455 sujeitos, baseando-se no quadro já utilizado pelo NAEP. Em 1993, desenvolveu-se um novo

A competência da escrita e da leitura está constantemente presente na vida quotidiana do cidadão hodierno, em vários cenários e contextos, não podendo tornar-se um problema, nas várias dimensões sociais. Com efeito, se o indivíduo não for detentor dessas mesmas competências, corre o risco de exclusão social e profissional. Assume-se, pois, a literacia como condição essencial para exercer o próprio ato de cidadania.

A questão da posse de competências, por parte da população portuguesa, é uma questão que deverá preocupar as entidades superiores, de acordo com os últimos censos realizados em 2011 (INE 2011). Compreende-se que existe uma preocupante percentagem de indivíduos sem qualquer nível de habilitação, já que cerca de 19% da população não possui nenhum nível de instrução, apesar de ter vindo a diminuir desde 1991, onde a média rondava os 35%, em 2001 a média se situa nos 26%.

---

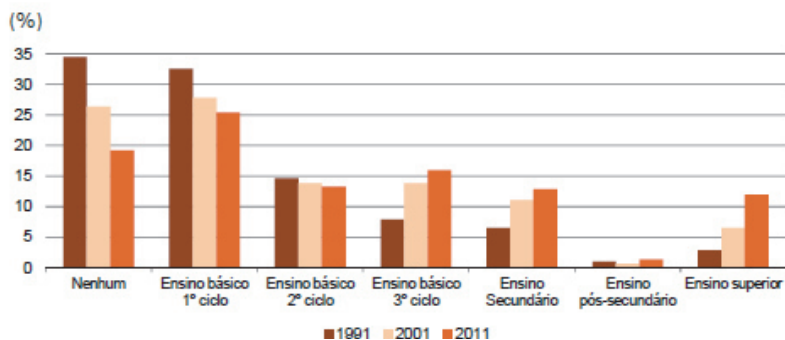
estudo intitulado *National Adult Literacy Survey* (NALS), mas desta vez com nova premissa: onde a literacia não é apenas a capacidade e tarefa de contar o número de analfabetos (Kirsch *et alii* 1993), pretendendo-se saber qual a utilização que os indivíduos fazem da informação e, concomitantemente, avaliar as competências neste domínio (Ávila 2008). Na verdade, 1995 foi um ano marcante, pois foi realizado o maior e mais extenso estudo internacional no domínio da literacia e publicados os resultados preliminares do IALS – *Internacional Adult Literacy Survey*, coordenado pelo *Statistics Canada* e pela OCDE. Esta seria uma primeira fase, já que se numa primeira fase tinham participado 9 países, em 1996 participaram mais cinco países e, em 1998, na terceira fase, participaram 9 países, incluindo Portugal.

Se olharmos para o contexto português, vemos que, em Portugal, o estudo às competências de literacia foi elaborado entre 1994 e 1998. O Estudo Nacional de Literacia (ENL) nasceu após os censos de 1991, a partir de estudos preliminares de literacia à população portuguesa. Referimo-nos ao estudo de literacia à população escolar de Sim-Sim & Ramalho (1993) e a um outro estudo dirigido por Ramalho (1994). Foi, ainda, organizado e coordenado por Benavente (1996) um estudo nacional *A Literacia em Portugal Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, para aferir os níveis de proficiência da população portuguesa, relativamente à leitura, à escrita e ao cálculo. O *Programme for the International Assessment of Adult Competencies* (PIAAC) a desenvolver em 27 países decorreu entre 2008 e 2013, pretendendo avaliar competências de literacia de uma forma bastante abrangente, não se confinando à literacia em prosa, documental e quantitativa, mas adaptando-se à realidade emergente da sociedade em desenvolvimento.

O PISA, um outro estudo, pretende avaliar as competências em literacia, avaliando a capacidade para deduzir e recuperar informação, para interpretar e para refletir sobre e/ou avaliar o conteúdo e formato do texto (GAVE 2001).

Estrutura da população por nível de ensino mais elevado e completo em 1991, 2001 e 2011

Fonte: INE, 2011: 23.



### 2.1 – A literacia em prosa

A literacia, como temos vindo a tratar, é o conjunto de competências, relativas ao domínio da língua, que dizem respeito ao nível da capacidade de uso da informação escrita (Benavente & Rosa 1985). Em sentido lato, refere-se às capacidades de processamento da informação escrita, na vida quotidiana, se bem que a literacia acompanhou as transformações sociais, culturais e até mesmo tecnológicas, centrando-se este conhecimento na aprendizagem feita, recorrendo à língua. Intimamente relacionadas com as competências em literacia está a capacidade concreta que o indivíduo tem em compreender, refletir e interpretar um texto, a partir das suas capacidades cognitivas e metacognitivas (Giasson, 1993), pois o ato de ler desperta, além das estruturas cognitivas, capacidades linguísticas, afetivas e culturais. Interpretação semelhante tem a OCDE (2009), que define a literacia em prosa como “a capacidade do indivíduo para compreender, usar, refletir sobre e apropriar-se de textos escritos, de forma a alcançar os seus objetivos, desenvolver o próprio conhecimento e potencial e participar na sociedade” (GAVE 2010: 6).

### 2.2 – Literacia matemática ou numérica

Diariamente, em ações e atitudes do quotidiano, somos confrontados com situações em que as capacidades de processamento de informação são postas à prova, nos mais diversos contextos e suportes, através de gráficos, símbolos matemáticos, números, operações, que exigem ao indivíduo capacidades resolutivas. Também a OCDE (2003) concebe a sua definição nesta linha: “capacidade de um indivíduo identificar e compreender o papel que a matemática desempenha no mundo real, de fazer julgamentos, bem fundamentados e de usar e se envolver na resolução matemática de problemas da sua vida, enquanto cidadão construtivo, preocupado e reflexivo” (GAVE 2010: 6).

É atribuído, em ambas as definições, um cariz mais funcional, mais reflexivo, colocando a tónica na avaliação dos conhecimentos e das competências, dos indivíduos que se pretende que sejam proativos, conscientes e informados.

Porém, neste estudo, tornou-se impossível não abordar um outro conceito não menos importante, o conceito de educação de adultos. A educação de adultos tem acompanhado, desde sempre, as tendências sócio-económicas, sejam o caso da globalização e as necessidades prementes em cada contexto histórico. Cavaco (2002: 17) considera que “o termo educação de adultos apresenta-se polissémico, pois compreende (...) a totalidade dos processos educativos que estão presentes ao longo da vida (...) quer sejam formais, não formais ou informais”. Todas as manifestações culturais ou políticas educativas que fomentem um projeto educacional, no âmbito da educação de adultos, “tanto para a consolidação da personalidade e para a elevação pessoal” (Alcoforado & Ferreira 2011: 9), contribuirão para um incremento dos níveis de literacia.

### **3. Níveis de literacia: estudo de caso**

O estudo que agora apresentamos desenhou-se através do inquérito. A constituição da amostra é de 60 adultos que, antes da fase de reconhecimento, preencheu os inquéritos, de modo a podermos caracterizá-los, relativamente aos níveis de literacia. Todas as questões constantes neste questionário eram abertas, questões essas que incidiam nas dimensões de literacia que os adultos possuíam, nomeadamente nas competências de leitura e de escrita. Apresentaremos quadros resumo relativamente à análise de cada nível. Inicialmente, referindo-se a um plano mais geral, pretendendo demonstrar o antes e o depois, ou seja, a evolução que se operou nos adultos, através do processo, bem como das tarefas que o compõem, para de seguida analisarmos, tarefa a tarefa, de forma mais detalhada, tendo como objetivo final a comparação de resultados, entre a primeira e a segunda fases, para assim podermos concluir a proficiência da frequência do processo de RVCC.

#### *3.1. A literacia no nível 1*

O nível 1 de literacia caracteriza-se por possuir tarefas simples que requerem, no caso da literacia em prosa, a localização de informação igual ou sinónima num texto da que aparece na questão. Na tarefa pedia-se que o adulto, após visualização de uma figura, sublinhasse uma palavra que nela constava.

Resultados da resposta da questão 1, do nível 1, comparação entre o antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	2	3,3	Acertaram	9	15,0
Falharam	50	83,3	Falharam	49	81,7
Não responderam	8	13,3	Não responderam	2	3,3
Total	60	100,0	Total	60	100,0

A partir do quadro, vemos que, apesar de a tarefa ser bastante simples, a maioria dos inquiridos, 83,3%, falhou na resposta. Em vez de sublinharem a palavra correta, no local pretendido, na figura, fizeram-no na pergunta; 3,3% errou e 13,3% optou por não responder. Quando questionados, numa segunda fase, é notória a evolução operada, sobretudo na percentagem dos adultos que não respondeu na primeira fase. Esta percentagem decresceu: assim, 15% acertaram, 81,7% erraram e 3,3% não respondeu. cremos que a maioria não tenha entendido o significado de «sublinhe», não podendo pois executar a tarefa pedida. A dificuldade de interpretação lexical é um verdadeiro entrave à descodificação linguística. Nas palavras de Viana *et alii* (2010), “O texto pode ter um vocabulário acessível, mas uma organização frásica complexa ou menos canónica” (Viana *et alii* 2010: 4). Numa primeira fase, verificou-se que os adultos optavam muitas vezes por não responder às questões por não entenderem o significado da questão. Sim-Sim (1997) considera que um dos objetivos fundamentais da leitura é a extração de significado e a sua lógica apropriação da informação veiculada pela escrita, dependendo do nível da compreensão do conhecimento prévio que o leitor tem sobre o assunto e do tipo de texto em presença. A autora ainda remata, referindo-se ao objetivo primordial da aprendizagem da leitura, apontando a fluência para uma rápida decifração e eficiente extração de significado do texto lido. Para que o completo domínio da descodificação do material lido se efetive, é necessária a associação de dois processos: o visual e o fonológico que conjugados permitem a componente percetiva da leitura. Neste caso, consideramos que a não descodificação das palavras apresentadas, originando uma consequente resposta errada, é originada pelo deficiente reconhecimento e descodificação do léxico, pelos fracos hábitos de leitura de enunciado e consequente descodificação e interpretação.

A questão seguinte relacionava-se com a mesma figura: pedia-se que se transcrevesse uma das palavras e o resultado foi semelhante ao anterior: 55% acertou na resposta, 26,7% errou e 18,3% optou por não responder. Quando questionados numa segunda fase, a percentagem de respostas corretas aumentou 3%, as respostas erradas aumentaram 3,3%, mas os inquiridos que não responderam diminuiu 6,6%. Nesta fase, os adultos já eram possuidores de outras competências linguísticas que lhes permitiam aceder a outros significados



e conceitos lexicais, das palavras, fruto da frequência do processo e da aquisição de outros conhecimentos que, até então, não possuíam.

Resultados da resposta da questão 2, do nível 1, comparação entre o antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	33	55,0	Acertaram	35	58,3
Falharam	16	26,7	Falharam	18	30,0
Não responderam	11	18,3	Não responderam	7	11,7
Total	60	100,0	Total	60	100,0

A questão seguinte relacionava-se com a literacia numérica. Tentámos associar esta “dimensão fundamental da literacia” (Benavente *et alii* 1996: 7) com outra: a literacia em prosa, de forma a podermos alargar o nosso estudo, torná-lo mais flexível, dinâmico e de fácil compreensão para os adultos. Nesta questão, a tarefa, também de nível 1, requeria “uma operação aritmética, que geralmente é a adição” (Benavente *et alii* 1996: 69). Solicitava-se que, após termos cedido um valor total, se efetuasse uma adição para, depois, se calcular uma parte do valor.

Resultados à resposta da questão 3, do nível 1, comparação entre o antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	50	83,3	Acertaram	56	93,3
Falharam	7	11,7	Falharam	4	6,7
Não responderam	3	5,0	Não responderam	0	0,0
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Na questão 3, numa primeira fase, a maioria dos adultos acertou um total de 83,3%, efetuando todos os cálculos necessários para chegarem ao resultado pretendido. Somente 11,7% dos inquiridos errou e 5% não respondeu. Se compararmos estes valores com os obtidos na segunda fase, vemos, a partir do quadro, que houve uma evidente progressão, além de ter aumentado o valor percentual dos inquiridos que acertou na resposta, 93,3%, contrastando com 6,7% de respostas erradas. Nesta questão, todos os adultos responderam. Consideramos que foi a questão onde houve maior progresso.

Na questão 4.1 era pedido aos adultos que, após a visualização de uma tabela, efetuassem alguns cálculos, com vista à obtenção de resultados corretos. Neste caso, também estava em questão a literacia quantitativa e os adultos tinham de efetuar a operação da adição. Pedia-se que se calculasse o valor total de apenas 2 das 5 parcelas apresentadas. Havia que analisar a tabela e retirar a informação necessária e preterir a acessória. Estamos perante um caso em que a leitura correta de um enunciado é essencial, bem como a seleção de informação.

Resultados à questão 4.1, do nível 1, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	56	93,3	Acertaram	59	98,3
Falharam	2	3,3	Falharam	1	1,7
Não responderam	2	3,3	Não responderam	0	0,0
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Nesta questão é, novamente, visível a progressão ao nível das competências dos adultos no segundo momento, face ao primeiro, ou seja, antes do início do processo registamos 93,3% de respostas dadas corretamente e 3,3% de respostas erradas, percentagem igual nos adultos que optaram por não responder. Comparando estes valores com o segundo momento, após a frequência do processo e depois da formação complementar, os adultos evidenciam uma efetiva progressão. A partir da tabela, lemos que 98,3% respondeu corretamente e 1,7% de forma incorreta. Todos os adultos responderam à questão, sendo que se registou uma diminuição dos adultos que falharam e não responderam, do primeiro momento para o segundo. Esta questão continha competências de Linguagem e Comunicação, ao nível da leitura e interpretação de informação e de Matemática para a Vida, na interpretação, organização e comunicação de informação, recorrendo a processos e procedimentos matemáticos. Se associarmos ao ENL (Benavente *et alii* 1996) baseado no IALS (OCDE e Statistics Canada 1995: 29), vemos que se insere no nível 1 da Literacia Quantitativa, onde esta tarefa requer a localização de uma única operação algébrica simples (normalmente a adição).

Ao invés, na questão 4.2, já solicitámos a soma das 5 parcelas inicialmente apresentadas. Para a obtenção do valor total das despesas efetuadas, era novamente essencial efetuar apenas uma operação matemática, a adição, operação simples e elementar para os adultos familiarizados com este tipo de cálculo. Os resultados observados revelaram que da primeira fase de realização dos testes para a segunda se registou um decréscimo de respostas corretas em 11,7%, tal como o total de adultos a errarem a questão, a subida foi muito significativa (10% de indivíduos que erraram num primeiro momento e 21,7% num segundo momento, somente o número de candidatos que não respondeu se manteve inalterável, com 3,3%).

Resultados às respostas da questão 4.2, do nível 1, comparação entre o momento antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	52	86,7	Acertaram	45	75,0
Falharam	6	10,0	Falharam	13	21,7
Não responderam	2	3,3	Não responderam	2	3,3
Total	60	100,0	Total	60	100,0

A questão seguinte solicitava que o adulto transformasse o conteúdo matemático em conteúdo linguístico, apresentando o valor matemático anterior, por extenso. Pretendemos com este exercício aferir a destreza lexical e ortográfica dos adultos, onde o tema da correção ortográfica e a competência linguística seriam alvo de avaliação. Neste caso, a recuperação foi evidente. Antes de iniciarem o processo de RVCC e, recorrendo aos resultados obtidos, os adultos confundiam alguns aspetos ortográficos. Em termos de correção, demonstrado através dos resultados constantes na tabela 30, 60% acertou na resposta, 30% falhou e 10% optou por não responder. Ao invés, após a frequência do processo, notou-se uma evidente melhoria dos aspetos considerados: 75% deu a resposta correta. Registou-se, também, um decréscimo do número de respostas erradas para 21,7%, bem como nos adultos que optou por não responder e que foi, apenas, de 2,3%. Neste caso, a proficiência linguística foi notória entre o momento anterior e posterior à frequência do processo.

Resposta da questão 4.3, do nível 1, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	36	60,0	Acertaram	45	75,0
Falharam	18	30,0	Falharam	13	21,7
Não responderam	6	10,0	Não responderam	2	2,3
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Se compararmos graficamente os resultados obtidos, pelos adultos, no nível 1, antes e após a frequência do processo, verificamos que houve um aumento das competências desenvolvidas. Enquanto que, no primeiro momento, lemos uma grande incidência de respostas erradas, sobretudo na primeira questão, que quando testados, pela primeira vez, apenas 3,3% dos adultos acertou (ao passo que da segunda vez que foram questionados, esta vantagem subiu para os 15%), o mesmo se passa nas respostas erradas, sobretudo na questão 3, que num primeiro momento registamos um valor de 11,7%, enquanto que num segundo momento de apenas 1,7%. Notou-se, pois, um decréscimo nas respostas erradas e aumento no número das respostas corretas. Esta taxa de sucesso mantém-se no caso dos adultos que optaram por não responder e esta melhoria também se verifica nas questões 3, 4.1 e 4.2 que, num segundo momento, registam um valor de 0%.

Numa primeira abordagem e, lendo os resultados obtidos, podemos concluir que o processo dotou os adultos de competências linguísticas até então não evidenciadas, pois ao contrário da linguagem oral, a linguagem escrita não se desenvolve de forma espontânea e universal, necessitando do recurso ao acompanhamento formal, para desenvolvimento de competências relacionadas

com a extração de significado de cadeias gráficas, a leitura e com a produção de cadeias gráficas dotadas de significado, a expressão escrita (Sim-Sim 1997).

### 3.2. A literacia nível 2

O nível 2 de literacia em prosa, tal como Benavente *et alii* (1996: 69) o caracterizam, envolve tarefas que implicam “o processamento de elementos contidos em diferentes frases ou parágrafos do texto e a sua associação, podendo, por vezes exigir inferências simples. A resposta consiste na transcrição literal da informação processada”. A literacia quantitativa requer uma sequência de duas operações, geralmente a adição e/ou subtração, devendo as operações ser facilmente observáveis (Benavente *et alii* 1996: 69; IALS 1995: 29). O IALS ainda prevê que a literacia em prosa requeira que as tarefas passem pela localização, no texto, de um ou mais segmentos de informação, podendo ser apresentados, concomitantemente, alguns distratores e podendo pedir-se que se selecione e retire do texto informação específica. Assim, as tarefas propostas foram construídas neste sentido: na questão 1.1, pretendia-se que o adulto associasse a visualização de uma tabela e, após leitura atenta de um texto de média extensão, retirasse dele informação pertinente (Leitão 2001: 54). Pedia-se ao adulto que, associando a leitura ao raciocínio matemático, calculasse o valor total gasto numa situação específica de uma ida ao supermercado. A partir da tabela 31, lemos que, num primeiro momento, 85% dos adultos acertou na resposta, 11,7% errou e, somente, 3,3% optou por não responder. Comparando estes resultados com um segundo momento, a recuperação é evidente: registaram-se 95% de respostas dadas corretamente contra 5% de respostas erradas. Verificamos, ainda, que todos os indivíduos responderam à questão, logo é notória a evolução das respostas.

Resposta da questão 1.1, do nível 2, comparação entre os momentos antes e depois da frequência do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	51	85,0	Acertaram	57	95,0
Falharam	7	11,7	Falharam	3	5,0
Não responderam	2	3,3	Não responderam	0	0,0
Total	60	100,0	Total	60	100,0

A questão 1.2 requeria que o adulto partisse da tabela apresentada anteriormente e fizesse um cálculo de subtração. Partindo do valor obtido anteriormente, esta tarefa relaciona-se com temas do referencial de Linguagem e Comunicação: “Interpretar textos simples, de interesse para a vida quotidiana” (Leitão 2001: 22), sobretudo o critério de reconhecer vocabulário específico e de Matemática para a Vida: “Interpretar, organizar, analisar e comunicar informação usando processos e procedimentos matemáticos” (Leitão 2001: 60), nomeadamente o critério de evidência referente à leitura e interpretação de

tabelas. Neste caso, os resultados obtidos revelaram um aumento evidente das competências dos adultos. Num primeiro momento, 71,7% dos adultos acertou nos resultados, somando de forma correta as parcelas apresentadas. Porém, num segundo momento, este valor percentual ascendeu aos 88,3%, cerca de 10 adultos melhoraram ao nível das competências de interpretação de um enunciado e aplicação a uma situação real e concreta. Nas respostas dadas de forma incorreta, a manifestação é de 26,7%, antes do processo, descendo este valor para os 11,7%. Houve uma visível melhoria em 9 adultos. Entre estes dois intervalos de tempo, esta progressão é, também, visível na percentagem de ausência de respostas. Num primeiro momento, houve 1 adulto que não respondeu. Comparativamente com o segundo momento, todos os adultos responderam à questão.

Resposta da questão 1.2, do nível 2, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	43	71,7	Acertaram	53	88,3
Falharam	16	26,7	Falharam	7	11,7
Não responderam	1	1,7	Não responderam	0	0,0
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Na tarefa seguinte, pretendia-se que os adultos, após leitura atenta de um excerto textual, extraído da obra *Os Maias*, retirassem do texto informação essencial e adequada. Assim, na questão 2 pedia-se que os adultos referissem, a partir de palavras do texto, como era conhecida a casa da família Maia. Esta questão relaciona-se diretamente com o referencial de Linguagem e Comunicação, com a “interpretação de textos de carácter informativo e reflexivo” (Leitão 2001: 24), sobretudo ao pretender que o adulto seja capaz de utilizar estratégias diversas de extração de informação específica de um texto. Esta questão requeria que o adulto atentasse no texto e retirasse apenas o essencial, pois nele existiam alguns segmentos de informação que poderiam funcionar como distratores.

Sim-Sim, a propósito deste tema, reconhece que a leitura e *saber ler* são condição essencial para o entendimento do mundo, da sociedade e para o sucesso pessoal e profissional (Sim-Sim 2007: 5). Sardinha (2005: 74) refere que no momento de apropriação do sentido do texto e posterior “construção da compreensão leitora, há um conjunto de itens a ter em conta pelo sujeito/ leitor: construção de uma representação coerente; um sistema dinâmico e complexo; a memória do trabalho; inferências”. A introdução de práticas de leitura precocemente favorece o contato do leitor com os livros, a sua instrumentalização, o seu manuseio, bem como “o incremento de atividades focalizadas” (Macedo & Soeiro 2009: 50), direcionadas para o desenvolvimento de futuros “leitores específicos” (Cerrillo 2006: 35). Pinto (2010) considera que

as práticas de leitura e também de escrita são habilidades que só com a prática e trabalhadas desde cedo, pelo indivíduo, poderão tornar-se numa constante na vida do leitor.

Todavia, os resultados foram bastante reveladores da funcionalidade e da pertinência do processo. Num primeiro momento, 76,7% dos adultos respondeu de forma válida e 11,7% respondeu erradamente, percentagem igual àqueles adultos que optaram por não responder. Contudo, quando questionados, num segundo momento, a percentagem de respostas corretas subiu para 88,3%, com uma manifestação de 7 adultos que melhoraram a sua análise e interpretação linguística, exatamente o mesmo número de adultos que não havia respondido na primeira fase. O número de respostas erradas manteve-se inalterado. Concluimos que nesta questão existiu um evidente sucesso, aumentaram as respostas corretas e diminuíram as não respostas.

Resultados das respostas da questão 2, do nível 2, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	46	76,7	Acertaram	53	88,3
Falharam	7	11,7	Falharam	7	11,7
Não responderam	7	11,7	Não responderam	0	0,0
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Na última questão, deste nível, na questão 2.1, era pedido que os adultos, mais uma vez, retirassem do texto informação essencial e correta, pergunta que se destinava a aferir a capacidade de interpretação e identificação da mensagem principal do texto, retirando dele partes selecionadas e importantes para o sentido global. Neste caso, pretendia-se que, após leitura atenta, os adultos fossem capazes de inferir acerca do sentido e caracterizassem, com elementos textuais, as paredes do casarão onde habitava a família Maia. Apenas seria considerada uma resposta como sendo a correta: «severas». Num primeiro momento, 86,7% dos adultos inquiridos responderam de forma acertada, 5% falhou na resposta e 8,3% não facultou qualquer tipo de solução. Comparando este momento com o segundo, mais uma vez é visível o acréscimo das competências, ao nível linguístico e interpretativo. O número de respostas dadas erradamente manteve-se, mas o valor percentual das não respostas alterou-se de 8,3% para 1,7%. Assim, vemos que 5 adultos optaram por não responder, numa primeira fase, mas este número reduz-se para 1 adulto, num segundo momento. A nossa leitura permite-nos entender que os 4 adultos que optaram por, inicialmente, não responder fizeram-no posteriormente, de forma correta; ao invés da fase anterior, que não se consideravam serem possuidores de competências que lhes permitissem interpretar e retorquir, perante um enunciado de média complexidade, agora fizeram-no com sucesso.

Resultados das respostas à questão 2.1, do nível 2, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	52	86,7	Acertaram	56	93,3
Falharam	3	5,0	Falharam	3	5,0
Não responderam	5	8,3	Não responderam	1	1,7
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Comparando os resultados obtidos e expressos pelos adultos, entre o momento que medeia o antes e o depois do processo e, baseando-nos nos gráficos 24 e 25, abaixo referenciados, podemos aferir que exponencialmente predominam as respostas corretas, com uma tendência de aumento entre estes dois momentos. Se atentarmos na primeira fase e na questão 1, lemos um aumento de 10% de respostas certas. A resposta 1.2 apresentou um aumento de 16,6%, a questão 2 de 11,6% e a última questão revelou uma proficiência de 6,6%. Esta alteração de valores também se registou nos parâmetros seguintes. Observando as respostas erradas, estas diminuíram de um momento para o outro, nas duas primeiras questões, e mantiveram-se nas restantes. Porém esta alteração percentual é bastante mais evidente se atentarmos na situação em que os adultos optaram por não responder. Numa primeira situação, esta evidência foi significativa na questão 3, registando-se uma diminuição de 100%, pois após o processo, todos responderam corretamente, ao invés de 11,7% que inicialmente tinham optado por não responder. Esta diminuição mantém-se constante e, na última questão, assistimos a uma diminuição de 6,6% de adultos que mantiveram a resistência em responder e não o fizeram ou por não entenderem o teor da pergunta ou por não serem detentores de competências que lhes permitissem ler, com clareza, e retirar dos textos informação pertinente.

### 3.3. A literacia nível 3

O nível 3 de literacia implica o surgimento de tarefas que requerem “um processamento de informação com um grau mais elevado de complexidade. Implicam a capacidade de selecionar e organizar informação, relacionar ideias contidas num texto, fundamentar uma conclusão ou decidir que operações numéricas realizar” (Benavente *et alii* 1996: 69). Neste nível, na literacia em prosa, é necessário que os adultos percorram os textos de forma a poderem estabelecer associações que requerem pequenas inferências, sendo, por vezes, solicitada a identificação de vários elementos localizados em diferentes frases ou parágrafos (OCDE & Statistics Canada 1995), podendo-se recorrer a uma notícia de média ou extensa dimensão. Nas questões que nós selecionámos e, atendendo ao referencial de LC, pretendemos que os adultos fossem capazes de revelar competências na interpretação de textos de carácter informativo, daí termos selecionado uma notícia para que estes pudessem relacionar os elementos

construtores de sentido e da, mesma forma, pudessem fazer juízos sobre as informações de um texto, ou seja, associassem informação e fizessem inferências acerca das mesmas. A literacia quantitativa privilegia tarefas que solicitem a realização de duas operações sequenciais, geralmente multiplicação e/ou divisão e outra. Os valores a empregar são fornecidos ou facilmente identificáveis, mas é necessário que o adulto decida quais as operações a contemplar. Ao associarmos estas duas áreas, pudemos contemplar e avaliar várias competências de que os adultos deveriam ser portadores, nomeadamente “analisar e interpretar criticamente gráficos relativos a situações da realidade” (Leitão 2001: 64), associando esta competência à capacidade de comunicar processos e resultados, recorrendo à linguagem matemática, concomitantemente à língua portuguesa. De uma forma geral, neste nível, há um considerável aumento das dificuldades.

A questão 1.1 exigia que o adulto, após visualização de um gráfico onde se mostrava o consumo médio diário de água, por pessoa, identificasse o item onde se gastava maior percentagem de água.

Resultados às respostas da questão 1.1, do nível 3, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	52	86,7	Acertaram	52	86,7
Falharam	2	3,3	Falharam	6	10,0
Não responderam	6	10,0	Não responderam	2	3,3
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Neste caso, o número de respostas corretas manteve-se inalterável do primeiro para o segundo momento. O mesmo não se passou nos itens seguintes, assistindo-se mesmo ao oposto. Inicialmente, vemos que 3,3% dos adultos erraram no tipo de resposta dada e não responderam 10%. Contudo, num segundo momento, erraram 10% e não responderam 3,3%. Houve, portanto, uma inversão de dados e esta questão manteve-se inalterada. Quanto aos resultados das respostas dos adultos que falharam e dos que não responderam, esta constância também se manteve nas respostas corretas.

Na questão 1.2, evidenciam-se uns resultados diferentes. Se na questão anterior não houve grande progressão, aqui assistimos ao inverso. Num primeiro momento, 51,7% dos inquiridos acertou na resposta, 30% errou e 18,3% optou por não responder. Comparando estes dados com um segundo momento, vemos que 66,7% acertou nas respostas, valor que aumenta relativamente ao momento anterior. O valor das respostas erradas também diminuiu, registando, no final, um valor de 30%. Os adultos que não responderam foram 6,7%. É de referir que este último valor foi aquele que registou uma maior flutuação e progressão. Se por um lado, assistimos a uma diminuição do valor percentual de inquiridos que erraram num primeiro momento, por outro, verificamos que também os



inquiridos que não responderam diminuiu em 11,6%, sendo que as respostas corretas aumentaram 15%.

Resultados às respostas da questão 1.2, do nível 3, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	31	51,7	Acertaram	40	66,7
Falharam	18	30,0	Falharam	16	26,7
Não responderam	11	18,3	Não responderam	4	6,7
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Esta questão relacionava-se com o cálculo da quantidade de litros de água que se gastava numa das partes consideradas no gráfico apresentado anteriormente. Seria necessário proceder a alguns cálculos aritméticos para chegar a um valor correto, mas para que isso pudesse ser processado era fundamental uma eficaz interpretação da demanda inicial, logo havia que recorrer à proficiência linguística.

Na pergunta 2.1, apresentou-se uma notícia de média extensão e informação complexa que os adultos deveriam ler integralmente, para apreensão do sentido e retirar dela informação concreta e essencial. Depois da interpretação textual, os adultos deveriam utilizar estratégias diversificadas para extração de informação específica do texto apresentado. Nesta questão, apenas se consideraria uma resposta como sendo a correta e a maioria dos inquiridos, numa primeira fase, não conseguiu selecionar a resposta correta, havendo uma representatividade de 38,3% de adultos que erraram na resposta. Os adultos que acertaram ficaram-se pelos 35% e 26,7% optou por não responder. Porém, numa segunda fase, o valor percentual de inquiridos que acertou na resposta aumentou, exponencialmente, 21,7%. Verificamos que o valor de respostas erradas manteve-se inalterado nas duas fases da investigação e apenas o item dos adultos que não respondeu se alterou da primeira fase relativamente à segunda, sendo exatamente o mesmo valor percentual que diminuiu no grupo dos adultos que não respondeu na primeira fase e contribuiu para o aumento do valor das respostas corretas, na segunda fase.

Resultados às respostas da questão 2.1, do nível 3, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	21	35,0	Acertaram	34	56,7
Falharam	23	38,3	Falharam	23	38,3
Não responderam	16	26,7	Não responderam	3	5,0
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Na questão seguinte, a 2.2, solicitava-se que, dentro da mesma linha de análise da anterior, se retirasse mais alguma informação da notícia apresentada. Porém, nesta fase de complexidade, o adulto teria de selecionar informação mais correta. Os inquiridos que responderam corretamente à questão foi de 63,3%, de forma errada 6,7% e aqueles que não responderam teve uma amostragem de 30%. Se compararmos estes valores com os obtidos na segunda fase, vemos que se registou um progresso das competências dos adultos. Assim, 85% dos adultos respondeu de forma correta, 3,3% de forma errada e 11,7% optou por não responder. Comparando os dois momentos, registou-se uma melhoria de resultados. A percentagem de respostas corretas aumentou em 21,7%. Notou-se também um decréscimo do número de adultos que inicialmente haviam errado, menos 3,4%, correspondendo a menos 2 adultos. A tendência de redução do número de adultos que inicialmente optou por não responder, também, registou um decréscimo de 18,3%.

Resultados às respostas da questão 2.2, do nível 3, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	38	63,3	Acertaram	51	85,0
Falharam	4	6,7	Falharam	2	3,3
Não responderam	18	30,0	Não responderam	7	11,7
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Na questão seguinte, 3.1, era apresentado um gráfico de barras baseado nos censos de 2001, onde aparecem representadas as qualificações da população portuguesa, desde os indivíduos sem nível de ensino até aos portadores de habilitações equivalentes ao ensino superior. Pedia-se que os adultos analisassem o gráfico e retirassem algumas ilações. Ao nível da leitura do mesmo, os inquiridos teriam de ser capazes de verificar qual a maior concentração de indivíduos portadores de uma habilitação, neste caso o ciclo com maior percentagem de população. Este tipo de gráfico é importante para a maioria da população, dado que ao longo da vida surgem inúmeras vezes casos concretos do quotidiano. Referimo-nos, por exemplo, às faturas da eletricidade, da água ou até mesmo do gás, pelo que os adultos estariam já familiarizados com este tipo de situação. Porém, nem todos foram capazes de responder com sucesso à questão. Todavia, verificou-se que, numa primeira situação, a maioria dos inquiridos fê-lo com sucesso: 83,3% acertou no tipo de resposta, 3,3% falhou e 13,3% não respondeu. Comparando com os resultados da segunda fase de aplicação, lemos que a percentagem das respostas dadas corretamente aumentou para os 93,3%, as respostas erradas manteve o mesmo valor e as não respostas revelaram uma amostragem de 3,3%, registando uma descida de 10%, exatamente o mesmo valor que engrossou a percentagem das respostas corretas, face à questão anterior.

Resposta da questão 3.1, do nível 3, comparação entre o antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	50	83,3	Acertaram	56	93,3
Falharam	2	3,3	Falharam	2	3,3
Não responderam	8	13,3	Não responderam	2	3,3
Total	60	100,0	Total	60	100,0

A pergunta 3.2 relacionava-se com a anterior, porém, agora, pretendia-se que o adulto identificasse a menor percentagem de frequência de ciclo, neste caso, a resposta correta seria o ciclo médio. Algumas respostas contemplaram, erradamente, o ciclo pré-escolar. Esta questão, tal como a anterior, continha competências de LC, na distinção vocabular, entre termos próximos ou opostos, como é o caso de «maior» e «menor», a adequação do discurso e interpretação, a interpretação de linguagem metafórica (quadros, fotografias e outros suportes) e, finalmente, a correção linguística e ortográfica. Tal como se prevê no referencial de competências chave de MV, considera-se pertinente e essencial a capacidade de leitura e interpretação de gráficos, quer eles sejam de barras ou pictogramas. Numa primeira fase, a maioria dos adultos, 68,3%, respondeu acertadamente, à questão, 16,7% errou e 15% não respondeu. Quando questionados uma segunda vez, os resultados já foram distintos, pois o valor percentual dos inquiridos que respondeu acertadamente aumentou para os 85% e os adultos que falharam diminuiu 5%, mas o maior sucesso foi na percentagem de não respostas que apresentou um valor de 3,3%, havendo uma diminuição de 11,7%. Consideramos que se registou uma progressão ao nível das competências linguísticas dos adultos.

Resultados às respostas da questão 3.2, do nível 3, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		n	%
Acertaram	41	68,3	Acertaram	51	85,0
Falharam	10	16,7	Falharam	7	11,7
Não responderam	9	15,0	Não responderam	2	3,3
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Comparativamente, entre o primeiro momento e o segundo, lemos, a partir dos gráficos 26 e 27, respeitante aos dois momentos chave do processo, que na primeira questão as respostas corretas mantiveram um valor inalterável, com 86,7%. Esta constância manteve-se ao longo dos questionários e o mesmo se verificou nas respostas erradas que mantiveram a descida entre os dois momentos, à exceção da terceira questão que revela uma subida. No primeiro momento, 35% dos adultos errou na resposta e, no segundo, este valor subiu para 38,3%. Também as não respostas revelaram, tendencialmente, uma descida.

Chamamos, contudo, a atenção para as questões 3 e 4, onde a descida foi a mais acentuada, de 26,7% e 30%, respetivamente, para valores ínfimos de 5% e de 11,7%, respetivamente. No cômputo geral, consideramos que existiu uma grande taxa de sucesso do primeiro para o segundo momento, revelando os adultos inquiridos possuírem grande parte das competências-chave previstas nos referenciais de formação, somente possível devido à frequência do processo de RVCC. Porém, estes resultados também nos alertam para o facto de, ao nível da escrita, os adultos evidenciarem determinadas dúvidas e lacunas presentes pela falta da prática de leitura e de escrita. Pinto (1998: 97) alerta para o facto de que a “prática da leitura, da escrita e do cálculo deve ser preparado na criança desde muito cedo. A necessidade de existirem bases para uma aprendizagem sem problemas da leitura, a escrita e o cálculo leva-nos com certeza a uma maior consciencialização da problemática e a uma tomada de posição mais crítica em relação, primeiramente, ao designado insucesso escolar e posteriormente, ao que se poderá intitular de analfabetismo funcional”. A autora aponta para o facto de que uma deficiente preparação e treino, ao nível da leitura e da escrita, poder criar situações de desconforto na proficiência linguística.

#### 3.4. A literacia nível 4

O nível 4 de literacia, de acordo com a designação apresentada no IALS (OCDE & Statistics Canada 1995), contém tarefas mais complexas, exigindo múltiplas associações, tendo que a informação solicitada ser identificada através de inferências baseadas no texto. Ao nível da literacia em prosa, as tarefas podem implicar a integração ou contrastes de vários elementos, que poderão ser apresentados em textos longos e com alguma complexidade, contendo mais distratores do que os níveis anteriores. Também, a informação solicitada é de carácter mais abstrato, exigindo, por isso, mais competências e atenção, por parte do adulto, ou como Benavente *et alii* (1996: 70) referem: “implicam a capacidade de processamento e integração de informação múltipla em textos longos e densos cuja leitura integral pode ser necessária para a construção da resposta”. O mesmo se passa na literacia quantitativa, onde a quase totalidade das tarefas implica a realização de operações aritméticas simples, não sendo, contudo, facilmente determináveis e havendo uma particular preocupação na formulação das questões, não podendo, estas conter alguns termos semânticos próprios da formulação da indagação: caso de «quantos» ou «calcule a diferença», já que estes podem ajudar o leitor a dar pistas de resolução do problema. Mais uma vez, baseámo-nos nos testes aplicados por Benavente *et alii* (1996), mas, por ser um nível bastante complicado, o “mais exigente de toda a prova” (Benavente *et alii* 1996: 70), adaptámo-los à realidade e a situações concretas, querendo partir dos referenciais para que o adulto fosse sensível, à situação de vida e esta pudesse ser facilmente integrável na sua história de vida, construimos exercícios facilmente recorrentes a situações concretas dos inquiridos.

A primeira questão, por nós formulada, apresentava um excerto da obra *Equador*, de Miguel Sousa Tavares. A nossa opção teve uma finalidade pedagógica: entendemos que na educação de adultos não podemos partir do princípio de que os destinatários são, tal como no ensino de crianças e jovens, «tábuas rasas». Os adultos são já possuidores de saberes adquiridos que têm de monopolizar, tornando-os o alicerce do processo de educação. Recorrendo a Knowles (1973) que considera a experiência a base fundamental da educação de adultos, neste caso, consideramos a leitura do texto literário um método eficaz para aferir a competência, ao nível do saber, do saber ser e saber fazer. Há contudo que ter em conta determinados fatores relevantes e essenciais para a correta aplicação e exploração deste tema, tal como a idade, o género, a profissão, as habilitações académicas, até porque este item será tratado pelos formadores, ao longo das sessões de RVCC, sem poderem recorrer, como já referimos anteriormente, a manuais escolares, apenas tendo como base os referenciais de competência-chave que será adequado a cada grupo e a cada indivíduo. A concretização da leitura contribui para ativação de conhecimentos metacognitivos, favorecendo a reflexão acerca do mundo, do ser ontológico, da língua. A este propósito, do ato de ler, Solé (2005) considera que a leitura desenvolve e envolve determinados processos, tais como a capacidade inferencial do leitor, contribuindo para a plena capacidade interpretativa pensada, refletida e argumentada. Nesta questão e, tendo consciência de que muitos dos adultos envolvidos neste estudo desconhecem a obra em questão, tentámos generalizar o objetivo da pergunta. Assim, os inquiridos, partindo das informações textuais teriam de localizar a ação no tempo, tarefa que, à partida, não se afigura fácil, pois era necessário ler um excerto relativamente longo e com informação densa para poder retirar a informação necessária e essencial e, havendo também uma referência temporal no corpo do texto, apesar de incorreta para a finalidade da questão, muitos foram os adultos que induzidos em erro, sem entenderem o sentido textual, a aproveitaram e deram-na como resposta correta. Daí que as respostas erradas atingiram 70%, seguindo-se as não respostas com 16,7% e, por fim, as respostas corretas com 13,3%. Comparativamente, na segunda fase, notou-se ainda um ligeiro aumento das respostas erradas, aumentando 5%, mas as respostas corretas também aumentaram para os 20% e as não respostas diminuíram para os 5%. Apesar do aumento do erro, também verificamos que os adultos que não responderam numa primeira fase, agora fizeram-no e com algum sucesso.

Resultados às respostas da questão 1, do nível 4, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes		
	N	%
Acertaram	8	13,3
Falharam	42	70,0
Não responderam	10	16,7
Total	60	100,0

Depois		
	N	%
Acertaram	12	20,0
Falharam	45	75,0
Não responderam	3	5,0
Total	60	100,0

A pergunta seguinte pretendia saber qual o assunto central do texto, acima apresentado, tendo a maioria das respostas dos adultos originado resultados semelhantes aos anteriores, pelo que a partir deles podemos inferir que esta tipologia textual é demasiado complexa para a maioria, já que, tendo por base a tabela 42, lemos que 31,7% dos adultos responderam corretamente à questão; 41,7% de forma errada e 26,7% não tentou apresentar qualquer tipo de solução. No segundo momento, as respostas erradas foram ainda em maior número, assinalando 46,7%, as corretas 43,3% e as não respostas 10%. Denota-se um aumento das respostas corretas, em 11,6%, bem como nas respostas erradas que sofreram uma diminuição em 10%. Na tentativa de analisar estes resultados e partindo do tratamento de dados, provavelmente, a maioria dos adultos não dominaria a tipologia textual ou a linguagem a ela associada, não entendendo a natureza da questão e optando por não responder ou por errar.

Resultados às respostas da questão 2, do nível 4, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	19	31,7	Acertaram	26	43,3
Falharam	25	41,7	Falharam	28	46,7
Não responderam	16	26,7	Não responderam	6	10,0
Total	60	100,0	Total	60	100,0

A questão 3 referia-se à informação contida no texto, tendo o adulto que selecionar alguma para formalizar a resposta e, recorrendo a cálculos matemáticos, pedia-se que partindo de um valor dado no corpo textual o adulto calculasse um total exato em valor percentual. Havia que interpretar e utilizar diferentes representações das percentagens, tendo para isso que recorrer às competências linguísticas para interpretação da questão. Nela estavam contidas capacidades de LC, na interpretação de um significante textual e de MV, na interpretação e utilização de diferentes representações da realidade. Teria ainda que adequar a operação matemática para chegar ao resultado pretendido. Os resultados obtidos foram, mais uma vez, reveladores das competências dos adultos, apesar de o problema não ser de difícil resolução. Os adultos tiveram dificuldades em perceber qual a operação aritmética que deveriam usar para chegar ao resultado. Assim, num primeiro momento, 38,3% dos adultos errou a resposta, 28,3% acertou e 33,3% optou por não responder. Num segundo momento, os valores alteram-se significativamente no total das respostas certas que sobe exponencialmente para os 43,3%, ao passo que as respostas erradas descem para os 31,7% e as não respostas também sofrem uma alteração descendente, para os 25%. Apesar de, ainda, existir um valor relativamente grande de respostas erradas e não respostas, identificamos uma progressão dos adultos ao nível da interpretação textual e do raciocínio matemático.

Resultados às respostas da questão 3, do nível 4, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	17	28,3	Acertaram	26	43,3
Falharam	23	38,3	Falharam	19	31,7
Não responderam	20	33,3	Não responderam	15	25,0
Total	60	100,0	Total	60	100,0

A questão 3.1 relacionava-se teoricamente com a anterior. Solicitava-se que o adulto calculasse o valor percentual de  $\frac{3}{4}$  da população, valor referido no texto. Para que este valor fosse alcançado com êxito, o adulto teria de recorrer ao texto e retirar dele informação essencial e imprescindível para o cálculo do valor. A maioria dos inquiridos calculou, sem êxito, este valor, revelando uma amostragem de 46,7% de respostas certas. Num primeiro momento, 23,3% de respostas erradas e 30% de não respostas, ao passo que, posteriormente, e, já dotados de outras aptidões exercitadas ou apenas melhoradas pela frequência do processo de RVCC, os adultos alteraram, positivamente, esta média de respostas corretas para os 56,7%. Também se registou uma leve melhoria nas respostas dadas erradamente, no momento anterior, que decresceu para os 25%, sendo que as não respostas também sofreram alteração, descendo para os 18,3%. Numa primeira análise, atrevemo-nos a afirmar que nesta questão foi evidente a melhoria dos resultados obtidos através da frequência do processo de RVCC, contribuindo para que os adultos adquirissem outras competências, ao nível linguístico e de raciocínio matemático.

Resultados às respostas da questão 3.1, do nível 4, comparação entre o antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	28	46,7	Acertaram	34	56,7
Falharam	14	23,3	Falharam	15	25,0
Não responderam	18	30,0	Não responderam	11	18,3
Total	60	100,0	Total	60	100,0

No seguimento da questão anterior, a pergunta 4 pretendia saber o inverso. Partindo do valor percentual, pedia-se que se calculasse o valor total de analfabetos do país, fornecendo-se para o efeito algumas indicações, tais como o número total de habitantes, fator que auxiliaria os adultos neste balanço. Esta operação, bastante usual na vida quotidiana dos adultos, passa, muitas vezes, despercebida. Calcula-se sem, para o efeito, se ter noção de tal. Porém, partindo de um contexto de vida, pretendia-se que os adultos resolvessem problemas que envolvem o raciocínio proporcional, tais como a percentagem e, ainda, a interpretação de textos de caráter literário para obter e justificar conclusões. Neste problema, num primeiro momento, a maioria, 36,7% dos inquiridos, optou por não

responder, 31,7% acertou na resposta, exatamente o mesmo valor percentual que errou. Comparando estes dados com o segundo momento, predominam as respostas certas com um valor de 48,3%, a percentagem de adultos que errou desceu ligeiramente para os 30%, descida também verificada nas não respostas que evidenciaram um valor de 21,7%. Também aqui consideramos que apesar das respostas erradas terem um valor algo elevado, houve uma progressão dos adultos.

Resultados às respostas da questão 4, do nível 4, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	19	31,7	Acertaram	29	48,3
Falharam	19	31,7	Falharam	18	30,0
Não responderam	22	36,7	Não responderam	13	21,7
Total	60	100,0	Total	60	100,0

A questão 5 englobava três alíneas e, na nossa perspetiva, o problema mais complicado do inquérito. Era proposta uma questão que envolvia o cálculo de juros a pagar numa simulação de um empréstimo bancário, incluindo a taxa de juros do período, renda a pagar no quarto mês e o respetivo imposto de selo. Este exercício exigia mobilização de diversos saberes e competências que além de fazerem parte do quotidiano hodierno não percorrem todas as histórias de vida dos adultos frequentadores do processo. Tal como o exercício proposto por Benavente *et alii* (1996: 87), no exercício por nós apresentado pedia-se que o adulto calculasse, realizando para o efeito várias operações aritméticas, neste caso, três valores, relativamente ao quarto mês. No cômputo geral, nas três alíneas, predominaram as não respostas, seguidas das respostas erradas. Assim, na questão 5a, somente 16,7% acertou na resposta, 46,7% errou e 36,7% não deu qualquer tipo de resposta. Quando inquiridos novamente, num segundo momento, as respostas erradas sofreram uma ligeira melhoria, descendo 8,40%, ao passo que as respostas certas registaram uma taxa de sucesso de 20%, as não respostas diminuíram para os 25%. De certa forma, comparando os dois momentos de investigação, lemos que apesar da predominância das respostas erradas, registou-se uma progressão dos adultos, aumentou a percentagem de adultos que acertou nas respostas e diminuiu o número de adultos que não havia dado qualquer tipo de resposta.

Resultados às respostas da questão 5a, do nível 4, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	10	16,7	Acertaram	22	36,7
Falharam	28	46,7	Falharam	23	38,3
Não responderam	22	36,7	Não responderam	15	25,0
Total	60	100,0	Total	60	100,0



O mesmo se passa na alínea seguinte, a questão 5b, onde, num primeiro momento, também predomina a maior percentagem de respostas erradas, com 51,7%, valor seguido das não respostas com 36,7% e 11,7% dos adultos acertou na resposta. Num segundo momento, notou-se, novamente, uma ligeira melhoria, com 28,3% dos adultos a acertarem na questão, 25% não respondeu e 46,7% errou no valor apresentado. Esta comutação de valores sugere uma aquisição de competências que anteriormente estariam ausentes nos adultos.

Resultados às respostas da questão 5b, do nível 4, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	7	11,7	Acertaram	17	28,3
Falharam	31	51,7	Falharam	28	46,7
Não responderam	22	36,7	Não responderam	15	25,0
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Na última alínea, pedia-se que se calculasse o imposto de selo sem juros. Num primeiro momento, as respostas certas tiveram uma relevância de 16,7%, as respostas erradas 48,3% e as não respostas 35%. Passando para o segundo momento, assistimos a um aumento do número de respostas certas em 16,6%, as respostas erradas diminuíram para os 40%, bem como as não respostas que também diminuíram 10%. No geral, isto denota uma leve melhoria nos resultados, porém com pouca relevância, apesar de ser uma atividade que a maioria dos adultos conhece. Porque se relaciona com instituições bancárias, nem todos possuem competências para saber calcular este tipo de valores aritméticos que envolvem cálculos mais elaborados e mais do que uma operação matemática.

Resultados às respostas da questão 5c, do nível 4, comparação entre os momentos antes e depois do processo

Antes			Depois		
	N	%		N	%
Acertaram	10	16,7	Acertaram	20	33,3
Falharam	31	48,3	Falharam	24	40,0
Não responderam	21	35,0	Não responderam	16	26,7
Total	60	100,0	Total	60	100,0

Querendo estabelecer uma comparação entre os dois momentos da investigação, podemos ler, de forma mais geral, que, num primeiro momento, predominam as respostas erradas, na maioria das questões, à exceção das questões, 3.1 que predomina a resposta certa e da questão 4, que predomina a não resposta. Porém, num segundo momento, predomina a resposta certa em três questões: 3, 3.1 e 4, de resto a dominância é das respostas erradas.

Quando inquiridos acerca dos hábitos de leitura que possuíam, antes do processo, a maioria dos adultos referiu que já era detentora de alguns, se bem que grande parte deles se relacionassem com rotinas do dia-a-dia, como se pode ler na tabela abaixo.

Hábitos de leitura antes do processo

Ao ingressar no processo tinha hábitos de leitura * Atualmente tem hábitos de leitura						
Crosstabulation						
				Atualmente tem hábitos de leitura		
				Sim	Não	Total
Ao ingressar no processo tinha hábitos de leitura	Sim	Count	33	3	36	
		% of Total	55,0%	5,0%	60,0%	
	Não	Count	20	4	24	
		% of Total	33,3%	6,7%	40,0%	
Total		Count	53	7	60	
		% of Total	88,3%	11,7%	100,0%	

Os hábitos de leitura que possuíam relacionavam-se com rotinas do quotidiano, pequenas leituras que executavam, tipo folhetos de publicidade, jornais, revistas e alguns afirmaram que tinham por hábito ler livros, aspetos que, à primeira vista, nos parecem adquirir um certo carácter dinâmico, mas só terão significado se porventura tiverem contribuído para transformações do indivíduo ao longo da vida. Os adultos após o processo foram inquiridos acerca da mesma questão, tendo os resultados revelado uma alteração significativa. Foi-lhes questionado se após o processo consideravam ter adquirido hábitos de leitura e se consideravam ter sido o processo a motivá-los para essa alteração de hábitos, ao que 88,3% respondeu que presentemente tinham hábitos de leitura, contra os 60%, inicialmente considerados; 11,7% consideraram que os hábitos de leitura se mantinham inalteráveis, porém antes do processo 40% considerou que não possuía hábitos de leitura. No final do processo, registou-se um decréscimo de 29% de indivíduos que alteraram os hábitos de leitura, antes e após o processo.

Se compararmos estes dados com o momento após a frequência do processo, verificamos que os hábitos foram alterados, enquanto que, no momento inicial, 55% revelou possuir hábitos de escrita, estando estes distribuídos pelo registo de listas de compras com 25%; a produção de cartas com 20%, seguindo-se a escrita de bilhetes e recados com 15% e, por último, a escrita de receitas de culinária com 11,7%. Ainda houve a referência a «outras», relacionando-se estas com antigas, ou presentes, profissões que os adultos, no momento de ingressarem no processo, desenvolviam, como é o caso de encarregados da construção civil, operários fabris, tarefas em escolas do

primeiro ciclo, entre outras. Os mesmos adultos quando questionados acerca dos hábitos de escrita após o processo, vemos que se registou um aumento significativo entre o momento antes e depois. Assim, quando inquiridos se após finalizarem o processo de RVCC possuíam hábitos de escrita, 88,3% afirmou possuir e 11,7% respondeu negativamente. Comparando estes dados com o momento anterior à frequência do processo, aferimos que se registou um aumento de 33,3% no universo dos adultos que referiram possuir hábitos de escrita, passando de 33 adultos para os 53, bem como os adultos em que este hábito estava ausente. Registou-se um decréscimo de 12 pontos percentuais, descendo de 27 adultos que referiram não possuir hábitos de escrita para 15 adultos que mantiveram a ausência deste hábito.

O ato de ler remete, em nosso entender, para algo mais global. Quem lê retira do texto informações e sentidos, descodifica uma mensagem, interpreta um sentido, reflete acerca do que lê, acerca de si e do mundo. Muitos dos adultos inseridos no processo de RVCC não revelaram hábitos de leitura, pelo que abordar a leitura numa perspetiva integral seria contraproducente, pois não teriam orientação e teriam de se encontrar autonomamente no texto. Mas, pior do que não revelar hábitos de leitura, cremos que é revelar o afastamento de alguns anos, face a qualquer prática de leitura, com fins reflexivos. A maioria dos adultos que frequentaram o processo de RVCC já não lê um livro há muitos anos e os únicos atos literários que evidenciaram referem-se a pequenos enunciados do quotidiano.

### Hábitos de escrita antes do processo

Ao ingressar no processo de RVCC tinha hábitos de escrita * Atualmente tem hábitos de escrita Crosstabulation					
		Atualmente tem hábitos de escrita			Total
		Sim	Não		
Ao ingressar no processo de RVCC tinha hábitos de escrita	Sim	Count	27	6	33
		% of Total	45,0%	10,0%	55,0%
	Não	Count	18	9	27
		% of Total	30,0%	15,0%	45,0%
Total		Count	45	15	60
		% of Total	75,0%	25,0%	100,0%

Relativamente à alteração de hábitos de escrita e leitura, por influência do processo de RVCC, considerámos relevante aplicar um estudo, teste de McNemar, para aferição da frequência de duas amostras relacionadas, tendo como objetivo avaliar o «antes» e o «depois», quando estamos em presença de duas relações dicotómicas.

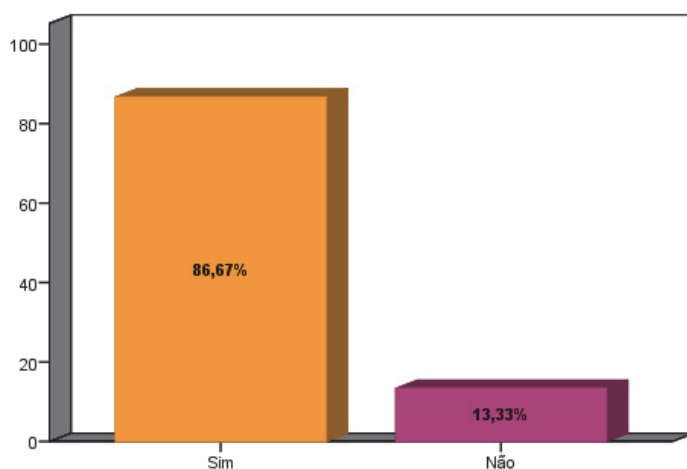
Teste de McNemar entre o momento antes do ingresso no processo e depois do processo de RVCC, para hábitos de leitura e escrita

Ao ingressar no processo tinha hábitos de leitura & Atualmente tem hábitos de leitura				
Ao ingressar no processo tinha hábitos de leitura		Atualmente tem hábitos de leitura		
		Sim	Não	
Sim		33	3	
Não		20	4	
Test Statistics <sup>b</sup>				
		Ao ingressar no processo tinha hábitos de leitura & Atualmente tem hábitos de leitura		
N				60
Exact Sig. (2-tailed)				,000 <sup>a</sup>
a. Binomial distribution used.				
b. McNemar Test				
Ao ingressar no processo de RVCC tinha hábitos de escrita & tem hábitos de escrita				
Ao ingressar no processo de RVCC tinha hábitos de escrita		Atualmente tem hábitos de escrita		
		Sim	Não	
Sim		27	6	
Não		18	9	
Test Statistics <sup>b</sup>				
		Ao ingressar no processo de RVCC tinha hábitos de escrita & Atualmente tem hábitos de escrita		
N				60
Exact Sig. (2-tailed)				,023 <sup>a</sup>
a. Binomial distribution used.				
b. McNemar Test				

Concluímos que para a hipótese inicialmente apresentada, da alteração, ou não, dos hábitos de leitura após a frequência do processo de RVCC para um nível de significância de 0.05 e o valor crítico de 3.84 e, tendo em consideração que p-value é inferior a 0,001, o valor de estatística excede o valor crítico. Aceitamos, por isso, a hipótese inicialmente defendida por nós: de que o processo de RVCC altera os hábitos de leitura. O mesmo se passa relativamente à hipótese inicial: se os hábitos de escrita serão ou não alterados pela frequência do processo de RVCC. Assim, para um nível de significância de 0.05 e o valor crítico de 3.84 e, tendo em consideração que p-value é 0.023 e que o valor de estatística excede o valor crítico, aceitamos e afirmamos a hipótese definida inicialmente.

### 3.5. Alterações e mais-valias da frequência do processo nos hábitos de literacia

Como temos vindo a demonstrar, o processo de RVCC altera positivamente os hábitos e as competências dos adultos envolvidos e certificados, fomentando-lhes o desejo de continuidade na aposta das competências até então nunca valorizadas na vida dos intervenientes. Quando questionados acerca da importância do processo na alteração de hábitos de leitura, de escrita e de uso de equipamento informático, os inquiridos consideraram que este foi vital e essencial para a alteração de hábitos, apreensão e aquisição de novas metodologias de leitura, escrita e informática.



Influências do processo de RVCC na mudança de hábitos de leitura, escrita e informáticos

A esmagadora maioria considerou que o processo lhes proporcionou uma alteração de hábitos, ao nível da leitura, escrita e utilização da informática. Através do gráfico anterior, podemos ler que 86,6% considera que os seus hábitos foram alterados; somente 13,3% considerou que não houve alteração alguma nos hábitos que já detinha. A mesma questão foi colocada de outra forma, querendo nós aferir se os adultos consideravam que o processo tenha alterado, e de que forma, as suas competências ou hábitos de literacia.

Consideramos, de facto, que o processo RVCC teve implicações importantes e significativas na vida dos adultos, pois ajudou-os a melhorar as capacidades individuais, promoveu o aumento de hábitos de leitura, escrita e até mesmo na alteração do uso de equipamentos informáticos. Como tal, considerámos essencial demonstrá-lo cientificamente, sujeitando os inquiridos, destinados a caracterizar a amostra, ao teste de Wilcoxon (Wilcoxon Matched-Pairs Signed-Ranks Test), que se destina a medir amostras quando o tipo de respostas opostas, tipo «sim» ou «não», é o equivalente não paramétrico do teste t para amostras dependentes, sendo usado para dados obtidos a partir de medidas repetidas e de desenhos com dados emparelhados. Com ele, pretendemos

conferir a hipótese de que o processo de RVCC altera hábitos de literacia e aumenta a proficiência linguística nos adultos envolvidos.

Teste de Wilcoxon para a alteração de hábitos de leitura e de escrita e aumento da proficiência linguística

Ranks				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Atualmente tem hábitos de leitura - Ao ingressar no processo tinha hábitos de leitura	Negative Ranks	20 <sup>a</sup>	12,00	240,00
	Positive Ranks	3 <sup>b</sup>	12,00	36,00
	Ties	37 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Atualmente tem hábitos de leitura < Ao ingressar no processo tinha hábitos de leitura				
b. Atualmente tem hábitos de leitura > Ao ingressar no processo tinha hábitos de leitura				
c. Atualmente tem hábitos de leitura = Ao ingressar no processo tinha hábitos de leitura				
Test Statistics <sup>b</sup>				
	Atualmente tem hábitos de leitura - Ao ingressar no processo tinha hábitos de leitura			
Z				-3,545 <sup>a</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)				,000
a. Based on positive ranks.				
b. Wilcoxon Signed Ranks Test				

Da leitura do quadro anterior, podemos concluir que a estatística do teste de Wilcoxon, para a variável hábitos de leitura, é de -3.545 e tem uma significância (P-valor) de 0,000, ou seja, para um nível de significância de 0,05, concluímos que afastamos a hipótese nula (H0) e, ao tomarmos esta decisão, afastamos a hipótese que refere que o processo de RVCC não teve qualquer influência na mudança de hábitos da leitura. Concluímos, pois, a partir deste teste, que não rejeitamos a hipótese alternativa (H1), que defende que o processo de RVCC influenciou a mudança de hábitos de leitura. Não encontramos motivos para a rejeitar, pois os dados analisados são consistentes com o modelo. O mesmo se passa com a variável hábitos de escrita que é de -2,449 e tem uma significância (P-valor) de 0,014, ou seja, para um nível de significância de 0,05, concluímos que não rejeitamos a hipótese do processo de RVCC ter alterado a mudança de hábitos de escrita, embora esta alteração de hábitos não seja significativa. Firmamos, então, que o hábito que mais fortemente foi alterado com a frequência do processo de RVCC foi a leitura, pela natureza do processo que implicava a leitura de enunciados para a compreensão do exercício proposto, para a produção da história de vida, que implicava uma estrutura mental e, conseqüente, leitura do enunciado produzido, bem como em todas as áreas de competências-chave. A leitura foi essencial para a compreensão e concretização do processo.

### Conclusão

Este estudo permitiu-nos caracterizar a nossa população em termos de competências, ao nível da literacia e em hábitos de leitura, escrita e também no uso do computador. Pretendemos demonstrar como a frequência do processo de RVCC motivou os adultos para a descoberta, para o *empowerment* social e profissional. Os testes efetuados, no sentido de comprovar as hipóteses e teorias, por nós delineadas, sobretudo o teste de McNemar, para aferir a evolução dos hábitos de leitura e de escrita, comprovam a teoria de que o processo de RVCC contribuiu para a alteração de hábitos dos adultos.

Após aferição e análise dos gráficos respeitantes aos níveis de literacia do processo de RVCC, depreendemos que a maioria dos adultos, antes de iniciar o processo e analisando as respostas certas, erradas ou não respostas, verificamos que 63,6% da população respondeu positivamente a questões de nível 1, 80% de nível 2, 64,7% de nível 3, somente 24,5% de nível 4. A predominância das respostas erradas incide, sobretudo, nos níveis 1 e 4, com 63,6% e 24,5, respetivamente. Analisando os dados referentes às não respostas, vemos que a grande concentração é no nível 4, com 31,4%, seguido do nível 3 com 18,8%. Após isto, podemos afirmar que a maioria da população inquirida, antes de frequentar o processo de RVCC, possuía competências de nível 2; o ENL (Benavente *et alii* 1996: 121) inferiu que grande parte da população portuguesa, inquirida nesta fase, encontrava-se no nível 1, com 37%, seguida no nível 2, com 32,1%, valores aproximados do nosso estudo.

Num segundo momento, a concentração de respostas corretas, no nível 2, aumenta ainda mais para os 91,2%, seguida do nível 3 com 78,8%, do nível 1 com 71,6% e, no nível 4, surge um valor percentual de 38,7%. Se olharmos para as respostas erradas, verificamos que a predominância concentra-se no nível 4, com 41,6%, tal como as não respostas com uma predominância de 19,5%, seguida do nível 1, com 25,2%. Tal como no ENL onde o nível de escolaridade em que a população portuguesa se localizava com maior predominância era o nível 1, predominando neste nível os indivíduos com o 1º ciclo do ensino básico, também no estudo que nós desenvolvemos concluímos que 63,3% da população detinha o 1º ciclo do ensino básico, seguido de 21,7%, com o 6º ano.

A este propósito, sujeitámos os resultados obtidos, através dos questionários, ao teste de Wilcoxon, de modo a podermos aferir os benefícios da frequência do processo de RVCC e em que medida ele pode ou não contribuir para o aumento dos níveis de literacia. Conforme podemos ler na tabela 49, o processo de RVCC contribuiu para um aumento dos resultados em termos de literacia, tendo os adultos aumentado as suas competências.

Teste de Wilcoxon para o nível 1 e os benefícios do processo de RVCC, comparação entre as respostas corretas no primeiro e no segundo momento.

<b>Ranks</b>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 1 - Fim do Processo - Acertou - Nível 1 - Início do Processo - Acertou	Negative Ranks	6 <sup>a</sup>	14,08	84,50
	Positive Ranks	26 <sup>b</sup>	17,06	443,50
	Ties	28 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Nível 1 - Fim do Processo - Acertou < Nível 1 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 1 - Fim do Processo - Acertou > Nível 1 - Início do Processo - Acertou				
c. Nível 1 - Fim do Processo - Acertou = Nível 1 - Início do Processo - Acertou				
Test Statistics <sup>b</sup>				
	Nível 1 - Fim do Processo - Acertou - Nível 1 - Início do Processo - Acertou			
Z	-3,504 <sup>a</sup>			
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000			
a. Based on negative ranks.				
b. Wilcoxon Signed Ranks Test				

Para a variável número de respostas certas, entre o primeiro e o segundo momento, os resultados obtidos são de -3.504 e têm uma significância (P-valor) de 0,000, ou seja, para um nível de significância de 0,05, concluímos que a frequência no processo de RVCC fez com que a percentagem de respostas acertadas do nível 1, do teste realizado, fosse maior no final do processo do que no início. A sua frequência contribuiu para o aumento das competências da literacia e da proficiência linguística dos adultos que realizaram o processo de RVCC.

Teste de Wilcoxon para o nível 2 e os benefícios do processo de RVCC, comparação entre as respostas corretas no primeiro e no segundo momento.

<b>Ranks</b>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 2 - Fim do Processo - Acertou - Nível 2 - Início do Processo - Acertou	Negative Ranks	5 <sup>a</sup>	7,50	37,50
	Positive Ranks	20 <sup>b</sup>	14,38	287,50
	Ties	35 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Nível 2 - Fim do Processo - Acertou < Nível 2 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 2 - Fim do Processo - Acertou > Nível 2 - Início do Processo - Acertou				
c. Nível 2 - Fim do Processo - Acertou = Nível 2 - Início do Processo - Acertou				



Ranks				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 2 - Fim do Processo - Acertou - Nível 2 - Início do Processo - Acertou	Negative Ranks	5 <sup>a</sup>	7,50	37,50
	Positive Ranks	20 <sup>b</sup>	14,38	287,50
	Ties	35 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Nível 2 - Fim do Processo - Acertou <Nível 2 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 2 - Fim do Processo - Acertou > Nível 2 - Início do Processo - Acertou				
Test Statistics <sup>b</sup>				
	Nível 2 - Fim do Processo - Acertou - Nível 2 - Início do Processo - Acertou			
Z				-3,462 <sup>a</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)				,001
a. Based on negative ranks.				
b. Wilcoxon Signed Ranks Test				

A estatística do teste de Wilcoxon para a variável número de respostas certas, entre o primeiro momento e o segundo, é de -3.462 e tem uma significância (P-valor) de 0,001, ou seja, para um nível de significância de 0,05, concluímos que a frequência no processo de RVCC fez com que a percentagem de respostas acertadas do nível 2, do teste realizado, fosse maior no final do processo do que no início. Mais uma vez, lemos, a partir da tabela e dos resultados sujeitos ao teste de Wilcoxon, que o processo de RVCC contribuiu positivamente para o aumento de competências. Verifica-se que o número de adultos que acertou nas respostas aumentou.

Teste de Wilcoxon para o nível 3 e os benefícios do processo de RVCC, comparação entre as respostas corretas no primeiro e no segundo momento.

Ranks				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 3 - Fim do Processo - Acertou - Nível 3 - Início do Processo - Acertou	Negative Ranks	3 <sup>a</sup>	13,83	41,50
	Positive Ranks	32 <sup>b</sup>	18,39	588,50
	Ties	25 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Nível 3 - Fim do Processo - Acertou <Nível 3 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 3 - Fim do Processo - Acertou > Nível 3 - Início do Processo - Acertou				
c. Nível 3 - Fim do Processo - Acertou = Nível 3 - Início do Processo - Acertou				
Test Statistics <sup>b</sup>				

<b>Ranks</b>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 3 - Fim do Processo - Acertou - Nível 3 - Início do Processo - Acertou	Negative Ranks	3 <sup>a</sup>	13,83	41,50
	Positive Ranks	32 <sup>b</sup>	18,39	588,50
	Ties	25 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Nível 3 - Fim do Processo - Acertou <Nível 3 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 3 - Fim do Processo - Acertou > Nível 3 - Início do Processo - Acertou				
	Nível 3 - Fim do Processo - Acertou - Nível 3 - Início do Processo - Acertou			
Z				-4,568 <sup>a</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)				,000
a. Based on negative ranks.				
b. Wilcoxon Signed Ranks Test				

A estatística do teste de Wilcoxon, para a variável número de respostas certas no nível 3, é de -4.568 e tem uma significância (P-valor) de 0,000, ou seja, para um nível de significância de 0,05, concluímos que a frequência no processo de RVCC fez com que a porcentagem de respostas acertadas do nível 3, do teste realizado, fosse maior no final do processo do que no início. O nível 3 de literacia já requeria alguma competência ao nível da competência na prosa e na quantitativa. Inicialmente, os adultos revelaram algumas dificuldades na resolução das tarefas propostas, porém após a frequência do processo, os adultos revelaram um aumento das competências.

Teste de Wilcoxon para o nível 4 e os benefícios do processo de RVCC, comparação entre as respostas corretas no primeiro e no segundo momento.

<b>Ranks</b>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 4 - Fim do Processo - Acertou - Nível 4 - Início do Processo - Acertou	Negative Ranks	7 <sup>a</sup>	10,57	74,00
	Positive Ranks	34 <sup>b</sup>	23,15	787,00
	Ties	19 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Nível 4 - Fim do Processo - Acertou <Nível 4 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 4 - Fim do Processo - Acertou > Nível 4 - Início do Processo - Acertou				
c. Nível 4 - Fim do Processo - Acertou = Nível 4 - Início do Processo - Acertou				
Test Statisticsb				
	Nível 4 - Fim do Processo - Acertou - Nível 4 - Início do Processo - Acertou			

Ranks				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 4 - Fim do Processo - Acertou - Nível 4- Início do Processo – Acertou	Negative Ranks	7 <sup>a</sup>	10,57	74,00
	Positive Ranks	34 <sup>b</sup>	23,15	787,00
	Ties	19 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Nível 4 - Fim do Processo - Acertou <Nível 4 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 4- Fim do Processo - Acertou> Nível 4 - Início do Processo - Acertou				
Z				-4,675 <sup>a</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)				,000
a. Based on negative ranks.				
b. Wilcoxon Signed Ranks Test				

A estatística do teste de Wilcoxon, para a variável comparação do número de respostas certas entre o primeiro momento e o segundo é de -4.675 e tem uma significância (P-valor) de 0,000, ou seja, para um nível de significância de 0,05, concluímos que a frequência no processo de RVCC fez com que a percentagem de respostas acertadas do nível 4, do teste realizado, fosse maior no final do processo do que no início. Apesar de o nível 4 não ser um nível acessível à maioria dos adultos portugueses, verificou-se que, mesmo neste nível, os adultos revelaram uma melhoria de competências, lendo o número de respostas certas.

### Referências Bibliográficas

- Alcoforado, J. L. M. & Ferreira, S. M. (2011): “Educação e Formação de Adultos: Nótulas sobre a necessidade de descomprometer a Cinderela depois do beijo do príncipe encantado”. In: AAVV. *Educação e Formação de Adultos. Políticas, Práticas e Investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: 7-20.
- Ávila, P. (2008): *A Literacia dos Adultos – Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*. Oeiras: Celta.
- Alves, N., Centro, M. & Novo, A. (2010): *O investimento em educação em Portugal. Boletim Económico 2010, 16 (1), 9-39*. Lisboa: Banco de Portugal.
- Benavente et alii (1996): Benavente, A.; A. Rosa, A. F. Costa e P. Ávila, *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Conselho Nacional de Educação.
- Carneiro, Roberto (coord.) (2009): *Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como Acção de Política Pública Educativa*. Lisboa: ANQ.I.P.
- Carvalho, H. (coord.); Ávila, P.; Nico, M.; Pacheco, P. (2011): *As competências dos alunos. Resultados do PISA 2009 em Portugal*. CIES – IUL, Instituto Universitário de Lisboa. Consultado a 17 de junho de 2014 em <http://www.cies.iscte.pt>.

- Casteleiro, J. M. (coord.) (2001): *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cavaco, C. J. D. (2002): *Aprender Fora da Escola: Percursos de Formação Experiencial*. Lisboa: EDUCA.
- Cerrillo, P. C. (2006): “Literatura infantil e mediação leitora”. In: Azevedo, F. (coord.). *Língua Materna e Literatura Infantil*. Lisboa: Lidel: 33-46.
- Delgado-Martins, M. R.; Ramalho, G.; Costa, A. (org.) (2000): *Literacia e Sociedade. Contribuições Pluridisciplinares*. Lisboa: Caminho.
- GAVE (2010): *PISA 2009 - Competências dos Alunos Portugueses. Síntese de Resultados*. Lisboa: Ministério da Educação. Consultado a 20 de Junho de 2014 em <http://www.gave.min-edu.pt/np3/11.html>.
- GAVE (2001): *PISA 2000 - Resultados do Estudo Internacional*. Lisboa: Ministério da Educação. Consultado a 21 de Junho de 2014 em <http://www.gave.min-edu.pt/np3/11.html>.
- Giasson, Jocelyne (1993): *A Compreensão na Leitura*. Porto: Edições Asa.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. – *Censos 2011 – Resultados Preliminares*. Lisboa: INE.
- Knowles (1973): Knowles, M., *Self-Directed Learning*, Chicago, Follett Publishing Co.
- Leitão (2001): Leitão, J. A. (coord.), *Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências: Roteiro Estruturante*, Lisboa, ANEFA.
- Macedo, T. & Soeiro, H. (2009): “A emergência da leitura no jardim de infância: os tapetes narrativos”. In: Azevedo, F. & Sardinha, M.G. (orgs.). *Modelos e Práticas em Literacia*. Lisboa: Lidel: 49-62.
- OCDE e Statistics Canada (1995): OCDE e Statistics Canada, *Literacy, Economy and Society*, Paris e Ottawa, OCDE.
- OCDE (2009). *PIAAC Literacy: A Conceptual Framework*. Paris: OCDE.
- Pinto, M.G. L.C. (2010): “As bases da leitura: entre a “ciência” da literacia precoce e a “ciência” do jogo”. In: *Letras de Hoje*, n°3: 26-34.
- Pinto, M. G. L.C. (1998): *Saber Viver a Linguagem: Um Desafio aos Problemas de Literacia*. Porto: Porto Editora.
- Roldão, C. (2011): “Um retrato dos trajetos de contratendência de sentido ascendente no ensino secundário”. In: *Atas do II Encontro de Sociologia de Educação – Educação, Territórios e (Des)Igualdades*, FLUP, Porto, 27-28 de janeiro de 2011.
- Sardinha, M.G. (2005): *As Estruturas Linguísticas, Cognitivas e Culturais e Compreensão Leitora*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Sim-Sim, I. (2007): *Ensino da Leitura. A Compreensão de Textos: o Que os Professores Precisam de Saber sobre o Processo de Compreensão da Leitura*. Lisboa: ME-DGIDC.
- Sim-Sim, I. (1997): *Avaliação da Linguagem Oral. Um Contributo para o Conhecimento do Desenvolvimento Linguístico das Crianças Portuguesas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Solé (2005): Solé, I., *Estratégias de Lectura*, Barcelona, Editorial Graó.
- Viana, F; Ribeiro, I.S.; Ferreira, A.; Leitão, C.; Gomes, S.; Mendonça, S. ; Pereira, L. (2010): *O ensino da compreensão leitora. Da teoria à Prática Pedagógica. Um programa de intervenção para o 1º ciclo do ensino básico*. Coimbra. Almedina.



## Pensamento crítico e revisão entre pares em Ciências da Comunicação: um estudo de caso

Maria da Felicidade Morais<sup>1,2</sup>  
Rita Payan-Carreira<sup>1,4</sup>  
Caroline Dominguez<sup>1,3</sup>  
Maria M. Nascimento<sup>1,3</sup>  
Helena Santos Silva<sup>1,5</sup>  
José Lopes<sup>1,5</sup>  
Eva Morais<sup>1,7</sup>  
Ana Margarida Maia<sup>1,3</sup>  
Gonçalo Cruz<sup>1,6</sup>  
Paula Catarino<sup>1</sup>  
Maria J. Nascimento<sup>8</sup>  
Magda Rocha<sup>9</sup>

<sup>1</sup> Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
<sup>2</sup> CEL-UTAD e CELGA-UC; <sup>3</sup> LabUTAD/CIDTFF; <sup>4</sup> CECAV-UTAD;  
<sup>5</sup> CIIE-UP; <sup>6</sup> INESC TEC; <sup>7</sup> CEMAPRE e CM-UTAD;  
<sup>8</sup> Escola S/3 S. Pedro; <sup>9</sup> Universidade Portucalense

### Resumo

O presente artigo insere-se num projeto de investigação transversal e interdisciplinar – *vide* apresentação em Cruz *et al.* (2013) e Payan-Carreira, Dominguez e Nascimento (2014) – que tem por objetivo desenvolver uma metodologia para promover competências de pensamento crítico e de comunicação em alunos do Ensino Superior, usando para o efeito técnicas de trabalho colaborativo com avaliação entre pares em que a interação (*feedback*), regulada pelo docente, decorre com ferramentas de uma plataforma gratuita da Internet (Google Drive). Mais concretamente, apresenta-se neste artigo a aplicação desta metodologia no âmbito da unidade curricular Técnicas de Expressão Oral e Escrita, no 1.º ano do curso de 1.º ciclo em Ciências da Comunicação (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), no ano letivo 2012-2013.

**Palavras-chave:** Pensamento crítico; Revisão entre pares; *Feedback*.

### Abstract

This paper results as a part of a transverse and interdisciplinary research project – see presentation in Cruz *et al.* (2013), and Payan-Carreira, Dominguez and Nascimento (2014) – which intends to develop a methodology that promotes the increase of critical thinking and communication skills of students in Higher Education using peer review as a collaborative work technique. Students' interaction (*feedback*) is regulated by the teacher and uses a free web-based platform (Google Drive).

More specifically, we describe in this paper the application of this methodology within the curricular unit of Technics for Oral and Written Expression in the 1st year of 1st cycle in

Communication Sciences (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), in the academic year 2012- 2013.

**Keywords:** Critical thinking; Peer review; Feedback.

## 1. Introdução e *background*

Cada vez mais o mercado de trabalho exige aos jovens profissionais um conjunto de competências que ultrapassam as áreas habituais da profissão, transferindo para a estrutura de formação formal a responsabilidade de completar a sua preparação nesta área. Estas capacidades incluem várias competências sociais, tais como a comunicação e interação entre membros de diferentes estratos de uma mesma empresa; mas o mercado profissional exige ainda a capacidade de avaliar situações na vida profissional e uma atitude pró-ativa na procura e teste de soluções para problemas (Halpern 1999; Ten Dam e Volman 2004), como ilustra a Figura 1. O desenvolvimento de competências nesta área torna o indivíduo mais interventivo na sociedade e mais dotado de espírito criativo, indispensável ao empreendedorismo (Ten Dam e Volman 2004).

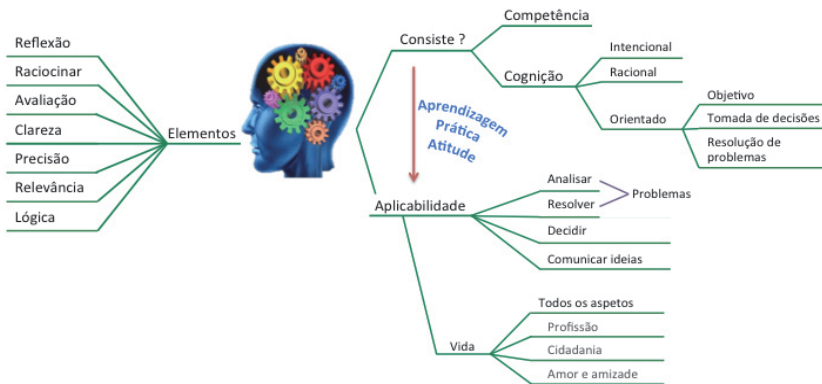


Figura 1 - O pensamento crítico (adaptado de Ferreira 2012).

Estas competências baseiam-se nas componentes que integram o pensamento crítico (PCr), e este é, de há muito, considerado essencial no percurso de aprendizagem individual e coletiva. O pensamento crítico pode ser definido como a capacidade para empreender uma forma de pensamento racional, reflexivo, questionando aquilo que nos é apresentado, em que acreditar ou o que fazer (Abrami *et al.* 2008). O PCr pode ser desenvolvido através de aprendizagem e prática (Lau 2011) e deve ser estimulado num contexto ao longo da vida (Paul e Elder 2003), acompanhando o crescente desenvolvimento científico e tecnológico dos nossos tempos. É influenciado pelo contexto, pela

experiência própria e permite o nosso posicionamento na sociedade (Dominguez *et al.* 2014<sup>b</sup>).

Para corresponder à expectativa de desenvolver nos estudantes do ensino superior competências de pensamento crítico, algumas instituições optaram pela apresentação de unidades curriculares (UC) formais em que as estratégias de desenvolvimento do PCr são trabalhadas intencionalmente. A inexistência de uma UC deste tipo não obsta a que qualquer docente, no âmbito das suas competências, desenvolva de forma consciente o PCr nos seus alunos. Existem várias estratégias que têm vindo a ser testadas, diferentes metodologias e diferentes instrumentos que podem ser utilizados para o desenvolvimento de competências de PCr. O sucesso do processo de aprendizagem depende de múltiplos fatores externos (decorrentes da técnica ou dos instrumentos implementados na atividade, dos recursos disponíveis, da dinâmica do grupo, do tempo disponível para a atividade, entre outros) e internos (de que são exemplos a experiência e envolvimento do professor, o *background* dos estudantes, o temperamento e a motivação dos sujeitos envolvidos).

Na UTAD, existe um grupo que tem vindo a trabalhar o PCr através da utilização de uma metodologia de revisão anónima entre pares que incide sobre artigos e trabalhos dos alunos, com recurso a uma plataforma *online*. Este grupo de trabalho, o webPACT, é multidisciplinar (gestão, estatística, linguística, ciências da educação, medicina veterinária e psicologia, entre outras áreas) e tem vindo a desenvolver trabalhos em UC de várias licenciaturas, analisando, discutindo e apresentando os resultados que têm sido obtidos.

O webPACT considera a comunicação como essencial ao PCr. É na comunicação que o sujeito se questiona, argumenta, defende os seus pontos de vista e progride no sentido da resolução de problemas. Por isso, muitas das estratégias de desenvolvimento do PCr envolvem também diferentes aspetos da comunicação. São múltiplos os métodos pedagógicos disponíveis para estimular as competências de PCr, algumas das quais são exploradas em ambiente colaborativo, porquanto a dimensão interpessoal torna o estímulo de aprendizagem mais robusto e favorece a motivação e o interesse, facilitando a discussão de pontos de vista alternativos. De entre as estratégias disponíveis, são frequentemente utilizados a análise de problemas, o mapa de conceitos, o debate e a escrita colaborativa (Moon 2007). Todas estas estratégias podem ser complementadas com a revisão entre pares. A revisão entre pares é um poderoso recurso de aprendizagem, nomeadamente do PCr, pois é uma ferramenta que promove uma aprendizagem ativa (Qu e Yang 2010; Knight e Steinbach 2011), favorece o desenvolvimento de competências de escrita (Ozogul e Sullivan 2007) e de capacidades relacionadas com diagnóstico, avaliação, síntese e comunicação (Hamer e Kwong 2005; Bauer *et al.* 2009; Sondergaard 2009). Esta estratégia tem sido amplamente aplicada na avaliação colaborativa em diversos domínios (Yang *et al.* 2010; Lu e Law 2011; Yu e Wu 2013). Através da revisão entre pares, os alunos são chamados a refletir sobre um tema comum,



a dar o seu contributo, individual ou em equipa, para a resolução do problema que lhes é colocado, a argumentar sobre o seu ponto de vista e, por fim, a apresentar os seus julgamentos de forma clara e adequada à audiência. Outra mais-valia que tem sido apontada à revisão entre pares é o facto de tornar os alunos mais autónomos e responsáveis, conscientes dos pontos fortes e fracos do seu trabalho e participantes do processo de aprendizagem (Sung *et al.* 2005; Karandinou 2012). Por outro lado, pelo exercício da argumentação com os pares, os alunos são estimulados a desenvolver a autoestima e um sentido de cortesia e equidade (Qu e Yang 2010).

Na revisão entre pares, promove-se nos alunos o hábito de fornecer e receber *feedback*, entendendo os comentários dos colegas como oportunidades para a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento do PCr (Nelson e Schunn 2009; Ozogul e Sullivan 2007). De acordo com o modelo de “bom” *feedback* de Nelson e Schunn (2009), tem-se incentivado os alunos a considerarem no *feedback* os domínios cognitivo e afetivo, a identificarem os problemas (globais e/ou locais) detetados e a proporem soluções. Os resultados de um “bom” *feedback* ainda não estão quantificados, continuando ainda por estabelecer claramente a relação entre o tipo de *feedback* e a qualidade dos trabalhos dos alunos, assim como a perspetiva do papel do aluno enquanto revisor ou autor (Sadler e Good 2006).

No contexto educacional, vários estudos têm incidido sobre perceções que os alunos envolvidos em atividades de revisão de pares têm manifestado, através de inquéritos ou entrevistas. Os resultados expressos pelos autores não são consensuais, em particular no que respeita ao nível atingido ou ao impacto da revisão na aprendizagem (Fei 2006; Idrus *et al.* 2012; Mulder *et al.* 2014). Foram identificadas algumas atitudes dos alunos como sendo passíveis de atuar como barreiras ao sucesso da atividade (Moore e Teather 2013; Mulder *et al.* 2014), nomeadamente no que concerne à validade e qualidade das críticas recebidas, à perceção da competência dos pares e à confiança para a emissão de juízos de valor.

A metodologia de revisão entre pares que tem vindo a ser desenvolvida e aplicada pelo webPACT desde o ano letivo de 2011-2012 (Cruz *et al.* 2013; Dominguez *et al.* 2014<sup>b</sup>) apresenta já um vasto conjunto de dados qualitativos e quantitativos que atestam a sua pertinência para o desenvolvimento do PCr e a discussão de questões atuais como a aprendizagem colaborativa e o *feedback* entre pares.

## **2. Descrição da atividade**

A metodologia que aqui se apresenta foi aplicada numa atividade desenvolvida no 2.º semestre de 2012-2013 com 54 alunos do 1.º ano do curso de Ciências da Comunicação da unidade curricular de Técnicas de Expressão Oral e Escrita. A participação dos alunos na atividade era uma das componentes

de avaliação contínua disponíveis; apesar de ser uma atividade não obrigatória, envolveu a maior parte da turma (78,3% dos alunos avaliados).

Os objetivos principais da atividade consistiam em desenvolver competências de comunicação escrita (nomeadamente a correção gramatical e linguística, a coesão e coerência textuais, assim como a adequação do discurso a fins comunicativos específicos), competências de pensamento crítico (entre outras, compreensão, síntese, análise, lógica, inferências e clareza) e competências de comunicação interpessoal.

Numa fase inicial, os alunos decidiam entre realizar o papel de autor ou o de revisor. A interação entre alunos-autores e alunos-revisores decorreu, em modalidade assíncrona, numa plataforma da Internet de acesso gratuito e acessível, o Google Drive (GD), na qual foram igualmente disponibilizados os ficheiros de apoio à atividade. Era a docente a responsável pela criação e distribuição dos documentos de trabalho, bem como pela atribuição das tarefas aos alunos. Estas interações da docente com os alunos realizavam-se normalmente por e-mail individual, de modo a salvaguardar o anonimato dos intervenientes em cada documento de trabalho. A atividade consistiu num ciclo com as seguintes tarefas individuais:

1) Após a escolha de um texto de referência sobre um tema relacionado com os conteúdos programáticos da UC (por exemplo, sobre o acordo ortográfico), de entre um vasto número de propostas avançadas pela docente, os alunos-autores, num ficheiro padronizado, com espaços e orientações específicas, realizavam três tarefas: resumo do texto selecionado, comentário do texto e crítica segundo a grelha FRISCO (Ennis 1996)<sup>1</sup>.

2) Concluída a parte do aluno-autor, o documento era partilhado no GD com um aluno-revisor, escolhido pela docente entre os autopropostos, sendo-lhe atribuídas as tarefas de leitura, revisão e emissão de sugestões de aperfeiçoamento do trabalho do aluno-autor. Também o aluno-revisor registava os seus comentários e sugestões em áreas específicas do documento comum.

3) O aluno-autor tomava conhecimento das sugestões do seu par, apreciava a sua pertinência e, em conformidade, procedia às alterações que considerasse convenientes, registando a sua nova intervenção em espaços próprios pré-formatados no documento partilhado.

---

<sup>1</sup> “FRISCO” é um acrónimo de: Foco (assunto ou tema em apreço no texto de referência), Razões (para a conclusão), Interferências (procurando avaliar se as razões enunciadas são suficientes para estabelecer as conclusões), Situação (ou contexto), Clareza (da expressão) e “Quero Ver Interferências” (ou visão global, com vista à revisão de todo o processo e ponderação de possíveis implicações e alternativas). A abordagem FRISCO é um instrumento de apoio à emissão de uma opinião crítica fundamentada sobre o texto em análise, permitindo aos alunos exercitar algumas competências de pensamento crítico, como o questionamento, a identificação de razões e inferências, a avaliação da credibilidade das informações e a clareza do discurso.

4) O aluno-revisor acedia de novo ao documento, inteirava-se das eventuais alterações realizadas pelo aluno-autor e tinha a oportunidade, num espaço próprio, para fazer uma contra-argumentação final.

5) Por último, a docente realizava uma avaliação qualitativa final, comentando oralmente o trabalho com cada um dos alunos envolvidos, mantendo o anonimato dos mesmos.

Estas tarefas sucederam-se no ciclo representado na Figura 2. Ao longo do semestre, foram realizados três ciclos desta atividade, com a duração média de quatro semanas cada, envolvendo diferentes pares de alunos autores e revisores. Todos os alunos realizaram tarefas de autor e de revisor (duas de autor e uma de revisor, ou vice-versa) e estabeleceram-se diferentes parcerias autor-revisor nos três ciclos.



Figura 2 - Ciclo da atividade de revisão de pares.

Os alunos receberam apoio pedagógico para a participação na atividade. Numa sessão prévia, a docente fez a ambientação dos alunos às ferramentas do GD e apresentou a grelha de análise FRISCO (Ennis 1996) e o modelo de bom *feedback* segundo Nelson e Schunn (2009), descrito em Payan-Carreira, Dominguez e Nascimento (2014: 63). O trabalho dos alunos foi ainda apoiado por documentos disponíveis *online* com orientações para as várias tarefas que lhes eram atribuídas, incluindo os objetivos específicos, modo de realização e calendarização das tarefas. Os documentos de trabalho apresentavam campos

específicos para cada uma das tarefas solicitadas aos alunos autores e revisores, o que lhes permitia mais facilmente corresponder aos objetivos da atividade. No final de cada ciclo, os documentos produzidos eram partilhados com a turma, sob a forma de páginas *web* não editáveis, sem a identificação dos respetivos autor e revisor, e os alunos foram convidados a comentar o trabalho dos colegas. Os comentários finais aos documentos da primeira atividade proporcionaram o esclarecimento de dúvidas, permitindo uma melhor progressão nos ciclos subsequentes.

### **3. Avaliação da atividade**

O acompanhamento das produções textuais dos alunos ao longo do semestre manifestou a consecução dos objetivos gerais da atividade, tanto no decorrer dos três ciclos, como em outros momentos de avaliação na UC, nomeadamente no que se refere ao domínio dos conteúdos programáticos e comunicação escrita. Para aferir a adequação da metodologia, foi aplicado o Teste de Cornell de Nível X (Ennis e Millman 1985), na versão validada para a realidade portuguesa (cf. Tenreiro-Vieira 2004), no início e no final do semestre.<sup>2</sup>

Como indicador da pertinência e validade da metodologia, tiveram-se ainda em conta as perceções dos alunos, recolhidas através de um inquérito final de avaliação da atividade, realizado (com possibilidade de anonimato) após o fim do semestre. Responderam ao questionário (com perguntas fechadas e abertas) cerca de 35% dos alunos envolvidos nos três ciclos da atividade. Os inquiridos manifestaram as suas perceções sobre a usabilidade da ferramenta tecnológica que serviu de suporte, as tarefas de autor e revisor realizadas, o *feedback* dado e recebido, possíveis dificuldades na realização das tarefas e sobre as competências desenvolvidas no curso da atividade. Em geral, todos apreciaram muito positivamente a metodologia e reconheceram benefícios pessoais decorrentes da participação na atividade. Importa, no entanto, ver em pormenor as respostas registadas.

A maior parte dos alunos (95%) indicou que não conhecia a ferramenta GD, ou que nunca a tinha usado. Não obstante, a maior parte (89%) concordou, ou concordou totalmente, que o GD foi fácil de utilizar e não houve necessidade de apoio extra para a sua utilização ao longo da atividade; 95% dos respondentes manifestou ainda que tenciona usar esta ferramenta noutros contextos que envolvam a colaboração com colegas. Todos os alunos concordaram, ou concordaram totalmente, que o GD foi usado de forma eficaz e permitiu atingir os objetivos da atividade proposta.

Quanto à avaliação *peer review*, quase todos os alunos (95%), quer no papel de autor, quer no de revisor, manifestaram ter gostado de ser avaliados por

---

<sup>2</sup> Deixamos neste momento de parte os resultados obtidos no pré e pós-teste, remetendo esta questão para uma publicação próxima em que será discutida a forma de avaliação das competências de pensamento crítico.

colegas e avaliar o trabalho de pares.<sup>3</sup> Todos manifestaram que aceitariam continuar com esta abordagem em futuras atividades acadêmicas. Quase todos os alunos reconheceram nos seus pares competência para a tarefa de avaliação, embora referindo alguns que “não tanta quanto o professor”; só um dos alunos negou essa competência dos colegas, embora reconhecendo-lhes “alguma crítica construtiva”.

Quanto ao *feedback* nas interações registadas no documento de trabalho, todos os respondentes indicaram que, no papel de autor, tiveram em conta o *feedback* fornecido pelo revisor. A maior parte dos alunos caracterizou o *feedback* recebido ou emitido como sendo de índole corretiva (58% e 63%), orientado para o confronto de ideias e argumentos ou para problemas de expressão e conteúdo; foi também significativo o número de alunos (38%, tanto no papel de autor como no de revisor) que considerou o *feedback* como positivo e motivacional, com elogios e incentivos, reforço e comentários de apreço.

Referindo-se à avaliação do trabalho expressa no *feedback*, os alunos-autores manifestaram as seguintes percepções: 32% concordam, ou concordam totalmente, que tenha sido superficial; 63% concordam, ou concordam totalmente, que foi clara e detalhada; 79% discordam, ou discordam totalmente, que foi confusa; 53% concordam, ou concordam totalmente, que foi justa; 79% concordam, ou concordam totalmente, que foi positiva; 63% concordam, ou concordam totalmente, que foi válida; 53% concordam, ou concordam totalmente, que foi fidedigna e confiável; apenas 5% discorda, ou discorda totalmente, que tenha sido útil.<sup>4</sup> Todos os alunos consideraram que a avaliação recebida no *feedback* do revisor foi eficaz, ou muito eficaz. Quanto ao uso que fizeram do *feedback*: 47% dos alunos-autores disseram que resolveram falhas e/ou erros apontados pelo colega procurando soluções; 42% admitiram que resolveram falhas e/ou erros apontados adotando as soluções sugeridas pelo

---

<sup>3</sup> Muitos alunos tiveram o cuidado de justificar a sua adesão à atividade. No papel de autor, um aluno escreveu “Penso que foi uma experiência enriquecedora e onde aprendemos bastante com as críticas dos nossos colegas. A opinião deles é importante pois permitiu-nos ter a visão de pessoas na mesma situação que nós e com mentalidades parecidas”. No papel de revisor, outro aluno afirmou “Fez-me refletir sobre os meus próprios erros e forma de trabalho. Gostei de o ajudar a corrigir o seu e a melhorá-lo”. A maior parte dos alunos (88%) mencionou que o contacto com diferentes perspetivas e opiniões permitira melhorar as suas aprendizagens.

<sup>4</sup> Curiosamente, os mesmos alunos, no papel de revisores, manifestam as seguintes percepções acerca da avaliação expressa no *feedback* que dirigiram aos seus pares: 53% discordam, ou discordam totalmente, que tenha sido superficial; 84% concordam, ou concordam totalmente, que foi claro e detalhado; 84% discordam, ou discordam totalmente, que foi confuso; 89% concordam, ou concordam totalmente, que foi justo; 74% concordam, ou concordam totalmente, que foi positivo; 84% concordam, ou concordam totalmente, que foi válido; 63% concordam, ou concordam totalmente, que foi fidedigno e confiável; nenhum aluno discordou, ou discordou totalmente, que o *feedback* dado tenha sido útil. Em alguns destes parâmetros, é bem visível a valorização do *feedback* emitido em detrimento do recebido.

colega; apenas 21% referiram ter discutido e contraposto diferentes ideias com o colega revisor.<sup>5</sup>

Considerando ainda as percepções dos alunos sobre a atividade no papel de revisores, importa acrescentar que alguns alunos salientaram o facto de esta tarefa lhes ter proporcionado uma experiência diferente das habituais em contexto escolar/académico e lhes ter permitido o desenvolvimento de competências como o espírito crítico e o poder de argumentação.

Questionados sobre as principais dificuldades na realização da atividade, os alunos apontaram o cumprimento de prazos, sugerindo que seja dado mais tempo para a realização de cada tarefa, ou reduzido o número de ciclos da atividade, e que haja maior compromisso da parte dos colegas parceiros para corresponder à calendarização das tarefas.<sup>6</sup> Uma segunda dificuldade (apontada por 5 dos 19 alunos) diz respeito à grelha FRISCO, nomeadamente no que se refere às “Inferências”, aspeto da análise que se revelou mais difícil para os alunos, quer no papel de autor, quer no de revisor.

De um modo geral, os alunos apreciaram positivamente a utilização da abordagem FRISCO: 89% consideraram a grelha útil ou muito útil, quer como guia para a análise do texto de referência, quer como apoio no comentário à crítica dos alunos-autores. Todos os alunos que justificaram a sua opinião (11 de 19) disseram que a grelha FRISCO era facilitadora do desenvolvimento da análise e da exposição das ideias de forma mais estruturada. Foi igualmente objeto de comentários de apreço o facto de a atividade decorrer sem divulgar as identidades dos alunos que formavam as parcerias autor-revisor.

Por fim, numa apreciação global, todos os alunos consideraram que a atividade proposta se revelou importante para a sua formação, destacando-se 21% que disseram ser importante apenas se repetida mais vezes. Sobre as competências promovidas pela atividade, os alunos manifestaram-se de acordo, ou totalmente de acordo, quanto a esta atividade ter permitido desenvolver a capacidade de síntese (100%), a reflexão crítica (95%), o sentido de responsabilidade e o espírito de colaboração (89%), o respeito pela diferença de opiniões (100%) e as competências tecnológicas (79%). Todos os alunos que responderam ao inquérito classificaram a participação na atividade como uma

---

<sup>5</sup> Os alunos que justificaram a utilização do *feedback* (11 dos 19 que responderam ao inquérito) referem que tê-lo considerado lhes permitiu melhorar o trabalho pela integração de diferentes perspetivas.

<sup>6</sup> Os alunos mostraram em diversas ocasiões preocupação pelo facto de, sendo um trabalho colaborativo (Lopes e Silva 2009: 10), depender do envolvimento responsável de ambas as partes. São disso exemplo as sugestões registadas por alguns alunos para melhorar a atividade no futuro: um aluno sugeriu que deve “haver por parte dos alunos um maior empenho na realização das tarefas propostas dentro de um prazo útil razoável, para não comprometer o desempenho dos outros”; outro propôs que “o professor alerte os alunos da importância de uma avaliação consciente”; outro aluno escreveu “Penso que falta demonstrar aos alunos o quanto esta atividade pode ser enriquecedora para melhorar não só o nosso espírito crítico como também a escrita”.

experiência satisfatória ou muito satisfatória, as duas categorias mais elevadas da escala de avaliação proposta.<sup>7</sup>

#### 4. Conclusões

A participação na atividade de revisão de pares, seguindo a metodologia desenvolvida pelo webPACT, gerou diversos momentos em que os alunos tiveram de se questionar, tomar decisões, comunicar, rever posições anteriores, justificar, argumentar e contra-argumentar, num processo colaborativo que permitiu comentários recíprocos, numa modalidade dialogal, sendo estes comentários reconhecidos por muitos alunos como estímulos para o desenvolvimento de competências pessoais e interpessoais.

A aplicação desta metodologia permite fomentar o trabalho dos alunos em contexto extra-aula. Favorece igualmente o envolvimento e a participação dos alunos trabalhadores-estudantes, que deste modo podem acompanhar as atividades letivas fora do horário académico. Além disso, este acompanhamento via *web* é um elemento motivador à aprendizagem.

Estabelecendo um paralelo com a aplicação da mesma metodologia noutras licenciaturas da UTAD (Cruz *et al.* 2013 e Dominguez *et al.* 2014<sup>a</sup>), importa referir que as perceções dos alunos sobre a atividade são similares, quer no reconhecimento dos benefícios da sua participação na avaliação de pares, quer quanto às dificuldades com que se depararam, nomeadamente na parte relativa às inferências, na grelha FRISCO.

Reconhecendo-se que o *feedback* tem enormes benefícios para a aprendizagem e que há vantagens em atribuir aos alunos a função de fornecerem *feedback* recíproco (*vide*, e.g. Nicol, Thomson e Breslin 2013), a metodologia aqui descrita afigura-se adequada para responder a estes desafios. Acresce que esta metodologia permite ao professor promover condições para os seus alunos receberem *feedback* mais regular e contínuo que nos casos em que é ele o único emissor de *feedback*.

#### Referências Bibliográficas

- Abrami, P.C., Bernard, R.M., Borokhovski, E., Wade, A., Surkes, M.A., Tamim, R., & Zhang, D. (2008): "Instructional Interventions Affecting Critical Thinking Skills and Dispositions: A Stage 1 Meta-Analysis". In: *Review of Educational Research* 78(4): 1102-1134.
- Bauer, C., Figl, K., Derntl, M., Beran, P. P. & Kabicher, S. (2009): "The student view on online peer reviews". In: *ACM SIGCSE Bulletin* 41(3): 26-30.

---

<sup>7</sup> No espaço para comentários finais, um aluno escreveu "É uma metodologia estimulante, que nos envolve mais na análise e na escrita de textos".

- Cruz, G., Dominguez, C., Maia, A., Pedrosa, D., & Grams, G. (2013): "Web-based Peer Assessment: A Case Study with Civil Engineering Students". In: *International Journal of Engineering Pedagogy* 3(1): 64-70.
- Dominguez, C., Nascimento, M.M., Maia, A., Pedrosa, D. & Cruz, G. (2014<sup>a</sup>): "Come Together: Peer Review with Energy Engineering Students". In: *International Journal of Engineering Pedagogy* 4(5): 34-41.
- Dominguez, C., Payan-Carreira, R., Morais, F., Nascimento, M. M., Maia, A., Pedrosa, D. & Cruz, G. (2014<sup>b</sup>): "Revisão entre pares e pensamento crítico: desenvolvimento de uma metodologia transversal". In: Vieira, R.M. *et al.* (orgs.) *Pensamento crítico na educação: perspectivas atuais no panorama internacional*. Aveiro: UA Editora: 357-378. Internet. Disponível em: [http://redepensamentocritico.web.ua.pt/?page\\_id=46](http://redepensamentocritico.web.ua.pt/?page_id=46)
- Payan-Carreira, R. Dominguez, C. & Nascimento, M. M. (2014): "Estratégias de reforço das capacidades de pensamento crítico: um caso na UTAD". In: Ferreira, C.A., Bastos, A.M. & Campos, H. (orgs.): *Práticas Educativas: Teorização e Formas de Intervenção*. UTAD, Vila Real. 56-67.
- Ennis, R. (1996): *Critical thinking*. Upper Saddle River, N. J.: Prentice Hall.
- Ennis, R. & Millman, J. (1985): *Cornell Critical Thinking Test, Level X*. Pacific Grove, CA: Midwest Publications.
- Fei, H. (2006): "Students' perceptions of peer response activity in English writing instruction". In: *Teaching English in China* 4: 48-52.
- Ferreira, I. (2012): "Museums in the twenty-first century: The importance of critical thinking and creative thinking". In: *The Transformative Museum – Conferência DREAM* (Roskilde University, Denmark, 23-25 May. PhD course presentations). Internet. Disponível em: <http://www.dreamconference.dk/wp-content/uploads/2012/05/Ferreira.pdf>
- Halpern, D.F. (1999): "Teaching for critical thinking: Helping college students develop the skills and dispositions of a critical thinker". In: *New Directions for Teaching and Learning* 1999(80): 69-74.
- Hamer, J., Ma, K.T.K. & Kwong, H.H.F (2005): "A method of automatic grade calibration in peer assessment". In: Young, A. & Tolhurst, D. (eds.): *Computing Education 2005. Proceedings of the Seventh Australasian Computing Education Conference (ACE2005)*. Newcastle, Australia: ACS. CRPIT 42: 67-72.
- Idrus, H., Shaari, Z. H., Razol M. & Ali, R.M.M. (2012): "Enhancing Soft Skills through Peer Review Activity in a Technical Writing Class". In: *World Academy of Science, Engineering and Technology* 6: 1284-1286.
- Karandinou, A. (2012): "Peer-assessment as a process for enhancing critical thinking and learning in design disciplines". In: *Transactions* 9(1): 53-67.
- Knight, L. & Steinbach, T. (2011): "Adapting Peer Review to an Online Course: An Exploratory Case Study". In: *Journal of Information Technology Education* 10: 81-100.
- Lau, J. Y. F. (2011): *An Introduction to Critical Thinking and Creativity: Think More, Think Better*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Lee, I. (2014): "Feedback in writing: Issues and challenges". In: *Assessing Writing* 19: 1-5.
- Lopes, J. & Silva, H. (2009): *Aprendizagem cooperativa na sala de aula. Um guia prático para o Professor*. Lisboa: LIDEL – Edições Técnicas, Lda.



- Lu, J. & Law, N. (2011): "Online peer assessment: effects of cognitive and affective feedback". In: *Instructional Science* 40(2): 257-275.
- Moon, J. (2007): *Critical Thinking: An Exploration of Theory and Practice*. London: Routledge.
- Moore, C. & Teather, S. (2013): "Engaging students in peer review: Feedback as Learning". In: *Issues in Educational Research* (Special Issue: *Teaching and learning in higher education*) 23(2): 196-211.
- Mulder, R.A., Pearce, J.M. & Baik, C. (2014): "Peer review in higher education: Student perceptions before and after participation". In: *Active Learning in Higher Education* 15(2): 157-171.
- Nelson, M.M. & Schunn, C.D. (2009): "The nature of feedback: How different types of peer feedback affect writing performance". In: *Instructional Science* 27(4): 375-401.
- Nicol, D., Thomson, A. & Breslin, C. (2014): "Rethinking feedback practices in higher education: a peer review perspective". In: *Assessment & Evaluation in Higher Education* 39(1): 102-122.
- Oliveira, M. (1992): *A criatividade, o pensamento crítico e o aproveitamento escolar em alunos de ciências*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências.
- Ozogul, G. & Sullivan, H. (2007): "Student performance and attitudes under formative evaluation by teacher, self and peer evaluators". In: *Educational Technology Research and Development* 57(3): 393-410.
- Paul, R. & Elder, L. (2003): *The Miniature Guide to Critical Thinking: Concepts and Tools*. 3<sup>rd</sup> ed., Dillon Beach, CA: The Foundation for Critical Thinking Press.
- Qu, W. & Yang, S. (2010): "A Peer and Self-assessment Project Implemented in Practical Group Work". In: *Journal of Language Teaching and Research* 1(6): 776-781.
- Sadler, P. & Good, E. (2006): "The Impact of Self- and Peer-Grading on Student Learning". In: *Educational Assessment* 11(1): 1-31.
- Sondergaard, H. (2009): "Learning from and with peers: the different roles of student peer reviewing". In: *ACM SIGCSE Bulletin* 41(3): 31-35.
- Sung, Y., Chang, K., Chiou, S. & Hou, H. (2005): "The design and application of a web-based self- and peer-assessment system". In: *Computers & Education* 45(2): 187-202.
- Ten Dam, G. & Volman, M. (2004): "Critical thinking as a citizenship competence: Teaching strategies". In: *Learning and Instruction* 14 (4): 359-379.
- Tenreiro-Vieira, C. (2004): "Produção e avaliação de actividades de aprendizagem de ciências para promover o pensamento crítico dos alunos". In: *Revista Iberoamericana de Educación* 33(6): 1-17.
- Yang, J., Wei, X., Ackerman, M. & Adamic, L. (2010): "Activity Lifespan: An Analysis of User Survival Patterns in Online Knowledge Sharing Communities". In: *Proceedings of the 4th International AAAI Conference on Weblogs and Social Media*: 186-193.
- Yu, F.-Y. & Wu, C.-P. (2013): "Predictive Effects of Online Peer Feedback Types on Performance Quality". In: *Educational Technology & Society* 16(1): 332-341.